



REVISTA DA
ACADEMIA
PARANAENSE
DE LETRAS

Nº69
2019
CURITIBA PARANÁ

ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS
DIRETORIA GESTÃO 2019-2020

<i>Presidente</i>	<i>Orador</i>
Ernani Buchmann	Paulo Vítola
<i>Vice-Presidente</i>	<i>Editor da Revista APL</i>
Eduardo Rocha Virmond	Eduardo Rocha Virmond
<i>Primeira Secretária</i>	<i>Observatório da Cultura Paranaense</i>
Marta Morais da Costa	<i>Projeto Academia vai à Escola</i>
<i>Segundo Secretário</i>	<i>Chloris Casagrande Justen</i>
Antonio Carlos Carneiro Neto	
<i>Primeiro Tesoureiro</i>	<i>Comissão de Avaliação de Candidaturas</i>
Nilson Monteiro	Albino Freire
<i>Segundo Tesoureiro</i>	<i>Membros</i>
Dante Mendonça	Adélia Maria Woellner
<i>Diretor Jurídico</i>	Ricardo Pasquini
René Ariel Dotti	
<i>Diretor de Comunicação</i>	<i>Conselho fiscal</i>
Nilson Monteiro	José Pio Martins
<i>Diretor de Patrimônio</i>	Guido Viaro
Darci Piana	Maria José Justino

REVISTA DA ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS
Publicação da Academia Paranaense de Letras
Ano 79, nº 69, novembro de 2019. A revista não se responsabiliza pela redação,
nem pelos conceitos emitidos pelos seus colaboradores.

PROJETO GRÁFICO
Rita Solieri Brandt

ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS

Fundada em 26 de setembro de 1936, teve seus estatutos registrados em 7 de março de 1974 no Cartório do 1º Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil de Pessoas Jurídicas de Curitiba, PR, arquivados sob n.º 164.893 e registrados no Livro A n.º 3.112, e também junto ao Conselho do Serviço Social do Ministério da Justiça sob n.º 53/67.

Avenida Visconde do Rio Branco, 931 | 1º andar
Curitiba/PR – Tel. 41 3883 4530
CEP. 80410-001
www.academiaparanaensedeletras.com.br
e-mail: secretaria@academiaparanaensedeletras.com.br

PRESIDENTES

Ulisses Falcão Vieira (1936-1942)
Oscar Martins Gomes (1942-1951)
Otávio de Sá Barreto (1951-1957)
Oscar Martins Gomes (1957-1966)
Osvaldo Piloto (1966-1970)
Vasco José Taborda Ribas (1970 -1990)
Felício Raitani Neto (1990 -1992)
Valfrido Pilotto (1992-1994)
Túlio Vargas (1994 - 2008)
Lauro Grein Filho (2008)
José Carlos Veiga Lopes (2008 - 2010)
Chloris Casagrande Justen (2010)
Eduardo Rocha Virmond (2011-2013)
Chloris Casagrande Justen (2013-2016)
Ernani Buchmann (2017-2019)

PREÂMBULO

Por EDITOR



De Dante Alighieri: "...e quindi uscimo a rivedere le stelle", que constitui o último verso do "Inferno" como prévio anúncio da saída dali para a nova etapa da viagem de Dante, "Purgatório", conduzido por Virgílio. E assim, naturalmente, se pronunciou o chefe da NASA para anunciar primeiro a viagem de JOHN GLENN a circular à volta da terra e, depois, relatar a ida à Lua, chefiando esta fantástica missão, o astronauta Neil Armstrong.

Por contemplar os cinquenta anos da viagem à Lua publicamos o excelente texto de nossos colaboradores Edwald Schmitz e Maria Sandra Gonçalves, como se verá logo adiante, que reúne conhecimento e qualidade de redação. Ainda, de nossa parte, vale comentar a dúvida sobre qual o resultado de tal magnífico empreendimento. Vale por si só ou também criou expectativas imensas para o futuro da humanidade, ou que tais esperanças já tenham se realizado no mundo dos fatos, ou ainda se vale por si só, para provar a capacidade do homem de cientificamente ir cada vez mais além, o que seria de imensa valia para o pensamento positivo.

Vale a pena mencionar pelo menos dois filmes sobre a assunto, O primeiro FIRST MAN, onde são reveladas tragédias que acompanham os astronautas, em si muito triste, e o outro denominado HIDDEN FIGURES, que revela as contribuições de três mulheres de cor para as prospecções dentro da NASA e a sua participação.



Voltando para o Brasil: o nosso historiador acadêmico Laurentino Gomes colabora com lúcido trabalho sobre a República, seguido por um texto da jurista Rogéria Dotti e, por fim, um comentário deste editor. A questão da leitura causou uma surpresa curiosa: o acadêmico Irmão Clemente Ivo Juliatto apresenta belo trabalho e, por mera coincidência, sobre o mesmo tema escreve a acadêmica Marta Morais da Costa. O editor foi solicitado a reapresentar o texto Escrever como o Código Civil sobre Stendhal e Heidegger, sobre a dimensão da escrita e da linguagem, para aplaudir o Irmão Clemente e a professora Marta.

Nesta Revista sempre destaca algumas comemorações, ou então se pede que no ano seguinte se apresentem alguns trabalhos, como por exemplo sobre Walt Whitman, no Brasil insistentemente cultuado pelo magnífico poeta Oswaldino Marques.

Não custa agora abordar as péssimas iniciativas de alguns em se intrometer na obra espetacular de Monteiro Lobato para “purificá-lo” com todos os inimagináveis preconceitos, já publicados alguns livros com essas retificações malditas, estando ameaçado Machado de Assis da mesma revisão. Nos sebos será possível encontrar obras de Monteiro Lobato nas primeiras edições, sem que os mistificadores se atentem ainda em usurpá-las para destiná-las ao fogo do inferno. Urge correr...

Assim a Academia Paranaense de Letras se apresenta com a edição de 2019, confiando em que cada vez atinge seu próprio aperfeiçoamento.

Do editor **Eduardo Rocha Virmond**





NOSSA MAL-AMADA REPÚBLICA

Por JOSÉ LAURENTINO GOMES

Sem festas, sem alarde ou grandes comemorações oficiais, o Brasil celebra em 2019 os 130 anos da República. A rigor, o Quinze de Novembro é uma data sem grande prestígio no calendário cívico brasileiro. Sua própria nomenclatura é frequentemente questionada: o que houve em 1889 foi uma “proclamação” ou teria sido apenas mais um entre tantos “golpes militares” que marcam nossa história? Nas redes sociais ainda se pode observar uma certa nostalgia monárquica, alimentada por grupos que insistem em acusar a república pelas muitas promessas que nunca conseguiu cumprir. O imperador Pedro II permanece como um pai mitológico no imaginário nacional, ao qual os brasileiros se voltam nos momentos de crise. Os sinais são, portanto, evidentes: o Brasil tem uma república mal-amada, um regime que ainda hoje está longe de conquistar o coração e as mentes de todos os brasileiros.

A explicação para esse curioso fenômeno parece estar nos próprios acontecimentos de 130 anos atrás.

A mudança de regime foi resultado mais do esgotamento da monarquia do que do vigor dos ideais e da campanha republicana. “A república foi o resultado lógico da decomposição do regime monárquico”, afirmou o historiador pernambucano Oliveira Lima. Durante 67 anos, o império brasileiro funcionou como um gigante de pés de barro. Os salões do império procuravam imitar o ambiente e os hábitos de Viena, Versalhes e Madri, mas a moldura real compunha-

se de pobreza e ignorância. Havia uma flagrante contradição entre a corte de Petrópolis, que se julgava europeia, e a situação social dominada pela mão-de-obra cativa, na qual mais de um milhão de escravos era considerado propriedade privada, sem direito algum à cidadania. Nesse Brasil de faz-de-conta destacava-se uma nobreza constituída, em sua maioria, por fazendeiros donos ou traficantes de escravos. Eram eles os sustentáculos do trono que, em contrapartida, lhes conferia títulos de nobreza não hereditária, tão efêmera quanto a própria experiência monárquica brasileira.

Todo esse precário arcabouço político começou a ruir em 1888, com a assinatura da Lei Áurea, que abolia a escravidão no país. Os barões do café do Vale do Paraíba, que dependiam da mão de obra cativa, se sentiram traídos pela coroa. Se dependesse deles, a escravidão continuaria por mais alguns anos. Em caso de abolição, defendiam que os proprietários fossem indenizados pelo Estado. E isso não aconteceu. Como resultado, a Lei Áurea deu mais combustível à campanha republicana. Muitos antigos senhores de escravos, que até alguns meses antes se diziam fiéis súditos do imperador, aderiram rapidamente à República.

Em seu estudo sobre a proclamação da república, o historiador pernambucano José Maria Belo demonstrou que republicanos civis e militares foram apenas parte das forças que, direta ou indiretamente, contribuíram para a queda do império. Um deles – e talvez o mais forte – era composto pelos próprios monarquistas, “para os quais o império perdera o verdadeiro encanto”. Esse “vasto e perigoso partido dos derrotados” incluía os liberais, os reformadores, os abolicionistas e os federalistas – gente como o pernambucano Joaquim Nabuco e o baiano Rui Barbosa que, até às vésperas do Quinze de Novembro mantinham-se de certa forma fiéis à monarquia, mas exigiam delas reformas capazes de dar alguma sobrevida ao regime. Havia também o grupo dos “desgostosos e displicentes”, como os fazendeiros feridos pela abolição da escravatura. Todos esses grupos, direta ou

indiretamente, juntaram forças para dar um empurrão fatal que selaria o destino do império brasileiro.

Some-se a isso o descontentamento reinante nos quartéis desde o final da Guerra do Paraguai, fator decisivo na queda da monarquia. Oficiais e soldados consideravam-se injustiçados pelo governo do império. Daí a conferir carta branca do marechal Deodoro da Fonseca para derrubar o trono foi apenas um passo. “O sentimento mais generalizado não era o da crença na república, mas sim o de descrença nas instituições monárquicas”, registrou o historiador Oliveira Viana ao refletir sobre as promessas do Brasil monárquico, com suas instituições liberais, os rituais da nobreza e seus palácios de cristal em Petrópolis, e a dura realidade da escravidão, do analfabetismo e da fraude eleitoral.

O império brasileiro caiu inerte, incapaz de mobilizar forças e reagir contra o golpe liderado por Deodoro. Apesar de todas as evidências de uma conspiração em andamento, o imperador Pedro II permaneceu em Petrópolis até a tarde de Quinze de Novembro, ignorando os conselhos para que reagisse de alguma forma. Ao chegar ao Rio de Janeiro, perdeu um longo e precioso tempo, acreditando ingenuamente que no final tudo ia voltar ao normal. “Conheço os brasileiros, isso não vai dar em nada”, teria dito naquele dia. Só na madrugada de Dezesseis de Novembro, quando o governo provisório republicano já estava anunciado, é que D. Pedro reuniu seus conselheiros mais próximos e tentou em vão organizar um novo ministério. Já era tarde.

Nas províncias, a única reação em favor da monarquia ocorreu na Bahia, surpreendentemente liderada pelo marechal Hermes Ernesto da Fonseca, comandante de Armas de Salvador e irmão de Deodoro. Ao receber as notícias do golpe no Rio de Janeiro, Hermes Ernesto anunciou que permaneceria fiel ao imperador. Capitulou algumas horas mais tarde ao saber que o próprio irmão liderava a conjura republicana e que D. Pedro II, àquela altura, já estava a caminho do exílio na Europa. “Na verdade, a monarquia não foi

derrubada – desabou”, anotou o jornalista francês Marc Leclerc, que percorria o Brasil na época.

Fruto de uma conspiração entre militares e um número reduzido de civis, a Proclamação da República pegou a todos de surpresa. Ao ver o desfile das tropas comandadas por Deodoro no centro da cidade naquela manhã, ninguém saberia dizer com certeza do que se tratava. O tom do noticiário parecia contraditório. Havia uma revolução em andamento, anunciavam os jornais, mas o clima geral era de ordem e tranquilidade.

“O povo assistiu a tudo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava”, afirmou o jornalista e chefe republicano Aristides Lobo em artigo para o *Diário Popular*, de São Paulo. “Muitos acreditavam sinceramente estar vendo uma parada. Era um fenômeno digno de ver-se”. No mesmo artigo, Aristides Lobo explicava que “por ora, a cor do governo é puramente militar”, uma vez que “o fato foi deles, deles só, porque a colaboração do elemento civil foi quase nula”.

Curiosamente, as adesões mais rápidas e entusiasmadas à república vieram de proeminentes políticos monarquistas, condes, viscondes, barões e outros fidalgos, apontados como o sustentáculo do império. Da Europa o Barão de Tefé (almirante Antônio Luís von Hoonholtz) mandou um telegrama ao Marechal Deodoro felicitando-o por “haver libertado a pátria da opressão”. O Barão Homem de Melo (professor Francisco Inácio Marcos Homem de Melo) desfilou pelas ruas do Rio de Janeiro junto com as tropas de Deodoro na tarde de Quinze de Novembro. Cinco dias depois mandou carta a Quintino Bocaiúva chamando-o de “meu particular amigo”. O Barão da Passagem (almirante Delfim Carlos de Carvalho) elogiou os republicanos por “terem libertado a pátria de um domínio intolerável”. O Conde de Araruama (fazendeiro Bento Carneiro da Silva) anunciou em comunicado aos seus amigos de Macaé e Barra de São João estar aderindo à República por considerar este “o melhor serviço que se pode fazer à pátria”. O Visconde de Bom Conselho

(advogado José Bento da Cunha Figueiredo) escreveu às autoridades expressando “máxima adesão e obediência” à República e desejando que o novo governo fosse feliz “na sua importante tarefa de conservar a paz interna e externa, estreitando cada vez mais os laços de íntima fraternidade entre os brasileiros”.

Até mesmo o preceptor dos filhos da Princesa Isabel, Benjamin Franklin de Ramiz Galvão, Barão de Ramiz, pulou o muro tão logo pode. Semanas após a Proclamação da República, já tendo renunciado ao título de barão, foi nomeado diretor da Inspetoria Geral de Instrução Pública por indicação de Benjamin Constant. Em discurso um ano mais tarde comparou Deodoro a George Washington, primeiro presidente e herói da Independência dos Estados Unidos.

Entre os adesistas imperiais dizia-se que a república era “um fato consumado”, diante do qual não cabia qualquer reação. Um caso exemplar foi o de José Antônio Saraiva, o conselheiro do império que na madrugada de Dezesseis de Novembro D. Pedro II chamara para recompor o ministério, em última e desesperada tentativa de preservar a coroa. Saraiva aderiu ao novo regime dias após a partida do imperador para o exílio. Em telegrama ao deputado pernambucano Ulisses Viana, no dia 20 de novembro, avisou que a república tinha chegado para ficar e que seria inútil resistir a ela. “Devemos adotá-la e servi-la”, recomendou. Dois anos mais tarde, estaria entre os representantes eleitos para a nova assembleia constituinte republicana. Logo, porém, renunciou ao mandato e encerrou a vida pública recolhendo-se ao anonimato em seu engenho de Ipojuca, na Bahia.

A monarquia caiu sem que ninguém chorasse por ela. Como isso foi possível?

Talvez a melhor maneira de responder a essa pergunta seja observar o império brasileiro como uma miragem.

Miragem, como se sabe, é uma ilusão de ótica que distorce a percepção da realidade. O Brasil da época do império é uma terra mais

imaginária do que real. Às vésperas da proclamação da República havia um país que apresentava ser mais civilizado, rico, elegante e educado do que de fato era ou seria no futuro. Aos diplomatas e visitantes estrangeiros, apresentava-se como um império destinado a ser grande, poderoso, desenvolvido, ilustrado – um “gigante adormecido em berço esplêndido”, como dizia a própria letra do Hino Nacional. No futuro, seria capaz de assombrar seus congêneres europeus. O imperador Pedro II e a bela cidade serrana batizada com seu nome eram o símbolo disso tudo. Esse Brasil de sonhos, no entanto, confrontava-se com outro, real e bem diferente, criando uma contradição difícil de sustentar no longo prazo.

A construção desse país de sonhos estava confiada a uma aristocracia relativamente pequena, que mandava seus filhos estudar na França ou na Inglaterra, tinha contato com as ideias liberais discutidas em universidades europeias, mas tirava sua riqueza da exploração da mão de obra cativa e do latifúndio. Leis e rituais da monarquia procuravam imitar o pensamento e o ambiente dos salões europeus, mas a moldura real compunha-se de pobreza e ignorância. “A elite era uma ilha de letrados num mar de analfabetos”, definiu o historiador mineiro José Murilo de Carvalho.

Foi essa a ilusão de ótica que se dissipou em meio aos ventos revolucionários de 1889.

Observado pela perspectiva da história oficial, o Brasil do Segundo Império seria um modelo de democracia. As eleições aconteciam com regularidade exemplar. Os 50 senadores eram escolhidos pelo imperador em uma lista tríplice dos candidatos mais votados em cada província. A Câmara, com 120 deputados, era renovada a cada quatro anos. Os debates no parlamento eram elegantes e civilizados. Na aparência, tratava-se de uma monarquia constitucional e parlamentarista, regime pelo qual os eleitores escolhem seus representantes e, com base no resultado das urnas, o monarca nomeia o chefe de gabinete encarregado de organizar o

ministério. Na prática, era bem diferente.

As eleições eram de fachada, pautadas pela fraude e pela perseguição aos opositores. Frequentemente roubadas, as urnas reapareciam mais tarde recheadas de votos que davam vitória confortável ao chefão regional e, às vezes por descuido, somavam mais do que o total de eleitores registrados. Como o voto não era secreto, os coronéis locais vigiavam a escolha dos seus protegidos e usavam a polícia para impedir que eleitores da oposição votassem. “Quando o voto será livre?”, perguntava, ingenuamente, a princesa Isabel em carta ao pai, em setembro de 1868, ao testemunhar da janela da casa em que estava hospedada no balneário de Campanha, Minas Gerais, policiais ameaçarem jogar na cadeia os eleitores da oposição que se atrevessem a votar nas eleições municipais.

Inspirado no modelo europeu, o sistema judicial brasileiro era igualmente exemplar. Ao menos na aparência. Pela Constituição, todo cidadão – categoria em que não estavam incluídos os escravos – tinha direito de recorrer à Justiça para assegurar os seus direitos. O ritual previa amplo direito de defesa dos réus, só passíveis de condenação depois de esgotados todos os recursos. Ninguém podia ser preso sem culpa comprovada. O direito de liberdade de expressão era tão amplo no Brasil quanto nos países mais desenvolvidos. Na prática, a execução da lei dependia mesmo dos chefes locais, que mandavam prender adversários ou soltar aliados de acordo com suas conveniências. “O braço da justiça não é suficientemente longo nem forte para abrir as porteiras das fazendas”, escreveu Joaquim Nabuco, ao fazer um retrospecto das instituições imperiais em 1886.

Dois partidos dominaram a cena política do Segundo Reinado, o Liberal e o Conservador. Definir com clareza as diferenças entre eles tem sido uma tarefa árdua para os historiadores. Os conservadores tinham representação mais forte nas províncias do nordeste e, em geral, favoreciam à centralização do poder imperial, enquanto que os liberais representavam as províncias do sul – especialmente São

Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul – e defendiam uma maior descentralização em favor da autonomia regional. No passado, alguns estudiosos também se esforçaram para vincular os Conservadores à aristocracia rural e escravocrata, enquanto que os liberais teriam seus interesses mais associados aos profissionais liberais e comerciantes urbanos. Na verdade, não existia entre os dois partidos uma clara fronteira ideológica. Ambos refletiam mais rivalidades regionais do que programas distintos de governo.

Papel igualmente dúvida era o do imperador. Pela Constituição de 1824, cabia a ele o exercício do chamado Poder Moderador. Invenção brasileira, inspirada nas ideias do pensador franco-suíço Henry Benjamin Constant de Rebeque, o poder moderador se sobreponha e arbitrava eventuais divergências entre os outros três – executivo, legislativo e judiciário. Era uma tentativa de reconciliar a monarquia com liberdade, direitos civis e constituição. No caso do Brasil, entre as atribuições do imperador estavam a faculdade de nomear e demitir livremente os ministros, dissolver a Câmara dos Deputados e convocar novas eleições parlamentares.

Nos 49 anos do Segundo Reinado, Pedro II teve 36 Gabinetes, em média um a cada quatro meses. Executava, dessa forma, uma lei não escrita, com a devida complacência dos dois partidos. Sempre que um deles estivesse na oposição, sem chances de chegar ao poder pelas urnas devido à fraude eleitoral, a única forma de voltar a ser governo era esperar que o imperador dissolvesse a câmara e convocasse novo ministério. Pela Constituição, presumia-se que o ministério deveria merecer a confiança da Câmara dos Deputados para se manter no governo. Era assim que funcionavam os modelos clássicos de parlamentarismo europeu, especialmente o britânico. Na realidade, a formação do governo dependia mais da vontade do imperador do que do resultado das urnas. Em geral, usando os privilégios do Poder Moderador, Dom Pedro II primeiro dissolia a Câmara e depois nomeava o chefe de gabinete, cujo ministério se

encarregava de assegurar a vitória nas urnas mediante a corrupção e o ataque aos adversários. Era, portanto, um parlamentarismo às avessas. O governo manipulava as eleições e, através delas compunha uma Câmara de Deputados subordinada aos seus desejos, e não o contrário.

O ponto chave do modelo tinha a ver com a noção de cidadania, ou seja, quem podia votar e ser votado, representar e ser representado no império, quem tinha acesso ao controle dos recursos do Estado. Em resumo, quem mandava e quem era mandado. As primeiras restrições à cidadania apareceram logo nas eleições para a Constituinte de 1823, convocadas após o Grito do Ipiranga. Para ser eleitor era necessário ser homem, proprietário de terra ou outro bem de raiz, com idade mínima de 20. Mulheres, escravos, índios, assalariados, estrangeiros e pessoas que não professassem a religião católica estavam excluídos. A constituição de 1824 aumentou a restrição de idade para 25 anos e pela primeira vez introduziu o critério de renda mínima para os votantes. Para garantir o controle do resultado, as eleições eram indiretas em duas etapas. Na primeira votava o pequeno eleitorado composto por homens com renda anual líquido de pelo menos 100 mil réis. Cabia a eles escolher um colégio eleitoral mais restrito que, na segunda fase, se encarregaria de apontar os deputados, senadores e membros dos conselhos das províncias. A exigência de renda anual mínima para os candidatos a esses postos quadruplicava, de 100 mil para 400 mil réis anuais.

Lei de 1846 dobrou a renda mínima dos eleitores para 200 mil réis. Era muito, considerando que, nessa época, o salário médio anual em uma província rica, como Minas Gerais, não passava de 144 mil réis. Por fim, a reforma eleitoral conduzida pelo conselheiro José Antônio Saraiva em 1881 estabeleceu pela primeira vez o voto direto para as eleições legislativas, acabando a distinção entre votantes e eleitores. Em contrapartida, excluiu os analfabetos. Como resultado, o percentual de votantes, que tinha sido de 10,8% do total da população

em 1872, caiu para 0,8% em 1886. Havia casos de deputados que se elegiam com pouco mais de uma centena de votos.

Ao construir um estado forte e centralizado, o império conseguiu vencer um primeiro desafio que, na época da Independência, parecia insuperável: a manutenção da integridade territorial e o controle das tensões sociais e regionais, em especial as que envolviam os escravos. Fracassaria, no entanto, no segundo e maior desafio, o de forjar uma nação capaz de integrar todos os brasileiros em “um corpo sólido e político” – segundo uma conhecida expressão de José Bonifácio de Andrada e Silva, o Patriarca da Independência. Ou seja, a tarefa da construção da cidadania. A escravidão, o analfabetismo, a concentração de riquezas e a exclusão da imensa maioria da população do processo eleitoral se manteriam como marcas registradas do império até as vésperas de sua agonia final, em 1889.

Com sua peculiar capacidade de observar a realidade sob ângulos novos, o sociólogo pernambucano Gilberto Freyre afirmou: “A monarquia (...) nunca aceitou de modo direto e franco o desafio do trópico úmido à civilização brasileira. Contornou-o sempre”.

Caberia à república enfrentar esse desafio – tarefa que até hoje permanece inconclusa.

EM TORNO DA CONSTITUIÇÃO DE 1891 VARIANTES SOBRE A REPÚBLICA

Por EDUARDO ROCHA VIRMOND

Estejamos em 1831, a personalidade, a figura de Dom Pedro II sempre estarão aparecendo, por mais modesto, simples e concentrado que ele fosse. Ele parecia um paizão, um avozão, mais do que um determinado chefe de Estado. Depois ele foi embora, em circunstâncias constrangedoras para todos, para ele e para aqueles que pensavam fazer história ao expulsá-lo. Poderão se resumir os seus sentimentos no soneto belíssimo de sua autoria “Terra do Brasil”. Este soneto estava em um livro editado na década de 30, que desapareceu. Esse livro, denominado “Seleta em Prosa e Verso” desapareceu, sumiu, ninguém mais tem. Aqui está o soneto de Pedro II, já então Dom Pedro de Alcântara, que por sorte minha mulher sabe de cor.

TERRA DO BRASIL

DON PEDRO DE ALCANTARA
Don Pedro II Imperador do Brasil

Espavorida agita-se a criança
De noturnos fantasmas com receio
Mas se abrigo lhe dá o materno seio
Fecha os doloridos olhos e descansa

Perdida é para mim toda esperança
De volver ao Brasil. De lá me veio
Um pugilo de terra e neste creio
Brando será o meu sono em tardança

Qual o infante a dormir em peito amigo
Tristes sombras varrendo da memória
Ó doce pátria sonharei contigo

E entre visões de paz, de luz, de glória
Sereno aguardarei em meu jazigo
A justiça de Deus na voz da história

A Constituição de 1891 não começa o Brasil legal, mas a República, quando o Brasil império da lei já havia se consolidado com a Constituição de 1824, de Dom Pedro I, outorgada e duradora.

Pedro I dissolveu em 12 de dezembro de 1823 a Constituinte que havia criado e convocou uma nova Assembleia, para fazer o que ele chamou de “duplamente mais liberal”.

Wilson Martins diz assim: “o que importa é verificar que a Constituição outorgada não era, efetivamente, menos liberal que o projeto primitivo. Quanto a isso, o veredito histórico e a análise política não discordam, assim como, para além do princípio todo teórico que vê sempre como abuso de poder a dissolução das assembleias, as opiniões parecem agora acordes em achar justificado o ato do Imperador”.

Assim também pensaram mais tarde Jose de Alencar e Euclides da Cunha, em épocas distintas.

José de Alencar concluiu o seguinte:

Que a assembleia constituinte exorbitou.

Que se não sobreviesse a dissolução, graves calamidades resultariam para o país.

Que no conflito entre a assembleia e a coroa, a iniciativa foi o abuso daquela.

Que o projeto da Constituição elaborado pela comissão da assembleia era perigoso e inexequível.

Que a atual Constituição de 1824 é mais liberal do que projeto de 1823.

Euclides da Cunha, no entanto, disse sobre a Constituição de 1824 e sobre os membros do Conselho que a redigiram:

“Aqueles eruditos, os olhos fixos na Europa e no constitucionalismo nascente, não a elaboraram. Reuniram as melhores conquistas liberais, joeirando-as dos exageros democráticos e sobrelevaram, por fim, inatingíveis, sobre a cultura do país, na Constituição jurada em 25 de março de 1824. Tinham cravado um marco, ao longe, no futuro. A nossa história daí por diante recorda um fatigante esforço para o alcançar”.

Assim disse Euclides da Cunha em 1901, como dissera José de Alencar, diferentemente, como se fosse uma progressão, em 1863. Pensava assim também Oliveira Lima.

Também Clovis Bevilacqua se pronunciou, dizendo que a Constituição de 1824 era “produto do romantismo político”.

Tudo isto está na História da Inteligência Brasileira de Wilson Martins (2º Volume) e em “Os Donos do Poder” de Raymundo Faoro.

Será que Ruy Barbosa levou em consideração todas essas opiniões para elaborar a Constituição de 1891?

Parece que sim, porque a Constituição de 1824 teve larga vigência. Ruy não discorreu sobre isso, como se dissesse que não havia de perder tempo.

Ruy preocupou-se verdadeiramente com a Constituição dos Estados Unidos e suas incríveis Emendas, então já com cem anos de vigência. Era mais real e experiente, mais viva, mais vibrante. As suas Emendas representariam as mais concentradas regras de direitos fundamentais em vigor. Até hoje essas qualidades, que faço questão

de destacar, têm inteira procedência e plena vida, passados mais de duzentos anos.

Clovis Bevilacqua disse:

"Ruy Barbosa desvendou, aos olhos brasileiros, a ciência do direito público que a América do Norte criara e nós quase ignorávamos que existisse, antes que a víssemos transladada, em correta e lucilante frase portuguesa, pelo escritor baiano".

Ruy esclareceu: "Assentaram os colegas (os que formalmente elaboravam o projeto da Constituição) em que eu fosse o único a defender e explicar ao Chefe do Governo as disposições do futuro estatuto. Certa vez o Marechal Deodoro observou que só eu falava, ao passo que os meus colegas se conservavam silenciosos. É que, respondi-lhe, sou o vogal de todos eles". É muito divertido ou não?

Depois disso Ruy tinha a Constituição Federal como obra principalmente sua, proclamava-se seu criador, dizendo assim: "Autor da Constituição republicana, estremecendo-a pelas afinidades morais da paternidade, sinto-me obrigado a defendê-la contra os sofistas armados, que a retalham, a pugnar pela integridade de suas intenções".

Esses ditos sofistas ainda estão aí, nós os conhecemos, sempre donos da verdade, fazendo pouco da inteligência dos outros.

Voltando um pouco atrás, essa almejada República levou vinte e quatro anos para ser instaurada, mediante um movimento que tinha a aparência de improviso. Sérgio Buarque de Holanda assim comentou:

"A propósito da recomposição de forças e programas políticos que se opera no Brasil em 1868 com a queda do Ministério de 3 de agosto e a ascensão do Gabinete conservador de 16 de julho, foi dito que...a partir desse momento começa a crescer a onda que vai derrubar a instituição monárquica. Ela viveria ainda alguns anos, às vezes até com o antigo brilho. Os homens mais lúcidos, no entanto, sabiam que o Império estava condenado. Em 1869 começa o seu declínio,

até chegar à queda em 1889. Ele já revelara o seu potencial, o que tinha de positivo e negativo. Agora iria viver quase vegetativamente, pois eram sabidos os seus limites. A data de 1868 encerra o período do esplendor e abre o das crises que levarão à sua ruina. Não se poderia assinalar o grande alcance do acontecimento que produz uma clivagem na história política da monarquia brasileira e marca o ponto de partida mais visível da deterioração do regime" (História da Civilização Brasileira", T.2 – O Brasil Monárquico, Quinto volume, página 8).

Esse texto do mestre absolutamente correto, demonstra que o Brasil levou vinte e um anos, desde o caso da Monarquia, para atingir a República. Da mesma maneira, o movimento de 1964 que se chamara "revolução" levou vinte e um anos para chegar a sua aludida finalidade, a de restaurar o que se dizia ser a democracia, que só chegou a ser aparentemente verdadeiro com a eleição do Presidente. Os governos tanto da Arena como do MDB também foram autoritários, e não houve quem fizesse mais obstáculos à remoção do entulho autoritário do que ambos os partidos unidos por suas respectivas direções. Nem ainda a Constituição de 1988 terminou com esse entulho, dependendo até hoje de leis complementares ainda não editadas, remanescendo projetinhos mixurucas que correm pelo Congresso, alguns totalmente discutíveis.

No Brasil, como as coisas demoram a acontecer! Demorou para a Monarquia se transformar em República, desde 1868 até 1889, vinte e um anos. A atual Constituição foi uma ideia positiva que resultou em mesmice, reiterando um Brasil paternalista, sem possibilidade de transformar esse paternalismo em atos, em fatos. O Presidente Ernesto Geisel disse em 1975 que o Brasil teria uma democracia, mas o caminho iria ser lento e gradual. Ele tinha razão, mas não se imaginava que fosse possível tanto tempo, ele pensava em quatro anos, por aí. Graças aos partidos que dominaram o País, o MDB e a Arena e seus iguais sucessores, esse estágio se estendeu estupidamente. E a primeira coisa que fez a direção do partido de

oposição à ditadura, como era o MDB, foi evitar as eleições diretas, que proclamava em seus comícios. A eleição direta para a Presidência foi sabotada frontalmente, por um óbvio acordo em que se apresentava o contrário.

O Brasil apresenta a curiosidade de tardar as suas reações, já o era na época do Império. Os vinte e um anos que levamos para atingir a República foram quase estagnação. Outros países iam mais rapidamente para a frente, como a Argentina em 1870, quando já começara o seu delírio de grandeza. O Brasil era um país desconexo economicamente e a Argentina, amplamente relacionada na Europa, tomava dinheiro para seu desenvolvimento, sua vida cultural, sua produção. De repente a Argentina demonstrou que podia ser pior que o Brasil. Pluff! Virou zero: em 1875 a Argentina estava outra vez se acabando e o Brasil ressurgia das cinzas, principalmente pela iniciativa privada, a despeito do Poder do Estado.

Era então preciso que as forças da estagnação caíssem, que o regime fosse mais liberal, mais avançado econômica e socialmente. Quando o País deixara de estar em decadência, de certa forma, era necessário substituir a estrutura das forças retrógradas do Estado. Era insuportável que aqueles detentores do Poder permanecessem à testa daquela situação. Então caiu a monarquia, não por uma questão somente política, somente econômica, somente financeira, somente de classes dominantes. Era um conjunto de fatores, era o cansaço de tudo, a insensibilidade da vida esclerosada do País, como também a inabilidade do Imperador em tratar a situação que se apresentava como nova, esse estágio de crise.

Há quem pense que o Brasil estava em absoluto caos econômico e financeiro, um País em atraso total. Não era assim. O Brasil estava indo para a frente, apesar do Governo.

Como sempre apesar do Governo. O País não se recusava a um princípio capitalista. A classe operária dos grandes centros era ativa e interessada. Wilson Martins conta na “História da Inteligência

Brasileira” de um profundo interesse da classe operária pelo País e pelo seu progresso pessoal. As Ligas Operárias tinham jornais com bastante conteúdo. Em 1868, nesse determinante, havia ligas operárias com cursos de inglês, francês, matemática, datilografia e outros cursos práticos - o que demonstra vitalidade bastante curiosa dos trabalhadores. Quem pensa que o Brasil, de certa maneira estagnado na área política, estivesse com sua vida social também estagnada, engana-se muito. A República veio, teria de chegar. Em certo sentido foi frustrada, pois os resultados desta para a estrutura econômica, por exemplo, foram mínimos. Na área política, a República veio muito tarde, embora formada por idéias bastante progressistas dos libertários. Já seria necessária desde Tiradentes? Ora, o Brasil não é formado por protestantes como os Estados Unidos, nem o clima seria propício aos impulsos que ocorreram na vida norte americana em toda a sua extensão. São duas civilizações...!

O Brasil foi feito império e o povo gostou disso, em sua imensa maioria. O Imperador era adorado pelo povo, até hoje há alguns velhinhos que aprenderam com seus pais e avós a admirá-lo, talvez com muita justiça. O Imperador claudicou demais para a formação de seus sucessivos gabinetes, entre liberais e conservadores, com orientações diversas, mas mantendo as mesmas estruturas. O País em si já era muito frágil para suportar governos instáveis, embora pacíficos. Essa vacilação, que começara cedo com o próprio Imperador, agravando-se pela falta de definições, passou a criar freios à economia e ao progresso social, que era, por sua vez, exigência – necessidade que passou a se associar à ideia da substituição do regime por uma República eficiente.

Veio finalmente a República. Logo a seguir vieram as ditaduras militares, com pouco sangue derramado em proporção a outros povos, salvo as crueldades do Floriano. A Revolução Francesa também produziu a ditadura sanguinolenta e depois voltaram em 1815 ao poder os nobres, que dominaram praticamente a França até

1870. A República verdadeira só ganhou a parada na França noventa anos depois da Revolução Francesa. O que faz pensar que, não fosse a tremenda violência desta, talvez tivesse cindo antes. No Brasil, essa República, como se quer que seja, está levando cem anos para chegar. Chegou? Estará chegando?



OS 120 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1891: TEMPO E APRENDIZADO

Por ROGÉRIA DOTTI*

A Constituição de 1891 merece ser lembrada e comemorada. Afinal, foi justamente com essa Carta Política que o Brasil lançou-se no caminho da República. Foi ali que começou toda nossa história republicana.

Só por isso, a Constituição de 1891 já é importante.

Mas deve-se recordar também que ela representou o ideal da nação brasileira, traduzido através das manifestações de uma elite intelectual e progressista. O Brasil ao final do Império vivia momentos de crise. Começaram a se formar no país núcleos de pensadores e homens idealistas que pretendiam algo a mais: pensavam e lutavam para construir um país melhor.

A monarquia já desgastada estava com os dias contados. E com ela, todo um sistema de privilégios e regalias que contrariava os ideais de liberdade e igualdade daquele momento histórico. Não se pode esquecer que a Revolução Francesa e a independência dos Estados Unidos da América compunham o pano de fundo de um mundo novo. Um mundo que pretendia ser mais justo, mais igualitário, mais livre.

Mais do que um simples texto constitucional, ela representava o sonho de um mundo novo. Um mundo que começava a se desenhar.

1. A República – uma surpresa para o povo?

Ao contrário do que se poderia imaginar, a proclamação da República foi o resultado do movimento político de uma elite

* Autora convidada.

intelectual e da insatisfação dos militares. Não se tratou de uma revolução com o apoio das massas populares, embora não se possa dizer que o povo fosse contrário à Proclamação da República.

Daí porque Seabra Fagundes defendeu a ideia que a nova forma de governo nasceu sem legitimidade:

“Nada documenta que a ideia republicana fosse uma aspiração generalizada na opinião pública, embora houvesse grupos diversos, e intelectualmente de grande expressão, que por ela batalhassem. E o episódio, em si, da Proclamação, revestiu todos os aspectos de um mero pronunciamento militar, de um golpe armado. **O povo o recebeu atônito e perplexo**”.

(Seabra Fagundes, citado por Luis Roberto Barroso in *O Direito Constitucional e a efetividade de suas normas – limites e possibilidades da Constituição Brasileira*, 8^a ed, Rio de Janeiro: Renovar, 2006, p. 13, grifos nossos).

Com efeito, todas as grandes mudanças implantadas pela nova ordem constitucional ocorreram através do trabalho político de uma elite intelectual. Tanto é assim que Paulo Bonavides destaca que:

“...o sistema presidencial veio a vingar no caput do art. 41 da Constituição de 1891, **sob a indiferença e o silêncio da Nação**”.
(*Curso de Direito Constitucional*, 26^a ed, São Paulo: Malheiros, 2011, p. 221).

Talvez haja aí um certo exagero. Embora houvesse, sim, o silêncio do povo – que não participou ativamente do movimento – por outro lado também não se pode falar que havia indiferença.

Celso Ribeiro Bastos reforça a convicção de que a proclamação da República não teve qualquer respaldo popular. Segundo ele:

“A nação limitou-se a assistir”.

(*Curso de Direito Constitucional*, 12^a ed, São Paulo: Saraiva, 1990).

O fato é que, pelas dificuldades de informação e pelas péssimas condições do sistema de ensino, o povo não tinha efetiva participação política.

Na verdade, desde 1870, constatava-se no país uma crise da monarquia diante das mudanças sociais e o crescimento de grupos intelectualizados que exigiam uma maior participação política. Alguns fatores foram fundamentais para o desencadeamento dessa crise:

- o descontentamento da **Igreja Católica** em virtude da interferência de D. Pedro II nos assuntos religiosos;
- a insatisfação dos **militares** diante da proibição segundo a qual os oficiais do Exército só poderiam se manifestar na imprensa após autorização do Ministro da Guerra;
- o crescimento da **classe média**, formada por funcionários públicos, profissionais liberais, jornalistas, estudantes, artistas e comerciantes, os quais desejavam uma maior participação nos assuntos políticos do país;
- falta de apoio dos **proprietários rurais**, principalmente dos cafeicultores de São Paulo, os quais tinham grande poder econômico e almejavam aumentar sua participação política.

Tais elementos, associados à falta de apoio popular e à doença de D. Pedro II (afastando-o cada vez mais dos assuntos políticos), fizeram com que o movimento republicano ganhasse força.

Mas tal crise e a consequente transição para o governo republicano tiveram seus efeitos espalhados em uma elite de poder, da qual o povo não tinha a menor participação. Daí porque os historiadores afirmam que a República foi o resultado de um seco golpe militar. Destaque-se, por outro lado, que o povo jamais foi contrário ou indiferente à mudança. Aceitou-a com a alegria daqueles que vêem na mudança a esperança de um “novo tempo”.

2. O Ambiente Político na 1^a República

Na Primeira República, o Brasil viveu um tempo de forte domínio das oligarquias rurais e de fraude eleitoral institucionalizada. O baixo nível intelectual do povo, aliado à força política de alguns grupos elitizados, fazia com que a democracia representasse apenas um sonho distante. A propósito, Luís Roberto Barroso aponta como razão decisiva (embora não única) para o fracasso do sistema o processo eleitoral então vigente, o qual estava completamente desacreditado pela fraude e manipulação.

A República inicia-se também muito autoritária e completamente omissa em relação às preocupações sociais.

3. A Constituição de 1891 e as mudanças implementadas

Com a vitória da revolução republicana no dia 15 de novembro de 1889, instituiu-se um governo provisório, conforme o Decreto nº 01, redigido, dentre outros, por Ruy Barbosa.

Tal decreto, em seus primeiros artigos, dizia:

“Art. 1º. Fica proclamada provisoriamente e decretada como a forma de governo da Nação brasileira a República Federativa”

“Art. 2º. As Províncias do Brasil, reunidas pelo laço da Federação, ficam constituindo os Estados Unidos do Brasil”

O decreto, assinado pelo Marechal Manuel Deodoro da Fonseca, previa ainda que enquanto não fosse eleito o Congresso Constituinte, a Nação seria regida pelo Governo Provisório, o qual poderia realizar a intervenção nos Estados sempre que a ordem pública e a paz fossem perturbadas.

E, como ocupava a presidência desse governo provisório, o Marechal Deodoro da Fonseca retardou a formação da Assembléia Constituinte, pretendendo manter-se por mais tempo no poder. Havia, porém, como contraponto a forte pressão dos cafeicultores paulistas, os quais almejavam, desde logo, a promulgação de uma nova Constituição.

No ano seguinte, mais precisamente em 24 de maio de 1890, uma comissão apresentou ao governo um projeto-base da nova Constituição, o qual foi publicado e encaminhada ao Congresso, sob a Presidência de Prudente de Moraes.

Conta Paulo Bonavides, através do relato de Aurelino Leal, que “o Marechal Deodoro, ao receber das mãos de Ruy Barbosa o Anteprojeto da Constituição e após folhear algumas páginas do documento, foi logo perguntando onde estava o artigo que lhe consentia dissolver o Congresso. Ruy teria respondido que isso só era possível no regime deposto” (*Curso de Direito Constitucional*, 26^a ed, São Paulo: Malheiros, 2011, p. 221).

Apesar do envio do projeto ao Congresso, o País não poderia aguardar até a elaboração dessa nova Carta. Editou-se então em **22 de junho de 1890 o Decreto nº 510**, considerado assim uma “constituição provisória” a regular desde logo a organização do novo Estado Brasileiro.

Em restrita obediência ao princípio Federativo, esse Decreto concedeu liberdade de organização aos Estados membros, desde que respeitados certos limites e regras da União.

Nesse mesmo ano (1890) foi eleita a Assembléia Constituinte, a qual, após vários pareceres, aprovou o texto em 24 de fevereiro de 1891. Com participação decisiva de Ruy Barbosa, nascia então a nossa primeira Carta Republicana, chamada de **“Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil”**.

Importante frisar, contudo, que a Assembléia limitou-se a discutir pontos do projeto que já havia sido apresentado previamente

pela Comissão. Daí porque foi possível aprovar o novo texto constitucional em curto espaço de tempo.

A nova ordem foi fortemente inspirada no modelo norte-americano e operou uma tríplice transformação:

- A forma de governo (até então monarquia) passou a ser a **República**;
- A forma de Estado (até então unitário) passou a ser **Federativo**, com 20 Estados membros
- O sistema de governo (até então parlamentarista) passou a ser **presidencialista**.

Fortemente influenciada também pela ótica liberal, a Constituição procurou distanciar, tanto quanto possível, o Estado da sociedade. Criou um sistema de ensino laico, afastando assim também o Estado da Igreja.

O texto continha 91 artigos e 8 disposições transitórias. Ele adotou o princípio da separação dos poderes, conforme proposta de Montesquieu. O art. 15 previa serem órgãos da soberania nacional o Poder Legislativo, o Executivo e o Judiciário, harmônicos e independentes entre si. Aboliu-se assim o Poder Moderador. Outra modificação importante foi a abolição do senado vitalício. Os membros do Poder Legislativo passaram a ser eleitos e com mandato por prazo específico (09 anos para os senadores e 03 anos para os deputados).

A República passou a se preocupar com a isonomia entre os cidadãos, sendo tal princípio previsto expressamente no § 2º do art. 72. Deixou assim de admitir privilégios de berço, foros de nobreza, ordens honoríficas e títulos aos nobres.

Avanços importantes foram ainda a previsão da livre manifestação do pensamento, independentemente de censura e o respeito à liberdade de associação.

No âmbito do sistema penal, houve grandes alterações. Foram **abolidas as penas de galés, banimento judicial e a pena de**

morte. O texto ainda previu expressamente a concessão de **habeas corpus** sempre que o indivíduo sofrer ou se achar em iminente perigo de sofrer violência ou coação por ilegalidade ou abuso de poder.

Foi instituída a independência entre as Justiças dos Estados e a Justiça Federal, com distintas atribuições, e criadas garantias à magistratura como a vitaliciedade e a irredutibilidade de vencimentos.

Foi ainda criado o **voto direto**, o qual passou a ser **universal**, isto é, não utilizava o regime censitário (não havia mais a necessidade de comprovação de renda para ser eleitor). Todavia, só poderiam votar os **homens, maiores de 21 anos e alfabetizados**. Tais requisitos, especialmente o da alfabetização, em uma população carente de educação, fez com que a democracia fosse apenas retórica. Outra peculiaridade era o fato do voto não ser secreto, o que sem dúvida, autorizava os desvios.

Com a Carta de 1891 também houve inovação no que diz respeito à possibilidade de reforma do texto constitucional. Segundo o disposto no art. 90 e seus parágrafos, qualquer dispositivo somente poderia ser alterado mediante um processo árduo de discussão no Congresso. Desaparecia assim a antiga distinção entre norma material ou formalmente constitucional. Todas as regras tinham igual peso e uma tendência a serem mantidas diante da dificuldade de reforma.

Vale destacar que a forma republicana-federativa e a igualdade de representação dos Estados no Senado não poderiam ser, sequer, objeto de deliberação pelo Congresso. Era o que dispunha expressamente o § 4º do art. 90.

Pode se ver aqui o início do que mais tarde veio a doutrina constitucional a chamar de “cláusulas pétreas”, aquelas fundamentais à Carta e sobre as quais não se admite alteração.

Outra inovação importante foi a introduzida pelo art. 3º do novo texto constitucional. Segundo ele, atribuiu-se à União Federal a propriedade de uma área de terras de 14.400 km² no planalto central, destinada à futura instalação da Capital da República.

Mas sem dúvida, uma das principais inovações foi o

federalismo. Os Estados (antigas províncias) passaram a ter autonomia administrativa e tamanha liberdade na condução de suas atribuições que o Governo Federal só poderia intervir em quatro situações específicas. Dizia o art. 6º da Carta:

“Art. 6º. O Governo Federal não poderá intervir em negócios peculiares aos Estados, salvo:

- 1º) para repelir invasão estrangeira, ou de um Estado em outro;
- 2º) para manter a forma republicana federativa;
- 3º) para restabelecer a ordem e a tranqüilidade nos Estados, à requisição dos respectivos Governos;
- 4º) para assegurar a execução das leis e sentenças federais”.

Os Estados tinham assim ampla liberdade para se organizarem, não havendo a necessidade de seguirem completamente o texto da Constituição Federal. Possuíam inclusive o poder de criar leis, desde que respeitados os chamados **“princípios constitucionais da União”**. Era o que dispunha expressamente o art. 63:

“Art. 63. Cada Estado reger-se-á pela Constituição e pelas leis que adotar respeitados os princípios constitucionais da União”.

E o que se entendia por tais princípios?

O próprio Ruy Barbosa esclarece, em artigo publicado no Jornal do Commercio, em 18.5.1916:

“Mas quaes são esses principios constitucionaes da União? Está visto que não podem ser outros senão aquelles que a ella servem de base, sobre os quaes ficou constituída pelo acto de 24 de Fevereiro de 1891. Percorrendo-se o texto constitucional desde o preâmbulo vêm-se adoptados:

a liberdade individual e suas garantias;

a democracia;
a representação política;
a forma republicana;
o regime federativo”.

(“Constituição Brasileira. Princípios Fundamentais”, in *Direito constitucional: teoria geral da constituição*, Clémerson Merlin Clève, Luís Roberto Barroso organizadores, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011, p. 734)

Ocorre, porém, que o Brasil não estava preparado para tal mudança. O modelo norte-americano, e que foi utilizado como fonte de inspiração, havia sido criado em uma situação completamente distinta. Lá ocorreu um movimento inverso. As colônias norte-americanas já tinham uma forte independência quando foram unificadas. Tal padrão, como é natural, simplesmente não se encaixava na realidade brasileira, a de um Estado fortemente unitário.

4. A Inspiração Norte-Americana e as Crises

Todos os problemas gerados pela dificuldade de adaptação da realidade brasileira ao modelo importado dos Estados Unidos são bem explicados por Miguel Reale.

Em uma conferência proferida na Universidade de Brasília em 1982, ele faz uma análise da história constitucional brasileira e aponta a dificuldade de aplicação das teorias políticas às nações muito jovens:

“...nas nações desenvolvidas, as teorias políticas assinalam o resultado de experiências amadurecidas, enquanto, nos países em desenvolvimento, correspondem ao ponto de partida para inéditas experiências, o que explica a diversidade no plano pragmático das idéias”.

(“Momentos decisivos da história constitucional brasileira”, in *Direito Natural e Direito Positivo*, São Paulo: Saraiva, 1984, p. 82).

Em outras palavras, a teoria federalista gerou crises no Brasil pelo fato de não existir no país qualquer experiência prévia ou condições de amadurecimento dessa nova forma de Estado. Partia-se de um Estado Unitário e centralizador.

Luís Roberto Barroso, referindo-se aos Estados Unidos, destacou o que aconteceu: “recorreu-se ao mesmo critério de competências lá adotado, como se a União estivesse, subitamente, recebendo poderes expressos, delegados por Estados que antes fossem independentes, numa **ficção que beirava a utopia**” (*O Direito Constitucional e a efetividade de suas normas – limites e possibilidades da Constituição Brasileira*, 8^a ed, Rio de Janeiro: Renovar, 2006, grifos nossos).

Com efeito, as unidades federadas que até então não tinham qualquer vivência de autonomia, passaram a compreender o federalismo com um certo exagero, desejando por vezes uma verdadeira independência separatista.

O movimento foi exatamente o inverso daquele ocorrido nos Estados Unidos. Não se unificou o que já era independente, mas ao contrário procurou-se criar autonomia ao que era centralizado. Em outros termos, não foi a vontade livre das antigas províncias que conspirou para uma unificação. Foi a determinação de um governo central que impôs a própria federação.

Inevitáveis, portanto, as crises e os descompassos.

Em memorável discurso na Assembléia Constituinte, Ruy Barbosa tratou desses excessos do federalismo. Identificou a gravidade da crise e apontou o risco desse radicalismo implicar em desagregação da nação brasileira:

“Não somos uma federação de povos até ontem separados e reunidos de ontem para hoje. Pelo contrário, é da União que partimos. (...) Grassa, por aí, um apetite desordenado e doentio de federalismo, cuja expansão sem corretivo seria a perversão e a ruína da reforma federativa (...). **Ontem de Federação não tínhamos nada. Hoje não há Federação que nos baste**”.

(“A Constituição de 1891”, *Obras completas de Ruy Barbosa, vol. XVII, in O Direito Constitucional e a efetividade de suas normas – limites e possibilidades da Constituição Brasileira*, 8^a ed, Rio de Janeiro: Renovar, 2006).

E o que é pior, nesse Federalismo excessivo, deixou de haver verdadeira integração entre as unidades federadas. Os Estados membros passaram a ter uma autonomia muito ampla e acabaram por se inebriar nessa liberdade demasiada.

Nas sábias palavras de Manoel de Oliveira Franco Sobrinho:

“A Constituição de 24 de fevereiro de 1891 **transforma de improviso** as antigas províncias em Estados, autonomizando numa descentralização não orgânica”.

(“História Breve do Constitucionalismo no Brasil”, *in Direito Constitucional: Teoria Geral da Constituição*, Clémerson Merlin Clève e Luís Roberto Barroso organizadores, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011, p. 254).

Outro fator de crise foi a grande desigualdade entre as antigas províncias.

Segundo Paulo Bonavides:

“o federalismo no regime republicano da Carta Constitucional de 1891 era um **federalismo verbal**, com a igualdade dos entes federados existindo só no texto da Constituição”.

(*História Constitucional do Brasil*, Brasília: Paz e Terra, 1988, p. 256).

As diferenças existentes nas unidades federadas – e a falta de integração – fez com que prevalecesse a lei do mais forte. Os Estados com maior força econômica e política exerciam pressão sobre o Governo Federal a fim de verem atendidos os seus próprios interesses.

Não havia, portanto, um verdadeiro **pacto federativo**. Daí o aparecimento de tantas revoltas e insurgências.

Nesse cenário de crise, destacava-se também a fragilidade dos partidos políticos, os quais na primeira República não tinham dimensão nacional, nem representatividade. Eram verdadeiros representantes dos interesses de certas oligarquias rurais.

Tudo isso, aliado à fragilidade da própria União, fez com que surgisse no governo do Presidente Campos Salles a chamada “Política dos Governadores”. Tratava-se do movimento que consolidou a prevalência dos interesses dos Estados mais fortes, como São Paulo e Minas Gerais, os quais passaram a influir diretamente nos caminhos adotados pela nação.

Surge também a conhecida “Política Café com Leite”, a qual nada mais era que o sistema que garantia a alternância entre o Estado de São Paulo (produtor de café) e o Estado de Minas Gerais (produtor de leite) na escolha dos Presidentes da República. Tratava-se, portanto, de uma alternância de poder entre esses dois pólos bem definidos.

Os Governadores estaduais, nesse período, nada mais eram que representantes das oligarquias rurais e regionais.

Pode-se dizer, sem medo de errar, que a autonomia federativa - no ambiente de estruturas oligárquicas – conduziu ao coronelismo e às subsequentes crises da Primeira República.

5. A Falta de Representatividade

Embora a Constituição de 1891 tenha trazido em seu texto o ideal do liberalismo e da democracia, na prática foram poucos os avanços nessas áreas. Isto porque, apesar do intuito democrático, o sistema eleitoral vigente conduzia a uma grande falta de representatividade política.

Ainda que o voto tenha passado a ser direto e universal (ou seja, o eleitor não precisaria demonstrar qualquer capacidade de renda), só podiam votar os homens, maiores de 21 anos e alfabetizados. Tais



requisitos faziam com que o universo de eleitores representasse, na verdade, apenas 5% (cinco por cento) do total da população brasileira. Isso porque o sistema educacional na Primeira República era tão fraco que a maioria esmagadora dos brasileiros era formada por analfabetos. Não havia, portanto, uma democracia verdadeira. Os políticos eram eleitos por uma elite econômica e intelectual que não representava a vontade popular.

Além do número extremamente reduzido de eleitores, as dificuldades de acesso à informação e a falta de conscientização política faziam com que as eleições fossem facilmente manipuláveis.

A Primeira República não possuía, portanto, legitimidade popular. Segundo Luís Roberto Barroso:

"Guardavam-se as aparências democráticas, mas não era possível fazer política fora do oficialismo".

(*O Direito Constitucional e a efetividade de suas normas – limites e possibilidades da Constituição brasileira*, 8ª ed, Rio de Janeiro: Renovar, 2006, p. 17).

Citando Vitor Nunes Leal, na obra "Coronelismo, enxada e voto", Barroso lembra que se tratava de um verdadeiro "rebanho eleitoral" e destaca:

"...incorporou-se à **cidadania ativa** um volumoso contingente de eleitores incapacitados para o consciente desempenho de sua missão política"

(*op. cit.*, p. 17).

O mesmo autor ainda faz referência a um artigo de Raymundo Faoro, publicado na Revista Isto É, em 26.12.1979 e intitulado "O malogro da federação". Segundo Faoro:

"apesar de direto o pleito, as urnas só contavam a lição previamente ensaiada, sem surpresas possíveis".

Para Paulo Bonavides, havia uma distância enorme entre os princípios democráticos previstos na Carta e a realidade social do país:

"Entre a Constituição jurídica e a Constituição sociológica havia enorme distância; nesse espaço se cavara também o fosso social das oligarquias e se descera ao precipício político do sufrágio manipulado, que fazia a inautenticidade da participação do cidadão".

(*História Constitucional do Brasil*, Brasília: Paz e Terra, 1988, p. 252).

6. A Reforma Constitucional de 1926

As dificuldades geradas pelos excessos do federalismo e a tentativa de salvar a governabilidade da Primeira República fizeram com que se elaborasse uma Reforma Constitucional em 1926.

Sob a Presidência de Arthur Bernardes, tal reforma tinha o firme propósito de centralizar o exercício do poder, criando assim limitações à autonomia dos Estados membros. Pretendia ainda fortalecer o poder do próprio Chefe do Poder Executivo, em verdadeira desvirtuação do Princípio da Separação de Poderes, idealizado por Montesquieu. Para tanto, procurou fortalecer a União, ampliando as hipóteses de intervenção federal.

Assim, o art. 6º da Carta de 1891, o qual até então previa apenas quatro (4) situações nas quais era possível tal intervenção foi sensivelmente ampliado.

O Presidente da República, através de tal instituto, passou a ter tamanho poder que, segundo alguns autores, poderia ser considerado um "monarca eletivo". Ao invés de equilibrar a distribuição de poderes, a intervenção federal passou a ser utilizada para o exercício do arbítrio presidencial.

O princípio federativo foi profundamente atingido com a Reforma de 1926, perdendo toda a força que tinha ao início da República. Os Estados membros passaram a sofrer um controle

político e administrativo por parte do Governo Central.

Mas além de ampliar as hipóteses de intervenção federal, a Reforma de 1926 também cerceou atribuições do Congresso Nacional, restringiu a competência da Justiça Federal e limitou o uso do habeas corpus aos casos de prisão ou constrangimento ilegal.

Mesmo assim, apesar do intuito de um maior controle para a União, o que se viu foi que a Reforma veio tarde. Ela não conseguiu impedir a queda da Primeira República e a Revolução de 1930.

7. Curiosidades

Algumas curiosidades marcaram a Carta de 1891 e a Primeira República.

Um fato histórico que chama a atenção foi o primeiro desrespeito flagrante ao texto constitucional. Previa o art. 42 da Constituição que, se não houvessem transcorrido ainda dois (02) anos por ocasião de vacância, por qualquer causa, da Presidência ou da Vice-Presidência da República, haveria a necessidade de convocação de novas eleições.

Ocorre que, com a renúncia do Marechal Deodoro, no final do ano de 1891, assumiu o Vice-Presidente Marechal Floriano Peixoto, com o dever constitucional de convocar novas eleições. Isto porque ainda não haviam decorrido dois anos do exercício do mandato.

Lamentavelmente, porém, Floriano Peixoto adota uma interpretação que deturpa o texto constitucional e se mantém no poder até o final do mandato de 04 anos, com a permissão do Congresso Nacional.

Como se vê, desde a Primeira República o inebriante exercício do poder tem conduzido a graves e inadmissíveis desrespeitos à lei e à própria Constituição.

Outra curiosidade do texto de 1891 é que o art. 9º, inciso 1º gerou profunda polêmica. Ele previa a competência dos Estados para criar imposto de exportação de mercadorias de sua própria

produção. Mas não esclarecia se essa “exportação” referia-se ao envio de mercadorias para fora do país ou apenas a remessa de um Estado para outro.

Alguns Estados passaram então a cobrar o imposto quando os produtos eram destinados a outro Estado da federação. Surgiu então, à época, uma grande discussão jurídica. De um lado, Carlos Maximiliano, em seus *Comentários à Constituição*, defendia a tese de que a saída das mercadorias dos Estados poderia ser tributada, ainda que a circulação ocorresse dentro do país. De outro, Ruy Barbosa entendia que apenas a saída para o estrangeiro autorizaria a cobrança do tributo.

Por incrível que pareça, a tese de Carlos Maximiliano restou vencedora. Desde então, passou-se a entender que se não houvesse o complemento “para o exterior”, qualquer envio de mercadoria seria tributável.

Justamente por isso, em todos os textos constitucionais que se seguiram, inclusive na atual Constituição Federal, utiliza-se a aparentemente redundante expressão “exportação para o exterior”, evitando-se assim quaisquer dúvidas.

8. Ruy Barbosa

Impossível seria tratar da Constituição de 1891 sem mencionar Ruy Barbosa, o político, jurista e jornalista que tanto contribuiu para a extinção da monarquia e para a organização jurídico-administrativa da Primeira República.

Acima de tudo, Ruy Barbosa de Oliveira era um homem de grande inteligência, um intelectual de primeira grandeza e um político extremamente habilidoso. Sabia que a composição era – na maior parte das vezes – o caminho mais eficiente para as conquistas políticas que o Brasil tanto precisava.

Justamente por isso, evoluiu da posição que ocupava como “Conselheiro do Império” para verdadeiro líder republicano. Segundo Miguel Reale, Ruy representava a confirmação do sentido de ‘continuidade compositiva’ como inerente à cultura política brasileira. Ou seja, em vez de guerras civis, rupturas, a composição dos interesses políticos (*Momentos decisivos da história constitucional brasileira*, in *Direito Natural e Direito Positivo*, São Paulo: Saraiva, 1984, p. 87).

Aliás, essa habilidade específica e natural que tinha para a composição política foi fundamental para a adoção de importantes mudanças na Primeira República.

Um dos exemplos foi o da separação entre a Igreja e o Estado. Foi da autoria de Ruy Barbosa o projeto que acabou sendo adotado pela Constituição de 1891, prevendo a liberdade religiosa e o fim da interferência do poder estatal nos cultos e rituais católicos.

Segundo João Felipe Gonçalves, “antes de escrever seu projeto, Rui reuniu-se mais de uma vez com o Bispo Macedo Costa, seu antigo professor de ginásio, para saber como tornar os projetos concernentes à religião mais palatáveis para a Igreja” (*Rui Barbosa – Pondo as idéias no lugar*, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, p. 62). Assim, decidiu estrategicamente adiar as decisões relativas ao casamento civil e aos óbitos e nascimentos, diminuindo portanto “o impacto das medidas laicizantes sobre a Igreja, reduzindo o risco de ganhar de imediato fortíssimo inimigo” (*op. cit.*, p. 62).

Era, sem dúvida, a habilidade política e conciliadora de Ruy Barbosa a serviço da nação brasileira.

Importante destacar também que sua formação jurídica e seu profundo conhecimento sobre a organização constitucional de outros países fizeram dele uma referência e um apoio de grande valia para o Presidente Deodoro da Fonseca. A confiança deste era tão grande em Ruy Barbosa que por nove vezes seus pedidos de renúncia foram rejeitados pelo Marechal.

Ele constituía, de fato, na feliz expressão de Miguel Reale, um “centro de equilíbrio” entre grupos fortes e opositores. De um lado, a

ditadura positivista que almejava a concentração do poder. De outro, o movimento crescente de dispersão desse poder, representado pela excessiva autonomia dos Estados.

Ruy Barbosa participou ativamente da redação dos primeiros decretos do Governo provisório e foi dele a sugestão para o nome oficial do país “República dos Estados Unidos do Brasil”.

Mas, se o político e ideólogo Ruy Barbosa teve grande influência em nossa primeira Constituição republicana, mais importante ainda foi a sua atuação como jurista. Através do uso do novo instituto do *habeas corpus*, Ruy Barbosa inúmeras vezes atuou perante o Supremo Tribunal Federal na defesa de perseguidos políticos. Servindo de exemplo em casos de grande repercussão, o advogado Ruy ajudou a criar um sentimento de civismo e de respeito à lei. Segundo João Felipe Gonçalves, “ele legava ao país não só um paradigma de garantia jurídica da liberdade, mas também um modelo de argumentação contra a arbitrariedade. Era a palavra, a razão, contra o autoritarismo da força – é por ações como essas que Rui merece ser lembrado como um grande patrono da liberdade neste país” (*op. cit.* p. 83/84).

9. Decurso do Tempo e Aprendizado

A Constituição de 1891 marca a Primeira República no Brasil e, com ela, também vários equívocos e desvios de um período que, apesar do decurso de 120 anos, mostra-se ainda muito presente.

Passado todo esse tempo, o que se vê é ainda um país a ser construído, sobretudo do ponto de vista institucional. É fácil constatar que a nação brasileira ainda não conseguiu honrar integralmente o compromisso assumido em 24 de fevereiro de 1891: um mundo melhor.

A Primeira República trouxe ao Brasil a esperança de um novo tempo, com progresso, liberdade, democracia e moralidade pública. Há ainda muito a conquistar. Em nosso país hoje convivem o trabalho honesto e a corrupção, a lei e a falta de moralidade administrativa.

Em 1914, Ruy Barbosa proferiu um discurso no Senado Federal, mostrando sua insatisfação com os rumos adotados pela nação. Suas palavras parecem extremamente atuais:

“Não queira, portanto, V. Ex^a, Sr. Presidente, ver nas minhas palavras o amargor de sentimentos pessoais. Se alguma amargura nelas resumbra, é a dos sentimentos dolorosos com que veja tão distantes as profissões de fé republicanas e a realidade dos atos correntes sob a responsabilidade daqueles que formularam essas profissões(...)”

E prossegue enfatizando que tem esperança no futuro:

“...que o futuro quadriênio presidencial seja enfim uma época de regeneração efetiva, séria, não nominal e aparente, mas séria, produtiva e ampla das instituições republicanas; é que o novo presidente entre nas suas responsabilidades com o pé direito e se desembarace dos compromissos pessoais e que seja o representante pessoal, desinteressado e independente da nossa Pátria, da nossa terra, do Brasil redimido, para observância da lei, para o restabelecimento da moralidade política, para a reconquista das nossas liberdades republicanas”.

(Rui Barbosa, *Escritos e Discursos Seletos*, Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar S.A., 1995, p. 271/272).

Manoel de Oliveira Franco Sobrinho, em artigo publicado em 1968, referia-se ao Manifesto Republicano de 1870, lembrando que as promessas ali contidas ainda não haviam sido cumpridas.

“Com as armas da discussão, ‘instrumentos pacíficos da liberdade’, denunciava-se o ‘regime das ficções e da corrupção’. Um século depois, próximos do ano de 1970, as questões quase são idênticas, numa demonstração de que o Brasil ainda está longe de adquirir, pela sensibilidade dos seus homens, as virtudes da maioria política”.

A pergunta que se coloca, passados todos esses anos, é:

E agora, alcançamos essa maioria política?

É a questão que fica para reflexão.





A PRÁTICA DA LEITURA

Por CLEMENTE IVO JULIATTO

"A leitura é uma conversação com os homens mais ilustres dos séculos passados".

Descartes

A leitura se parece muito com a abelha que leva o pólen de uma cabeça inteligente para outra. É certo, como afirma o poeta gaúcho Mario Quintana, que os livros não mudam o mundo. No entanto, são os livros que mudam as pessoas, que por sua vez, mudam o mundo. Esperamos, naturalmente, que mudem o mundo para melhor.

A tão desejada cultura humana é uma conquista. No entanto, essa conquista só acontece através do estudo, da pesquisa e da boa leitura.

O poeta francês Louis Aragon nos oferece uma fórmula humilde, mas *sui generis*, da felicidade:

lenha velha para queimar,
vinho velho para beber
velho amigo a quem falar,
velho livro para ler.

Possa, então, o prezado leitor encontrar em suas leituras, algo que lhe seja útil, como a mim ocorreu. Confesso que tenho lido muito;

centenas, talvez milhares de livros e apostilas, em várias línguas. Até se tivesse sentido antes, no meu tempo de juventude, o bem que a leitura me faria, teria me organizado para ter lido ainda mais. Teria seguido mais a recomendação do catalão Antoni Gaudí: "Comer e dormir só o justo para subsistir." Teria me organizado para ler mais, pelo menos, uma ou até várias horas por dia.

Confesso que a leitura foi para o meu intelecto o que o exercício físico foi para o corpo. A leitura leve de jornais e de revistas me manteve uma pessoa atenta às ideias que 'rolam' pelo mundo. Mas, a leitura de livros e de artigos de fundo me proporcionou uma maior profundidade na argumentação. Acredito que ler é um dos melhores meios a nosso dispor para adquirir mais cultura. Uma pessoa é tão culta quanto mais sabe pensar e conhece o que disseram os outros. Isso somente acontece com pessoas inteligentes e sábiás.

Naturalmente, ler não basta. Pensar e estudar as pessoas e as coisas é bem mais importante do que apenas ler. É o que afirma La Rochefoucauld. Esse escritor francês é complementado por outro compatriota seu, o também escritor Alexandre Dumas que nos alerta: "Os que leem muito, muito sabem; mas aqueles que observam e meditam, sabem, às vezes, muito mais."

Também é muito verdadeiro o dizer do escritor brasileiro Malba Tahan: "A pessoa que não lê, mal fala, mal ouve, mal vê." Encontramos tal coisa todos os dias, infelizmente. Isso contribui para nosso atraso geral. A propósito, tem toda a razão o escritor e pensador americano Mark Twain ao sentenciar: "O homem que não lê bons livros não tem mérito maior do que o homem que não sabe ler." Pode-se até comparar o mundo a um grande livro. Este, entretanto, não tem nenhuma utilidade e nenhum atrativo para quem não consegue lê-lo e apreciá-lo.

O grande tribuno e político romano Cícero gostava de ver livros espalhados por toda a parte. Ele tinha tanta devoção aos livros que até afirmava: "uma sala sem livros é o mesmo que um corpo sem alma". O pensador argentino Jorge Luís Borges, além de grande escritor, era

também um grande leitor. Ele dizia: "que outros se jactem das páginas que têm escrito; eu me orgulho das que tenho lido." Sabemos, no entanto, que escrever e ler, muitas vezes, caminham juntos.

É uma pena que no Brasil se leia tão pouco. É, então, muito fácil saber por que ainda somos tão atrasados. Que não seja pela profecia do editor americano Elbert Hubbard: "Um país só é civilizado quando se gasta mais dinheiro em livros do que em chicletes." É bastante provável, até quase certo, que neste país se gaste mais dinheiro em guloseimas do que na boa leitura...

Deixe-me contar-lhe a história de um famoso escritor inglês, que poderia ter seguido um caminho bastante diferente em sua vida. Ele até passava fome em casa. Tinha o pai preso. Depois de muita procura, para ganhar pouco, encontrou um emprego que consistia em colar rótulos em garrafas de graxa num lúgubre armazém, cheio de ratos.

Desejava, entretanto, ser escritor. Imaginem!... Tinha estudado só até o quarto ano primário. Como era de se esperar, com tais credenciais, não conseguia muito ao enviar seus manuscritos para o editor. Mas continuou mandando assim mesmo. Até que uma historinha sua foi aceita. Entretanto, não lhe pagaram nada por isso. Só recebeu uma carta elogiando o seu trabalho.

Essa carta, entretanto, mudou completamente sua vida. Estudou mais e tornou-se um grande escritor. Seus escritos mudaram também a vida de muita gente. Neles aconselhou dar aos pobres e às crianças um tratamento sempre digno. Trata-se, nada mais nada menos, do grande escritor inglês, hoje venerado, Charles Dickens.¹

Quero igualmente contar-lhe um caso acontecido numa escola secundária. Ele pode ser chamado de 'a aula de leitura'.

Um Professor de leitura escolhera cuidadosamente a lista de livros que seriam lidos durante o semestre. Um clássico estrangeiro, outro nacional, ambos de autores renomados e direcionados ao

¹ Inspirado em Willy McNamara, *Histórias para aquecer os corações*, de Jack Canfield et al., pg. 93.

preparo do vestibular para ingresso em universidade e ao prazer da boa leitura; um policial e um romance de aventuras. Imaginou que, dessa vez, seus alunos iriam vibrar e, sobretudo, ler. Mas tal coisa, novamente, não aconteceu.

Há tempos, enfrentava problemas sérios com a leitura em suas turmas. Até pensava: como os alunos de hoje são diferentes do meu tempo de estudante!... Então, havia deleite em ler Homero e Dante e gostava-se muito de Shakespeare. Hoje, até parece que não se gosta mais de ler!...

Ele chegava à sua sala entusiasmado para falar de um autor, mas seu ânimo logo arrefecia, por sentir que os alunos não estavam nem aí com o que dizia. As únicas perguntas que surgiam, contra as tarefas que programava, eram: “O livro é muito grosso?”, ou “Demora muito tempo para ser lido?” E, uma queixa invariável: “professor, tem pena de nós!”

Quando um livro famoso tinha sido até roteiro de filme, seus alunos preferiam assistir o filme em vez de ler o original. Alguns ainda pediam para algum amigo mais leitor contar-lhes o enredo. Pensavam que conhecendo a trama, estavam dispensados da leitura.

Chegou o dia em que o professor, já desanimado com sua turma, decidiu desistir de sua intenção de transformar seus alunos em leitores de qualidade. “Não vou mais me desgastar com isso”, pensou.

Bastante desanimado, agendou, então, uma excursão à biblioteca da escola. Aí, largou seus alunos no meio da ampla sala, das estantes e mesas de leitura, dizendo: “Aqui estamos, escolham o que desejam ler!”

Os alunos, num primeiro momento, ficaram atônitos sem saber o que fazer... O professor não falou mais nada. Aos poucos, seus alunos foram se movimentando pelo espaço da biblioteca: pegavam algum livro, cheiravam o papel já com páginas amareladas, olhavam as datas em que foram escritos, viram a pilha de livros novos ainda não catalogados, etc.

“Posso pegar esse aqui?” Perguntou um aluno. “Pode,” respondeu o professor. E esse aqui? perguntou outro. “Escolham o que quiserem!”, dizia o professor.

O mestre ficou até admirado com o interesse de alguns alunos. Mais admirado ainda, ficou na hora de voltar. Foi difícil reunir seus alunos. Alguns continuavam sentados nas mesinhas, lendo os livros escolhidos. Foi até preciso apelar para sua autoridade para tirá-los da biblioteca.

Então não teve mais dúvidas. Suas aulas de leitura, a partir daquele momento, seriam todas na biblioteca da escola.²

Permitam-me ir até a Europa para falar-lhes um pouco mais das bibliotecas e das instituições de ensino.

As bibliotecas da Universidade de Oxford, Inglaterra, e do Trinity College, em Dublin, Irlanda, são conhecidas como sendo um espaço especial do herói moderno Harry Potter. A razão disso é porque nelas foram filmadas algumas cenas de sucesso. Oxford abriga a principal universidade da Inglaterra. Esta possui uma biblioteca espetacular. O Trinity College, mais recente, fundado em 1592 pela rainha Elizabeth I, para educar o “povo bárbaro da Ilha da Irlanda”, como se dizia na época, então uma colônia britânica. Essa escola é notável pelas relações existentes entre os irlandeses e ingleses, entre católicos e protestantes, entre o tradicional e o novo. No início, o Trinity aceitava somente homens e apenas protestantes. Só em 1873, a religião dos alunos, para ingresso, foi desconsiderada e as mulheres puderam frequentar essa universidade só a partir de 1903.

Na biblioteca do Trinity College, com mais de três milhões de livros, foi filmado *Harry Potter e o prisioneiro de Azkaban*. Ela possui também o famoso Livro de Kells, assim chamado por ter sido feito pelos monges do Mosteiro de Kells. Feito de forma artesanal em couro de bezerros, no século IX, 600 anos antes da invenção da imprensa

² Inspirado em RAMAL, Maria Cecilia. Histórias de gente que ensina e aprende.

Bauru: EDUSC, 1999, p.93 e seguintes.

pelo alemão Gutenberg. É tido como um dos livros mais antigos do mundo, senão o mais antigo. O interessante é que é todo ilustrado e colorido, feito para quem não sabia ler nem escrever. Essa biblioteca é o símbolo do Trinity College.³

O escritor Millor Fernandes aconselha: “Em ciência leia sempre os livros mais novos. Em literatura, os mais velhos”. E o grande reitor e escritor espanhol Miguel de Unamuno nos fala: “uma pessoa é tão mais original e peculiar quanto mais conhece o que disseram os outros.”

Já está mais que comprovado que quem adquire o hábito de ler com muita frequência, melhora sua escrita e também a sua fala. Felizmente, ainda existem aqueles jovens que não abrem mão de um bom e velho livro em papel. Bill Gates, famoso no mundo inteiro por suas descobertas e seu empreendedorismo, disse certa vez: “Meus filhos terão computadores, sim, mas antes terão livros. Sem livros, sem leitura, os nossos filhos serão incapazes de escrever, inclusive a sua própria história”.

Há um pensamento bastante importante: “A leitura de todos os bons livros é como uma conversa com os melhores espíritos dos séculos passados, que foram seus autores, e é uma conversa estudada, na qual eles nos revelam seus melhores pensamentos”. Olhem bem para esta citação de Descartes: ele fala de bons livros e de melhores espíritos dos séculos passados. Gostar das coisas antigas é bom, desde que elas sejam boas. As ruins, que também são muitas, já foram superadas, graças a Deus. Gostar das coisas modernas é coisa boa, porém, com a mesma condição.

Nosso poeta maior, Carlos Drummond de Andrade fala que “Há livros escritos para evitar espaços vazios na estante. E é muito triste o que continua dizendo: “A leitura é uma fonte inesgotável de prazer, mas por incrível que pareça, a quase totalidade, não sente esta sede.” O poeta, por vezes até irreverente, Mario Quintana, assim fala:

³ Inspirado na Internet

“Qual ioga, qual nada! A melhor ginástica respiratória que existe é a leitura, em voz alta, dos Lusíadas.” Sabe-se, porém, que tanto a leitura quanto a ginástica são fundamentais. Joseph Addison chega a dizer que “A leitura é para o intelecto o que o exercício é para o corpo”.

O grande literato norte-americano Mark Twain assim escreve: Aquele que lê maus livros não leva vantagem sobre aquele que não lê livro nenhum. E Schopenhauer até nos alerta: “Livros maus são um veneno intelectual: estragam o espírito. A condição para ler obras boas é não ler obras más, pois a vida é breve, e o tempo e as forças são limitados.

Sabemos que a leitura é uma boa porta de entrada para muitas novas ideias e descobertas. Devemos ler, e também fazer outras coisas boas, talvez seguir o conselho de Goethe “Todo dia, devíamos ler um bom livro, uma boa poesia, ver um quadro bonito, e, se possível, dizer algumas palavras sensatas.”

Vemos que muitos benefícios nos advêm da leitura, quando boa, naturalmente. Ela promove nossa saúde mental, reduz nosso nível de estresse, aumenta nosso vocabulário e nossos conhecimentos, melhora nossa escrita e até nos traz mais habilidade no pensar. Podemos até pensar que “Muitos homens iniciaram uma nova era na sua vida a partir da leitura de um livro.” É o que nos conta o pensador americano Henry Thoreau.

Resumindo tudo o que acabamos de escrever, continuamos acreditando no pensador francês Lacordaire: “De três coisas precisa o homem para ser feliz: benção divina, livros e amigos”.





O PROFESSOR, O LÍDER E OS DEGRAUS DO CONHECIMENTO

Por JOSÉ PIO MARTINS

Quatro são os degraus do conhecimento que julgo indispensáveis ao profissional da educação, aos gerentes, executivos e líderes em geral. O trabalho do educador e do líder é essencialmente voltado ao desenvolvimento de pessoas, na escola, nas empresas e nas organizações de qualquer natureza. Assim, sem prejuízo de outras competências e habilidades, há pelo menos quatro degraus do conhecimento requeridos para o êxito.

O primeiro é “domínio das técnicas”. Por exemplo, um professor de finanças ou um executivo financeiro precisa obviamente ter domínio das técnicas financeiras. Essa qualidade é o mínimo exigido de qualquer técnico que lida com operações financeiras que, como é sabido, tem lá suas complexidades e peculiaridades. Como o dinheiro perpassa a vida das pessoas, das famílias, das empresas, dos governos e das instituições em geral, a todos se impõe algum domínio de técnicas de manejar dinheiro e suas operações.

O segundo degrau é “base conceitual”. Conceito significa a representação mental de um objeto abstrato ou concreto para identificar, descrever e classificar os diferentes elementos e aspectos da realidade do objeto. Aquele que ensina ou lidera equipes deve, para poder orientar e supervisionar trabalhos, conhecer os conceitos dos assuntos pertinentes. Sem isso, os liderados não aprendem mais que as operações mecânicas de suas tarefas e de sua profissão, sem entender o aspecto conceitual da coisa.

O terceiro degrau é “fundamentação teórica”. A palavra “teoria” é de difícil definição. Mas, simplificadamente, podemos dizer que teoria é um enunciado que explica o funcionamento de um objeto, uma ação ou um fato real qualquer, a partir de determinadas propriedades físicas, psíquicas, sociais ou metafísicas. O professor ou o líder com sólida formação teórica sabe explicar como algo funciona e por que funciona daquela forma, sendo capaz de demonstrar as teorias que dão respaldo ao que afirma.

O quarto degrau do conhecimento é “cultura mundial sobre o tema”. O profissional de uma área que tenha responsabilidade de ministrar aulas ou liderar equipes terá mais chance de sucesso se estiver bem informado sobre o que acontece com os objetos, fatos e movimentos vinculados a seu campo de atuação. Em um mundo instável, complexo e conectado, no qual a tecnologia avança sem parar e de forma acelerada, a detenção de cultura mundial sobre os assuntos de sua profissão é valiosa e necessária.

Um aluno ou um técnico em trabalho percorre quatro passos quanto às informações de seu ofício: obter, selecionar, analisar, concluir. Quanto ao primeiro passo – obter informação e dados –, a era da Internet e da telefonia móvel colocou tudo disponível para qualquer um em qualquer lugar. Um professor já não é tão importante para a tarefa de fornecer informação e dados, pois sua plateia tem tudo disponível em tempo real, na palma da mão, em um simples telefone celular.

O passo dois é selecionar as informações e os dados, tarefa bastante trabalhosa justamente pela abundância. Na prática, o excesso de informação acabou criando um problema em si e impõe a necessidade de distinguir entre falso e verdadeiro, e entre o relevante e o descartável. A capacidade de selecionar por sua vez exige determinado nível de conhecimento para fazer distinções corretas. Nesse ponto, a orientação dada pelo professor ou pelo líder torna-se relevante.

O passo três é analisar a informação selecionada, tarefa que requer conhecimento das técnicas, dos conceitos e das teorias a respeito

do objeto em questão. A análise, o diagnóstico e a compreensão sobre o objeto exigem conhecimento sedimentado em base conceitual e fundamentação teórica relacionadas ao objeto examinado. O quarto passo – tirar conclusões válidas e inteligentes – é determinado pelo nível de domínio dos quatro degraus do conhecimento, e sem isso o ato de concluir é um passeio ao acaso tanto menos válido quanto mais complexo for o problema em análise.





A LEITURA: MULTICOLORIDA E EM MOSAICO

Por MARTA MORAIS DA COSTA

A leitura não é apenas a escolha de um texto construído por um registro de linguagem - ou registros de linguagens – com a finalidade de estimular o leitor a compreender e a interpretar. É antes um caminho no campo dos saberes, um caminho integrador, que dialoga com outras ciências, que se debruça sobre objetos os mais diversos, e que, a partir das descobertas do leitor, altera o modo como cada saber interpreta seu próprio fazer e a perspectiva com que são estudados seus objetos.

Mais fácil seria seguir o conselho do Rei de Copas ao Coelho Branco em “Alice no país das maravilhas”: “Comece no começo, e vá em frente até chegar ao fim; então pare.” Essa objetividade inexiste na leitura: o leitor se dispersa nos caminhos de seu repertório e nas relações que estabelece dentro da rede de sentidos dos textos.

Dito isso, me proponho a dialogar principalmente com o Prefácio de Jean Starobinski, crítico literário suíço, falecido no último dia 4 de março de 2019, como forma de homenagem a quem pensou a questão da interpretação e da recepção de textos. Ao escrever, em 1978, o prefácio para o livro do teórico da leitura, Hans-Robert Jauss, um dos pioneiros da estética da recepção, ele expôs sua interpretação dessa tendência dos estudos humanistas e estéticos. Uma de suas frases capitais é “a estética da recepção não é uma disciplina para debutantes apressados”. Ou como escreveu também: na atualidade, “em nosso mundo existe em larga escala (abunda) uma meia-ciência presunçosa”.

Isto porque, tocados pela benfazeja varinha de condão dos pseudo-cientistas, muitos saíram por aí divulgando que, como a leitura é um ato individual, mutável ao longo do tempo, dependente de acervos/repertórios pessoais, **tudo** o que for dito a respeito de um texto é válido, **tudo** deve ser respeitado, toda interpretação é **relativa**, e, dentro de uma morna e complacente aceitação e **todos interpretam corretamente qualquer texto**. Esse relativismo plástico e maleável tentou jogar na lata de lixo as teorias da leitura, substituídas pela irrecusável, incontestável e tirânica expressão “**minha leitura**”. Alguns leitores até hoje exibem uma aparência de etérea superioridade ao afirmar, sem possibilidade de aceitação do contraditório: “Mas esta é a minha leitura” e declaram a morte do debate de ideias, dos contrapontos, da democracia interpretativa.

Portanto, concordo com Starobinski: “não é disciplina para debutantes apressados” e - acrescento eu - nem para debutantes senhores da razão. Por isso, desde já assumo meu texto como passível de enganos, de afirmações contestáveis, mas sempre pronto ao diálogo e às ponderações contrárias. Além daquelas que a posteridade botará abaixo, como costuma acontecer na história das ideias. Para mim, sem prejuízo algum, porque lá das nuvens não serei atingida pelo terremoto...

A leitura, como ato e prática, cumpre um percurso, digamos, em forma de corrente, em que elos se ligam a outros elos, em que pessoas exercem, quando se defrontam com textos, ações em estágios diferentes, mas que podem vir interligados:

1. decodificam;
2. recepcionam sentidos contextualizados e compreendem o que leem;
3. discriminam o que devem reter ou rejeitar, isto é, interpretam o que leem (associam, refazem, contradizem, confirmam sentidos);
4. por vezes, produzem novos textos, imitando ou refazendo o que leram;
5. podem dar início a um novo ciclo (a leitura de seu texto), a ser cumprido pelo próprio indivíduo ou pela coletividade.

Nenhum escritor que se preze e possa ser prezado é um analfabeto funcional, um leitor bissexto ou um leitor apressado. E muito menos um não-leitor. Por isso, acredito que, por exemplo, a produção de ficção ou poesia feita por crianças e adolescentes não passa de um exercício escolar. Por isso, celebridades de um *star system* escreverão apenas para os descerebrados stars ou fãs. Se há exceções, muito exclusivas, só confirmam que esta é uma regra de ouro, não de ouro de tolos, mas de metal maciço.

Mesmo que existam livros com títulos tão estranhos quanto: *O significado inconsciente do cabelo* (George Berg, 1951); *Como fervar água em uma sacola de papel* (Anon, 1891); *Ensine alcoolismo a você mesmo* (Meier Glatt, 1975); *Como tornar-se um esquizofrênico* (John Modrow, 1992); *Livro ilustrado do revestimento da língua* (Anon, 1981); *A termodinâmica da pizza* (Harold Morowitz, 1991); *Quem é quem no arame farpado* (Anon, 1970); *Lançamento de granadas como um esporte colegial* (Lewis Omer, 1918).

A leitura e mais especialmente o leitor surgem como centro de reflexões teóricas e pesquisas práticas na filosofia, com Hans Gadamer e a valorização da hermenêutica; na semiologia, em especial de Umberto Eco, e na literatura, com os estudos da escola de Constança no que se chamou “estética da recepção”, manifesta em várias linhas: a teoria do efeito de Wolfgang Iser, a *reader-response theory*, e a sociologia e história da leitura de Roger Chartier, de Alberto Manguel, de Robert Darnton, de Steven Fischer.

Este novo paradigma pode assim ser apresentado: a estética da recepção investiga as condições sócio-históricas das diversas interpretações textuais. O discurso literário, em sua natureza, é um texto mais verossímil do que verdadeiro, mais figurado do que fotográfico, mais maleável/ficcional do que científico, por isso oferece um campo de estudos mais rico de possibilidades para o estudo de seu processo de recepção. A presença da atividade de leitura é considerada sempre como uma pluralidade de construções de sentido historicamente mediadas, ou seja, analisadas em seu fazer discursivo. E discurso tem a ver com a simbiose entre escolhas pessoais e

influências histórico-sociais, fatores determinantes da ideologia, sendo esta – a ideologia - o leito sobre o qual correm as águas dos sentidos do texto.

Diz Starobinski, “O método recepcional exige, de quem o aplica, o saber completo do historiador filólogo, a aptidão das análises acuradas da forma recaindo sobre os descartes e as variações.” Quero acentuar a ideia de que um leitor, em sua independência relativa – porque sujeito ao império dos modos de ler herdados (diacrônicos) e contemporâneos (sincrônicos) – produz dois resultados positivos: ignora alguns sentidos e valores e privilegia de forma múltipla outros sentidos e valores.

Em *Os limites da interpretação* (1990), Eco apresenta como caráter estrutural de qualquer texto uma combinatoria de três intenções – identificadas em latim: “*intentio auctoris, intentio operis, intentio lectoris*”. Essa perspectiva considera a fluidez e a inapreensibilidade do termo “intenção”, abrindo a possibilidade de intervenções críticas abertas, plurais, naturalmente amplificadas. Esta abertura não significa uma versão vale-tudo na interpretação dos leitores. Por isso, Eco propõe o conceito de *leitor modelo*, isto é, um leitor concebido pela estruturação e procedimentos formais de um texto, que limitariam essa concepção centrífuga de interpretação textual (observem-se ao escrever um TCC, uma dissertação, uma tese). A atividade leitora exige a obrigatoriedade coerência nas escolhas interpretativas, previstas nas configurações do texto. Atenção! Até mesmo o autor - “*intentio auctoris*”- não tem total domínio do texto que escreve. Sua intenção pode não encontrar uma realização na obra que obrigue um leitor a produzir apenas o sentido ou os sentidos pretendidos pelo escritor. Na literatura, essa impossibilidade de prever e a intenção de delimitar as interpretações atinge grau muito elevado de liquidez, no sentido de modernidade líquida de Zigmunt Baumann: “um mundo repleto de sinais confusos, propenso a mudar com rapidez e de forma imprevisível”.

O discurso histórico, comparado com o literário, apresenta maior solidez. Sem, contudo, constituir-se como um muro intransponível

de interpretação única. Por uma razão maior: o discurso histórico também se serve preponderantemente da linguagem verbal, fluida, variável, caprichosa, dependente de falantes humanos, também carregados de história e histórias, imersos num mundo de textos e de sentido.

O filólogo alemão Jauss, em sua obra seminal ‘*A história da literatura como provocação à teoria literária*’ (1967-1994) já estabelecia sete postulados sobre a leitura e sua posição na cultura, na filosofia e na arte (em especial na estética). Jauss considera que, entre a obra e o leitor, estabelece-se uma relação dialógica. Essa relação, por sua vez, não é fixa, já que, de um lado, as leituras diferem a cada época, de outro, o leitor interage com a obra a partir de suas experiências anteriores, isto é, ele carrega consigo uma bagagem cultural de que não pode abrir mão e que interfere na recepção de uma criação textual particular. Esta é uma posição teórica aplicável à leitura de qualquer gênero textual, inclusive aos textos históricos (sejam eles verbais ou não). A essa bagagem cultural própria a cada leitor (individual) ou a cada época (coletiva), Jauss denominou “horizonte de expectativas”. E as alterações realizadas pela leitura irão, progressivamente, construir novos horizontes. Mas para que isso aconteça, é necessário que os textos tragam em si elementos capazes de surpreender, de inovar, de abalar conceitos e práticas. Na literatura, isso define um texto original, de vanguarda, inovador, marcante.

O diálogo que se estabelece, via textos (e não estou me referindo apenas a livros ou à literatura) considera o destinatário-leitor também como inscrito na obra, “em sua relação com obras antecedentes que permaneceram como exemplos e como normas”, diz Starobinski. Pensemos no romance policial, no romance sentimental, na biografia, na antropologia darwiniana, na história das mentalidades, em uma reportagem jornalística, na publicidade, no cinema (há exemplos de público e de normas para atingi-lo; há modelos de leitores e textos a serem respeitados ou invertidos ou quebrados, mas sempre presentes pela aceitação

ou pela negação do autor). Por isso, autor e destinatário-leitor assumem pressupostos nesse diálogo que nem sempre correspondem a autores e leitores reais e empíricos, com biografia, RG e CPF.

É interessante comparar o que, sem mentir nem exagerar (se é que isso é possível) um escritor fala de suas leituras anteriores à escrita e atuais à fala (entrevistas são uma fonte de falsas sibilas (o futuro se realizando) e ocultações, o que não deu certo, as leituras caídas no vazio). Neste acervo, há modelos que foram seguidos (às vezes até involuntariamente) e há outros, descartados. A seleção é sempre interesseira, isto é, a que interessa para seu escrito, sua criação de momento. A pesquisa para escrever e definir o destinatário inclui os aproveitamentos e os descartes, tal como a leitura. A biblioteca vira uma estante e a estante uma prateleira. Quando não meia prateleira ou meio metro, ou alguns centímetros. E o verbo se faz carne, deixando no silêncio, na despensa, no escurinho da lata de lixo, o que foi a espinha dorsal, os intestinos, as bactérias camufladas pelo apetitoso assado ou pela picanha exuberante (Me perdoem os veganos. Substitua por carne de soja, por favor). Como todos sabemos a escrita não nasce da inspiração, mas da transpiração e da respiração de sobrevivência. Varinha de condão, poções mágicas, teletransporte servem a outros fins. Para a dissertação, a tese, o romance, o ensaio, o filme há trabalho, há suor, há sangue pulsando nas veias, há ameaças de enfarte ou sanatório. O que salva esta visão corpórea e anatômica é o diálogo. Pulsam na ponta dos dedos sobre as teclas ou segurando a caneta as vozes de textos lidos e interpretados, anotados e associados, vozes de outros tempos ou de tempos recém passados, mas sempre outras vozes. Uso a metáfora das vozes não apenas pensando que os textos dizem palavras ou signos, mas pensando que as vozes pertenceram a pessoas. E talvez esta corrente seja a mais importante e permanente na cultura.

Escreveu Carl Sagan em “Cosmos”: “uma das primeiras coisas que provocam nosso assombro é nos darmos conta de que, efetivamente, somos a única espécie conhecida que levou a memória

além de seus possíveis limites fisiológicos, pois à memória própria do indivíduo (como capacidade cognitiva) somamos a memória coletiva que chamamos cultura (a acumulação e conservação do conhecimento de outros indivíduos e de outras gerações). E, por último, a que talvez seja a transformação mais prodigiosa desta capacidade, a memória exterior a nossos próprios corpos: os livros.”

E continua: “Pouco antes da invenção dos tipos móveis, por volta de 1450, não havia mais de umas poucas dezenas de mil livros em toda a Europa, todos escritos à mão; tantos quantos na China no ano 100 a.C., e uma décima parte dos existentes na grande Biblioteca de Alexandria. Cinquenta anos depois, por volta do ano 1500, havia 10 milhões de livros impressos.”

Acrescenta Sagan: “os livros são como sementes, podem ficar em estado letárgico e logo florescer no solo o menos prometedor.” Que porção de vida e que tipo de vida permanece nessa semente aparentemente infértil? Este é um dos mistérios dos leitores e de sua prática leitora. Podem-se invocar razões de toda ordem: psíquicas, sociológicas, históricas, culturais e literárias. Até culinárias, escatológicas e de censura moral, política ou religiosa. Restará sempre na semente um espaço pulsante que desafia a racionalidade. As explicações científicas transbordam e a semente do livro ri, um riso de Monalisa, indecifrável e generoso, a admitir todas as razões analíticas, mas guardando em si possibilidades imprevisíveis.

“É impossível vender histórias com animais nos EUA”, disse um editor a George Orwell, recusando *A revolução dos bichos*. Evelyn Waugh (1903-1966), romancista, jornalista e crítico literário britânico, escreveu: “Eu estava lendo Proust pela primeira vez. É uma coisa muito pobre. Penso que ele era mentalmente defeituoso.” O editor da editora francesa Fasquelle escreveu a Marcel Proust sobre “À la recherche du temps perdu”(1913-1927): “Meu caro colega, posso ser morto enforcado, mas mesmo torcendo meu cérebro, não posso explicar porque um cara precisa de trinta páginas para descrever como ele se revira na cama antes de adormecer.” Ou o pobre Shakespeare,

esquecido durante duzentos anos após sua morte, renascido no romantismo francês, teve uma de sua peças “*Sonho de uma noite de verão*” avaliada da seguinte maneira por Samuel Pepys em seu diário sobre a sociedade inglesa e a história cotidiana da Inglaterra: “É a mais insípida e ridícula peça que eu jamais vi na vida.” (1662). Estes são solos menos prometedores. Houve (e há) outros solos férteis, por isso essas obras chegaram até nós. E outras esperam letárgicas nas estantes.

Ler e leitura são palavras cujo sentido e aplicação podem ser empregadas em diferentes contextos, linguístico e não-linguísticos. O que é permanente nesses sentidos é o ato mecânico e criativo de estar em negociação com um texto ou com um objeto qualquer que promove operações mentais a envolver sensibilidade, sentimentos e raciocínio.

Magda Soares escreveu em 2010 no livro *Letramento, um tema em três gêneros*: “A leitura estende-se da habilidade de traduzir em sons sílabas sem sentido a habilidades cognitivas e metacognitivas, [...] a habilidade de decodificar símbolos escritos; a habilidade de captar significados; a capacidade de interpretar sequências de ideias ou eventos, analogias, comparações, linguagem figurada, relações complexas, anáforas e, ainda, a habilidade de fazer previsões iniciais sobre o sentido do texto, de construir significado combinando conhecimentos prévios e informação textual, de monitorar a compreensão e modificar previsões iniciais quando necessário, de refletir sobre o significado do que foi lido, tirando conclusões e fazendo julgamentos sobre o conteúdo.”

Essa perspectiva registra a amplitude dos estudos sobre leitura – em meu tempo de escola a leitura era como uma foto 3x4. Hoje são banners cada vez maiores e atraindo como um ímã as limalhas todas da cultura.

Para Paul Ricoeur, “a leitura é REFIGURAÇÃO = transformação, re-simbolização, re-mitização.” A partir dessa analogia, hoje não se pode mais conceber a leitura como exercício de alfabetização ou como procedimento que levará a interpretações únicas, fechadas, pré-

determinadas, pré-configuradas pela intenção de um autor. Mesmo um texto objetivo: “*A República foi proclamada pelo marechal Deodoro em 1889.*” provocará diferentes reações, a depender do modo de ler e do repertório dos leitores. Aceitação, dúvida, negação, repulsa, patriotismo, exaltação militar etc.

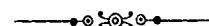
Mesmo alfabetizado, o leitor não termina nunca seu processo de formação leitora. Vive em estado de tensão permanente entre o horizonte do presente (o leitor que é hoje) e os textos do passado. Isso faz com que o horizonte do presente esteja em constante formação porque põe sempre à prova nossos pré-conceitos. Mas a tensão se revela também, e continuamente, quando o leitor se depara com textos até então excluídos de seu repertório: livros sobre física quântica, sobre jornalismo literário, sobre teoria da desconstrução, sobre a história da perspectiva dos excluídos, sobre filmes ficcionais com o tempo reverso (p.e., o filme “*Amnésia*”, de 2000, com Christopher Nolan).

Essa multiplicidade permite compreender por que as portas de entrada da leitura são muitas e, por vezes, surpreendentes. Bruxos, vampiros, cabanas, números, fórmulas, imagens, sons podem estar na fonte primeira da sede saciada. O perigo não está nessa fonte, está, sim, em converter a fonte em único lugar onde se pode beber. Há lagos, rios, corredeiras, cascatas, riachins e oceanos, em que se apresentam e despenham as águas da leitura. Para beber, para banhar-se, para afogar-se, para aceitar ou recusar. O leitor pode viver sua vida leitora no mesmo lago, mas jamais compreenderá a força do oceano. Pode ler exclusivamente quadrinhos a vida inteira, mas perderá as imagens incompletas dos grandes romances. Pode ler exclusivamente textos científicos, mas perderá o movimento intenso e prismático dos quadrinhos e a força imaginária da literatura. Poderá ler exclusivamente a ficção, mas não aprenderá a intensa liberdade da poesia e o rigor especulativo do discurso histórico. O escritor japonês Haruki Murakami afirma: “Se você só lê os livros que todo mundo está lendo, você só pode pensar o que todo mundo está pensando.”

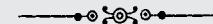
Ler é uma ação solidária de integração na história da cultura.

Ao ler, estou sozinho, isolado, mas apenas fisicamente. Mental, imaginária e intelectualmente, estou bem (ou mal) acompanhado. Por isso, antes de interromper, com boas intenções, a leitura de alguém embevecido, pense que pode estar cortando – temporariamente - o fio humano que tece a história da cultura.

E as ações para formar leitores e dar alma à leitura oferecem às pessoas a oportunidade de descobrirem-se múltiplas na multiplicidade incontrolável dos textos.



ESCREVER COMO O CÓDIGO CIVIL



Por EDUARDO ROCHA VIRMOND

A expressão de Stendhal “Escrever – como Código Civil” – é fruto do encantamento de um dos maiores escritores de todos os tempos pelo Código Civil Francês, o indefectível Código Napoleônico, editado em 1805 – cuja vitalidade perdura até hoje – contida em uma carta a sua irmã Pauline, ainda na primeira década do século XIX. É curiosa na França, como as coisas importantes se propagavam depressa. Quando Seiyès escreveu seu fantástico panfleto “Qu'est-ce que le Tiers État?, em 1788, as edições se repetiam e se esgotavam nas ruas de Paris com a maior velocidade. O panfleto! Simples e objetivo, admirado pela sua penetração e pela sua nova linguagem política, segundo François Furet, oxigenando os debates que levaram no ano seguinte à data marco da Revolução Francesa. E pensar que essa leitura antiga da grande população de Paris, participante como sempre aconteceu, espalhava-se rapidamente por toda a França, como proposição de uma ordem “pela articulação de uma linguagem política nova, filosoficamente fundada sobre a natureza das coisas”, conforme anotou Keith Michael Baker, em sua análise no “Dictionnaire Critique de La Revolution Française” de Furet-Ozouf. Tal linguagem elaborou um sistema de signos exatos e precisos, atacando o que chamava de “léxico do privilégio”, em troca de um “savoir faire” retórico infalível. Por isso, através dessa linguagem, a França foi conquistada e energizada, propícia a deflagrar os grandes

acontecimentos. A contribuição da nova linguagem foi bastante clara, para elucidar o povo, que comandou, destruiu e reimplantou os chamados ideais revolucionários, que só viria a se realizar com a República cem anos depois.

Por que afinal reflexões tão distantes?

Quando foi elaborado o código Napoleônico, com o espírito novo de que tomara a França quinze anos antes, a linguagem era igualmente importante. Límpida, incisiva, objetiva, técnica. Os franceses souberam distinguir técnica de política, quando aquela se impõe necessariamente a esta. A política, fenômeno transitório, dá lugar à solução precisa dentro do vernáculo, para permanecer indefinidamente, como deve ser uma Constituição (caso da Americana), como deve ser um Código Civil. Melhor diria o próprio Stendhal, trinta anos depois, em carta a Balzac, o que vale a pena repetir com destaque e sempre:

"Compondo A Cartuxa de Parma, para pegar o tom, eu lia cada manhã duas ou três páginas do Código Civil, a fim de ser sempre natural; eu não quero, por meios factícios, fantasiosos, artificiais, fascinar a alma do leitor".

É isso o Código Civil. Vernáculo puro, exemplo mais sofisticado da língua francesa. No Brasil, esta doutrina foi inteiramente assimilada pelo Código de 1916, sem definição ou pretensões outras senão a de determinar as definições jurídicas mais objetivas. Vernáculo – genuíno, correto e puro, sem mescla de constrangimento, que mantém correção e pureza no falar e no escrever (Cândido de Figueiredo). Napoleão Mendes de Almeida: "Vernáculo, como substantivo, designa "idioma próprio de um país; como adjetivo, o que se relaciona com esse idioma. Se falando em latim, dizemos vocábulo vernácula, referimo-nos aos vocábulos latinos. Falando agora em português, "vocábulos vernáculos", especificamos os vocábulos de nosso idioma".

O Professor Miguel Reale, em sua magistral conferência de dezembro de 2002, em Curitiba, sobre o novo Código Civil, do qual foi o redator, o coordenador, o consultor, enaltece o papel da linguagem na

elaboração do novo Código, mas salienta que deveria ser conservada, como o foi, o máximo possível a grande obra de Clovis Bevilacqua. Foram as suas palavras.

As suas observações sobre a linguagem partem dos conceitos mais profundos, quando por exemplo afirma que "a linguagem é o homem em sua fundamentação". E menciona que Heidegger teria dito "a linguagem é o solo natural da cultura". Para afirmar que "o problema do Código é o problema da linguagem – básico e fundamental. Falar é adquirir grandeza de excelência do ser humano, é a fala que distingue o homem". Antes dissera que a linguagem do Código deve ser "simples, espontânea, o mais possível chegada a compreensão comum, na transparência que deve ser conhecida; novo sentido é o espírito de sua linguagem".

Importantíssimo que o Professor Miguel Reale tenha insistido para uma plateia de advogados, professores e estudantes de direito, desembargadores, sobre a importância da linguagem na lei, no escrevinhar de todos os dias.

Heidegger faz a sua magnífica elucidação quando escreve que o pensar consuma a relação do ser com a essência do homem. "O pensar não produz nem efetua esta relação. Ele apenas a oferece ao ser, como aquilo que a ele próprio foi confiado pelo ser. Esta oferta consiste no fato de, no pensar, o ser ter acesso à linguagem". Tudo poderia ser entendido com uma preparação para concluir: "A linguagem é a casa do ser". E acrescenta: "Nesta habitação do ser mora o homem. Os pensadores e os poetas são os guardas desta habitação. A guarda que exercem é o consumar a manifestação do ser, na medida em que a levam à linguagem e nela a conservam". Aí está uma das revelações importantes do pensamento heideggeriano (em "Sobre o Humanismo").

Descartes escreveu: "Assim toda a filosofia é como uma árvore, cujas raízes são a Metafísica, o tronco é a Física e os ramos que saem desse tronco são todas as outras ciências", a que Heidegger pergunta "em que solo encontram as raízes da filosofia seu apoio? De que chão

recebem as raízes e através delas, toda árvore – as seivas e forças alimentadoras?”, para falar na metafísica (“Que é Metafísica?”).

São diversas indagações, em terrenos distintos – embora se interpenetrem na mente -, o da Metafísica e o da Linguagem. Esta não é simplesmente solo, é a casa do ser, envolvente em sua tonalidade. Um dito solo da cultura não desponta desse conceito. Ainda bem realça o Professor Reale e desenvoltura da linguagem, em seu papel fundamental e até exclusivo do esclarecimento.

A linguagem do novo Código Civil foi escrita com a ideia de que o Código de 1916 trazia a linguagem do Padre “rebuscada e impressionista”. Aí reside um dos preconceitos de muitos professores universitários de linguística e de línguas contra o classicismo brasileiro. Não me parece que a linguagem do Padre Vieira tenha esses defeitos e qualidades. Nem a de Machado de Assis, nem a de Euclides da Cunha, nem ainda a de Gilberto Freire. Quem quiser aprender a escrever tem de ler toda essa gente. Trata-se ao contrário, do próprio vernáculo, o exemplo da linguagem escrita. O Código Civil não é linguagem falada, tem de ser escrito com precisão objetiva, como aliás é o Código de 1916 de Clovis de Bevilacqua – um exemplo tão impressionante como aquele que marcou a linguagem de Stendhal, o caso do Código Civil Francês de 1805. Muito perigoso esse conceito de que o Código deve reproduzir a linguagem falada atual, que, por ser falada, pode não ser chegada, no texto, à denominada “compreensão comum, na transparência da linguagem”, de que falou o Professor Reale.

Sartre surpreendeu-se ao descobrir, em 1962, a distinção entre o discurso pronunciado e a escrita, completamente diferentes em seus objetivos e em sua forma.

A pensar assim, no entanto, teremos dificuldades com os clássicos da língua e mais especificamente os clássicos do direito, de Teixeira de Freitas, Pontes de Miranda, até aos próprios grandes juristas integrantes da Comissão, o próprio Miguel Reale, José Carlos Moreira Alves, Torquato Castro, Clóvis do Couto e Silva, para não falar em Justiniano. Não é preciso ser linguagem rebuscada para ser Código

Civil. Precisa é que seja vernáculo e daí que não seja necessariamente o falar da televisão, o diálogo na feira, o coloquial familiar e entre amigos. E se o direito é dinâmico, essa dinâmica está dentro de si mesmo, com o evoluir do que fala Mestre Reale quando se refere à hermenêutica, à interpretação que evolui.

Em outro contexto disse: “Não se muda um Código como se muda de roupa. Mudar o Código só se justifica, só tem significado e razão de ser quando houver alteração fundamental dos paradigmas diretores da sociedade e da ciência. O Código Civil não se inventa, é o fruto diuturno da experiência”.

Levanto-me para bater palmas. Esses conceitos, embora simples, são da melhor profundidade do Professor Miguel Reale e de sua competência única para fazer coordenar um Código Civil. De onde nasce isso? O Professor, como ele mesmo disse, não é só jurista, é filósofo, é dos raros aptos a compreender, para escrever, a universalidade da grandeza de um Código. Fez bem em lembrar aos demais essa sua dupla qualidade, para insistir em que o Código está imbuído de valores filosóficos e nos compele, como profissionais, a obter uma visão mais profunda, naturalmente para que obtenhamos a plenitude da compreensão dos direitos fundamentais, como já fizemos com a Constituição de 1946, tudo mergulhado na necessária consciência crítica.

Como disse o poeta, “penetra surdamente no reino das palavras, / lá estão os poemas que esperam ser escritos.../ Ei-los sós e mudos, em estado de dicionário” (Carlos Drummond de Andrade, “Procura da Poesia”).

Vamos ler, reler e treler, para pensar com o nosso pensamento, para escrever a linguagem que esclarece as ideias, no vernáculo que se obriga à comunicação, porque a linguagem “é a casa do ser”, de cada ser, é o instrumento de cada civilizatório.





O MÁRTIR DA INDEPENDÊNCIA

Por RENÉ ARIEL DOTTI

No dia sete de todos os dias, meses, anos e perpetuamente a cidadania brasileira deveria promover, em todas as cidades, das maiores aos simples vilarejos, as mais diversas homenagens aos mártires da luta pela independência da então colônia submetida ao domínio de Portugal que rapinava nossas riquezas naturais. O movimento, liderado pelo alferes **Joaquim José da Silva Xavier**, o *Tiradentes* (1746-1792) eclodiu na Vila Rica, Minas Gerais, em 1789 quando, no mesmo ano em Paris, a Assembleia Nacional, ecoando a voz das ruas, declarava o fim do Império e o surgimento de uma República em defesa dos valores que fomentaram a Revolução Francesa: *Liberté, égalité, fraternité*.

Em nosso país, ao contrário, foi instaurada uma odiosa e cruel perseguição criminal contra os idealistas e corajosos protagonistas da chamada *Inconfidência Mineira*. A devassa foi aberta em 15 de julho de 1789 e culminou com a condenação à morte de *Tiradentes* e o degredo e outras penas infamantes aos demais acusados. Mas o sofrimento moral e físico não impediu os versos do poeta **Cláudio Manoel da Costa**: “Enfim serás cantada, Vila Rica,/ Teu nome impresso nas memórias fica;/ Terás a glória de ter dado o berço/ A quem te faz girar pelo Universo”. E imortalizou o maior valor simbólico que hoje está gravado na bandeira de Minas Gerais: “*Libertas Quae Sera Tamen*” (“Liberdade Ainda Que Tardia”).

Em uma das páginas de terror e crueldade da História nacional ficaram indeléveis as palavras da malsinada sentença

aplicada pela *Relação do Rio de Janeiro*, [antigo Tribunal de Justiça] em 18 de abril de 1792:

"Portanto condemnam ao Réu Joaquim José da Silva Xavier por alcunha o Tiradentes Alferes que foi da tropa paga da Capitania de Minas a que com baraco e pregão seja conduzido pelas ruas públicas ao lugar da forca e nella morra morte natural para sempre, e que depois de morto lhe seja cortada a cabeça e levada a Villa Rica aonde em o lugar mais publico della será pregada, em um poste alto até que o tempo a consuma, e o seu corpo será dividido em quatro quartos, e pregados em postes, pelo caminho de Minas no sitio da Varginha e das Sebolas aonde o Réu teve as suas infames praticas, e os mais nos sitios nos sitios (sic) de maiores povoações até que o tempo também os consuma; declararam o Réu infame, e seus filhos e netos tendo-os, e os seus bens applicam para o Fisco e Camara Real, e a casa em que vivia em Villa Rica será arrasada e salgada, para que nunca mais no chão se edifique, e não sendo propria será avaliada e paga a seu dono pelos bens confiscados, e no mesmo chão se levantará um padrão, pelo qual se conserve na memoria a infamia deste abominavel Réu". (Ortografia original)

A execução da pena capital, com a infame violação do direito à sepultura, foi registrada pelo Desembargador **Francisco Luiz Alvares da Rocha**: “Certifico que o Réu Joaquim José da Silva Xavier foi levado ao lugar da forca levantada no Campo de São Domingos, e nella padeceu morte natural, e lhe foi cortada a cabeça, e o corpo dividido em quatro quartos (...).” (Ortografia original). E o que sucedeu a **Joaquim Silvério dos Reis**, o serviçal do reino português, que trocou a ameaça de confisco de seus bens pela delação, oferecida no dia 15 de março de 1789 ao **Visconde de Barbacena**, que ordenou a devassa? Anos mais tarde ele pediu uma pensão para sua mulher confessando o estado de miséria:

"Real Senhor; o Supplicante se acha em uma avançada idade, cercado de molestias chronicas que lhe promettem pouca duração, de vida; e como fica sua mulher e filhos em uma terra estranha, sem bens, nem meios de subsistencia,

por perder os que tinha no abundante Paiz de Minas Geraes por conta do dito Serviço. Real Senhor a Mulher do Supplicante tem a honra de ser por tres vezes comadre de Vossa Magestade que não há de permitir que esta, e seus afilhados fiquem expostos á ultima desgraça, e penuria por morte do Supplicante, que com o mais profundo respeito: Pede a Vossa Magestade, que pela sua infinita bondade, e excelsa grandeza lhe faça a graça da Suprevivencia da referida pensão dos 400\$000, annuaes, para sua mulher D. Bernardina Quiteria dos Reis, e seus filhos pagos pela mesma Thesouraria, de que E. R. Mercê". (Ortografia original).

O traidor morreu. Os inconfidentes continuam vivos para sempre na memória de um povo (Libertas Quae Sera Tamen).





UM GIGANTESCO PASSO

Por EDWARD LOUIS SCHMITZ
e MARIA SANDRA TEIXEIRA GONÇALVES*

Foi um domingo como poucos. O 20 de julho de 1969, que passaria para a história como um marco da engenhosidade humana, vinha sendo esperado com ansiedade no mundo ocidental.

Antes que Neil Armstrong desse o famoso passo – curto para o homem e gigantesco para a humanidade – muitos acontecimentos movimentaram a corrida espacial, alimentada pela avidez de norte-americanos e russos em vencer a guerra fria. Em 1957 a cachorra Laika entrara em órbita a bordo da nave soviética Sputnik 2. Quatro anos depois, o russo Iuri Gagarin fora o primeiro ser humano a viajar pelo espaço, como tripulante da Vostok 1. Desafiado pelos feitos de Moscou, John F. Kennedy estabeleceu em 1961, com o Programa Apollo, a meta de levar um homem – norte-americano, of course – à lua até o fim da década, compromisso ratificado em 12 setembro de 1962, quando discursou no Estádio da Universidade de Rice, no Texas. “Escolhemos ir à lua nesta década e fazer outras coisas, não por elas serem fáceis, mas porque são difíceis”, declarou.

JFK foi profético em cada palavra. Dificuldades, afinal, não faltaram. Antes de chegar conquistar o almejado objetivo era preciso criar a tecnologia para permitir a permanência de longo prazo no espaço, estabelecer um programa de exploração científica na Lua e desenvolver capacidades para que o homem pudesse passar algum tempo trabalhando no espaço e na atmosfera lunar. Foram numerosos

*Autores convidados

os acidentes em testes com naves não-tripuladas e vidas se perderam ao longo da jornada. Em janeiro de 1967, os astronautas Virgil "Gus" Grissom, Edward Higgins White II e Roger Chaffee -- morreram durante um incêndio dentro da cápsula da Apollo 1, antes mesmo da decolagem.

Erros também marcaram os primeiros testes com o módulo lunar, em 1968. Em solo soviético, questões semelhantes também moviam a máquina da Guerra Fria. Muito objetos que hoje fazem parte da nossa vida cotidiana são fruto das tentativas e erros da pesquisa espacial, que envolveu grandes. São exemplo disso os termômetros auriculares, os aparelhos de GPS, as lentes de óculos resistentes a arranhões, a espuma viscoelástica, os fornos de microondas, as câmeras digitais e até os primórdios da rede sem qual já não imaginamos viver -- a internet.

Exitosa ou malograda, cada etapa da corrida espacial foi diligentemente noticiada pela Agência Espacial Norte-Americana, a NASA, de tal maneira que os acontecimentos que chegaram ao ápice em julho de 1969 eram acompanhados com crescente expectativa em todo o globo. O mundo viveu dias em compasso de espera. Kennedy não vivera para testemunhar, mas sua promessa estava prestes a se cumprir. A etapa mais esperada iniciou-se na terceira semana de julho, em pleno verão norte-americano. O lançamento ocorreu no dia 16, uma quarta-feira. Neil Armstrong, Buzz Aldrin e Michael Collins iniciavam então um marco histórico para a humanidade em geral e para os norte-americanos em especial.

A atenção do mundo se fixou em Cabo Canaveral, Flórida, no sul dos Estados Unidos, mais exatamente na plataforma 39-A, a mesma que décadas mais tarde, em 6 de fevereiro de 2018, seria utilizada pela Spacex para lançar o Heavy Falcon, carregando nada menos que um carro elétrico para orbitar em torno do Sol e para, eventualmente, chegar na trajetória de Marte. Uma pequena excentricidade de Elon Musk, fundador da Spacex -- que, aliás, promete enviar uma missão tripulada ao planeta vermelho até 2024. Mas essa é outra história.

Voltemos à manhã luminosa de 16 de julho de 1969, quando três audaciosos astronautas iniciaram sua jornada rumo à Lua. As praias próximas a Cabo Canaveral estavam repletas de testemunhas munidas com suas máquinas fotográficas e filmadoras, todas prontas para registrar o lançamento. Após a contagem regressiva, exatamente às 9h32, a Apollo 11 subia em direção ao espaço deixando para trás muita fumaça e o estrondoso ruído emitido pelos propulsores, audível a quilômetros de distância.

Para se ter uma vaga ideia da intensidade desses motores, a Apolo 11 usou cinco propulsores modelo F1, capazes de gerar 3,4 milhões de quilogramas de empuxo. O peso total da Apollo 11 era de aproximadamente 2,7 milhões quilos e seu consumo da ordem de 14 mil kg de combustível por segundo.

Nos segundos seguintes ao lançamento, a ignição do foguete lunar – o Saturno V – parecia imóvel, mas aos poucos foi ganhando movimento. Para subir sua própria altura -- de 111 metros – o conjunto formado pelo foguete lunar e pela Apollo 11 levou aproximadamente 10 segundos. O veículo acelerou e logo superou a velocidade do som, fazendo com que os astronautas já não pudessem ouvir o som da engenhoca. Em dois minutos e meio o conjunto alcançou 60 quilômetros de altitude e uma velocidade de cerca de 9 mil km/h.

Terminado o primeiro estágio, passou-se ao segundo. Com cinco motores modelo J2 formando 500 mil kg de empuxo e queimando por aproximadamente seis minutos e meio, o conjunto restante atingiu uma altitude de 174 km numa velocidade de 28 mil km/h.

No terceiro estágio, com cerca de dois minutos, a nave conseguiu atingir a meta planejada de orbitar em torno da Terra. A partir daí os astronautas passaram de meros passageiros a tripulantes encarregados de colocar em prática uma série de procedimentos para iniciar a viagem até o satélite natural da Terra. Assim, cerca de duas horas e meia depois do lançamento, enquanto percorriam uma trajetória dentro dessa órbita estacionária em torno da Terra, o motor

foi acionado novamente para acelerar a Apollo até a velocidade de escape de 40 mil km/h.

Os astronautas viajaram por três dias até entrarem em órbita com a Lua, já na tarde do dia 19. O tão esperado pouso só ocorreria no dia seguinte, após diversas manobras e procedimentos para a descida. Segundo o horário da Flórida, deu-se às 16h18, de domingo, e foi marcado por uma frase de Armstrong: "The eagle has landed" (A águia pousou).

Enquanto Michael Collins permaneceu em órbita no módulo de comando, Armstrong e Aldrin iniciaram a descida. Armstrong pisou o solo lunar quase sete horas depois da alunissagem, quando eram 22h56 na Flórida. Buzz Aldrin se juntou a Armstrong 19 minutos depois. Ambos permaneceram na superfície da Lua por pouco mais de duas horas. Neste período, coletaram pedras, fizeram pequenas experiências e conversaram com o então presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon. O diálogo fez parte das transmissões via satélite acompanhadas pela televisão no mundo todo. No Brasil, as tevê Globo e Tupi brindaram suas audiências com as imagens do feito.

Alguns objetos permanecem na superfície lunar, entre eles, uma bandeira norte americana e uma placa com os dizeres: "Here men from the planet Earth first set foot on the moon – July, 1969 AD -- We came in peace for all mankind." (Aqui homens do planeta Terra pisaram na Lua pela primeira vez – Julho, 1969 AD – Viemos em paz por toda a humanidade).

A dupla retornou para o módulo lunar à 1h21 da madrugada do dia 21. Algumas horas depois, iniciaram sua jornada de retorno para a Terra, viagem que levou mais três dias. Um dos momentos mais críticos da missão foi o retorno à atmosfera da Terra. Era preciso seguir, com precisão, o ângulo calculado para a reentrada. Se fosse agudo demais, explicava a NASA, havia risco de que a aeronave entrasse em combustão; já um ângulo mais obtuso poderia fazer a aeronave ricochetear na atmosfera, retornando ao espaço sem qualquer possibilidade de retorno.

Com a tranquilidade dos que miram o tempo pretérito, sabemos que tudo deu certo. A tripulação da Apollo 11 foi saudada pelo heroísmo, a conquista consolidou o patriotismo norte-americano e firmou a posição hegemônica dos Estados Unidos.

A Lua estava conquistada.

E agora?

A pergunta universal tão bem assentada no lirismo de Drummond talvez possa ser respondida -- ainda hoje, passados 50 anos -- com outros versos do genial poeta itabirano.

O homem, as viagens

Carlos Drummond de Andrade

O homem, bicho da terra tão pequeno
Chateia-se na terra
Lugar de muita miséria e pouca diversão,
Faz um foguete, uma cápsula, um módulo
Toca para a lua
Desce cauteloso na lua
Pisa na lua
Planta bandeirola na lua
Experimenta a lua
Coloniza a lua
Civiliza a lua
Humaniza a lua.

Lua humanizada: tão igual à terra.
O homem chateia-se na lua.
Vamos para marte - ordena a suas máquinas.

Elas obedecem, o homem desce em marte
 Pisa em marte
 Experimenta
 Coloniza
 Civiliza
 Humaniza marte com engenho e arte.

Marte humanizado, que lugar quadrado.
 Vamos a outra parte?
 Claro - diz o engenho
 Sofisticado e dócil.
 Vamos a vênus.
 O homem põe o pé em vênus,
 Vê o visto - é isto?
 Idem
 Idem
 Idem.

O homem funde a cuca se não for a júpiter
 Proclamar justiça junto com injustiça
 Repetir a fossa
 Repetir o inquieto
 Repetitório.

Outros planetas restam para outras colônias.
 O espaço todo vira terra-a-terra.
 O homem chega ao sol ou dá uma volta
 Só para tever?
 Não-vê que ele inventa
 Roupa insiderável de viver no sol.
 Põe o pé e:

Mas que chato é o sol, falso touro
 Espanhol domado.

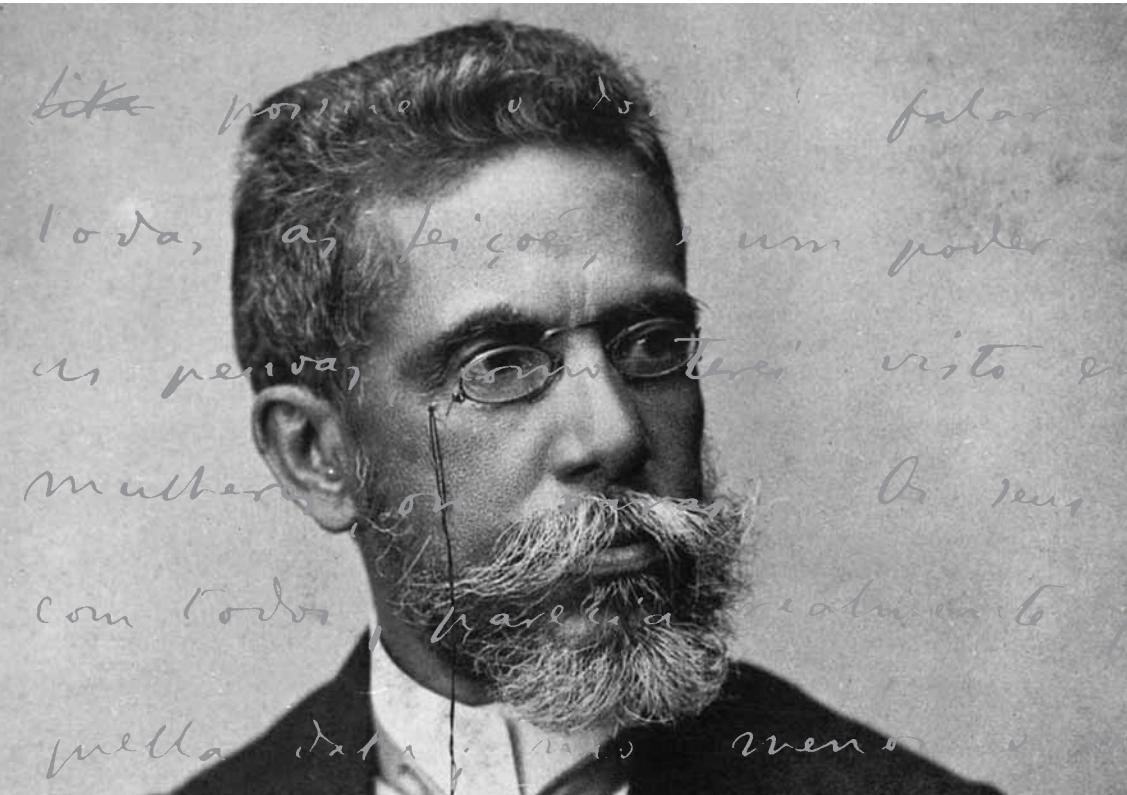
Restam outros sistemas fora
 Do solar a col-
 Onizar.
 Ao acabarem todos
 Só resta ao homem
 (estará equipado?)
 A dificílima dangerousíssima viagem
 De si a si mesmo:
 Pôr o pé no chão
 Do seu coração
 Experimentar
 Colonizar
 Civilizar
 Humanizar
 O homem
 Descobrindo em suas próprias inexploradas entranhas
 A perene, insuspeitada alegria
 De con-viver.



Edward Louis Schmitz é engenheiro eletricista formado pela Faculdade de Engenharia Industrial (FEI/SP) e tem especializações em Marketing (FAAP/SP) e Administração de Empresas (FESP).

Maria Sandra Gonçalves é jornalista formada pela Fundação Cásper Líbero com especializações em Ciência Política (UFPR), Jornalismo Digital e Gestão de Empresas Jornalísticas (IICS).

com fôrce, parecia realmente /
mella data; mas menor e m
este porre ainda mais feliz e
não saberia morralo - tanto



lida posso o dono falar e

O ALIENISTA: LOUCURA, PODER E CIÊNCIA

Por ROBERTO GOMES

A Imagem Vivaz do Gênio

Não percamos a imagem preciosa:

"Crispim Soares, ao tornar à casa, trazia os olhos entre as duas orelhas da besta em que vinha montado; Simão Bacamarte alongava os seus pelo horizonte adiante, deixando ao cavalo a responsabilidade do regresso. Imagem vivaz do gênio e do vulgo! Um fita o presente, com todas as suas lágrimas e saudades, outro devassa o futuro com todas as suas auroras."

Imagen vivaz do Alienista. Simão Bacamarte surge como um moderno cavaleiro andante da ciência. Desbravador, sua vida é feita de rupturas e separações que fariam o vulgo sofrer - mas dela as lágrimas e saudades foram banidas. Nada o comove exceto a ciência. Goza apenas das alegrias reservadas a um sábio e sobrevive num mundo dividido. O presente e o futuro. A besta e o gênio. O sábio e o vulgo. A razão e o sentimento.

Afastou-se da corte e das missões que lhe oferece el-rei e descobre que a ciência é seu único emprego e, Itaguaí, seu universo. Não terá filhos - a infertilidade, é óbvio, será de imediato atribuída à sua mulher -, o que não o abala. A ciência é seu lenitivo e entrega-se à tarefa de estudar a patologia mental, a ocupação mais digna de um médico.

Estudará a loucura, classificará seus tipos - e é certo que descobrirá suas causas e o remédio universal. Funda seu continente: a loucura. A recorrência insistente a metáforas geográficas (universo, continente, limites, ilha, oceano) delimita seu campo de luta e sua obsessão: em que lugar poderá desvendar o último segredo da perturbação da mente humana?

"A loucura - ele descobre, ao despedir-se de D.Evarista, que viaja ao Rio - objeto de meus estudos, era até agora uma ilha perdida no oceano da razão; começo a suspeitar que é um continente."

Os horizontes do Alienista se ampliam. O espírito humano é uma concha e, nela, habita uma pérola, a razão. Cumpre abrir a concha, submetê-la ao rigor da ciência, extrair a pérola. Neste continente a ser conquistado é preciso evitar toda imprecisão, toda delicadeza de distinções: só há um caminho possível, a delimitação exata, científica, dos limites que separam razão e loucura. E a concha se abre (ou não, pois a ciência é uma investigação constante): a saúde mental deve ser entendida como o "perfeito equilíbrio de todas as faculdades. Fora daí, insânia, insânia e só insânia."

Cavaleiro andante e desbravador, tomado de "volúpia científica", Simão Bacamarte segue de olhos postos no horizonte: "A ciência é a ciência", afirma, assumindo seus direitos de homem raro, colocado acima do bem e do mal - Não dará explicações de seus atos a seres vulgares. A Casa Verde é um templo e ele o sacerdote: só Deus e os mestres sabem melhor. As críticas a seus atos procedem do vulgo, do presente e do imediato - seu discurso desqualifica os que querem ver nele um delirante, um homem que, por ter estudado demais, perdeu o juízo. De resto, tais críticas só evidenciam o desequilíbrio mental de seus opositores. A ciência, que vive em seu espírito e em cada detalhe de seu corpo, assegura suas imunidades.

Homem de ciência, não hesitará em trancafiar a própria mulher na Casa Verde. O que lhe sugere uma nova teoria: considerando que

havia falhas em suas concepções anteriores, decreta o inverso do que pregara até então - o que não abala sua fé na ciência, antes a reforça, pois ela é investigação constante. A razão, conclui, é o desequilíbrio. Mudada a norma, 4/5 da população de Itaguaí deixa de ser formada por loucos e são liberados da Casa Verde. Resta agora procurar no quinto restante os verdadeiros insanos: os equilibrados. Tarefa na qual avança destemido, como sempre, "virgulando as falas de um olhar que metia medo aos mais heróicos".

A ciência não fracassa jamais. A nova teoria também se revela falsa, mas uma novíssima teoria se avizinha. A rigor só há um louco em Itaguaí, posto que só um dentre os habitantes deste continente pode ser tido como perfeitamente equilibrado, sem defeitos ou vícios: ele próprio. E Bacamarte mergulha mais além em busca da última verdade.

"Nem rogos nem sugestões nem lágrimas o detiveram um só instante." (...) "- A questão é científica, dizia ele; trata-se de uma doutrina nova, cujo primeiro exemplo sou eu. Reúno em mim mesmo a teoria e a prática."

Tratando-se de questão científica, não dá ouvidos a sentimentos miúdos, coisas do vulgo - "com os olhos acesos da convicção científica, trancou os ouvidos à saudade da mulher" - e trancafiou-se na Casa Verde, inteiramente voltado para o estudo e a cura de si mesmo.

História comovente: cego a seus próprios destroços, o caminhante segue em frente. O cavaleiro andante preserva sua imagem: olhos postos no futuro onde, celebrante e seguidor da ciência, pensa conquistar o paraíso da razão.

Dezessete meses depois, segundo cronistas da época, ali seria encontrado morto.

*"No mesmo estado em que entrou, sem ter podido alcançar nada."*¹

Um Século

Originalmente publicado entre 1881 e 1882, *O Alienista* faz parte da coletânea *Papéis Avulsos*, editada em 1882.

As datas desta obra já centenária nos colocam nos limites de um século que se assumiu científico e nos arredores de modificações substanciais na vida brasileira: estão no ar os ideais republicanos e o positivismo é um caldo no qual todos parecem imersos. Nem todos, é claro. Machado não está entre eles: o olhar céptico não o abandona.

Um século seria tempo suficiente para corroer uma obra. Mas não é o caso. Em *O Alienista* talvez seja legítimo descobrir um tratamento inédito e quase profético da questão da loucura, já que as ligações entre poder, ciência e loucura só virão a ser debatidas explicitamente na década de 1960. Privilegiando a análise da loucura como momento de eclosão do pensamento de uma época, Machado realiza dela um desvelamento que incide sobre um ângulo decisivo da questão: sua face política. Ou seja: interessa a Machado o jogo de forças que se defrontam em torno da normatização (toda a tragédia de Bacamarte oscila entre os diversos critérios de normalidade que busca colocar em prática) posta em andamento pela ciência, que se imaginava tão nobre e imparcial. Assim, a fala da medicina psiquiátrica é tratada como exercício de poder: o que autoriza Bacamarte a agir “virgulando as falas de um olhar que metia medo aos mais heróicos”.

O Alienista não se debate apenas nos confrontos internos do discurso da loucura (a busca dos critérios, a exigência de rigor, as classificações, o bloqueio das emoções, o messianismo civilizatório da ciência). Sua vigilância científica desencadeia um poder que altera a vida da comunidade de Itaguaí. Neste sentido, Machado realiza obra contemporânea: uma investigação de natureza política em torno do poder da ciência.

Literatura e Verdade

Mas *O Alienista* é, antes de mais nada, uma obra de ficção - e como tal deve ser tratada. Não é um ensaio, não defende teses. Seu relacionamento com a verdade, por mais incisivo, é de outra ordem. Se há uma verdade para a literatura, esta não reside na organização lógica dos juízos, em sua organização formal ou referência material à realidade. Para a literatura a verdade é uma questão vital na medida em que gera narrativas: seus episódios, peripécias, fazendo-se carne e ossos dos personagens. Não há em literatura demonstração discursiva possível, a não ser quando se amesquinha em ser mera transcrição linear do real, tido por imediatamente evidente. Não é o caso, porém. Obras deste tipo não sobrevivem a um século.

A ciência, ao contrário, vive de momentos, palavras, regras e instrumentos que imagina propícios à verdade - seus rituais de produção: o laboratório, os conceitos, as definições, as demonstrações. E vive também dos lugares de privilégio onde são buscadas as verdades: o hospital, o hospício, a academia, a escola, etc.

Já um escritor trabalha a partir de coisas mínimas. Às vezes um gesto, uma frase, pequena situação, uma palavra. Um robe de chambre, por exemplo. Ou um par de sapatos. Trata-se de descobrir quem disse tal frase, fez tal gesto, encontrou-se em tal situação. E imaginar então em que circunstâncias este conjunto de forças pode ser levado a seu limite. A arte da ficção cria um texto cuja alta concentração de energias permite a eclosão de uma verdade.

Em outras palavras: o que chamamos de real - cujo sentido só acontece diante de nosso olhar -, é, ao final das contas, aquilo sobre o que admitimos nada saber. Seria este conjunto informe, caótico, suposto por detrás do que vemos. Diante dele, a literatura - e isso tem em comum com a ciência - irá criar um mundo unitário, organizado, necessário. Ainda que seja para demonstrar o caos. Acatando a advertência de Tchecov poderíamos dizer que, se há um

punhal em cena, ele será usado. Não necessariamente para matar. Usado ficionalmente, ou seja: para significar.

Assim, a literatura lida com situações-limite, ou situações-síntese - núcleos narrativos capazes de detonar a eclosão da verdade. Seja a verdade de uma paixão adolescente, em *Uns Braços*, a verdade da morte, em *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, ou a verdade da loucura, em *O Alienista*.

A Loucura e A Verdade

Cabe perguntar: que verdade interessa a Machado de Assis em *O Alienista*? Ou, dizendo de uma maneira mais rigorosa: que verdade - eliminada a referência ao Autor - está em questão no texto *O Alienista*?

A resposta parece ser simples: trata-se da verdade a respeito da loucura, sendo a loucura uma das situações-limite que - no Quixote, por exemplo, - têm sido exploradas com muita freqüência em termos ficcionais. Na literatura se preserva a convicção de que uma das maneiras privilegiadas de se produzir a verdade seja enlouquecendo o personagem, o que remonta a uma época em que ao louco se concedia o direito à fala. Idéia generosa, é claro, que retoma a velha tradição literária daquilo que Michel Foucault chamou de "percepção trágica da loucura" - a qual o século XVII se ocupou em soterrar - e que respeita o vínculo entre loucura e verdade. Se os espaços para a verdade estão bloqueados, resta um recurso: enlouquecer. Com isso deixaríamos de estar aprisionados às limitações que a saúde mental impõe ao comum dos mortais, possibilitando um discurso capaz de romper com as conveniências da normalidade: a hipocrisia e o medo. Desta forma, é preciso que o Quixote enlouqueça - e é preciso que Simão Bacamarte caia sob a mesma situação-limite.

Mas permanece uma questão: do que se fala, em *O Alienista*, quando se fala da loucura? E a quem pertence esta loucura?

Não é de loucura que se fala, certamente. Machado não lança sobre a loucura nenhum olhar de inspeção ou análise. Também não fala da loucura como conceito ou comportamento, nem como entidade ou estado. Não há nesta novela qualquer preocupação com algo que pudesse ser definido como loucura, por mais que isso seja uma preocupação constante em Bacamarte. A rigor, ainda que ele enlouqueça - e ainda que a partir de dado momento haja uma "torrente de loucos" em Itaguaí - a questão da loucura não se coloca. Ou seja: não se coloca tal como surge aos olhos do Alienista. Temos dois recortes possíveis: em primeiro lugar, a obsessão permanente do psiquiatra em aprisionar o germe da loucura. Diz ele:

"O principal, nesta minha obra da Casa Verde é estudar profundamente a loucura, os seus diversos graus, classificar-lhe os casos, des cobrir enfim a causa dos fenômenos e o remédio universal."

Armado do instrumental da ciência de seu tempo - em poucas palavras está retratada a nosografia da época -, Simão Bacamarte mergulha numa viagem sem retorno em busca da norma que possa estabelecer com rigor os limites entre a razão e a loucura. Esta a verdade do Alienista, sua paixão.

Segundo recorte: não é esta a verdade buscada pelo texto ficcional de Machado de Assis - menos ainda a verdade que irá eclodir ao seu final. Por mais que o Alienista seja capaz de produzir verdades a respeito da loucura, o texto não está interessado em contestá-las, discuti-las, colocando-as abaixo ou acima de quaisquer outras que possam servir de parâmetro para analisá-las. Ou seja, no lugar do projeto enlouquecido de Simão Bacamarte, Machado não deseja colocar coisa alguma - talvez porque isso seria fazer o mesmo que o Alienista. Machado quer, isso sim, puxar o tapete sobre o qual repousa todo este delírio, revelando seu fundamento: o próprio empreendimento normatizador. Limita-se, portanto, a narrar

as proporções de um grande desastre. Não se trata de decidir entre esta ou aquela concepção da loucura. Trata-se de corroer as bases do projeto psiquiátrico.

A Parábola do Texto

Assim, não se fala da loucura ou dos loucos, por mais que *O Alienista* tente fazê-los atuar. De resto, os loucos e sua loucura são uma presença apaziguadora e até cômica ao longo do texto. Fala-se, isso sim, deste homem e de seu discurso que é capaz de produzir a loucura.

Pois é esta a parábola descrita pelo texto: no início da narrativa, não há loucos em Itaguaí, cidade que tinha o “ruim costume”, segundo o Alienista, “de não fazer caso dos dementes”. Estes, quando mansos, andavam à solta, e, quando furiosos, ficavam trancafiados em casa. De resto, eram poucos e não criavam maiores problemas. Quer dizer: não havia loucos em Itaguaí, não havendo quem levantasse a questão científica da loucura.

É este mau costume que o Alienista deseja consertar, introduzindo a esquecida cidadezinha no século da ciência e da razão. Tão logo inicia sua empreitada, eis o que ocorre: uma verdadeira “torrente de loucos”. Eles surgem de toda parte - monomaníacos, loucos por amor, vítimas de mania de grandeza. E, diante da perplexidade geral, simbolizada pelo espanto ingênuo de Pe. Lopes, a quantidade de loucos só faz aumentar na medida em que o Alienista segue em seus estudos e amplia o poder de seus conceitos. No auge, 4/5 da população da cidade está trancafiada dentro dos muros da Casa Verde.

Mas isso não é tudo. Seguindo o curso da parábola, e em função das novas descobertas que faz, Simão Bacamarte desiste de buscar o germe da loucura nos outros, voltando-se para si mesmo como objeto

de investigação. “Reúno em mim mesmo a teoria e a prática”, conclui ele, descobrindo-se sujeito e objeto da ciência nascente. Desta forma, cessando a atividade produtiva da loucura por parte do Alienista, já não há loucos em Itaguaí. Ou há um só.

Parábola em três tempos. Um: antes da intervenção do psiquiatra não existem loucos. Dois: sua ação desencadeia uma torrente de loucos. Três: saindo de cena o cientista, haverá no máximo um louco, ele próprio, que decide assim se constituir.

Não está em questão, portanto, a natureza da loucura ou de alguma teoria científica. O texto é claro: não há em Itaguaí loucura alguma, exceto a daquele que a produz.

A Produção da Loucura

Simão Bacamarte exercita a produção da loucura - e é isso que está em cena. Gera os loucos antes inexistentes, decreta normas que incluem ou excluem certos indivíduos do continente da loucura. Ao final se imagina o único capaz de sofrer e conhecer a loucura. Teoria e prática. Experiência e vida. Deixa de ser um simples gerador para transformar-se na encarnação da loucura: sua paixão, sua ação. Seu universo e seu emprego único. Sujeito e Objeto.

Trata-se de um ardil, é claro. A ciência é investigação constante, ele repete. Este homem não cede à loucura senão para melhor submetê-la ao domínio possível da ciência. Ardil enlouquecido, no entanto: atrai para si o malefício que irá afrontar. Quando todas as experiências falharam, quando todas as teorias foram refutadas, lança o último golpe - “plus ultra!” exclama - e se converte em sujeito e objeto, trancafiando-se em definitivo na Casa Verde. Só assim o ideal científico de unificação entre sujeito e objeto poderá se realizar: Simão Bacamarte é a ciência e aquilo sobre o que a ciência falará. Realização vivaz e irônica da imagem positivista: estar à janela e ver-

se passando na rua. Seu domínio, para nos referirmos a Foucault, subentende a “reduplicação transcendental”. A loucura da ciência se revela por inteiro.

Estamos em pleno domínio do Alienista, seu continente ilhado. Mas, além do delírio científico, encontramos no texto outro recorte mais radical a respeito do sonho de constante investigação científica: finalmente isolado - após trancafiar 4/5 da população dentro da Casa Verde - ele termina por trancafiar o mundo fora da Casa Verde. E mergulha na última viagem, da qual não haverá retorno:

“Fechada a porta da Casa Verde, entregou-se ao estudo e à cura de si mesmo. Dizem os cronistas que ele morreu dali a dezessete meses, no mesmo estado em que entrou, sem ter podido alcançar nada.”

O delírio racionalista da investigação constante conduz ao isolamento. A sede de uma explicação definitiva e universal, conduz à morte. Simão Bacamarte morre “no mesmo estado em que entrou” e sem “alcançar nada”. Em termos de parábola, absolutamente perfeito. Literariamente exato, redondo, definitivo. Nada sobra neste final - e nada mais precisa ser dito.

A loucura do século

É claro que podemos investigar os caminhos que levaram a este final desastroso. Por exemplo: o que movia este produtor de loucura? Que impulso o lançava adiante? O que o tornava apto a produzir a “torrente de loucos”? No que se escudava para estar acima do bem e do mal, longe das mesquinharias miúdas em que o vulgo se perdia à sua volta? E mais: o que lhe concede privilégios e imunidades tais que o autorizam a trancafiar 4/5 da cidade e, ao final, trancafiar ao mundo

inteiro fora da Casa Verde, mergulhando no nada e mantendo de si a mesma “imagem vivaz” e triunfante do cientista que irá desvendar - plus ultra! - o último segredo da mente humana?

A loucura do Alienista não é a loucura de Simão Bacamarte. Ele, que tem de si uma imagem de ser único e predestinado - acima do vulgo - não é na verdade este ser exclusivo que, na frente de batalha, luta como indivíduo raro em prol da felicidade dos povos. Simão Bacamarte enlouquece, é verdade. Em sua loucura está contido, desde o início, o final trágico. Mas não enlouquece sozinho e nem enlouquece a si mesmo. É enlouquecido. Ele, que tem uma visão deformada da própria liberdade de criar um mundo novo, está desde o início vivendo uma tragédia coletiva, esta sim, a raiz da loucura que interessa a Machado: a grande loucura científica e positivista, que implica na busca dos limites entre razão e desrazão. A loucura de se pretender alcançar uma explicação exaustiva e racional para a “mente humana”. Aí está a origem e o fundamento das imunidades e privilégios que o Alienista a si concede. São as imunidades e privilégios que o século concede à ciência, particularmente à ciência médica em sua busca de administração da vida. O Alienista, portanto, não se escolhe louco. O século o constitui assim.

Aquilo de que se fala, portanto, é deste saber que, pretendendo esgotar - de forma objetiva e rigorosa - o conhecimento a respeito da mente humana, apóia-se numa pretensão de conhecimento total do mundo e, portanto, se destina ao fracasso. Fracasso que não será devido apenas à exagerada pretensão. Antes a um esquecimento que a ciência, de má fé, realiza: seu grande triunfo é apresentar-se como forma objetiva e racional (portanto, incontestável, exceto dentro do próprio sistema que institui) de conhecimento - ou seja: como algo fora das fraquezas humanas, fora do vulgo, das coisas miúdas. Eis porque esta metáfora do que está dentro e fora é essencial e sempre se repete: a ciência inclui e exclui num só ato: valida e desqualifica num mesmo momento - quer dizer: ou se está *fora* ou *dentro* da Casa Verde,

no interior ou no exterior do continente; eis porque é necessário se colocar fora do mundo para que se possa estar dentro da Casa Verde (síntese institucional das pretensões científicas) e, aí, realizar a grande investigação final.

A ciência decreta assim sua própria insanidade - que levará à morte, ao isolamento, ao nada - no momento em que se pretende acima do bem e do mal, reivindicando para si uma isenção de tudo aquilo que não for a simples razão (já suposto o racional como o verdadeiro), ou seja, como se seu poder derivasse de uma lógica metafísica embutida no real e na razão - vistos como pares complementares -, lógica da qual seria insânia tentarmos escapar.

Ao fazer isso, a ciência apresenta-se como desinteressada - o que equivale a dizer: como não representando interesses fora daqueles que são próprios à busca da pura verdade. Nisso reside sua insensatez.

O poder da ciência

Desta forma, em *O Alienista* se fala da ciência, mas de uma forma inédita até então: não se fala da ciência enquanto tal, seus métodos, sua validade, sua pretensão de conhecimento, seu rigor lógico, suas tendências, sua extensão. Não há aí nenhuma epistemologia no sentido clássico, muito menos alguma filosofia da ciência. Não se fala, pois, da ciência - o que seria usual e fastidioso para a época; fala-se do poder da ciência - o que representa uma raridade para aquele o momento. Machado está preocupado em colocar diante de nossos olhos a pergunta fundamental do ponto de vista da política do saber: que poder é este que emana da ciência, no que se funda, qual a razão das imunidades e privilégios que o Alienista toma para si? Em suma: nenhum poder é inocente; todo poder deve ter contestadas suas razões.

Eis porque Machado não está preocupado com outro modo de conceber a loucura - que seria mais "verdadeiro" - nem se preocupa

com outro tratamento aos asilados - que seria mais "humano". Por isso o texto não contém denúncias ou reivindicações. Não há preocupação com outro caminho para a ciência patológica e não se coloca em questão a competência de Simão Bacamarte enquanto cientista: ele é, o contrário, o mais rigoroso e consequente dos cientistas, coerência que lhe cobrará a razão e a vida.

A tensão fundamental do texto está noutro lugar: o poder da ciência que a retórica científica pretende mascarar. Machado está além de seu século não apenas por questionar a concepção racionalista e positivista de ciência, mas por questionar o poder de todo e qualquer saber que pretenda apresentar-se como rigorosamente objetivo e com pretensões universais. Não há, portanto, razões para sermos otimistas quanto à razão e à ciência.

No entanto, mesmo no momento de crítica radical, Machado não se coloca na mesma linha de tiro de seus alvos. Ele não desespera da ciência enquanto conhecimento, resultado, investigação. Nem a razão lhe parece um mal. O que Machado mira, por detrás da hipocrisia humanitária do positivismo, da sede de esgotar as razões do universo e da vida humana, é a insânia do exercício de poder inerente à concepção de conhecimento (e ao tipo de fundamentação do conhecimento), que a razão e a ciência positivistas enaltecem. O alvo em mira é o poder, essa coisa escorregadia, que não diz seu nome, que gera as mil máscaras por atrás das quais se esconde.

A disciplina do corpo

Simão Bacamarte descreve uma trajetória de desastre - rodeado pela mediocridade, intriga, inveja, hipocrisia - mas, em meio a tudo isso, não deixa um só momento de fazer de seu corpo a "imagem vivaz do gênio". Simão Bacamarte é o corpo disciplinado.

A idéia da ciência é, de fato, sua única ocupação. Mas ela não está apenas em sua cabeça ou em sua biblioteca. Ela percorre

todo seu corpo, suas vestes, suas falas, seus gestos: transformou seu corpo na expressão acabada de seu ideal e nada nele escapa a esta determinação obsessiva. De todos os continentes, é o corpo que deve ser conquistado em primeiro lugar, pois ele é o objetivo, o lugar e o instrumento de luta. Desde o início não é Simão Bacamarte quem vive - é a ciência que molda seu corpo com sua disciplina.

Ao lado das metáforas geográficas - que comprovam que Simão Bacamarte está numa guerra e se porta como audaz estrategista - as referências à ciência são as mais freqüentes ao longo do texto.

Desprezando os negócios da Corte, o Alienista elege seu universo, Itaguaí, e seu "emprego único": "entregou-se de corpo e alma ao estudo da ciência" Seu projeto está lançado. Tanto o corpo quanto a alma estão desde o início envolvidos neste negócio. A ciência cobra de seus amantes não apenas a mente, mas também o corpo, que será moldado aos poucos e decididamente, em busca da "imagem vivaz do gênio".

Não se trata de uma escolha acadêmica - neste caso teria preferido os benefícios da Corte - já que não se importa com vantagens monetárias ou honrarias que sobrem na periferia do poder monárquico. É uma escolha de vida, a opção por um poder que não será periférico nem ocasional, mas de um poder mais alto, que a seus olhos se apresenta como a possibilidade de colocar Itaguaí e o universo "à beira de uma revolução". Um poder, no entanto, que vai lhe cobrar o controle e o domínio pleno de seu corpo.

Assim, não será segundo diretrizes miúdas e vulgares que selecionará sua esposa. A escolha de D.Evarista será feita segundo os princípios de uma demonstração racional. Trata-se de uma mulher despida de atrativos, "mal composta de feições" "não bonita, nem simpática" Mas que importância tem isso para um sábio? Importam, isso sim, as condições fisiológicas e anatômicas da esposa, o fato de dormir regularmente e digerir com facilidade. De resto, sendo feia a esposa, teria um motivo a menos para se afastar das nobres ocupações dignas de um sábio.

"Não corria o risco de preterir os interesses da ciência na contemplação exclusiva, miúda e vulgar da consorte."

A alma e o corpo do Alienista - do qual, aliás, D. Evarista não passa de um apêndice necessário apenas à reprodução biológica - parecem estar em harmonia. Mas surge um pequeno problema: D. Evarista, apesar dos remédios e das carnes de porco que lhe receita o marido, é incapaz de gerar filhos - a isso "devemos a total extinção dos Bacamartes". O sábio não se abala, porém. A ciência, reflete, tem o "dom de curar todas as mágoas" - e o Alienista mergulha mais e mais nos estudos, sua verdadeira missão, descobrindo neste momento o setor da medicina que deve merecer seus esforços: "A saúde da alma, bradou ele, é a ocupação mais digna do médico."

Há dois recortes, novamente: o do Alienista e o do texto de Machado. O Alienista vê nesta miúda desgraça um sinal a mais a projetá-lo na direção das investigações científicas, agora que localizou onde exercê-las. Machado assinala, como o fará ao longo de todo o texto, a atabalhoada atitude do Alienista, sempre negando os desastres de sua vida em troca dos delírios de um sábio. Há um homem que sofre e se frustra por ver extinta a "dinastia dos Bacamartes", e há um homem que entrega seu corpo e sua alma à ciência.

Daí decorrem duas vertentes na narrativa: de um lado, o elogio solene da ciência e da razão; de outro, o progressivo desastre afetivo-corporal em que se converte o Alienista.

Sufocadas, suas paixões, medos, ansiedades e dúvidas, vão ressecando seu caráter, esmagando qualquer manifestação de fraqueza ou afeto. Quando D. Evarista despede-se para viajar ao Rio, o Alienista vai ao bota-fora na maior indiferença, pois, "homem de ciência, e só de ciência, nada o consternava fora da ciência". Um homem só de ciência, além de não se comover, não perde a ocasião para vasculhar a multidão, com um "olhar inquieto e policial", verificando se por acaso algum demente não poderia ter-se misturado com a gente de juízo.

Seu corpo idealizado sofre apenas as paixões próprias de um sábio. Diante de um relato que lhe parece rico em sugestões psiquiátricas, é tomado de “uma volúpia científica”. Quando do regresso do D. Evarista - que, vulgar, desmaia em seus braços - Bacamarte permanece indiferente, “frio como um diagnóstico, sem desengonçar por um instante a rigidez científica.”

Assim, vai conquistando corpo a “imagem vivaz do gênio”. Nos delírios de Bacamarte, temos um investigador permanente, um sábio alheio às coisas menores da vida, o olhar preso no horizonte a vasculhar o futuro, pensando teorias, dedicando-se a seu emprego único. No tecido do texto de Machado, porém, vai surgindo um corpo dilacerado, que se compraz em ser frio como um diagnóstico e cientificamente rígido.

Já próximo do final - de sua “última verdade” - meditará solitário, passeando pela vasta sala onde tem sua biblioteca e compondo esta triste figura:

“Um amplo chambre de damasco, preso à cintura por um cordão de seda, com bordas de ouro (presente de uma universidade) envolvia o corpo majestoso e austero do ilustre alienista. A cabeleira cobria-lhe uma extensa e nobre calva adquirida nas cogitações quotidianas da ciência. Os pés, não delgados e femininos, não graúdos e mariolas, mas proporcionados ao vulto, eram resguardados por um par de sapatos cujas fivelas não passavam de simples e modesto latão. Vêde a diferença: - só se lhe notava luxo no que era de origem científica; o que propriamente vinha dele trazia a cor da moderação e da singeleza, virtudes tão ajustadas à pessoa de um sábio.”

É o corpo falante, submisso ao discurso científico. A ciência é disciplina, sabe Machado. Poder e disciplina. Enquanto conjunto de ensinamentos e enquanto normatização que se cristaliza num corpo. Assim, embora de início pudesse parecer o contrário, não há no Alienista um separação entre um ideal científico exaltado e um corpo relegado às coisas irrelevantes. Seu corpo e sua mente, seus

ideais e seus afetos, são uma coisa só: “reúno - poderá ele dizer então - em mim mesmo a teoria e a prática”. Esta é uma questão científica e, tomado por ela, mergulhará em nova investigação, rumo à “última verdade”, em busca “de uma doutrina nova, cujo primeiro exemplo sou eu.”

Mas que última verdade? Neste momento final da narrativa, Machado dissolve a dualidade com a qual vinha trabalhando, tomando o cuidado de preservar, no entanto, a distância irônica: não há uma última verdade para o Alienista, posto que nada encontrou, exceto a morte. Mas haverá uma última verdade do texto - afinal, o Alienista vivia de refutar-se continuamente. Quem sabe não terá provado alguma coisa?

O corpo da disciplina

A loucura do Alienista não é uma tragédia somente pessoal. Ele as sumiu em seu corpo, coerentemente, todos os projetos científicos da época - e isso o levou ao desastre. Mas uma coisa é certa: eram projetos científicos. Enlouquecidos, talvez, mas colados ao discurso positivista.

Tratava-se de “estudar profundamente a loucura, os seus diversos graus, classificar-lhe os casos, descobrir, enfim, a causa do fenômeno e o remédio universal.” Projeto partilhado por inúmeros colegas de Bacamarte, tanto de ontem quanto de hoje. Projeto elevado, acima de interesses pessoais ou busca de honrarias: “trata-se de coisa mais alta, trata-se de uma experiência científica.” Experiência assumida com todos os cuidados e escrúpulos exigidos pela ciência:

“Digo experiência, porque não me atrevo a assegurar desde já a minha idéia; nem a ciência é outra coisa, Sr. Soares - (diz ele ao boticário Crispim) - senão uma investigação constante. Trata-se, pois, de uma experiência, mas uma experiência que vai mudar a face da terra. A loucura, objeto de

meus estudos, era até agora uma ilha perdida no oceano da razão; começo a suspeitar que é um continente.

A ciência, adverte o texto, não está livre de pretensões enlouquecidas, que não são exclusivas de Simão Bacamarte, aliás. Não se trata apenas de investigar (um investigar sem pretensão e metafísico), mas de conquistar. A ilha perseguida se revela um continente - o universo acanhado de Itaguaí se amplia, universaliza-se ao toque mágico da abstração científica. E, metáfora geográfica, diante deste continente o Alienista se coloca como um cavaleiro andante.

Mesmo que se queira evitar, em vários momentos nos invade a mente a imagem do Quixote. E nem lhe falta um Sancho Pança na figura servil, medrosa e chã de Crispim Soares, que seria a imagem vivaz do vulgo. Em seus combates, Bacamarte cruza lanças não contra moinhos de vento ou ca valeiros andantes, mas contra teorias e idéias vulgares - as quais, submetidas a seu espírito privilegiado, acabam se revelando igualmente fantasmagóricas. Desastrado e delirante como Quixote, sua empreitada também terminará em morte. Mal erguia seu próprio mito, a ciência já encontrava um quixote-alienista para lhe apontar seu fim (enquanto meta e enquanto morte) - mas, no caso, os quixotes eram multidão triunfante, não só na ciência, mas também na política e nas artes. Enquanto o século delirava, Machado limitava-se a compor seu texto.

E, nele, o projeto do Alienista ganha corpo:

"Supondo o espírito humano uma vasta concha, o meu fim, Sr. Soares, é ver se posso extraír a pérola, que é a razão; por outros termos, de marquemos definitivamente os limites da razão e da loucura. A razão é o perfeito equilíbrio de todas as faculdades; fora daí, insânia e só insânia."

Pe. Lopes, a quem o Alienista confia a nova teoria, vê nela um absurdo, ou, pelo menos, uma tarefa colossal. Mas nada pode resistir

ao triunfo da ciência. Para o esperto e assustado padre, a tarefa do Alienista tem dupla face: é absurda, pois assim a vê do ângulo da teologia cristã, certamente alarmado com o pecado que é a pretensão de se desvendar a última razão dos mistérios da mente humana: soberba e sacrilégio, desejo satânico de ser Deus. Mas, manhoso, o bom padre dependura na sua frase um adendo estratégico: tarefa colossal. Certamente lhe era difícil duvidar da ciência neste século de tantos prodígios. Não absurdo, portanto - apenas colossal. Tarefa grande demais para um homem. O cuidado se explica: quem sabe do que será capaz a ciência? A religião declinante rende sua tímida homenagem à ciência. E o que esta faz? Diz o texto: "A ciência contentou-se em estender a mão à teologia, - com tal segurança, que a teologia não soube enfim se devia crer em si ou na outra." Entre teologia e ciência, o abismo estava cavado e o cumprimento condescendente e superior do Alienista unia e separava duas eras. "Itaguaí e o universo ficavam à beira de uma revolução".

"A ciência é coisa séria"

O poder da ciência se instala definitivamente. "Tudo era loucura." Poder sobre o século, poder frente à teologia, poder junto à câmara de vereadores de Itaguaí - poder sobre o continente conquistado. Não só poder de desenvolver um discurso explicativo a respeito da mente humana, mas algo mais radical: poder de estabelecer os limites entre razão e loucura e, feito isso, trancafiar aqueles que, por um "ruim costume", eram deixados à solta.

E mais: poder de colocar-se além do vulgo, que é medíocre, e dos interesses dos mortais comuns, que distorcem a verdade. *O Alienista* é insuspeito: seus atos jamais denunciarão impureza, mesquinharias, vinganças, escolhas políticas; serão sempre os atos de um sábio. "O marido era um sábio - (raciocina D. Evarista quando da "torrente de loucos") - não recolheria ninguém à Casa Verde sem prova evidente de loucura." Nem mesmo o poder da Câmara

prevalecerá sobre o Alienista, pois “a ciência não podia ser emendada por votação administrativa.” Sequer o povo - ainda que seja em nome dos benefícios à humanidade que Bacamarte lute - poderá se pronunciar. Movimentos de rua não podem contestar a ciência, é o que prova a traída Revolta dos Canjicas.

Ou seja: “A ciência é a ciência”, repete o Alienista diante de dúvidas, ataques, desconfianças, imaginando se seu opositor não será mais um caso a trancafiar. A ciência não deve explicações a ninguém, tem suas próprias normas de auto-avaliação, o que compete apenas a ela própria discutir. Acima do bem e do mal, imune às suspeitas, o sábio (encarnação da ciência), não tem por onde ser contestado. Diante da Revolta dos Canjicas, o Alienista discursa à multidão:

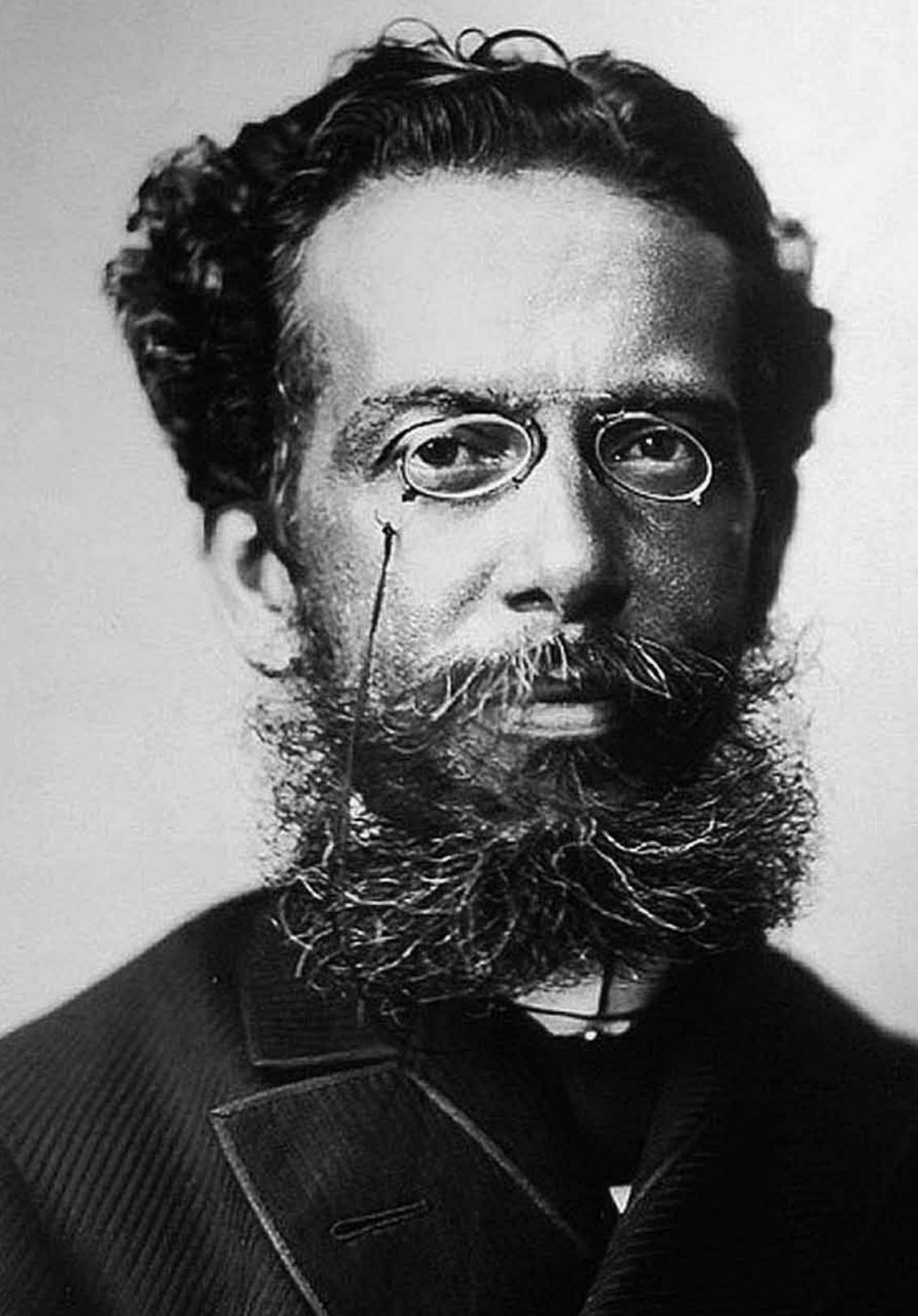
“ - Meus senhores, a ciência é coisa séria, e merece ser tratada com seriedade. Não dou razão dos meus atos de alienista a ninguém, salvo aos mestres e a Deus. Se quereis emendar a administração da Casa Verde, estou pronto a ouvir-vos; mas, se exigis que me negue a mim mesmo, não ganhareis nada. Poderia convidar alguns de vós em comissão dos outros a vir ver comigo os loucos reclusos; mas não o faço, porque seria dar-vos razão do meu sistema, o que não farei a leigos nem a rebeldes.”

É difícil encontrarmos discurso mais perfeito sobre as imunidades e privilégios que a ciência a si mesmo concede, ancorada nas instituições que falam em seu nome. O único tribunal do cientista são mestres (igualmente cientistas, é claro) e Deus (que não costuma interferir em polêmicas deste tipo). Dar razão de seu sistema seria negar-se; e isso é fácil entender: o poder decorrente do saber científico não é um anexo que lhe seja acrescentado em certas condições; tal poder está no interior mesmo da concepção e do projeto científico. Quer dizer: Simão Bacamarte não delira por ter saído dos limites da ciência, mas por ter entrado neles. Não quebra nenhuma norma científica; desastrado e cego, quer cumprir-las todas com rigorosa coerência.

Disso encontramos a melhor ilustração na Revolta dos Canjicas, comandada pelo barbeiro Porfírio, e, como se não bastante, no levante seguinte, liderado por João Pina, outro barbeiro. Nos dois casos, com o detalhe de que o segundo golpista faz a cópia fiel da declaração do primeiro, resulta a confirmação de um poder que permanece inabalável: o poder de Simão Bacamarte e da Casa Verde. “É matéria de ciência”, diz Porfírio, respeitando a instituição que, antes de vitorioso, jurara destruir. As duas revoltas, que se destinavam a derrubar a tirania do Alienista, só fizeram fortalecê-lo, permitindo que trancafiasse a Porfírio e outros cinqüenta e tantos indivíduos que declarou mentecaptos, além do pobre Crispim Soares, punido por sua covardia. “O terror também é pai da loucura”, declara o Alienista, ele que, sabemos pelo texto de Machado, instaurara o terror.

A partir deste ponto, instaladas em Itaguaí as forças do vice-rei, o poder do Alienista é total. “Tudo era loucura”- inclusive o apego de D. Evarista às sedas, veludos e rendas. Diagnosticada como portadora de “mania suntuária”, também foi trancafiada. Assim, colocando os ditames da ciência acima dos laços de casamento e afeto que o ligavam a D. Evarista, o Alienista superou-se como homem a quem só a ciência importava. “Ninguém mais tinha o direito de resistir-lhe - menos ainda o de atribuir-lhe intutos alheios à ciência.”

Novamente os dois discursos confluem para o mesmo ponto. O desastre afetivo e humano que é Simão Bacamarte, reúne-se ao triunfante homem de ciência que é o Alienista. Ao trancafiar a própria esposa, impondo ao miúdo sentimento de amor os compromissos para com a ciência, o Alienista já se encontra além dos limites daquilo que é simplesmente humano. E terá sido este um dos limites entre razão e loucura que não lhe ocorreu investigar.



AINDA MACHADO DE ASSIS

Por JOSÉ PAULO PAES*

No seu livro sobre Machado de Assis, Lúcia Miguel Pereira traçou, do Mestre, um retrato psicológico até hoje inexcorado. Logo no primeiro capítulo do volume, estudando as sutis conexões existentes entre o homem de carne e osso que Machado foi em vida, e a falaciosa estátua de bronze que a posteridade dele quis fazer, observa sagazmente a biógrafa:

Prestou-se, como ninguém, a ser estereotipado. Teve, para isso, todos os requisitos necessários. Possuiu uma meia dúzia de gestos, hábitos e frases típicas, mantidos por uma certa tendência a se repetir. Parece ter escolhido, ele próprio, os clichês em que se perpetuaria, deformando-se. E ter aceito, de bom grado, essa deformação que lhe resguardaria a intimidade e a verdadeira fisionomia. Com uma docilidade espantosa, ajeitou-se nas formas da sua futura estátua, encolhendo aqui, esticando acolá, aparando excessos, acolchoando vazios.

Não é descabido pensar-se que Machado teria olhado, com particular simpatia, os esforços da posteridade para fazer dele o paradigma do puro homem de letras, pairando olimpicamente acima das agitações políticas ou dos conflitos de doutrina, inteiramente votado ao ofício de bem escrever. As contribuições mais recentes da crítica, todavia, especialmente aquelas devidas a Astrogildo Pereira, Brito Broca e, sobretudo, R. Magalhães Júnior e J. Galante

*Poeta e crítico literário, José Paulo Paes (1926-1998) viveu em Curitiba entre 1945 e 1949, período em que estudou Química e colaborou na Revista Joaquim.

de Souza - esses dois incansáveis arqueólogos que vêm exumando da vala comum do periodismo oitocentista tudo quanto o Mestre houve por bem nela deixar enterrado - desmentiram o paradigma e deram inteiro crédito à sagacidade de Lúcia Miguel Pereira.

Astrogildo Pereira foi, ao que sei, o primeiro a refutar, num ensaio hoje clássico na bibliografia machadiana - "Machado de Assis: romancista do Segundo Reinado" - as acusações assacadas contra o autor de *Dom Casmurro* por críticos apressados que não souberam ler, nas entrelinhas de uma obra aparentemente absenteísta, o testemunho de um espírito profundamente imerso na vida da sua época. Críticos como aquele Pedro do Couto que, nos idos de 1910, pontificava: "Quanto aos fenômenos morais e sociais que em todas as cerebrações atuam, e especialmente nos mais desenvolvidos, Machado de Assis não mostra em nenhum livro deles ter sequer conhecido a existência. Dir-se-ia que longe deles, isento de sua influência, o escritor se achava".

Brito Broca, de cujo volume *Machado de Assis e a política e outros estudos* foi tirada a citação acima, trouxe novos subsídios à tese de Astrogildo Pereira ao demonstrar o quanto estivera Machado de Assis, particularmente nos primórdios de sua carreira jornalística, ligado às grandes questões políticas da época. Recorda o ensaísta, em especial, um poema das *Crisálidas*, "Os Arlequins", que, malgrado a obscuridade de certas alusões, parece ter sido uma sátira visando o histrionismo do Imperador; na terceira estrofe do poema, há, mesmo, uma referência a "régio saltimbanco", epíteto que faria longa carreira durante a campanha republicana, tendo servido inclusive de título ao famoso, desabusado e medíocre panfleto de Fontoura Xavier. Convém lembrar, de passagem, que, ao publicar "Os Arlequins", Machado fê-lo acompanhar de uma nota explicativa, na qual afirmava não ter intentado sátira pessoal, mas visado genericamente uma classe - a dos oportunistas e vira-casacas.

A importância das pesquisas de R. Magalhães Júnior é hoje sobejamente reconhecida, sendo, pois, escusado insistir no assunto.

Detendo-se em aspectos pouco estudados da vida e da obra de Machado de Assis, pode Magalhães Júnior corrigir certas deformações ainda em curso, particularmente aquelas relacionadas com o famigerado absenteísmo machadiano. Lembra ele, entre outras coisas, que Machado de Assis, fazendo eco à indignação de todo o país, inflamou-se patrioticamente quando do incidente Christie e, do mesmo modo que Fagundes Varela e outros poetas da época, escreveu também o seu poema de circunstância, um *Hino dos Voluntários*, que foi publicado em edição especial, com ilustração de Henrique Fleiuss, sendo parte do produto da venda destinada a uma subscrição nacional para a compra de armamentos, a serem usados no caso de um conflito armado entre a Grã-Bretanha e o Brasil. A Guerra do Paraguai está presente, outros - sim, na obra de Machado de Assis, não apenas em artigos de jornal ou em referências ocasionais nas páginas dos seus romances, como especialmente em outro poema de circunstância, "O acordar do Império", lido em cena aberta, a 5 de maio de 1865, pelo ator Furtado Coelho.

J. Galante de Souza, finalmente, a quem devemos uma detalhadíssima *Bibliografia de Machado de Assis*, publicou uma coletânea de trabalhos esparsos de Machado sob o título de *Poesia e Prosa* (Civilização Brasileira, São Paulo, 1957). Entre os textos em verso incluídos no volume figuram, além do "Hino patriótico" (o mesmo "Hino dos Voluntários" citado por Magalhães Júnior) e de "A cólera do Império" (ou "O acordar do Império", como era também conhecido na época), dois outros poemas de circunstância igualmente curiosos: "Daqui, deste âmbito estreito" e "Minha musa".

O primeiro foi lido pela atriz Ismênia dos Santos, a 23 de fevereiro de 1870, num festival em benefício das vítimas da seca alagoana. Tanto pela frequência de certas metáforas, como pela sua eloquência cantante, traz-nos à mente, inelutavelmente, a poesia de Castro Alves. Atente-se, por exemplo, para a oposição entre o "âmbito estreito,/ cheio de risos e galas" do festival benéfico, e as regiões mais sombrias onde campeia a miséria humana exacerbada pelo

flagelo da seca. Ou para o uso repetido de tríades como “sem pão, sem água, sem luz”, tão semelhante à “sem luz, sem ar, sem razão” com que Castro Alves evocou o estado aviltante dos escravos confinados aos porões asfixiantes do Navio Negreiro. Ou, finalmente, para certas antíteses de cunho eminentemente castroalvino: “filhos da mesma bandeira,/ remidos na mesma cruz; a terra lhes foi avara,/ a terra a tantos fecunda”. Castroalvina é esta estrofe candente:

Trêmulos braços alcançando
Entre os da morte e os da vida,
Solta a voz esmorecida,
Sem pão, sem água, sem luz,
Um povo de irmãos, um povo
Desta terra brasileira,
Filhos da mesma bandeira,
Remidos na mesma cruz.

A estrofe seguinte foi buscar elementos ao rico arsenal de interpelações retóricas com que o autor de “Vozes d’África” recheou os seus versos:

A terra lhes foi avara,
A terra a tantos fecunda:
Veio a miséria profunda,
A fome, o verme voraz.
A fome. Sabeis acaso
O que é a fome, esse abutre
Que em nossas carnes se nutre
E a fria morte nos traz?

O segundo poema apareceu em 1816, nas páginas da *Marmota Fluminense*, o jornal de Paula Brito que deu guarida às primeiras produções do jovem aprendiz de tipógrafo da Imprensa Nacional,

então se iniciando na carreira das letras. O tema de “Minha Musa” é um dos lugares-comuns da poesia política de todos os tempos: o poeta, enumerando os ideais que lhe animam o estro, dá ênfase especial à inspiração libertária. Nos versos de Machado de Assis, esses ideais incluem, a par do amor a si mesmo (“A Musa, que inspira-me os versos nascidos/ De mágoas que sinto no peito a pungir”), do amor a Deus (“A Musa, que inspira-me os cantos de prece/ Que nascem-me d’alma, que envio ao Senhor”) e do amor à pátria (“A Musa, que o ramo das glórias enlaça,/ Da terra gigante - meu berço infantil”), o amor à liberdade e o ódio às tiranias:

A Musa, que inspira meus cantos é livre,
Detesta os preceitos da vil opressão.
O ardor, a coragem do herói lá do Tibre,
Na lira engrandece, dizendo: - Catão!

Eis, pois, mais uma vez comprometida a decantada abstenção de Machado de Assis. Poeta político foi ele nos primórdios da sua carreira, semelhantemente a tantos outros jovens escritores românticos que, inflamados pela leitura de Michelet, Peletan ou Victor Hugo, se inculcavam por arautos de vindouras utopias. É bem verdade que sua contribuição nesse terreno foi de pouca monta e que toda a sua obra posterior, verdadeiro *tour de force* de sutileza psicológica e finura estilística, muito pouco se coaduna como generoso desleixo de suas primeiras produções.

Foi certamente tendo em conta a mediocridade desses tentames juvenis que Machado os desprezou quando da organização, em 1901, das suas Poesias completas. Ademais, a época não estava para versos políticos: a desilusão republicana e a estesia parnasiana haviam condenado a musa da revolução a um prolongado ostracismo. Muitos poetas parnasianos que, em tempos idos, sacrificavam no altar da arte interessada, renegavam agora suas demasias juvenis. Basta lembrar, à guisa de exemplo, Raimundo Correia, um dos arautos da

Ideia Nova que, ao preparar para um editor lisboeta uma seleção dos seus melhores versos, não incluiu entre eles nenhum dos poemas participantes das *Sinfonias*.

No caso de Machado de Assis, havia ainda o agravante daquela sua tendência natural tão bem caracterizada por Lúcia Miguel Pereira - a tendência à auto-estatuária. Dócil às exigências da posteridade, que o queria olímpico, desapaixonado e sereno, o antigo poeta libertário assumiria a grave postura de Cavaleiro da Ordem da Rosa e de Presidente da Academia Brasileira de Letras, para gáudio dos filisteus de ontem como de hoje. Mas os que, conhecedores dos seus pecadilhos de mocidade, atentarem para os lábios da estátua, descobrirão neles um leve sorriso de mofa, de resto perfeitamente machadiano...

(in: *Armazém literário, ensaios, Cia. Das Letras, SP, 2008. p 44-49*)

A EXTENSA PRODUÇÃO TÉCNICA DE ÁRIO DERGINT

Por ERNANI BUCHMANN

O economista e engenheiro Ário Taborda Dergint de Rawicz é curitibano, nascido no início da década de 1930. Foi professor de Economia da UFPR, diretor financeiro da Telepar e exerceu funções de envergadura na administração pública a partir dos anos 60. Hoje aposentado, é reconhecido como criterioso colecionador de artes e antiguidades. Foi presidente do Centro de Letras do Paraná e, desde 1998, é membro da Academia Paranaense de Letras.

O que as novas gerações não sabem é que Ário Dergint possui uma volumosa e importante obra sobre planejamento econômico e desenvolvimento do estado, iniciada ainda no primeiro governo Ney Braga (1961-1965).

Dez anos antes, Bento Munhoz da Rocha havia levado à administração estadual uma primeira visão de futuro, criando o Plano de Desenvolvimento Econômico do Paraná – PLADEP.

Ney tomou a tarefa para si, criando empresas e órgãos que se revelariam essenciais. Assim nasceu a CODEPAR – Companhia de Desenvolvimento do Paraná.

A precariedade do sistema paranaense de transportes da época era patente e precisava ser atacada com rigor. Ário Gergint, já em julho de 1962 publica o trabalho Os Transportes na Economia, em que analisa a importância estratégica do setor de transportes para o crescimento econômico. Passados mais de 50 anos, com a economia paranaense ocupando o quinto lugar no ranking nacional, deve-

se dar o devido valor àquela visão desenvolvimentista, responsável por possibilitar o escoamento e a comercialização da produção agroindustrial. Da mesma época é o volume *Inflação na Economia Paranaense*, tema que já castigava a população brasileira.

A partir de 1965, Ário passa a publicar uma série de trabalhos por ele coordenados, no âmbito do CODESUL – Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul, abordando temas como: Formação de Capital na Sociedade Anônima e de Economia Mista, Renda e População do Paraná, Diagnose do Comércio Paranaense e Ingressos e Gastos Familiares em Curitiba. Além do alentado estudo sobre o Setor Secundário na Região Sul, em três volumes.

Com o governo Paulo Pimentel, passa a exercer a assessoria econômica da COPLAN - Comissão de Planejamento de Edificações da Secretaria de Viação e Obras Públicas. Os estudos publicados no período vão de análises e projeções da demografia paranaense, a regionalização do estado, os aspectos físicos e demográficos dos nossos municípios e dois que demonstram a visão de longo alcance do governador: Elementos para a Determinação de Prioridades de Pavimentação – Trechos Três Pinheiros-Pato Branco; Ponta Grossa-Sengés; Maringá-Umuarama e Ventania-Ibaiti - hoje, todas são rodovias a exercer papel preponderante na economia do estado – e Razões que Justificam a Construção de um Oleoduto Interligando Paranaguá – Curitiba – Ponta Grossa – mais tarde, com alterações e em função da Refinaria de Araucária, também construído.

Já nos anos 70, a Secretaria do Planejamento, sob o comando de Belmiro Castor, torna-se um laboratório para o desenvolvimento do Paraná. Ário Dergint coordena então a equipe responsável pelo PROEI – Projeto Técnico-Econômico dos Eixos Industriais do Paraná, em convênio com o IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico. Um trabalho de peso, desenvolvido a partir de rigoroso embasamento.

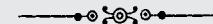
Na área cultural, Ário publicou artigos sobre dois pintores referenciais as nossas artes plásticas: Theodoro de Bona e Arthur Nísio.

Os trabalhos técnicos do economista foram publicados em brochura, com exemplares doados à biblioteca da Academia Paranaense de Letras e estão disponíveis para consulta, no edifício do Sesc da Esquina, na Rua Visconde do Rio Branco 969, 3º andar.





A ESPLENDOROSA CURITIBA



Por CHLORIS CASAGRANDE JUSTEN

Na cerração que se espraia
Há um cambiante céu de opala
Despontando, vagaroso,
Dos ténues raios de sol.

Vento frio da madrugada
Brinca ainda nos jardins,
Dança no espelho das águas
Canta ao balanço da flor.

Chegando, como um carinho,
Um cálido sopro de brisa
Movimenta a passarada,
Enche de som a alvorada.

Lentamente tomam forma
Catedrais e arranha-céus,
Pinheiros em taças verdes,
Ipês dourados de outono.

Num crescente, ensolarado
Pleno de Luz, Céu Azul,
Surge inteira esplendorosa
A Bela Cidade Sorriso!

CONTRASTES

Por CHLORIS CASAGRANDE JUSTEN

No meu peito a melodia No meu peito há nuvens róseas
Canta canções sem palavras Em nímbus de tempestades.
Há murmúrios ritimados Há sons de sinos e timbales
A cantochoes de mosteiros, Em catedrais submersas.
Siluetas de outros tempos. Há siluetas de Verlaine
Entre leques e minuetos. E nocturnos de Chopin.

Há vozes roucas dolentes Acordes de Debussy
Cantando chorados blues. E sonetos de Beethoven
Há doídos banzos lentos, Um som contínuo de Bach.
Lamentos em fados tristes, Em cortejos de Dario.
Bulos arpejos trinados, “Tão longe”, de Carlos Gomes,
Um mundo rico de sons! Embala as dores de amor!

Por que meu verso espontâneo
Não é cascata ao luar?



ODE AO RITMO, EM VERSOS PREDOMINANTEMENTE ARRÍTMICOS

Por JOÃO MANUEL SIMÕES

1

Adeus rima.

Good bye métrica

Arrivederci, formas obsoletas – camisas de força, invólucros,
pacotes, recipientes, vasos, embrulhos
para nada.

2

Ritmo. É isso o que é preciso: ritmo.

Definitivamente, irmão, tudo é apenas
uma questão filosófica de ritmo. Temos assim
o ritmo da valsa, do tango, do samba, da rumba,
do foxtrote neurótico ou do jazz que vem
dos subterrâneos da alma.

O ritmo do salto do tigre de dentes de sabre (e de bengala)
ou do lorde britânico cheio
de empáfia (e de cartola), a caminho de Trafalgar Square
ou do Foreign Office. O ritmo
da caligrafia, nas páginas de papiro da tarde,
das asas de sílex do pássaro efêmero
e do seu canto fortuito.

O ritmo do arquejo dos êmbolos das máquinas,
dos motores, das turbinas, das paixões
e das náuseas que estrangulam
como corda inconsútil.
Ritmo. Isso, ritmo.

3

O ritmo das piruetas do palhaço neurastênico
e dos soluços do ébrio, nau claudicante
no pélago de asfalto da avenida deserta. O ritmo
do florescer dos girassóis julgando-se
embriões de astros no firmamento às avessas
dos jardins verticais. O ritmo
do rodar da bolsa da mariposa
no seu péríodo notívago, sem bússola
mas com chave certa.

O ritmo da respiração
do moribundo em trânsito, cujos dentes trincam
ainda com volúpia o resto da maçã podre da vida.

O ritmo da música da linfa da saudade, cantando em surdina
na memória, no velho chafariz de outrora,
num pequeno largo soterrado sob escombros,
no país da infância. O ritmo
das facas, das adagas, dos punhais, dos sabres,
dos longos alfanjes, das curvas cimitarras,
instrumental oblíquo para os mágicos concertos do sangue. O ritmo
dos passos dos homens de olhar grave
carregando o caixão do menino que boiava
à flor das águas da lagoa
– tão meninamente!

4

O ritmo do amor e da luxúria, da ira
e do ódio e do ciúme e do fogo do desejo
entre corpos antípodas de eletricidade de sinal contrário.

O ritmo da aranha, na estratégia borgeana
de tecer a sua teia tênue feita de filigrana e renda, para ser
alçapão de dípteros incautos.

O ritmo do infante que mama
na gárgula rubra do seio pudico de sua mãe. O ritmo
do coração metálico do tempo
no fundo do tórax de vidro dos relógios.

O ritmo do andar de Carlitos, de bengala
e cachorro, no écran gratuito da memória, máquina de H. G.
Wells, e da batuta do maestro, prestidigitador que arranca
da cartola improvável do silêncio,
rios e catedrais de som.

O ritmo da marcha dos exércitos
rumo às frentes de batalhas inúteis,
do orgasmo dos fuzis supérfluos,
e do grito metálico das baionetas caladas

O ritmo do jogo de xadrez e do ataque dos peões às torres,
dos bispos às rainhas que nunca serão viúvas,
e dos reis eternamente em fuga
ao regicídio infame
do xeque-mate.

O ritmo do silêncio das necrópoles, ferindo
os tímpanos da alma como um gládio
volátil. O ritmo de translação e rotação universais
e do movimento do trapézio, e do abrir
das mandíbulas do sáurio mastigando,
com lágrimas nas órbitas sem pálpebras,
a manhã de safira e porcelana.

O ritmo das equações de Einstein e Oppenheimer
e das suas resultantes mais conspícuas: as orquídeas
assassinas de Hiroxima e Nagasaki – *miserere nobis*.

Ritmo. Sempre ritmo. Mais ritmo.

5

O ritmo do Bolero de Ravel ou do segundo
movimento da Nona ou da *Eine Kleine Nachtmusik*,
de um anjo que se chama Mozart e ama Deus. O ritmo
dos Cantos do Ezra Pound das lúcidas loucuras,
e das *Elegias* de Duíno do órfico Rainer Maria,
e do *Ulisses* apolítico de Joyce,
e da *Tabacaria*, empresa de comércio de Pessoa & Cia.,
e do *Cemitério Marinho* do coveiro nefelibata
chamado Valéry,
e dos quartetos do Eliot, e da busca do tempo
perdido e mais tarde recuperado (proustianamente)
por Marcel. O ritmo
do mover de olhos do paralítico sentado
na cadeira de vime e solidão. O ritmo cardíaco
do ponteiro dos segundos
circum-navegando o pélago do tempo circular. O ritmo
invertebrado do molusco em sua concha bivalve
de tédio e de calcário. O ritmo sinuoso do réptil
fazendo *strip-tease*, sub-repticiamente,
com a pele descartável. O ritmo (semirritmo)
da datilógrafa maneta e do perna-de-pau
correndo a maratona.
O ritmo do Espírito divino, *in principium*,
criando *ex nihilo*
o seu corpo infinito, o universo.

6

O ritmo do relâmpago, rubrica elétrica de Deus
escrita nas páginas sujas do alfarrábio do mundo
imundo.





BREVES NOTAS À RELAÇÃO ENTRE CORTÁZAR E KAFKA

—•••—
Por *CARLYLE POPP¹

“A literatura é sempre uma expedição à verdade”
Franz KAFKA

Sumário: 1.Introdução 2.Julio Cortázar 3.Franz Kafka 4. Cortázar e Kafka: o que os une e os separa 5. À guisa de conclusão

1.Introdução: De forma simples e direta este texto traz um perfil literário de Julio Cortázar e de Franz Kafka². Assim, estampa pontos de referência acerca da literatura de cada um deles e, mais à frente, traça uma relação entre seus trabalhos lançando pontos de contato e de atrito. Por fim, demonstra-se a relevância para o universo literário de cada um deles, sem olvidar que muito do que se conceba ou se defende a respeito de ambos passa, muitas vezes,

¹ Mestre em Direito Público pela UFPR. Doutor em Direito Civil pela PUC/SP. Membro do Instituto dos Advogados do Paraná, da Academia Paranaense de Letras Jurídicas, do Conselho Editorial da Juruá Editora e do Instituto de Direito Privado. Foi professor dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação (mestrado) do Centro Universitário Curitiba (UNICURITIBA) até 2012. Advogado Sócio de Popp Advogados Associados. Professor licenciado da PUC/PR. É escritor e pesquisador das relações entre direito e literatura. Presidente da Academia Paranaense de Letras Jurídicas no período 2017/2021.

² Sobre referidos autores v. **Instruções à Cortázar – homenagem de cronópios, famas e esperanças**. 2014. Curitiba: Juruá e **Kafka: uma metamorfose inspiradora**. 2015. Curitiba: Juruá, obras coletivas que organizei e confeccionei a apresentação.

* Autor convidado

pela preferência pessoal, pois é indiscutível o caráter maior que merecem receber acerca de cada linha que traçaram, marcadas para a eternidade.

2. Julio Cortázar: Quando Julio Cortázar morreu em 12 de fevereiro de 1984, o mundo perdia o maior dos Cronópios. Naquela época eu não me preocupei. Não sabia ao certo de quem se tratava, muito menos o que era um Cronópio. Minhas desventuras eram outras. Chorava ainda a perda da Copa de 1982, imaginava se teríamos alguma chance na que viria em 1986, engatinhava no curso de Direito e desejava com ânsia participar dos flagrantes da vida, em sua total fragrância. Queria votar para presidente. Tudo demorou a suceder. Muito ainda aguardo. Desilusões.

Julio Florencio Cortázar nasceu em 26 de agosto de 1914, quase um mês após o início da Grande Guerra. Já veio ao mundo sob conflito, o que soube domar daí em diante.

Nasceu na Bélgica, em Ixelles, subúrbio de Bruxelas. Filho de argentinos, teve a nacionalidade paterna por quase toda a vida. No final dela, em 1982, adotou a cidadania francesa, conseguida com dificuldade ante seu perfil ideológico. Viveu, antes de se fixar definitivamente em França, por breves períodos, também na Espanha, Itália e Suíça. Foi um cidadão do mundo.

Na Argentina morou de 1918 até 1951, quando saiu em direção à Paris. Um curso de dez meses o esperava. Seu primeiro grande ato de rebeldia. Divergia de Perón e sua ditadura. Não mais voltou, senão episodicamente. Antes disso foi professor de Letras, inclusive de literatura, na Argentina. Aficionado de boxe e jazz. Seus escritos refletem também estes prazeres.

Quando chegou na capital francesa vivia com dificuldades e, além de seus escritos, pouco rentáveis na época, sua principal remuneração vinha de suas traduções. É até hoje autor da principal tradução de Poe para a língua espanhola. Além disso, trabalhava como tradutor e intérprete para a Unesco.

Sua postura política, sempre em favor da sua crença democrática, granjeou-lhe antipatia americana e russa. CIA e KGB ficaram no seu encalço, ambas imaginando tê-lo como inimigo. Alegrou-se com Fidel em Cuba, apoiou os sandinistas na Nicarágua, crítico audaz dos regimes de força sul-americanos, em especial do argentino. Tornou-se francês em repúdio ao governo militar dos anos 70 e 80. Nunca se quedou omisso diante das circunstâncias políticas do mundo. Pode-se hoje criticar suas posições, fruto do tempo que as desmitificou, contudo, as externava. Nunca andou a reboque dos fatos. Nunca foi um Esperança. Era senhor de sua história, protagonista de sua existência.

Jaz, na companhia de um Cronópio, ao lado de sua esposa Carol Dunlop, no cemitério de Montparnasse, em Paris. Há uma praça na *Île Saint Louis* com seu nome, bairro da história de seu conto célebre, **As babas do Diabo**, base do filme *Blow-up*, de Michelangelo Antonioni.

Na literatura foi um representante da literatura fantástica, talvez o mais importante, juntamente com Borges. Sua literatura é fora de série.

Segundo Otto Maria Carpeaux³,

na Argentina, de onde viera o primeiro impulso desse movimento todo, a influência da literatura fantástica de Jorge Luis Borges – que é, apesar de tudo, o maior escritor argentino – tem algo modificado os caminhos da geração seguinte, sem sufocá-la. Não limitou a independência nem impediu o sucesso internacional de Cortázar, que transformou o elemento fantástico, por novas técnicas novelísticas, inéditas, em espelhos de uma realidade infelizmente muito real e presente: **Rayuela**⁴ é um dos romances mais complexos e mais importantes deste século.

³ **História da literatura ocidental.** 3. ed. Brasília: Senado Federal, 2008. v. IV.p. 2.753.

⁴ Traduzido no Brasil como **O jogo da amarelinha**.

Em outro estudo, também Carpeaux⁵, agora se preocupando com a evolução do gênero da literatura fantástica, separando o joio do trigo, entende que “Borges, Cortázar, Bioy Casares e Clemente Palma são fenômenos de exceção”.

Sua literatura privilegiava o cotidiano. Discutia o fantástico através da simplicidade, das coisas do dia a dia. Fazia uma junção entre o surreal (fantástico), o realismo (cotidiano) e o existencialismo (as agruras da existência).

Nunca foi uma unanimidade⁶. Comparam-no com outros, com Borges sobretudo, dizendo que seu valor foi momentâneo e que o tempo sepultou suas qualidades. Borges e Cortázar são escritores diferentes. Na dicção de Eric Nepomuceno⁷,

Borges escrevia com o cérebro. Cortázar, com a alma. Essa a principal diferença. Um era humano. O outro, nem tanto... Mestres os dois, é claro. Mas apenas com um deles eu e meus amigos compartilhamos alegrias, tristezas, esperanças, desesperanças, pão, vinho e vida.

Seus romances mais importantes foram **Os Prêmios, 62 Jogos de Armar, O Jogo da Amarelinha e o Livro de Manuel**.

O Jogo da Amarelinha (*Rayuela*)⁸ não é somente um grande romance, uma homenagem a Paris, mas transformou o leitor em figura ativa. Deu a oportunidade de o destinatário da obra escolher como a leria: se em uma ordem lógica – até o capítulo 56 – ou saboreando todas as mais de 500 páginas – quase 600 – em sequência

⁵ **Ensaios reunidos – 1946-1971**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005. v. II, p. 755.

⁶ Ver, a propósito, entrevista com David VIÑAS. In: WOLFF, Jorge. H. **Julio Cortázar – a viagem como metáfora produtiva**. Florianópolis: Livraria e Editora Obra Jurídica, 1998, especialmente p. 85-96.

⁷ Revista Cult n. 187. Matéria de Patrícia HOMSI, “o velho cronópio”.

⁸ Sobre Cortázar e seu Rayuela ver, também, LLOSA, Maria Vargas. **Dicionário amoroso da América latina**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.p. 116-119 e 194-197.

aleatória, um mar de idas e vindas, totalizando 155 capítulos. Estes quase cem capítulos adicionais são considerados prescindíveis pelo autor. De fato, nada é prescindível em obra de tal magnitude. Se isto hoje pode parecer uma bobagem, teve seu grande valor na época. Condenou o leitor ao exercício da liberdade. Além disso, discutiu as questões existencialistas – a vida – de seu protagonista, Oliveira, à linha de Sartre e Camus. Um marco na carreira de Cortázar.

Sua escrita era simples e foi através da simplicidade, em seus contos, que se tornou comparável a Borges e Poe. Neles alcançou o ápice.

Seus contos contavam com três simples mandamentos: a) uma fotografia: o conto deveria traduzir um olhar do autor sobre um determinado tema. Uma realidade congelada; b) simplicidade: a história deveria se preocupar com o cotidiano, com a história comum; c) nocaute: se um romance visa a derrubar o leitor por pontos, o conto deve nocauteá-lo⁹. Todas estas características são ligadas por uma necessária tensão interna¹⁰. No conto suas principais obras são **Bestiário, Octaedro, As Armas Secretas** e, sobretudo, **Todos os fogos o fogo. A autoestrada do sul & outras histórias**¹¹ traz uma seleção de seus principais trabalhos nesse segmento literário, obras de primeira grandeza.

Via com bom humor a harmonia entre forma e conteúdo, osmose e articulação convincentes, necessárias ao conto.

Não limitou sua escrita aos romances e contos, mas

⁹ Maiores informações sobre a concepção de conto e de romance de Cortázar, ver. CORTÁZAR, Julio. **Obra crítica**. Jaime ALAZRAKI (Org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v. 2. Especialmente, p. 131-140 (Notas sobre o romance contemporâneo), p. 203-227 (Situação do romance) e p. 345-363 (Alguns aspectos do conto).

¹⁰ Ver a respeito **Do conto breve e seus arredores**, especialmente p. 65. Cf. in: CORTÁZAR, Julio. **Último round**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. t. I.

¹¹ Porto Alegre: LPM, 2013. Seleção e apresentação de Sergio KARAM. Os contos selecionados são: Casa tomada; O perseguidor; A porta condenada; Comportamento nos velórios; A autoestrada do sul; Manuscrito encontrado num bolso; Tango de volta; A escola à noite.

igualmente a poemas¹² e ensaios críticos¹³. Além disso, gostava de fazer comentários sobre os temas mais diversos. Fez de sua literatura uma continuação de sua vida. Esta sua visão de mundo, suas opiniões sobre a existência de muitos, soluções, sadismo, Salvador Dalí, política, música, boxe e tudo o mais que se possa imaginar pode ser lido em **A volta do dia em 80 mundos** e em **Último round**. Não bastasse, é autor das letras de um disco de tango, *Trottoirs de Buenos Aires*, lançado pouco antes de sua morte.

Cortázar analisava sua relação com a escrita de uma forma peculiar. Devia ser integrada ao mundo, ao existir. “Desde muito pequeno, minha relação com as palavras, com a escrita, não se diferencia de minha relação com o mundo em geral. Eu não acho que nasci para aceitar as coisas tal como estão, tal como me são oferecidas”¹⁴.

Não tinha propriamente um método de trabalho. Agia de acordo com as necessidades do labor. Considerava

a escrita uma operação musical. (...) é a noção do ritmo, da eufonia. Não da eufonia no sentido das palavras bonitas, claro que não, mas da eufonia que sai de um desenho sintático (agora estamos falando do idioma) e que, ao ter eliminado tudo que era desnecessário, supérfluo, mostra a pura melodia¹⁵.

Não era um consumista. Seus principais prazeres eram três: discos, livros e tabaco. Dizia não ser rico, não ter recursos para

¹² Ver a respeito **Papéis inesperados**. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2010. p. 469-485.

¹³ A título exemplificativo v. **Obra Crítica**. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1998.v.1, onde consta a sua teoria do túnel, bem como o Ob. cit., v. 2, onde diversos e importantes temas literários são discutidos.

¹⁴ In: BRITO, José Domingos de.(Org.).**Por que escrevo?**2.ed. São Paulo: Novara, 2006.p.114.

¹⁵ In: BRITO, José Domingos de.(Org.).**Como escrevo?**. São Paulo: Novara, 2006. p. 139.

comprar um iate, mas não se importava “já que não tenho a menor intenção de fazer isto...”¹⁶.

Histórias de cronópios e de famas é uma obra que merece destaque. Aqui Cortázar vê o mundo com soberba ironia. Quer recuperar o sentido do humano. O amor pela travessura e pelo cotidiano. Descreve as pessoas em três grandes grupos: cronópios, famas e esperanças.

A força dos cronópios é a poesia. Eles cantam, como as cigarras, indiferentes ao prosaísmo do cotidiano; e quando cantam, esquecem-se de tudo, são atropelados, perdem o que levam nos bolsos e até a conta dos dias. Os famas são serem acomodados, prudentes, dados ao cálculo, e embalsamam suas recordações. Se a família vai se hospedar num hotel, mandam um na frente para verificar os preços e a cor dos lençóis. Os famas sabem tudo da vida prática, mas os cronópios sentem por eles uma compaixão infinita. (...). As esperanças, sedentárias, deixam-se viajar pelas coisas e pelos homens, e são como estátuas, que é preciso ir vê-las, porque elas não vêm até nós¹⁷.

Os cronópios são os artistas, os poetas, aqueles que estão alheios aos compromissos do cotidiano e às agruras da vida. São distraídos, atrapalhados e esquecidos. Viajam em seus pensamentos. Os famas representam a vida prática. São os gestores, executivos, gerentes de banco. Esperanças são aqueles que passam em branco pela vida, são omisssos, vivem a alegria do meio termo e o drama das opiniões.

Desse **Histórias de cronópios e de famas** são extraídas suas ímpares instruções.

Percebeu Cortázar que as pessoas estavam virando autômatos, ou seja, tinham o exercício da vida de maneira inconsciente. Tinham o cotidiano automatizado e não percebiam a riqueza das mais simples atividades. Cortázar buscou reescrever este dia a dia. E assim trouxe à baila suas “Instruções para chorar”, “Instruções-exemplos sobre

¹⁶ CORTÁZAR, Julio. **As entrevistas da Paris Review**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 233-254. A citação é da p. 253.

¹⁷ RODRÍGUEZ, Glória. Nota da tradutora. p.7-8. In: CORTÁZAR. **Histórias de cronópios e de famas**. Rio de Janeiro: Best Bolso, 2013.

a forma de sentir medo”, “Instruções para entender três quadros famosos”, “Instruções para matar formigas em Roma”, “Instruções para subir uma escada”, “Instruções para dar corda no relógio”. Retirar a escravidão do hábito, uma tarefa inglória. Valem estas instruções mais pelo que não dizem. Importante é perceber o fundo falso de cada história e a mensagem oculta, a real, a mais importante.

3. Franz Kafka: “Viver é perigoso”, já disse João Guimarães Rosa. Embora de um perigo mais existencial do que físico, a vida de Kafka pode ser resumida, com toda a extensão que a hermenêutica possibilitaria, nesta frase.

Franz Kafka¹⁸ nasceu em 03 de julho de 1883, finalizando sua existência física em 03 de Junho de 1924. Apesar do curto espaço de vida, teve uma permanência intensa. Sua breve passagem foi suficiente para imortalizar sua obra.

Formou-se em direito, mas salvo em seus livros, pouco trabalhou com o tema. Seu labor mais constante foi em uma companhia de seguros. Lamentava não poder dedicar mais tempo a aquilo que considerava a razão de estar no mundo: a literatura.

Ainda que tcheco, considerava o alemão sua língua materna e nela é que escrevia, salvo com relação a algumas cartas pessoais. Nunca se sentiu, porém, nem alemão, nem tcheco, mas acima de tudo judeu¹⁹, embora a eles - os judeus – não se sentisse de forma alguma integrado. No corpo e no espírito não se sentia incluído.

Pouco publicou em vida. Seu excessivo senso crítico impedia a necessária divulgação de seus escritos. Foi por causa disso que

¹⁸ Sobre KAFKA v., entre outros, ANDERS, Günther. **Kafka: pró & contra**. São Paulo: Cosac Naify, 2007; JORGE, Ruy Alves. **Interpretação de Kafka**. São Paulo: L. Oren, 1968; CARONE, Modesto. **Lição de Kafka**. São Paulo: Cia das Letras, 2009; BEGLEY, Louis. **O mundo prodigioso que tenho na cabeça. Franz Kafka: um ensaio biográfico**. São Paulo: Cia. Das Letras. 2007; CALASSO, Roberto. **K**. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

¹⁹ A respeito v. CARPEAUX, Otto Maria. **História da literatura ocidental**. Vol. IV, 3^a ed., Brasília: Senado Federal, p. 2518.

realizou incomum pedido: a destruição de seus inéditos, por ocasião de sua morte. Max Brodd, seu amigo e testamenteiro, não cumpriu seu desejo. Dentre as publicadas encontram-se **Na Colônia Penal**, **Um Artista da Fome** e **A Metamorfose**. **Amerika, O Processo** e **O Castelo** são livros publicados *post mortem*. Também após seu passamento é que toda a sua genialidade foi descoberta e referenciada.

Apesar de sua natureza inquieta e seu desejo de perfeição, Kafka demonstrava grande insegurança acerca das decisões a serem tomadas na vida. Isto se verifica facilmente não só na grande parte da obra não publicada e seu desejo de destruí-la, mas também em suas relações pessoais. Apesar de longos namoros e noivados, nunca se casou.

O universo em que gravitava sua obra gerava estranheza. Os temas e as situações complexas, bizarras ou ilógicas de suas personagens geraram o adjetivo kafkiano. O vocábulo designa a impossibilidade de se livrar das situações labirínticas, dos inacreditáveis percalços da vida. Os absurdos do cotidiano.

A sua escrita teve profunda influência na literatura contemporânea. Garcia Marquez certa vez disse que soube ser possível escrever de forma diferente após lê-lo, até porque o realismo mágico encontrava-se na literatura de Kafka²⁰. Sartre foi diretamente inspirado nele para fazer sua maravilhosa literatura. O existencialismo tem sua razão de ser no mundo kafkiano. Entre outros influenciados pelos livros de Kafka estão Jorge Luis Borges, Albert Camus, Samuel Becket, Éugene Ionesco e seu teatro do absurdo, J. M. Coetzee e José Saramago.

Há algumas identidades entre todos os seus trabalhos. Identificações de conteúdo. O pessimismo. A ausência efetiva de liberdade, pois coadjuvante de seu próprio destino, sem forças para construir sua própria história²¹. O homem é visto enquanto coisa,

²⁰ Em igual sentido. CARPEAUX, O. M. **História da literatura**. Ob e vols cits., p. 2520.

²¹ “A agonia do mundo é um fenômeno permanente de desfecho incerto”, asseverou a respeito de KAFKA, CARPEAUX, Otto Maria. **Ensaios reunidos (1946-1971)**. Vol. II, Rio de Janeiro: Topbooks, 2005, p. 74.

um prisioneiro de sua existência. O grotesto em Kafka é tratado enquanto trivial. Ninguém se espanta com nada. Há, portanto, uma profunda aceitação dos personagens com o porvir. Enfim, há uma forte inadequação, um forte anseio de pertencer não satisfeito²². Os personagens não estão incluídos, de fato, à sociedade²³.

De uma forma ou de outra a literatura de Kafka é avassaladora.

A Metamorfose, novela datada de 1912, mas publicada somente em Outubro de 1915 é sua obra mais importante. Transformar um homem em inseto monstruoso, como pontifica seu primeiro parágrafo, é um soco no estômago em todos aqueles que acostumados estavam com outro tipo de literatura. O desconforto, o papel no mundo, a razão de existência do protagonista é colocada em xeque.

A metamorfose de Kafka não é a de Ovídio²⁴. Não deve ser vista como uma mudança física, embora às vezes isto sirva de metáfora, mas sim como uma mutação existencial. Portanto, em KAFKA, as metamorfoses não são sempre uma violência, um castigo, nem importam em uma mutação externa, embora esta possa servir como constatação física de uma mudança interior.

Observa-se assim que **A Metamorfose** de Kafka desafia alguns conceitos e comportamentos sociais. Prega uma consideração maior sobre o interno que o externo, visto que as aparências não devem importar. Além disso, doutrina que as mudanças fazem parte da vida, portanto devemos aceitá-las e, por fim, não importa o que isto custe, mas faça o que ama. No caso deste livro, o personagem, pela

²² José CASTELO no ensaio *Kafka a sete chaves* (in: **Sábados Inquietos**. São Paulo: Leya, p. 31), aduz: "Também nós sofremos desse desejo insano de pertencer – a um grupo social, a uma moda, a um clube exclusivo, a uma crença. Também para nós a liberdade é insuportável. Preferimos a proteção das grades".

²³ Com igual pensamento v. ANDERS, Günther. Ob. Cit.

²⁴ Sobre o tema v. LIMA, Luiz Costa. **História. Ficção. Literatura**. São Paulo: Cia. das Letras. 2006, especial ps. 237/241. Na ficção, englobando OVÍDIO e KAFKA, v. A antologia PRIETO, Heloisa (org). **Metamorfoses**. São Paulo: Cia. das Letras, 2010.

falta de coragem que tinha em assumir seus quereres, transformou-se em barata, assim, em razão de sua nova existência, não poderia mais trabalhar onde detestava. Kafka, porém, não teve coragem suficiente para viver a vida que queria.

As modificações por que passam a existência humana, as situações limites do cotidiano e as necessidades da readequação, tudo isto é o foco central de **A Metamorfose**²⁵.

4. Cortázar e Kafka: o que os une e os separa: Falar sobre os pontos de contato e de divergência em Cortázar e Kafka poderia ser tema de uma tese de doutoramento. Não é isto que se pretenda, mas tão somente enfatizar que ao largo da genialidade comum, tinham formas diversas de ver a vida, cuja literatura instrumentalizava.

O surreal e o existencialismo de Cortázar têm sua origem em Kafka, embora naquele o cotidiano não devesse ser grotesco, mas sim um estímulo ao prazer de viver. Kafka tinha medo da vida e, por ser perfeccionista, via-a com receio e insegurança. Cortázar, ao contrário, vivia-a com intensidade. De toda sorte o fantástico e o existencialismo, integrados ao cotidiano, seja pelo grotesco (Kafka), seja pelo surreal (Cortázar), permeia a literatura de ambos.

O tcheco considerava sua cidade como seu mundo. Cortázar transformou o mundo em sua cidade. Aquele conformava-se com a realidade, este queria transtorná-la. Kafka levava o grotesco da vida para sua literatura. Cortázar retirava dela o material para transformar a vida e o mundo que o cercava.

O cotidiano para Cortázar era uma fonte de alegria; para Kafka origem para dores. A coragem que faltava em Kafka, sobrava em

²⁵ Modesto CARONE (**Lições de Kafka**, ob. Cit.), em seu ensaio *O parasita da família* (p. 12/26) conclui: "(...). A Metamorfose deve ser lida em primeira linha (e a partir da primeira linha) não como uma novela fantástica, mas como uma trágica história de família. Pois, esquivando-se à inconsequência da mera diversão, ela condensa, em algumas imagens inesquecíveis, que já fazer parte da literatura universal, o que mais tarde Adorno (1977) exprimiu numa frase lapidar: 'A origem social do indivíduo (a família) revela-se no final como a força que o aniquila'".

Cortázar. Era introspectivo e guardava para si e para os seus escritos o que pensava ao passo que Cortázar soltava ao vento e para todos as suas revoltas. Ambos revoltados, mas cada um a seu jeito. E era bom que fosse assim.

5. À guisa de conclusão: Kafka figura ao lado de James Joyce e de Marcel Proust como um dos maiores autores do Século XX. Cortázar não tem este reconhecimento universal, embora igualmente seja sublime.

Escolher entre um e o outro significa algo como optar por uma Ferrari ou por um Porsche. Há diferenças de nacionalidade, estilo e preço. Ambos sofreram com as agruras de sua origem quer por terem nascido em países periféricos, quer pelo estigma do judaísmo para um ou pelas marcas do autoritarismo inseridas no outro. Revoltas diferentes.

O estilo literário também é diverso até pela concepção de vida de cada um. Dores internas ou externas.

A seu modo cada um pagou um preço. Valor que o mundo literário reconhece de um jeito ou de outro.

Por fim pode-se conceber olhares diversos a Kafka e a Cortázar – são enfim diferentes – mas ambos, incontestavelmente, veículos da melhor literatura.

ANALFABETISMO POLÍTICO

Por RENÉ ARIEL DOTTI

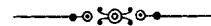
O chamado *analfabetismo político* é a ignorância voluntária ou circunstancial acerca da Política como “a arte ou ciência de governar” e também “a arte ou ciência da organização, direção e administração das nações e dos Estados”. Sob outra perspectiva, o *analfabetismo político* é a renúncia do exercício da cidadania que constitui um dos fundamentos da República como declara a Constituição.

Felizmente, porém, surge uma esperança. Ela é observada pelo excelente artigo do Advogado e Doutor em Sociologia, Murillo de Aragão, publicado em *O Estado de S. Paulo* (18.11.2017). Seguem alguns trechos: “*A sociedade está despertando para a Política. Finalmente está descobrindo que todos nós somos políticos, até quando queremos ficar longe da Política. A omissão é uma atitude política. Votar em branco é uma ação política. Falar mal de políticos é um ato político. Não querer falar de Política também é um ato político. Tudo é Política, mesmo quando não queremos que seja. A Política nos envolve e nos sufoca praticamente desde que nascemos. E termina sendo algo inescapável. Assim como a morte e o nascimento, a Política é uma das poucas questões inevitáveis na vida. Podemos até evitar a vida em sociedade, mas nunca nos livraremos da Política. Pois ao nos livrarmos da vida em sociedade estamos mandando uma mensagem política. Ela é como uma sina que nos persegue. E nem adianta desligar o noticiário quando o volume de informações políticas ultrapassa o necessário e se torna uma pregação fundamentalista*”.

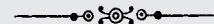
Mas o cidadão, desde criança, é educado para conhecer, admirar e praticar o exercício consciente do sufrágio? Não, apesar de sua magna relevância como proclamou o romancista e ministro da Justiça do Império, José de Alencar (1829-1877): “*O voto não é apenas um direito subjetivo do cidadão. O voto é uma fração da soberania nacional*”.

“A punição que os bons sofrem quando se recusam a agir é viver sob o governo dos maus”.

PLATÃO (428-437 a.C.). Filósofo grego, aluno de Sócrates e mestre de Aristóteles.



CEM ANOS DA GAZETA DO POVO



Por ANTONIO CARLOS CARNEIRO NETO

Alguém, em algum lugar, escreveu que um jornal quando morre não vai para o céu.

O jornal Gazeta do Povo encerrou a sua edição impressa há dois anos, mas não morreu.

Antes, pelo contrário, o mais tradicional e mais lido diário paranaense em todos os tempos, ampliou o seu campo de influência através do site que informa, divulga e amplia o noticiário geral do estado do Paraná para todo o mundo através da internet.

Pois a Gazeta do Povo não só continua vivíssima como comemorou cem anos de existência no mês de fevereiro de 2019.

Durante cem anos os curitibanos, mais adiante os paranaenses e todos os brasileiros, folheando as suas páginas tomaram conhecimento do que aconteceu. De bom e de ruim. Porque a Gazeta sempre publicou a realidade do dia-a-dia. Tudo estava lá impresso, do obituário ao caderno de anúncios classificados, passando pelas páginas de efemérides, poesias, contos, textos especiais, artigos, colunas sociais, políticas, científicas, econômicas, turfísticas, esportivas em geral, policiais, tudo enfim.

O ex-presidente da Academia Paranaense de Letras e da Ordem dos Advogados do Brasil, seção Paraná, advogado Eduardo Rocha Virmond conta que começou a escrever na Gazeta do Povo em 1949. Sim, há setenta anos, ele iniciou exercitando a sua vocação escrevendo sobre música clássica e arte.

O jornalista Pinheiro Junior, diretor do jornal, chamou o jovem intelectual e disse que ele estava escrevendo de graça. Que não gostava daquele jeito e decidiu contratá-lo, com o compromisso de escrever cinco artigos por semana. E assim foi.

Aconteceu o mesmo com uma multidão de pessoas criativas, influentes e que ajudaram a moldar a cultura paranaense através das décadas.

Quem pensava ou decidia transmitir os seus conhecimentos ao público utilizava-se da Gazeta do Povo para expor suas ideias, conceitos e pensamentos.

Foi assim, por exemplo, com o historiador, escritor, ensaísta, museólogo e professor universitário David Carneiro.

Durante décadas ele escreveu, com extrema dedicação e carinho, a sua festejada coluna “Veterana Verba”.

Ou com o professor e advogado da Caixa Econômica Federal, José Wanderley Dias, durante vinte anos com a sua coluna “A vista do meu Ponto”.

Ou com o fotógrafo e jornalista Cid Destefani que enriqueceu as páginas de domingo, durante muito tempo, com a sua crônica “Nostalgia”: fotos da antiga Curitiba e do antigo Paraná com textos curtos e muito explicativos dos acontecimentos do passado.

E assim foi com o magistral jurista Renê Ariel Dotti, com o renomado economista José Pio Martins, com os jornalistas Celso Nascimento, Fabio Campana, Reinaldo Bessa, Carlos Alberto Pessoa e dezenas de outros mais que deixaram os seus pensamentos e opiniões eternamente gravados em chumbo quente dos linotipos ou através das modernas máquinas rotativas nas páginas diárias mais lidas de Curitiba e do estado do Paraná. E continua pela internet.

Dino Almeida foi um caso à parte. O colunista social por excelência durante décadas, elegeu as mulheres mais elegantes, o glamour das jovens bem lançadas na sociedade, a popularização e a consagração do balneário de Caiobá com as garotas e a sua banda

no Carnaval. Bem informado, o influente Dino ouvia o canto do “canarinho branco”.

A opinião do grande jornal sempre fez a diferença. Os editoriais marcam presença em qualquer tipo de assunto, tema ou momento político e social. Se saiu na Gazeta é bom prestar atenção na repercussão.

Quando o futebol começou por aqui, com campeonato organizado a partir de 1915, ninguém podia imaginar que algum dia se chamassem um jogador de inteligente. E muito menos um cronista esportivo de inteligente.

Aliás, o setor policial e o esportivo representavam, em todos os jornais dos primeiros tempos no século 20, a porta de entrada dos novos repórteres sem grandes predicados culturais.

No futebol, de burro chamou-se o jogador desde logo.

Bastava um torcedor reclamar da primeira pixotada do zagueiro, na época chamado de “back”, assim como o meia era identificado como “half” e o atacante “forward”.

Como todos os órgãos de imprensa e, sobretudo, o rádio esportivo, a Gazeta do Povo também ajudou a estabelecer uma nova terminologia, aportuguesando as funções dos jogadores no futebol e em outros esportes importados do exterior.

Havia jogadores brilhantes, se tornaram ídolos populares, mas se considerava futebol uma coisa e inteligência outra.

Os jornais e as emissoras de rádio tornaram os jogadores pessoas importantes para o imaginário popular. Um misto de paixão e de culto ao craque que se destacava pelos méritos técnicos.

Escrevendo há 35 anos na Gazeta do Povo, sobre futebol e a vida, sinto-me recompensado pelo trabalho realizado. Acredito ter escrito cerca de 7 mil colunas até hoje.

Graças a essas colunas consegui firmar conceito como jornalista esportivo ao ponto de ser chamado para concorrer a uma vaga e integrar a Academia Paranaense de Letras.

Uma honra inesperada, para quem ajudou a contar um pouco da história e das experiências humanas do futebol paranaense, através de crônicas e livros sem qualquer pretensão literária.

Sinal de que os patinhos feios das páginas policiais e esportivas aprenderam, evoluíram e fizeram história nos cem anos da Gazeta do Povo.

NA ESCOLA, BRINCANDO COM LETRAS E RIMAS

Por ADÉLIA MARIA WOELLNER

Só vivendo constatamos,
da vida, a grande façanha;
sozinhos nós nunca estamos,
se amigo nos acompanha.

Ao velho que se atrapalha,
não olhe assim com desprezo;
a cinza que hoje se espalha
já foi bom carvão aceso.

Lá no céu ela se viu
(tinha fé imorredoura).
Só ilusão, pois se partiu
o cabo da sua vassoura.

Toda lágrima que acalma
e a mágoa também desfaz,
é água que brota d'alma,
rio de perdão e paz.

Semeei flores, mas, tormento!
nasceu junto erva doente.
Cuidado: seu pensamento
é, também, fértil semente.

Parecendo inofensiva,
faminta e insaciável,
a traça, em sua ofensiva,
fez estrago lamentável.

Traça! Sem beleza ter,
a sua vida é só tolice:
pensa que os livros comer
faz esconder a burrice.

Por mais esforço que eu faça,
curar não posso a ferida;
você, como cruel traça,
furou meu livro de vida!

Olha o cigarro atirado,
aceso e, até, quase intelecto.
- Por favor, seja educado!
Sou telhado e não cinzeiro.

Do cigarro, a xepa fria,
atira com precisão.
Mostra boa pontaria,
Mas bem pouca educação.

Uma Nação bem saudável,
com progresso e evolução,
sabe ser indispensável
investir na Educação.

A dor que, no mundo, afronta,
pode, sim, ficar pra trás,
porque aqui você encontra
prosa, poesia, pão e paz!

Despejando estes meus versos,
em torneirada incontida,
espalho sonhos diversos,
nos caminhos desta vida...

Olhou pra baixo: viu lama
e viu pedras no caminho...
Quem, na vida, só reclama,
Não vive nem um pouquinho.

“Valha-me Deus, nesta hora”,
gême, em desespero, o ateu.
Foi sincero e, sem demora,
Deus o pedido atendeu.

Aos exemplos, dei guarida,
Ganhei joias de valor:
recebi lições de vida,
aprendi lições de amor.

A verdade não se afasta,
daquilo que o povo diz:
que inda bem, por sorte, basta
tão pouco pra ser feliz!

Como é triste ver que o homem,
na sua ambiciosa loucura,
pode, até, morrer de fome,
em meio a tanta fartura!

Pela ambição do poder,
até guerra o homem faz.
Traz a morte, por não ver
que o poder está na Paz!

Quem espera sempre alcança
mas eu em luta me ponho:
sou guerreira da esperança,
vivo em busca do meu sonho...

Não se apegando ao botão,
se abre a rosa, sem queixume.
Pode, por isso, em doação,
no mundo espalhar perfume.

Cabelo branco? Tem gente
que nem percebe a tolice:
se é, no homem, atraente,
por que, na mulher, velhice?

Não resmungue, nem maldiga
que o trabalho é triste sina.
Seu agir sempre bendiga:
Trabalho é bênção divina!

Nos outros jogar a culpa,
é fuga que não adianta.
Mau tempo não é desculpa:
só se colhe o que se planta!

Quem conhece não se ilude
nem busca milagre a esmo:
querendo que o mundo mude,
muda, primeiro, a si mesmo!

Mais tarde, quando acontece
o “muito melhor” na vida,
a gente até agradece
a oração não atendida.

NELSON GONÇALVES: O ETERNO RETORNO DO BOÊMIO

Por ETEL FROTA

*“...cada dor e cada prazer e cada pensamento e suspiro
e tudo o que há de indivisivelmente pequeno e de grande
em tua vida há de te retornar...”*

Friedrich Nietzsche, A Gaia Ciência, 1882

*“A poética de Nelson Gonçalves é punk. Enquanto existir
um foxe triste, um otário com dor de corno, um cabaré desolado,
uma guitarra solitária, ela viverá...”*

Mário Sérgio Conti, Folha de S.Paulo, 2002

“*Sou eu?*”, perguntou Orlando Silva (1915-1978) ao ouvir no rádio, pela primeira vez, a voz de Nelson Gonçalves. Conta-se. Talvez seja verdadeiro, talvez mais uma das histórias que cercam a fabulosa biografia de Nelson. Em entrevista à Folha de S.Paulo, em 1995, o cantor contava a sua versão. “*Quando comecei a cantar, diziam que eu imitava Orlando Silva, meu grande ídolo. Aí baixei um tom e consegui me diferenciar*”. E continuava, referindo-se à própria voz: “*Deus fez a receita e, quando eu nasci, rasgou*”.

Impossível, na mirabolante história de vida de Nelson Gonçalves, ater-se convictamente a apenas uma narrativa de cada a acontecimento. Na busca de traçar-lhe um perfil sucumbe-se,

prazerosamente, à tentação de escolher pelo sabor, no inesgotável cardápio, o melhor relato de cada fato. Ele próprio, às vezes, de viva voz, em rasgos de imodéstia, macheza e autoindulgência, tratou de fornecer abordagens diversas para um único acontecimento. Cada uma delas rendeu uma saborosa crônica.

Versões e controvérsias à parte, os dados e números de sua carreira são incontestes. Em reportagem para o Jornal do Comércio, de Porto Alegre, Cristiano Bastos assim os resumiu: “*Da gravação de estreia, em 1941, a valsa ‘Se eu pudesse um dia’ (Osvaldo França e Orlando Monelo), ao último disco lançado, em 1997, são mais de dois mil registros fonográficos, sulcados em 183 discos de 78 rotações, 100 compactos, 200 fitas cassete e 127 LPs*”. Foram, até hoje, cerca de 80 milhões de discos vendidos. No Brasil, em todos os tempos, apenas Roberto Carlos superou esse número de vendas.

Caçula entre os cantores cuja estética se baseava na potência vocal, o Rei do Rádio a todos sobreviveu, reinou absoluto e ainda teve o que dizer a respeito de alguns de seus antecessores: Vicente Celestino (1894-1968), era “*mezzo Pavarotti, mezzo Vanzolini*”; de Francisco Alves (1898-1952), “*não chego nem aos pés*”. Completando o quinteto mítico das vozes masculinas da Era do Rádio, houve ainda Carlos Galhardo (1913-1985) e Orlando Silva (1915-1978).

Novamente, é Bastos quem define: “*Cantando para seis gerações, Nelson Gonçalves entrou, saiu e voltou à moda.*” Isto se deveu a dois fatores: a obstinação com que encarou o ofício de cantar e a sorte de ter mantido sua inconfundível voz - tratada a álcool, nicotina e cocaína - inalterada até o fim da vida. Um clássico caso de mais sorte do que juízo.

“... és malandrinha, não precisas trabalhar.”

O cantor nasceu em Santana do Livramento(RS), em 21 de junho de 1919. Os pais, Manuel e Libânia, imigrantes portugueses, mudaram-se para São Paulo com os dois filhos ainda pequenos.

Foram viver no Brás. Manuel escrevia versos, tocava um violãozinho e se virava na feira. Fingindo-se de cego, fazia dupla com um cego autêntico, Toninho, e colocava o filho afinado em cima de uma caixa de bacalhau, para cantar “*Malandrinha*” (Freire Júnior). Ao final da função, o menino passava o chapéu pela plateia; na divisão da fórmula, Manuel voltava a enxergar, passava a perna no cego Toninho.

Assim relata o próprio Nelson as precariedades de sua infância, época em que trabalhou, ainda, como engraxate, mecânico, polidor, jornaleiro e carregador de troncos de madeira para uma fábrica de tamancos, para ao final ir trabalhar como garçom em um bar que o irmão Quincas tinha na Avenida São João.

“...e o Metralha varava a madrugada, o Café Nice amanhecia em festa.”

Fora expulso da escola, ainda no ensino fundamental, em um episódio que envolvia voz, canto, afinação e - diríamos hoje - *bullying*. Pelo que se conhece da sua história, não voltou a estudar. Na adolescência, foi “*jogar boxe*”, a maneira como se referia à prática. Em algumas entrevistas citou como motivação para o esporte o desejo de se vingar dos maus tratos dos colegas da escola, porque era “gago”. Consta que foi, aos 16 anos, Campeão Paulista de Peso Médio.

Essa “gagueira” de Nelson Gonçalves, da qual muito se fala e pouco se sabe, parece ter sido um fato crucial na sua trajetória. Ele foi, na verdade, portador de um distúrbio da fluência da fala chamado Taquilelia, que se caracteriza pela aceleração e descontinuidade sintática da emissão, que nos casos mais graves, como parece ter sido o seu, inviabiliza a compreensão do interlocutor. Vem acompanhada por transtorno de ansiedade, alteração do padrão respiratório, tensionamento e estresse de musculatura da boca, da face e da laringe. Ainda hoje insuficientemente estudada, foi essa disfunção que rendeu ao cantor, antes do apelido de ‘Rei do Rádio’, o de ‘Metralha’, que o acompanhou pela vida a fora. Absolutamente todos

os episódios que Nelson Gonçalves relata como importantes inflexões na sua vida estavam relacionadas ao seu distúrbio de fala e à sua superação.

(Parêntese opinativo. Na pesquisa desse tópico na internet, associando-se os termos “taquilalia” e “nelson gonçalves”, não se encontra nenhuma ocorrência do nome do cantor em sites e canais de vídeo de profissionais de fonoaudiologia, de resto recheados de dicas úteis para a compreensão e enfrentamento dessa disfunção. Aparentemente, a escassa preservação do patrimônio artístico brasileiro priva a clientela taquilálica do conhecimento do mais bem sucedido caso de enfrentamento e superação dessa condição.)

Nascido Antônio Gonçalves Sobral, a origem do nome com o qual viria a se celebrizar artisticamente é mais um capítulo na mirabolância de sua biografia. Consta que em um dos primeiros programas de calouros dos quais participou, o apresentador se confundiu e trocou o ‘Antônio’ pelo ‘Nelson’, que ele prontamente adotou. Conta-se. A filha Margareth, que ainda não tomou assento nesta narrativa, afirma que, na documentação do óbito do pai, o nome era Antônio Nelson Gonçalves, o que leva a crer que em algum momento ele tenha retificado o seu registro civil.

Mas ainda não chegamos lá; estamos ainda nos tempos dos dilemas com a voz.

Nelson relata que, em 1937, enquanto levava uma surra em um ringue, deu-se conta que era “*melhor cantar do que levar soco na cara*”. Aprovado em um teste na Rádio São Paulo, para ganhar 300 mil réis por mês, sugeriram-lhe que cantasse emboladas. Ele tomou a sugestão como ofensa pessoal, na medida em aludia à velocidade de sua fala, e fechou questão: cantaria samba canção, ou não cantaria nada. Condição aceita pela emissora, estreia marcada, grande expectativa. O regional atacou a introdução de “Chora, cavaquinho” (Dunga). Nelson não conseguiu entrar. Até o final da vida, ele alegou

que a orquestra errara no tom, mas é lícito supor que tenha sofrido um bloqueio pelo nervosismo.

Apesar do fiasco da estreia - remarcada para a semana seguinte e bem sucedida na segunda tentativa- a carreira acabou engrenando. Em São Paulo, nessa primeira fase, cantou ainda nas rádios Record e Cruzeiro do Sul.

“*Mas o Rio de Janeiro é que era a Meca*”, queria mais. Foi para lá, em 1939. Amargou uma sucessão de rejeições em testes, nas principais emissoras cariocas, pelos principais apresentadores do rádio da época. Ary Barroso lhe teria recomendado que voltasse a ser garçom ou lutador de boxe em São Paulo, porque ele “*não cantava nada*”. Insistiu, passou fome, dormia na praia do Flamengo, “*meu terninho branco ia ficando cinza*”. Há quem conte que viveu seus dias de gigolô na Lapa. Finalmente decidiu retornar a São Paulo.

No ano seguinte conseguiu gravar uma matriz em acetato e voltou ao Rio de Janeiro, aos estúdios da RCA Vitor. Relata, aí, um novo episódio com a disfunção da fala. Após a gravação ter sido ouvida e aprovada, teria sido expulso da sala do cartola da gravadora, por não ter conseguido responder às suas perguntas. Após uma casual e providencial intermediação do compositor e flautista Benedito Lacerda (1903-1958), finalmente cantou ao vivo para o chefão e foi contratado pela gravadora (depois incorporada pela BMG), na qual permaneceu até o final da vida. Pouco depois, foi contratado para o *cast* da Rádio Mayrink Veiga. Finalmente, a abóbora virava carruagem. Nascia ali o Rei do Rádio. Segundo Luiz Oscar Niemeyer, diretor da BMG Brasil, Nelson Gonçalves foi “...o artista mais importante da história desta companhia. Divide essa deferência da RCA mundial com o Elvis Presley...”. Na parede, lado a lado, os dois enormes pôsteres - Nelson e Elvis - corroboram a declaração. Foram os únicos dois artistas a manter uma convivência de trabalho de mais de 50 anos com a empresa.

“...sou agora, no mar desta vida, um barco a vagar.”

Adelino Moreira (1918-2002) foi o principal parceiro musical de Nelson Gonçalves. Mais de 300 de suas composições foram gravadas pelo cantor, de tal forma que suas personalidades artísticas ficaram para sempre imbricadas. Já em 1956 a gravação, em 78 rpm, de "A Volta do Boêmio"/"Meu Desejo", ambas composições de Adelino, vendeu 2 milhões de cópias, marca jamais superada. Reza a lenda que "A Volta do Boêmio" teve 14 versões ao redor do mundo e chegou a liderar o *hit parade* na Bélgica.

Adelino e Nelson foram amigos por mais de 40 anos. Não ininterruptos, no entanto. Estiveram rompidos entre 1964 e 1975, durante o período em que o Rei do Rádio trocou cetro e coroa por pó de pirlimpimpim.

Quem conta a jornada ao inferno é o próprio viajante, com alguns rasgos de autoindulgência. Era o ano de 1958, e Nelson estava muito cansado com as viagens a que as sucessivas turnês o obrigavam. "*O casamento ia mal*" [com a cantora e atriz Lourdinha Bittencourt (1923-1979)]. No balcão de um bar reencontrou Timbira, um antigo 'amigo' (e ele pronuncia a palavra com toda a possível carga de ironia e acusação), que lhe ofereceu cocaína, como antídoto à fadiga. Mergulhou de cabeça. O aprofundamento da dependência, nos anos seguintes, levou-o à completa bancarrota material e emocional. "*Eu, que já era o Nelson Gonçalves, tinha dinheiro e prestígio, perdi tudo. Apartamentos, carros de luxo. Não era mais chamado para show, nem para gravar. Nessa fase, muitas vezes fui cantar na casa de algum 'barão', em troca de 5 gramas de cocaína*".

Em 11 de maio de 1966, a Folha de S.Paulo noticiava: "*Na tarde de ontem, quando deu entrada na Casa de Detenção, Nelson foi recebido pelos presos com palmas e insistentes pedidos para que cantasse. [...] O diretor do presídio, caso o flagrante não seja relaxado, não sabe que função determinar ao artista que, conforme adiantou, só sabe cantar...*" Mais uma das lendas afirma que os presos teriam se oferecido para aumentar em suas próprias penas o tempo suficiente para que o cantor fosse libertado.



Em entrevista à mesma Folha de S.Paulo, Nelson afirmaria, 30 anos depois: "*Cheguei à prisão e logo dei um soco na cara do preso que mandava no local. Disse que dali em diante nós dois seríamos os chefes, e todo mundo passou a me respeitar*".

"...ele voltou, o boêmio voltou novamente."

Por aclamação ou na porrada, o fato é que foi libertado após duas semanas. E novamente se afundou na cocaína. Já estava casado com Maria Luiza da Silva. Relata, em 1995, sua dramática decisão de reabilitação na marra. "*Pedi a ela que me trancasse em casa. Ela aguentou minha loucura, apanhou de coronhada, rezando por mim. Cheguei a encostar minha mulher e meu filho na parede, ia matá-los para poder sair de casa*". Após 4 meses de tormento, soube-se recuperado. "*Depois de eu já estar senhor de mim, começou uma nova carreira, com novas dificuldades. Diziam 'o Nelson já era'. Minha mulher ia vender show de Nelson Gonçalves para os circos em São Paulo, a 100 mil cruzeiros. Voltei a pagar minha contas e cheguei*

de novo aqui, onde estou...". Nelson Gonçalves guarda o mérito de – por anos a fio – ter insistentemente relatado sua experiência à imprensa e plateias.

"...lembro a saudade, que hoje invade os dias meus."

Margareth Gonçalves tem 60 anos. É a mais nova dos três filhos de Nelson Gonçalves e Lourdinha Bittencourt. Em entrevista, em 1995, à Folha da Tarde de Porto Alegre, Nelson declarava que continuava a gravar, sem parar, porque tinha “dez filhos, oito adotivos, que vão se transformar em dez netos. Quero deixar uma força e uma herança musical. Quero que digam: meu bisavô ainda canta.”

Para Margareth, a conta não fecha. “Somos oito filhos, onze netos. Um bisneto, que ainda não era nascido quando ele morreu e um segundo, a caminho”. Dois dos irmãos são do primeiro casamento, com Elvira Molla; outros dois do último, com Maria Luiza da Silva, a única das ex-esposas ainda viva neste 2019.

E tem Lilian. Fruto de um namoro de Nelson Gonçalves, nos anos 1950, com a mineira Maria Gonçalves - que viria a ser cozinheira de Juscelino Kubitschek - Lilian só viria a conhecer Nelson depois de adulta. É uma renomada empresária da noite em São Paulo e consta que foi a inspiração para Sílvio de Abreu na construção da personagem principal da novela “Rainha da Sucata”.

Nelson Gonçalves morreu aos 78 anos, no início da noite de 18 de abril de 1998, um sábado, na casa de Margareth, onde vivera no último ano e meio com a filha e o neto Pedro, então com 8 anos, no bairro da Gávea, no Rio de Janeiro. Margareth se emociona ao contar que “...ele tinha recebido, dois dias antes, uma ligação da BMG, avisando-o de que ele tinha acabado de ganhar um prêmio pela vendagem de 150 mil exemplares do CD ‘Ainda é cedo’, lançado havia 3 meses. A gravadora faria, em junho, uma grande festa para comemorar seu aniversário e a conquista do prêmio. Foi a única vez na vida em que vi meu pai com lágrimas nos olhos”.

Margareth co-produzira este último CD, com um repertório inesperado. Além da faixa título composta por Renato Russo do Legião Urbana, trazia ainda canções dos Paralamas do Sucesso, Rita Lee e Cazuza, entre outros artistas *pop* da época. Robertinho do Recife, produtor artístico do álbum, justificou a escolha do repertório, definindo Nelson como “...muito punk, diferente dos cantores certinhos da época dele. A carreira dele é cheia de escândalos. Ele tem atitudes roqueiras.”

Margareth foi a produtora, na última década de vida de Nelson, de outros importantes trabalhos com concepções sofisticadas, que acrescentaram uma chancela *cult* a um trabalho que já era um grande sucesso popular e comercial. Em 1990, foi lançada a coleção de LPs e estreou o antológico espetáculo “Nelson Gonçalves, 50 anos de boemia”, que rodou o Brasil. O show “Nelson Gonçalves & Raphael Rabello”, em 1991, teve a gravação ao vivo posteriormente lançada em CD (2006). O LP “O Boêmio e o Pianista” (1992), com Arthur Moreira Lima, é hoje um raro e caro item de colecionadores. Margareth ainda co-produziu o docudrama “Nelson Gonçalves”, o filme dirigido por Elizeu Ewald que, embora lançado apenas em 2001, teve sua produção iniciada com Nelson ainda vivo. Há imagens de arquivo que mostram o cantor ao lado de Alexandre Borges, o ator que o representou no filme. A criança que subia no caixote, representando Nelson criança, cantando “Malandrinha” na feira, era Pedro, filho de Margareth, o neto que foi o grande companheiro e a grande alegria dos últimos anos do Rei do Rádio.

Pedro, com 29 anos neste 2019, é produtor de música eletrônica e responsável pela página “Nelson Gonçalves – eterno”, em que apresenta à sua geração, no facebook, a voz, a obra e as memórias do avô. Não é o bisneto, mas o neto que diz e comprova: “...meu avô ainda canta.”

“...andei cantando a minha fantasia, entre as palmas febris dos corações.”

Guilherme Logullo tinha 14 anos quando Nelson Gonçalves morreu. Jullie, 10. Todas as noites entram em cena para a metamorfose que os transforma, a ambos, em um personagem único, em que cabem a vida e a obra do homem/cantor. O que se vê é vida e arte engolindo todas as convenções e cronologias.

Na plateia, gente de todas as idades. Senhoras suspiram e cantam junto com os atores. No palco, a atuação impecável e emocionada de Logullo e Jullie, o cenário e a iluminação deslumbrantes, a elegância da direção de Tânia Nardine, a coreografia milimetricamente precisa, os brilhos do figurino cambiável e semiótico, fazem lembrar o dia em que Frank Sinatra saiu da plateia de onde ouvia Nelson cantar, em Nova Iorque, e foi ao camarim prestar-lhe tributo à voz. Conta-se.

Gabriel Chalita, 49 anos, escreveu o texto. “Os ‘nãos’ que ele recebeu na vida, a maneira como ele enfrentou essas negativas; isto, para mim foi o elemento fundamental da vida dele”, diz. ‘Amor X tempo, razão X emoção, essas dualidades parecem tê-lo feito sofrer muito.’” A dramaturgia, ao colocar uma mulher e um homem dividindo os papéis, “faz uma opção mais filosófica, de observar como é que eles vão se entrelaçando nisto”.

“Enquanto representamos tempo e amor, razão e emoção, também nós somos dois artistas ali”, diz Jullie, “celebrando o centenário de um outro artista, que soube ouvir tantas negativas e nunca desistiu. Como artistas, nós sabemos muito bem como é essa coisa dos ‘nãos’”, emenda Logullo. E conclui: “Ele foi um guerreiro, um poeta, a música sempre falou mais forte no coração dele.”

A maior voz masculina do Brasil faz 100 anos. Para além das biografias oficiais e perfis pretensiosos [como este], é mais uma vez, então, a arte – nesse belíssimo espetáculo “Nelson Gonçalves – o amor e o tempo”, em cartaz no Rio de Janeiro no início deste 2019 – que vem para imitar e tentar consertar a vida. Que segue tentando imitar a arte. Que para sempre, teimosa, persistirá imitando a vida.

O HOMEM INVISÍVEL DOS ANOS DE CHUMBO

Por ROBERTO MUGGIATI

Publiquei meus primeiros textos aos 14 anos, no jornalzinho do Colégio Estadual do Paraná e, logo depois, na *Gazeta do Povo*, o maior jornal de Curitiba. A oportunidade de lançar o primeiro livro veio aos 30 anos, em 1967. Eu era repórter especial da revista *Manchete*. A Revolução Cultural chinesa sacudia o mundo, provocando o Maio de 1968 francês, a Primavera de Praga e manifestações libertárias pelo mundo inteiro; no Brasil, a Marcha dos Cem Mil no Rio de Janeiro. A *Manchete* tinha uma editora de livros. Sugerí uma biografia de Mao Tsé-tung acoplada à história recente da China. A ideia foi aprovada por aclamação, recebi até um adiantamento de mil dólares. Nas brechas do trabalho de repórter, madrugada adentro, fui batucando na minha Olympia portátil as 374 páginas de *Mao e a China*. Ainda não havia internet, eu fazia a pesquisa com livros que as sucursais da *Manchete* em Nova York e Paris me mandavam, publicações de editoras universitárias escritas por especialistas focando aspectos incrivelmente detalhados da história chinesa.

Em março de 1968 entreguei os “originais” às Edições Bloch. Entreguei também meu cargo de repórter e fui trabalhar em São Paulo, como editor de artes e espetáculos da *Veja*, a nova revista semanal da Abril. Adolpho Bloch me considerou um traidor da pátria por ter trocado a *Manchete* pela *Veja*. Decidiu não publicar o livro. Eu oferecera opções à Bloch, dentro das leis do mercado. Em 1954, quando comecei a trabalhar na *Gazeta do Povo* em Curitiba, jornalismo

era aventura para boêmios. Na segunda metade dos anos 1960, com o aquecimento do mercado publicitário, novas publicações surgiram aos borbotões e um bom jornalista tinha seu passe disputado a tapa, como um craque de futebol ou uma estrela do rock.

O conciliador Alcídio Mafra, diretor das Edições Bloch, sugeriu a Adolpho que repassasse o livro para outra editora. Afinal, aquelas pilhas de cinco mil exemplares do *Mao e a China* na gráfica de Parada de Lucas ocupavam espaço e representavam um tremendo prejuízo. O livro foi comprado por Hermenegildo de Sá Cavalcante, dono da Gráfica Record Editora (nada a ver com a Record do Alfredo Machado). Hermenegildo havia herdado da Bloch minha tradução do *Sexus* do Henry Miller e achava que eu lhe dava sorte. A Bloch tinha adquirido os direitos da trilogia *A crucificação encarnada*, de Miller: *Sexus-Plexus-Nexus*. Traduções prontas, um pseudointelectual de plantão soprou no ouvido do Adolpho e desaconselhou a publicação, alegando que os livros tinham muito palavrão. Aos palavrões, Adolpho mandou o Henry Miller às favas. Ou melhor, ao Hermenegildo. *Sexus* tornou-se um dos livros mais vendidos de todos os tempos no Brasil. (Antes dos anos 1980, já tinha passado da sexagésima edição.)

Curiosa figura esse Hermenegildo, que se dizia o “Embaixador do Ceará no Rio de Janeiro”, era amigo do ditador Emilio Garrastazu Medici e, mal foi anunciado o ditador seguinte, Ernesto Geisel – o “pastor alemão” – ofereceu-lhe um grande almoço em seu sítio de Itaipava, chamado Combray, em homenagem a Marcel Proust, uma insólita paixão de Hermenegildo. Ele se ostentava o supremo cultor do autor de *Em busca do tempo perdido*, publicou um livro, *Marcel Proust: roteiro crítico e sentimental*, fundou a Sociedade Brasileira dos Amigos de Marcel Proust, da qual se arvorou presidente, e conseguiu até batizar de Marcel Proust uma rua do bairro carioca de Santa Teresa. Inspirado ao avesso pela máxima do anarquista Proudhon (“A propriedade é o roubo”), ele estatuiu que “o direito autoral é um roubo” e simplesmente não o pagava a ninguém. O único que

conseguiu arrancar algum dinheiro dele foi o abusado Jean Genet que, em visita ao Brasil, pegou uma *sleeping bag* e acampou no hall do edifício de Hermenegildo em Copacabana até receber os devidos royalties da venda de seus livros.

Forrado de dinheiro, Hermenegildo se dava ao luxo de viajar à Europa com a mulher Nádia e as duas filhas pequenas, acompanhados de governantas e babás, para percorrer os roteiros proustianos. Cheio de capital, decidiu lançar *Mao e a China* em São Paulo, apoiado por seu lugar-tenente Walter Fontoura, diretor da sucursal do *Jornal do Brasil* em SP. Só faltava a capa do livro, que foi desenhada por minha primeira mulher, Lina, artista plástica, no estilo panfletário dos cartazes políticos chineses de então. O próprio Hermenegildo escreveu a orelha, em estilo bombástico – e totalmente leviano: “Roberto Muggiati viveu longos meses no mais populoso país comunista do mundo. Entrevistou mais de uma vez Mao Tsé Tung. Acompanhou de perto a Revolução Cultural e seus efeitos.” Na verdade, até então Mao só tinha dado uma entrevista a um jornalista ocidental: o comunista americano Edgard Snow, que acompanhou a Longa Marcha de 1936 e a descreveu no livro *Red Star Over China*. Hermenegildo lançou *Mao e a China* em grande estilo em 9 de dezembro de 1968, uma segunda-feira, numa noite de autógrafos em que inaugurava também, com toda a pompa, a filial de sua editora em São Paulo, justamente na Rua Maria Antônia — foco das manifestações estudantis. Isso – reparem só – quatro dias antes da edição do AI-5, na sexta-feira 13. O AI-5 cassou todos os direitos políticos e de expressão e gerou a guerrilha urbana, os assaltos a bancos, a prisão, tortura e fuzilamento dos bravos resistentes, que, antes de serem desmantelados, abalaram o país e o mundo com três espetaculares sequestros de embaixadores: o americano em 1969; o alemão em 1970, em plena Copa do Mundo; e o suíço no começo de 1971. Foi a temporada de caça batizada de Os Anos de Chumbo. Mais do que as estantes das livrarias, *Mao e a China* passou a frequentar as “mostras de material subversivo” apreendido

pelo exército, ao lado de granadas, fuzis e outros aparatos bélicos. Lembro que o fotógrafo Yllen Kerr, da sucursal carioca de *Veja*, me telefonou agitado: "Muggiati, a noite de autógrafos foi cancelada. Por favor, nem apareça por aqui! E se esconda por aí!"

Mao e a China voltou retumbante às páginas dos jornais na segunda-feira, 20 de setembro de 1971, com a cobertura nacional sobre a morte do capitão Carlos Lamarca no sertão baiano. Escorraçados, Lamarca e um companheiro em fuga não tinha mais sequer o que comer: mataram o cachorro fiel que os acompanhava. Descansando à sombra de uma árvore, foram fuzilados sem piedade. A maioria dos jornais reproduziu trechos da correspondência de Lamarca com sua companheira Iara Iavelberg, morta um mês antes. ("Suicidada" no cárcere, como o seria depois Vladimir Herzog.) Nas cartas a Iara, Lamarca escreveu, em 12 de julho: "*Lendo Mao e a China, de Roberto Muggiati, me impressiono cada vez mais em tudo, e vejo a necessidade urgente da Revolução Cultural dos quadros de vanguarda. Li – não sabia – que a 2^a ou 3^a mulher de Mao estava grávida ao iniciar a Longa Marcha, ela adoeceu e foi ser tratada na Rússia. Um filho de Mao já morrera em combate e outro morreu na Coréia. Outros tantos fatos demonstram a nossa pequenez diante dos revolucionários chineses...*" No dia seguinte, Lamarca escrevia: "*Terminei de ler Mao e a China, é excelente, vou começar a ler Obras escolhidas de Marx e Engels...*" Isolado, fugindo das forças da repressão, é muito provável que Lamarca não tenha lido mais nada. *Mao e a China* foi certamente a última coisa que leu.

O livro, mais do que um elogio ao comunismo chinês, era quase uma incitação à luta armada. Mas o aparelho repressor me ignorou. Será que achava que eu era um escritor italiano? Passei a me considerar uma espécie de "Homem Invisível dos Anos de Chumbo". Só bem mais recentemente decifrei a charada. No final de 1969, Adolpho Bloch esqueceu nossa quizília e me trouxe de volta ao Rio para dirigir a revista *Fatos&Fotos*. Tivesse continuado em São Paulo, eu fatalmente seria levado aos porões do DOI-Codi, onde estiveram

tantos ex-colegas meus da *Veja* e da *Realidade*. Poderia até ter acabado como um Vladimir Herzog. Não o conheci pessoalmente, mas nossas vidas se tangenciaram. Vlado tinha a minha idade e foi ocupar minha vaga no Serviço Brasileiro da BBC de Londres em 1965. A volta da conturbada São Paulo para o "balneário da República" salvou a minha vida.

Uma pausa. Um pensamento insólito que só me ocorreu agora, meio século depois: Hermenegildo de Sá Cavalcante, amigo íntimo dos ditadores Médici e Geisel, não teria tido um dedinho em tudo isso? Afinal, *Mao e a China* era também um livro seu, da sua editora. A divulgação da carta de Lamarca (pelos militares) não teria ajudado – e muito – o Hermenegildo a vender mais livros? Entramos aí no pantanoso terreno da natureza humana, em que, entre mortos e feridos, não se salva ninguém.

PS – Um final anticlimático para essa história. Recentemente, fui estimulado – eu diria acatado – por Vera Gertel, ex-colega da *Manchete*, a procurar no Arquivo Público do Estado a minha "ficha suja" dos tempos da ditadura. Vera militava ativamente na esquerda já no início dos anos 1960. Filha de um casal de aguerridos comunes do Partidão, Vera recebeu o nome de Anéli – homenagem à Aliança Nacional Libertado, a ANL, coalisão de esquerda que combatia o Estado Novo de Vargas. Foi casada com Oduvaldo Vianna Filho, o Vianinha e, depois, com o compositor-cantor-violonista da bossa nova Carlos Lyra, que teve atuação preponderante nos Centros Populares de Cultura, os CPCs, que promoviam a arte "engajada". Vera registrou aqueles tempos de luta numa autobiografia importante, *Um gosto amargo de bala*, publicado em 2013.

Dirigi-me então ao Arquivo Público – não fica longe da minha casa – na Praia de Botafogo e pedi uma busca no setor secreto. Fui bem atendido, a moça me deu um protocolo e disse que, se houvesse qualquer menção a mim, telefonaria. Dez dias depois me ligam

dizendo que havia uma citação nos arquivos do Departamento de Ordem Política e Social, o DOPS. Recebi o envelope pardo coberto com o carimbo **PESSOAL**. Fui lendo na rua, mas o documento não podia ser mais ridículo. Transcrevo a parte inicial:

Senhor Chefe do Serviço de Buscas:

Com referência ao PB Nº 728/DI/SP/SAS, protocolizado na D.O. sob o nº 1158, relativo ao Profº POMPEU DE SOUZA BRASIL e a revista "VEJA"; cumpre-nos informar que:

a-POMPEU DE SOUZA BRASIL, figura como diretor da revista "VEJA" em Brasília com escritório no Edifício Central, salas 1201 e 1208, Setor Comercial Sul.

Depois de informar erroneamente que a *Veja* “foi posta em circulação no dia 1º Nov 68” (a revista foi lançada em 11 de setembro de 1968), o X-9 incompetente, para “encher linguiça”, transcreve o expediente inteiro da revista, iniciando com VICTOR CIVITA – editor e diretor; ROBERTO CIVITA – diretor de publicação; MINO CARTA – diretor de redação; e pouco depois ROBERTO MUGGIATI – editor.

A partir desse dia, vi que não teria outra escolha e me conformei em continuar para sempre “o Homem Invisível dos Anos de Chumbo.”

LÉO, UM VENCEDOR



Por MARTA MORAIS DA COSTA

O título poderia sugerir um pequeno texto sobre um pequeno homem do futebol atual. Nada menos verdadeiro. As palavras que seguem pretendem homenagear um cidadão de idade vetusta, no quingentésimo ano de morte: **Leonardo di Ser Piero da Vinci** (1452-1519), nascido na Toscana, reconhecido e admirado no mundo culto e até na esfera *cult*. Um daqueles gênios com os quais a humanidade brinda os céticos e os desesperançados. Um criador, um provocador, um desbravador.

Em recente coletânea de artigos para a *Ilustríssima*, revista semanal da *Folha de São Paulo*, em sua edição de 26 de abril de 2019, tendo como assunto as comemorações dos quinhentos anos de falecimento de da Vinci, tratou-se, entre outros assuntos, da frequente decepção de visitantes afoitos do Louvre em relação às pequenas dimensões do quadro megafamoso da *Mona Lisa* ou *Gioconda* ou aquela moça do sorriso misterioso. Não importa o título do quadro, não importa a extensão do conhecimento do espectador, não importa a desproporção entre a parede em que solitária e superprotégida se expõe a pintura em diminuta proporção em relação a sua fama. Ninguém passa incólume a ela, como não se passa incólume sob as palmeiras, como escreveu André Gide. Ela se impõe seja para decepção, seja para a admiração, seja para a contemplação de milhões de pessoas que, muitas vezes, ignoram as demais riquezas plásticas e esculturais que povoam o Louvre e seguem obcecados os guias que os



levarão à fonte dos desejos: o quadinho de 77cmx53cm que esplende em espaço exclusivo e supervigiado, afrontando câmeras e cabeças, olhos e bocas que se aglomeram e se abrem-fecham para descobrir o que ele tem que os milhões de outros quadros do mundo não têm.

A primeira vez que tive um encontro pessoal com Gioconda, ainda não a Mona Lisa monumental dos visitantes afobados e fotografantes de hoje, tivemos uma conversa que da minha parte era uma absurda, enorme e inquietante pergunta: que mistérios um sorriso pode ocultar? que mistérios uma paisagem de segundo plano pretende encobrir em sua aparente função decorativa de segundo plano? que mistérios a arte codifica quando se põe a expressar em linhas, formas e cores a relação do ser humano com a natureza? que mistérios um artista *outsider* – filho ilegítimo, homossexual, nascido em um vilarejo, desconhecendo o latim, língua de toda a cultura medieval – guardava em seu talento que o levou a irradiar centelhas de genialidade em áreas aparentemente tão contraditórias como a ciência e arte? E qual foi a resposta dela? Um sorriso. Enigmático. Mesmo que alguns estudiosos da expressão facial o qualifiquem como um sorriso de felicidade.

Reinaldo José Lopes, ao tratar em rápida análise do quadro “A virgem dos Rochedos”, pintado entre 1483 e 1486, afirma:

“Na gruta onde estão os personagens, Leonardo pintou uma mistura de arenito (uma rocha sedimentar) e diabásio, rocha vulcânica intrusiva formada pela solidificação da lava após uma erupção. As plantas que aparecem na cena brotam apenas nos trechos de arenito que já parecem ter passado por um processo de erosão, permitindo que elas criassem raízes. São, além disso, vegetais que realmente poderiam brotar em áreas úmidas de uma gruta em certas épocas do ano.

O interesse de Leonardo, entretanto, ia muito além do que lhe podia ser útil em cenas artísticas. Quase sempre acaba se transformando em curiosidade em estado puro: o desejo de compreender e retratar todos os aspectos do Cosmos - e do microcosmo formado pelo corpo humano.



É isso o que se depreende do seu trabalho incansável com a anatomia humana, que ele costumava comparar a outros aspectos do mundo natural — artérias, veias e sangue com o leito dos rios e suas águas, por exemplo. Assim como outros pensadores do Renascimento, ele parecia enxergar uma conexão profunda, quase mística, entre as estruturas do corpo humano e as que podiam ser vistas nas estruturas geológicas e hidrológicas .”

Carl Sagan repete o mestre de Vinci com seu aforismo: “Somos feitos da poeira das estrelas.” Um universo conectado, não por *bites* ou telas, mas pela matéria do universo que vem pulsando e sobrevivendo na realidade e vem sendo embelezada pelas artes desde que a humanidade vagueia pela Terra.

No entanto, mesmo partícipes do banquete cósmico, alguns humanos se contentam com o servir a mesa, com o regalar-se ao degustar os restos do banquete. Outros, em sua glutonaria irracional, limitam-se a devorar pratos como se fossem a última refeição de condenados à morte. Presente à mesa, apenas de forma metonímica, nos pratos que criou, o mestre esconde em sua cozinha o modo de fazer e de criar, e os mistérios dos temperos e das temperaturas, as formas de decoração e, sobretudo, o misterioso modo de fazer que dá ao banquete sua colossal originalidade e sua inestimável interpretação da história e do mundo.

Na *Santa Ceia* do mestre de Vinci, a exatidão matemática, o rigor do conjunto, a relevância do espaço dentro e fora da tela e outros e novos enigmas: a quem representa o mestre ao lado do Mestre dos mestres? Maria Madalena, a Magdala, a marginal, a mulher? Dan Brown fez dessa suposição o maior auê na cultura ocidental, a merecer livro, filme, discussão, retomada e vulgarização – no bom sentido massificador – de mistérios de retorno a origens secretas e símbolos e criptogramas e cabalas, em uma cornucópia avassaladora de subprodutos culturais, à margem da história aceita e repetida.

Lucas Neves, na mesma *Folha de São Paulo* em 28 de abril deste

ano cinquecentenário, faz desfilar as apropriações respeitosas e outras nem tanto que beberam nas águas que descem dos rochedos na paisagem que adorna a figura de Mona Lisa de Gioconda:

Essa aura (do quadro da Gioconda) foi sendo sedimentada ao longo do século 20, com a ajuda decisiva da cultura pop. Depois da “Mona Lisa” bigoduda e lúbrica de Marcel Duchamp, vieram os “clones” multicoloridos de Andy Warhol. Entre os dois, e seguindo até hoje, um carretel de apropriações pela literatura, mas sobretudo pelo audiovisual - em filmes de ficção, documentários, videoclipes e programas de TV “investigativos” que prometem desvendar enigmas do quadro, os esboços escondidos sob sua epiderme - e pela música. Nat King Cole (1919-1965) se consagrou como voz ímpar, para além de ás do piano, muito por sua interpretação de “Mona Lisa”, que liderou as paradas da Billboard por oito semanas em 1950 e levou o Oscar de melhor canção (do filme “Missão de Vingança”, de 1949). Mais recentemente, Madonna compôs uma faixa, para um longa-metragem que também dirigiu, com citações à obra de Da Vinci. Já o guitarrista e compositor Carlos Santana lançou, em janeiro, o EP “In Search of Mona Lisa” (À procura da Mona Lisa), inspirado pelo transe que diz ter experimentado ao se deparar pela primeira vez ao vivo com o retrato.

A reverência se estende aos registros visuais de canções. Em 2013, a produção do clipe de “Smile Mona Lisa”, de will.i.am, teve livre acesso para filmar a tela e outros tantos trabalhos do museu parisiense. Quer dizer, livre mediante pagamento de um cachê que, segundo uma tabela de 2015, chegava a 15 mil euros e variava segundo a natureza (publicidade, reportagem de TV, filme de ficção, documentário, peça institucional, trabalho estudantil...) da filmagem.

E, é claro, não nos esqueçamos do incensado “Apeshit”, do casal Beyoncé e Jay-Z, lançado em meados de 2018, que acumula 168 milhões de visualizações no YouTube.

Apenas 15 quadros formam até o momento o acervo pictórico reconhecido integral ou parcialmente como sendo de Leonardo da Vinci. É verdade que, de tempos em tempos, aparecem algumas descobertas, mais ou menos verossímeis, mais ou menos verdadeiras. Algumas de alto teor publicitário, como a mecha de cabelos atribuída ao artista, recentemente descoberta. Algo como os milhares de pedaços da cruz de Cristo que abarrotaram os mercados católicos de relíquias e produziram o descrédito, até mesmo dos mais sagrados e verdadeiros objetos de fé.

O que se sabe ao certo é que, em razão de contínuas e mal sucedidas experiências pictóricas, além de um agudo comportamento procastinatório, os quadros atestadamente de sua autoria são poucos. O que se sabe ao certo, também, é que há uma riqueza artística e de pensamento nos cadernos de anotações, em que proliferam desenhos, ensaios sobre personagens e paisagens de telas – finalizadas ou não - projetos científicos e pensamentos sobre a pintura – que o qualificam como um dos polímatas do Renascimento italiano. Em especial, os projetos científicos identificam um cérebro matemático e inventor que pensou soluções e arriscou uma visão de futuro: paraquedas, robô, armas de guerra, helicóptero etc.

Entre seus mais formidáveis projetos militares está uma escada para uso numa torre fortificada. O projeto incluía rampas independentes de outras. Assim, os soldados podiam subir e descer de 4 andares sem esbarrar em grupos de soldados que iam em direção contrária. (...) Leonardo projetou um castelo com sistema triplo de segurança. Um dos cantos dessa construção tinha duas fortificações: a primeira estendia-se até o canto do forte e a outra estendia-se sobre parte da parede externa. (<https://pt.wikipedia.org>)

Um projeto arquitetônico com triplo sistema de segurança teria o maior sucesso nos tempos violentos que correm e Leonardo justificaria mais uma vez a relevância de sua obra para além do seu tempo.

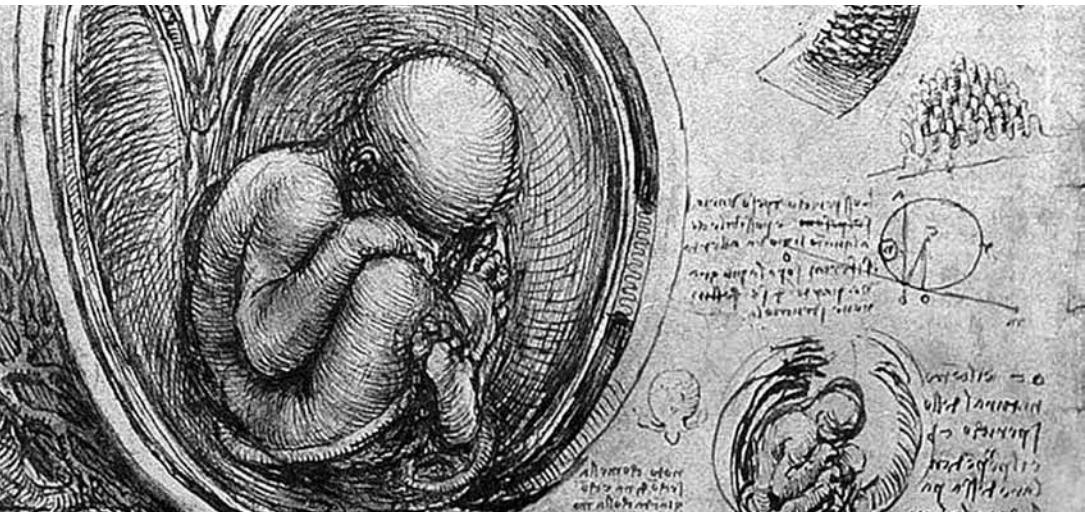
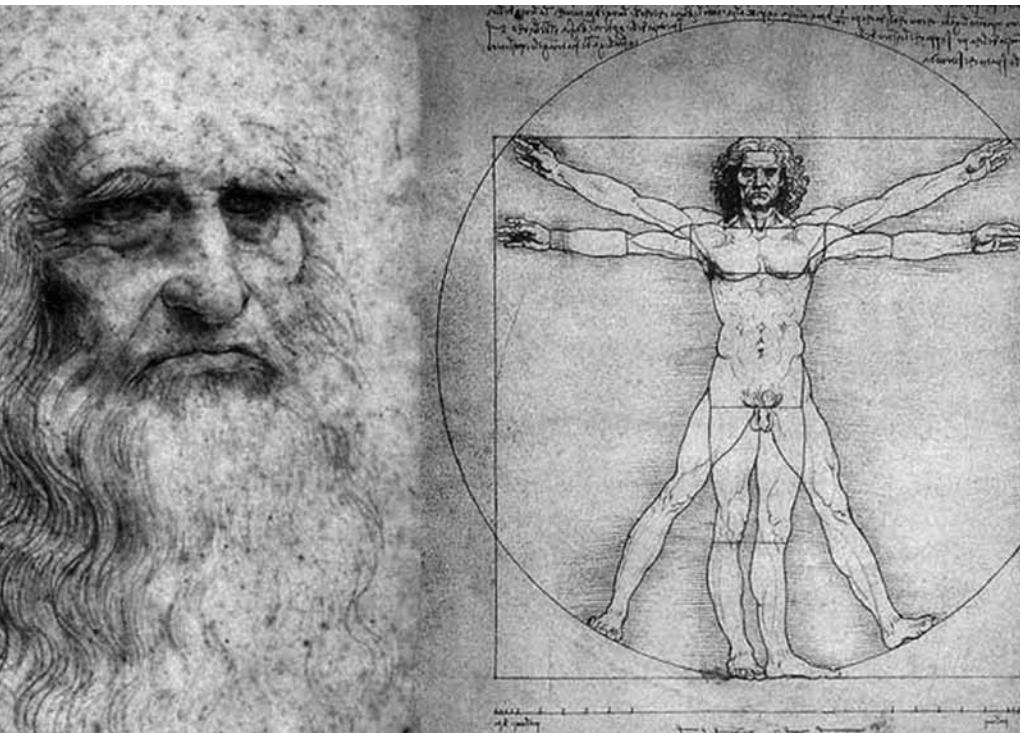
Mas esse inauditos chamarizes para dar maior credibilidade às comemorações dos 500 anos irão, sem dúvida, somar-se aos inumeráveis, cartões-postais, agendas, chaveiros, saca-rolhas, pingentes, copos decorados, santas-ceias em materiais esperados e novidadeiros: cartão, prata, couro, madeira, porcelana, vidro, palha, tecidos e um arsenal de lembrancinhas que encherão sacolas, malas e casas dos turistas, até que o desinteresse as torne de kitsch em cacos e bagaços.

No entanto, a cada número múltiplo de dez, retornam à imprensa e aos olhos-ouvidos dos humanos, estudiosos ou mais ou menos cultos, motivos para comemorar. Carlos Drummond de Andrade, ao completar 80 anos, minimizava as comemorações que então se faziam apelando para o modo como se festejam datas: dentro rigorosamente de um sistema decimal. Números redondos são chamarizes para foguetórios e festejos. Evidentemente, se vivéssemos uma cultura duodecimal ou no reino de Pi, as datas sofreriam mudanças e poderiam até implicar longas polêmicas em razão de vírgulas e dízimas periódicas!

O que vigora, no entanto, independente de bolos e velas, de números especiais de periódicos, de vídeos panorâmicos e turísticos, de aumento da população visitante – com suas incríveis maquininhas de produzir fotos e vídeos e caretas e *selfies* - à sala especial do Louvre, é a constatação de que sempre é tempo de festejar o gênio humano. Aquele gênio que registra seu tempo, aquele que antecipa outros tempos, aquele que transcende os tempos mensuráveis. Plagiando Júlio César, general romano que teria dito ao vencer Farnaces II um poético jogo de cognatos, acrescentaríamos nos festejos dos 500 anos do gênio Leonardo, “veni, vidi, vici, Vinci”.

Seria pouco, mas seria legítimo e merecido.

Roma, Florença e o mundo te saúdam, Leonardo!



LEONARDO E A NOVA EDUCAÇÃO

Por GUIDO VIARO

Amboise, França, 2 de maio de 1519, morria Leonardo da Vinci, um homem sem limites. Além de um dos maiores pintores da história, arquiteto e inventor, pesquisou praticamente todos os campos da ciência, criando engenhos que ultrapassaram os obstáculos do tempo e espaço e hoje pertencem a toda a humanidade. Suas descobertas vão, desde a maneira como o sangue circula pelo coração humano, até engenhos bélicos, um modelo de helicóptero e uma impressora automática, além de diversos sistemas de engrenagens sem os quais muitas das máquinas surgidas em séculos seguintes não seriam possíveis. Há também o projeto de pontes, castelos, metralhadoras, assadeiras, navio de casco duplo, tanque de guerra e odômetro. Leonardo não tinha fim, sua curiosidade não era saciada com alguma descoberta, ao contrário, despertava novos desejos, outras curiosidades. Para ele não existia fronteiras entre os campos humanos do saber, então, pintar a Mona Lisa e descobrir as particularidades de uma veia cardíaca eram igualmente importantes.

Leonardo deu sorte, nasceu durante a Renascença, época em que as luzes voltaram a iluminar o mundo. O homem agora deixava de sentir-se um perdigoto divino e passava a reconhecer sua própria importância. As catedrais góticas, imensos navios rebuscados e ameaçadores, e que serviam de ponto de contato entre o imenso e eterno, com o infinitamente pequeno (o homem medieval), começavam a ceder

espeço à arte renascentista, onde a figura humana ocupa mais espaço e tem mais importância, e onde as proporções são mais próximas da escala humana. Leonardo teve sorte também, porque durante a Renascença surgiu a figura do mecenas, financiador, muitas vezes, privado, de obras que, muitas vezes, deveriam ser públicas.

Mas além de tudo o que produziu, será que o conjunto de sua obra nos deixou alguma lição? Qual foi? Difícil dizer, há muitos séculos entre ele e nós, e precisamos enxergá-lo sem a distorção do tempo. Mas cabe uma pergunta: tivesse ele nascido no século 20 ou 21, onde a tecnologia não se compara com a de sua época, teria ele criado ainda mais do que criou? Ou seria exatamente o contrário, deixaria de ser um grande generalista e pasaria ao detalhe, ou talvez, mergulhado no conformismo e no conforto de nossa civilização, não criasse nada? Leonardo foi antes de tudo um generalista, e hoje vivemos em um mundo de especialistas. Todos os ramos do pensamento humano são cada vez mais divididos e compartimentados. Portanto, os eventuais Leonards que possam entre nós nascer, serão picados em pedaços e forçados a, ou desistir de seus projetos, ou, diante de um imenso castelo projetado pelo mestre florentino, escolher uma única pedra, e sobre ela tudo descobrir. Vivemos em uma era cheia de fronteiras, e a tecnologia, que em teoria deveria tudo revelar, e principalmente o fato de que a realidade é uma, acaba criando divisões e secando a pura sede da descoberta, sede da qual Leonardo jamais se saciou.

Mais quem criou Leonardo, de que mundo ele veio? Quando nasceu, em 1452, a Idade Média não era algo tão distante, e muito do saber universal ainda estava nas mãos da igreja. Leonardo é filho do desafio, o homem que se ergue de sua insignificância para desafiar o poder divino é aquele ser frágil que luta contra muitas bestas. A mais feroz delas chama-se mortalidade, e mesmo sabendo que no final será derrotado, deseja lutar com todas as armas que possui. Sonha com a grandeza, mesmo que passageira. Ao contrário deles, dos renascentistas, o homem contemporâneo sonha com utopias, sejam elas individuais ou coletivas. Não há grandes desafios na vida do

homem moderno, e quando desafia alguém é alguém igual a ele, se desafia alguém maior que si, o faz atrás de um grupo de iguais, jamais individualmente. E é por essa razão que os desejos e sonhos, hoje em dia, se transformam em uma velocidade alucinante. Novos objetivos precisam ser criados para que rapidamente sejam saciados. A grande máquina coletiva não consegue digerir individualidades criativas, e bastariam talvez, algumas dúzias de Leonards, milagrosamente surgidos simultaneamente hoje em dia, para colocar em colapso a grande máquina coletiva de repetir e obedecer.

Ao contrário do mundo contemporâneo, no mundo dos séculos 15 e 16, os poderes sobre o indivíduo, ao contrário do que possa parecer, e até do que a palavra *democracia* possa nos fazer acreditar, eram menores e menos eficientes do que hoje. As grandes forças eram a igreja e o Estado. Se de alguma maneira, você conseguisse escapar desses poderes, estaria livre para criar. É claro que nem todos possuíam as capacidades intelectuais de Leonardo, mesmo assim a terra estava lá, e as sementes despejadas pelo mundo sobre ela, nos deram outros grandes gênios das artes, astronomia e ciências.

Leonardo talvez possua um irmão espiritual, que apesar de haver nascido 45 anos após sua morte, guarda semelhanças com sua figura. É claro que William Shakespeare não atravessou tantas camadas do conhecimento humano, fixou-se na arte, mais especificamente na literatura, mas nela, foi tão longe quanto nenhum outro. E o parentesco com Leonardo está no fato de aceitar grandes desafios, de lutar contra a morte e principalmente contra a dúvida, e fazer tudo isso de uma maneira tão bela quanto a *Santa Ceia* de Da Vinci. Quem é Hamlet, senão o homem que mais fundo foi na história da literatura, na busca desenfreada pela verdade última: *Ser ou não ser, eis a questão*. Até hoje ninguém conseguiu perguntar nada mais profundo e individual. Assim como também era profundo e individual o desejo de descobrir como funcionava o corpo humano. Leonardo atravessou noites escavando cadáveres putrefatos para que pudesse revelar ao mundo, coisa que antes dele apenas as escrituras

sagradas faziam, qual era o segredo da vida e de que maneira ela habitava nossos corpos.

Falemos agora do Leonardo vivo, não daquele que sobreviveu através de sua obra grandiosa, mas de um outro, aquele que pode servir de exemplo para as futuras gerações. Mas ao contrário dele, e seguindo um pouco o espírito de nossa época, não vamos tentar abratar todo o espectro do conhecimento humano, vamos escolher um departamento: a educação. De que maneira Leonardo poderia melhorar a educação? A primeira resposta parece evidente: abolindo as divisões do saber. O estudante precisa compreender que a matemática é dependente da geografia e a história das línguas. Há uma relação entre os departamentos do saber e qualquer divisão diminui e descontextualiza cada disciplina. É preciso também gerar interesse pelo saber, a mesma força que move os jovens em outras direções, deve consegui-los mover na direção das descobertas. É preciso que o aluno comprenda-se a si mesmo, localizando-se no tempo e espaço e atribuindo o devido mérito, nem maior, nem menor, ao fato de estar vivo, ser jovem e ter possibilidade de apreender.

Isso nos conduz à famosa ilustração de Leonardo, *O homem vitruviano*, onde um homem de braços abertos e dentro de um quadrado, está em frente de outro homem, que fica encoberto pelo primeiro, e de quem só se enxergam os braços e as pernas, e que está dentro de um círculo perfeito. O desenho fala sobre as proporções humanas, que podem ser também as proporções do homem em relação ao que é imensamente maior do que ele. Que podem ser as exatas proporções morais ou intelectuais, um grande símbolo para que consigamos localizar o homem dentro do universo.

O eventual aluno da escola leonardina, então, primeiro descobrirá quem é, em relação a si mesmo, aos outros e ao universo. Depois, perceberá que está vivo, e que o contrário disso, o não existir, pode haver acontecido a muitos outros seres de igual potencial. Então, esse eventual aluno dessa possível escola, tomará ciência de

sua responsabilidade, de seu potencial e de como deverá aproveitá-lo, e de como seria injusto e pouco lógico apenas desperdiçar essas riquezas em troca de compensações passageiras. Porque antes de tudo, Leonardo sabia-se um plantador de sequóias, grandes árvores que vivem milhares de anos. Ciente de seu potencial e missão, o estudante da pedagogia leonardina iniciará sua missão incansável na direção da descoberta, escreverá livros, descobrirá curas para velhas doenças, uma nova e eficiente maneira de governar o mundo, saciará dúvidas cujas respostas comportadas servirão de úteros para novas perguntas, criará novas formas de arte, divertimento baseado no aprendizado, aceitação do outro sem recusa de um terceiro ou a criação de dogmas, espalhará saber e perguntas espinhosas até para o próprio Leonardo: Será que nesse mundo harmônico e belo que criou, haveria lugar para as armas de guerra que também inventou?

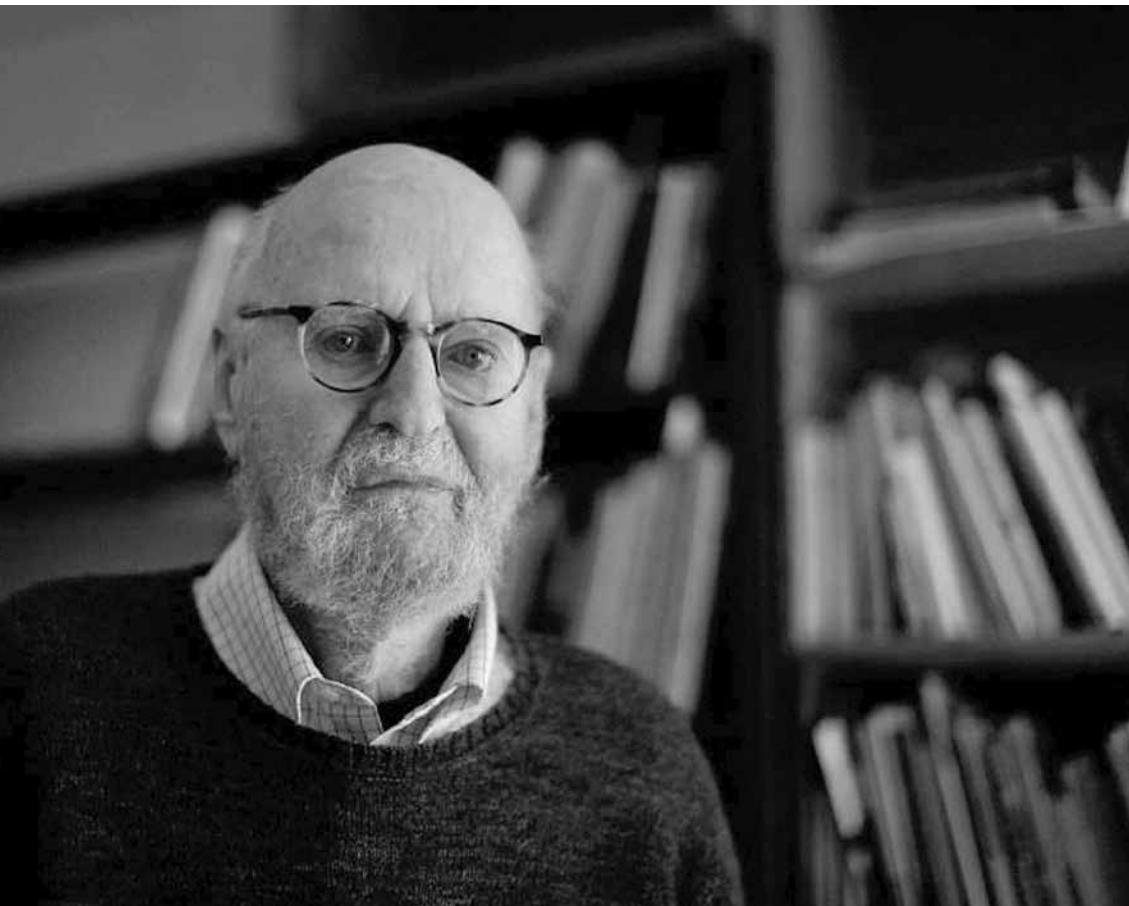
Um dia, talvez, no futuro, todos nós seremos obcecados pela descoberta, então precisaremos de muitos mundos para enchermos com novidades, nesse dia, Leonardo da Vinci será apenas mais um homem. Mas enquanto esse tempo não chega, talvez possamos criar escolas que nos façam pensar grande. Escolas leonardinas não existem, mas, talvez, a celebração de meio milênio de seu desaparecimento possa inspirar pedagogos e professores que sabem que, para se criar um novo mundo é necessária uma nova maneira de educar.

Ao imenso terreno foram jogadas as sementes, o sol muitas secará, algumas morrerão pois suas mortes são inevitáveis, mas algumas sobreviverão, e será de seus ventres que nascerão as novas e frondosas árvores.



CEM ANOS DE OUSADIA E LIBERDADE: VIVA FERLINGHETTI!

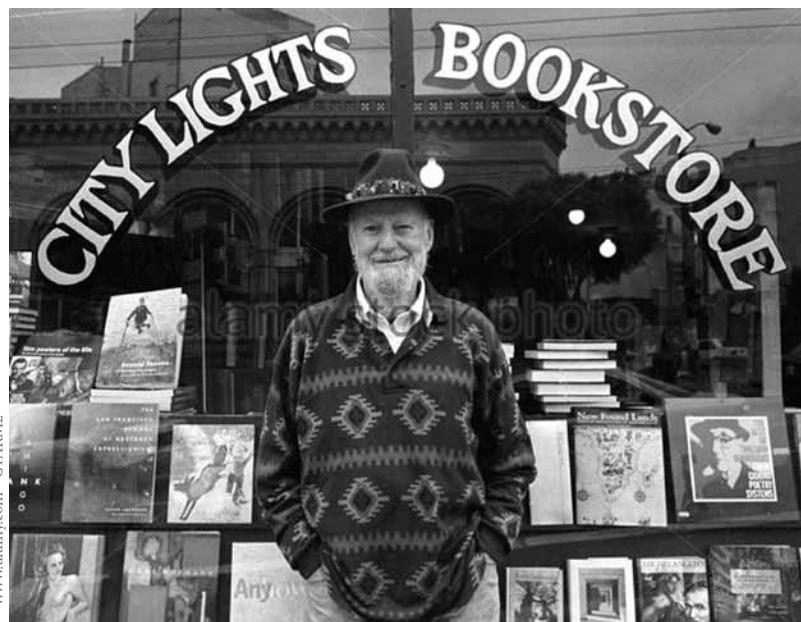
Por LUCI COLLIN



Uma celebração peculiaríssima se deu no dia 24 de março de 2019: o centenário do escritor Lawrence Ferlinghetti que, na ocasião, comemorou seu 100º. aniversário com o lançamento de mais um livro: *Little Boy*. A imprensa internacional debruçou-se com curiosidade e insistência sobre esse grande acontecimento literário. Um livro “experimental”, é como Ferlinghetti descreveu essa nova obra, que mistura autobiografia, crítica literária, poesia e filosofia, mas que não é um livro de memórias já que, conforme o autor “é sobre meu eu imaginário” num estilo de fluxo de consciência. O agente literário de Ferlinghetti, Sterling Lord (que tem 97 anos, lembramos, e que foi agente de Jack Kerouac nas negociações do famoso *On the road*), fechou um contrato de edição com a Doubleday, que considerou o livro de excepcional qualidade.

Nascido Lawrence Monsanto Ferling na cidade de Yonkers, New York, Ferlinghetti perdeu o pai precocemente (na verdade, o pai nem chegou a conhecê-lo) e a mãe, vitimada por sérios problemas psicológicos e não podendo criar o filho, o entregou aos cuidados de parentes. Em função das circunstâncias da vida de seus pais adotivos o pequeno Lawrence teve que ir morar na França por alguns anos. Ao voltar aos EUA, com grandes dificuldades conseguiu estudar pois os responsáveis por ele, sem condições de seguir cuidando do menino, o enviaram a um orfanato. Interessado por estudos, depois de alguns anos sua sorte muda e então Ferlinghetti pode contar

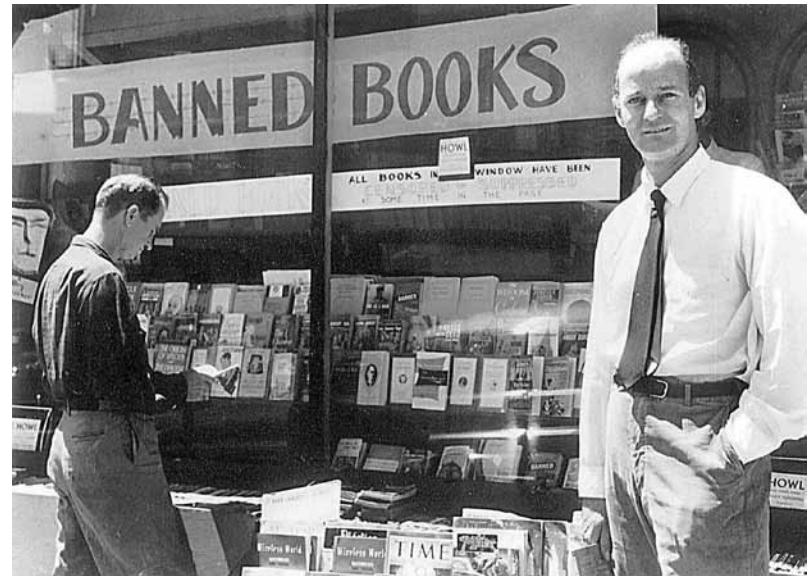
com a assistência de um novo casal, mais abastado, que o ajudaria financeiramente, e assim deu sequência a seus estudos, graduou-se em Jornalismo em 1941, pela University of North Carolina, recebeu o MA pela Columbia University e o PhD pela Sorbonne. Durante a II GM ele serviu na Marinha dos EUA e foi enviado para Nagasaki (dias após o fatídico bombardeio). Em 1951 casou-se com Selden Kirby-Smith e teve dois filhos dessa união.



www.alamy.com GTARM2

Por sugestão do grande poeta Kenneth Rexroth, Ferlinghetti mudou-se para San Francisco e lá, em 1953, em sociedade com Peter Martin, começou a publicar a revista *City Lights*; ambos também abriram a livraria City Lights (em pleno vigor até hoje) que em 1955 se transformaria também em editora, a City Lights Publishing, especializada em poesia. O local, frequentado por nomes como Kenneth Rexroth, Allen Ginsberg, Gary Snyder e Jack Kerouac, passou

a ser conhecido como o centro do Movimento Beat de San Francisco. Mas o grande evento que projetaria o nome da City Lights foi, sem dúvida, a publicação do polêmico livro *Howl* (Uivo) de Allen Ginsberg. Após ter recebido severa censura e chegar a ser confiscado, julgado imoral pelas autoridades do governo norte-americano - na atmosfera de “caça às bruxas” da década de 1950 -, o livro levou o Ferlinghetti - editor a um conturbado processo de acusações em tribunal. Absolvido o livro, tomado então como expressão estética de grande qualidade, o processo todo acabou transformando *Uivo* num dos maiores sucessos de vendas da história da poesia norte-americana



Ao longo dos anos Ferlinghetti, por suas opiniões e ações impactantes, seguiu sendo considerado uma figura polêmica. Conforme nos relata Eduardo Bueno em seu ensaio “O pianista do castelo abandonado”: “No início dos anos 70, o ultra-reacionário senador L. Edgar Roover acusou Ferlinghetti – mais Allen Ginsberg

e Jane Fonda – de ‘desequilíbrio mental’, assegurando que suas atividades levavam ‘ao enfraquecimento moral da nação’. (Apresentação de *Um parque de diversões da cabeça*; PA: L&PM, 2007). Essas “atividades”, contudo, não impediram que a prefeitura de San Francisco, em reconhecimento à importante contribuição de Ferlinghetti à cena literária, criasse o *Lawrence Ferlinghetti Day*, uma data permanente no calendário cultural da cidade.

Ferlinghetti é autor de mais de trinta livros de poesia, além de ter lançado dois romances e oito peças de teatro; também é tradutor de diversos poetas incluindo Nicanor Parra, Jacques Prevert e Pier Paolo Pasolini. Entre seus livros publicados no Brasil destacam-se: *Vida sem Fim* (poesia, Brasiliense: 1981), *7 Dias na Nicaragua Libre* (diário, L&PM: 1985), o best-seller, que já vendeu mais de um milhão de cópias, *Um Parque de Diversões da Cabeça* (poesia, L&PM Pocket: 2007) e *Amor nos Tempos de Fúria* (romance, L&PM Pocket: 2012). Muitos são os prêmios e honrarias recebidos pelo poeta ao longo de sua carreira; em 1998 Ferlinghetti foi nomeado o primeiro “poet laureate” de San Francisco e em 1994, uma rua da cidade foi renomeada passando a se chamar “Lawrence Ferlinghetti”. Além da literatura, Ferlinghetti também se dedicou seriamente à pintura e tornou-se um conceituado artista plástico.



Hoje notoriamente um dos principais nomes ligados ao fenômeno conhecido como “Geração Beat” de San Francisco (vale lembrar que o movimento começara uma década antes em New York em torno dos nomes Jack Kerouac, William Burroughs, Allen Ginsberg e Gregory Corso), Lawrence Ferlinghetti, figura central numa esteira de transmissões, recebeu influência de grandes nomes do Modernismo como, por exemplo, T. S. Eliot, Ezra Pound, William Carlos Williams, E. E. Cummings e G. Apollinaire. São característicos de sua poética a referência a objetos da vida cotidiana, a construção não linear de imagens à maneira algo surrealista, uma condução melodiosa do verso (com reverberações do *bebop*) regida pela rítmica da coloquialidade e, por influência de sua proximidade com a pintura, uma plasticidade que remete intensamente ao visual e aos contrastes de cor e luz. Também o interesse por tematizar questões sociais e políticas (Ferlinghetti é considerado um social-democrata) é frequente em sua poesia.

Da biografia de Ferlinghetti por Neeli Cherkovski citamos um trecho que bem comenta a produção desse poeta tão incisivo:

The painter and the poet are one and the same, wandering through the world from a central point, making good use of an ever astonished eye and an extraordinary musical ear. (...) his poetry reads so simply containing few metaphoric intricacies or subtleties of language, but the poems he created are living artifacts of contemporary consciousness, remarkably visual in effect, and charged with a sense of bewilderment in the face of life's difficulties and the closeness of death. They record the surface of life, but then lead deeper into experience than each poem might at first suggest. The poems are ordinary in a very unordinary way, deliberately focused on isolated sights, scenes, and ideas with a sharp clarity that creates space for the imagination to exercise free reign, altering reality with an artist's insight. (NY: Doubleday & Company, 1979, p. 205)

Todos esses elementos vão aqui ilustrados com o poema de abertura do livro mais conhecido de Ferlinghetti, *Um parque de diversões da cabeça* (em tradução de Eduardo Bueno e Leonardo Fróes):

I.

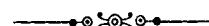
Nas melhores cenas de Goya parece que vemos
as pessoas do mundo
no exato momento em que
pela primeira vez elas ganharam o título
de ‘humanidade sofredora’
Tais pessoas se contorcem na página
num verdadeiro acesso
de adversidade
Amontoadas
gemendo com bebês e baionetas
sob um céu de cimento
pela paisagem abstrata de árvores bombardeadas
estátuas decaídas asas bicos de morcegos
patíbulos escorregadios
cadáveres galos carnívoros
monstros finais berrantes todos
da
‘imaginação do desastre’
tão danados de reais
que até parece que ainda existem

E existem mesmo
Só mudou a paisagem

Todos continuam em fila nas estradas que estão
infestadas de legionários
falsos moinhos de vento e grandes galos dementes

E são aquelas mesmas pessoas
apenas mais distantes de casa
e em estradonas de cinquenta pistas
num continente de concreto
demarcado por pencas de cartazes
que ilustram ilusões imbecis de felicidade
A cena mostra menos carretas para a força
mas muito mais cidadãos mutilados
em carros pintados
que têm placas estranhas
e motores
que devoram a América

Eis o nosso grande poeta que agora completa um século de
uma escrita de revolução, ousada, competente e sempre necessária.
Parabéns, Lawrence Ferlinghetti!

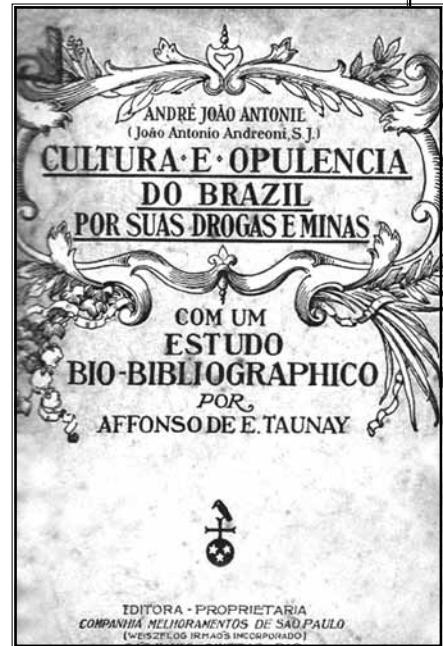
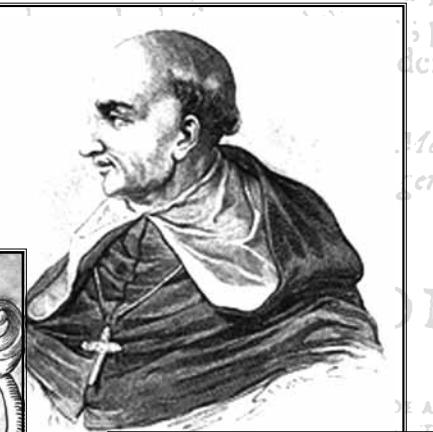


CULTURA E OPULENCIA DO BRASIL

POR SUAS DROGAS, E MINAS,

Com varias notícias curiosas & beneficias do modo de fazer o Açucar ; plantar, & beneficiar o Tabaco ; tirar ouro das Minas ; & delcubrir as Pratas ;

E das grandes emolumentos, que o Reino de PORTUGAL tem dos Brasilos, C



O PARANAENSE QUE SALVOU O REI DE PORTUGAL

Por LAURENTINO GOMES

Um dos documentos mais importantes para o estudo da história do Brasil colonial é um livro de pouco menos de trezentas páginas que, durante mais de um século, a coroa portuguesa fez questão de manter em segredo, sob censura, longe da curiosidade pública. *Cultura e opulência do Brasil pelas drogas e minas*, de André João Antonil, foi publicado em Lisboa em 1711, mas por pouco não se perdeu para sempre. No mesmo ano da publicação, a obra foi proibida em Portugal por ordem régia, que determinava a retirada de circulação e a imediata destruição de todos os exemplares. Por milagre – e para sorte dos historiadores – sobreviveram sete cópias.

André João Antonil era o pseudônimo do padre jesuítico italiano João Antônio Andreoni, que viveu no Brasil entre o final do século 17 e o início do século 18. Nasceu em Lucca, na Toscana, em 1649. Estudou direito na Universidade de Perugia e ingressou na Companhia de Jesus em 1667. Chegou à Bahia em 1681 em companhia do padre Antônio Vieira, de quem foi secretário e professor de Retórica. Faleceu no Brasil em 1716, cinco anos depois da implacável perseguição à sua obra mais famosa.

Por que tanto zelo da coroa portuguesa contra um livro? Provavelmente porque a obra de Antonil tratava da cultura do tabaco, da mineração do ouro e da pecuária no Brasil colônia, descrevendo nos mínimos detalhes o funcionamento de um engenho de açúcar, o Sergipe do Conde, pertencente à Companhia de Jesus, no Recôncavo

Baiano, com detalhes técnicos que poderiam ser úteis aos concorrentes dos portugueses nessa atividade. Informava também a localização das minas de ouro em Minas Gerais, sua produção e o funcionamento da atividade garimpeira. A riqueza e a prosperidade dos portugueses dependiam dessas informações.

Entre os muitos segredos do livro de Antonil está a curiosa história de um paranaense, mulato e anônimo que teria restaurado a glória do reino, salvo e transformado o rei Dom João V numa dos monarcas mais ricos e esplendorosos de seu tempo. Teria sido ele o responsável pelo início da febre do ouro em Minas Gerais, que transformaria por completo a paisagem brasileira. O único registro que dele sobrou está nesta passagem do livro de Antonil:

"O primeiro descobridor dizem que foi um mulato que tinha estado nas minas de Paranaguá e Curitiba. Este, indo ao sertão com uns paulistas a buscar índios, e chegando ao cerro Tripuí desceu abaixo com uma gamela para tirar água do ribeiro que hoje chamam do Ouro Preto, e, metendo a gamela na ribanceira para tomar água, e roçando-a pela margem do rio, viu depois que nela havia granitos da cor do aço, e sem saber o que eram, nem os companheiros, aos quais mostrou os ditos granitos, souberam conhecer e estimar o que se tinha achado tão facilmente".

Incapaz de identificar os tais “granitos da cor do aço” que havia “achado tão facilmente”, o mulato os teria vendido para um comerciante de Taubaté chamado Miguel de Sousa que, também se saber do que se tratava, os enviou ao Rio de Janeiro, onde os exames determinados pelo governador Arthur de Sá revelou, finalmente, tratar-se de “ouro finíssimo”.

Em setembro de 1697, o rei de Portugal pode sentir com as próprias mãos o produto do novo Eldorado brasileiro ao receber no cais de Lisboa doze navios que, embarcados no Rio de Janeiro, traziam para a metrópole a primeira carga de ouro em barras. “Continuamente se vão descobrindo novos ribeiros de grandíssimo valimento”, escreveu

ao rei o governador Sebastião de Castro Caldas, em 1698, sucessor de Arthur de Sá no cargo. “O ouro é excellentíssimo”.

Qual seria o nome do mulato responsável por tão grande façanha? Onde teria nascido, em que família, em que condições? O que teria acontecido com ele depois de achar ouro em Minas Gerais? Enriqueceu? Continuou pobre, percorrendo os sertões, trabalhando para “os paulistas” à caça de índios para escravizar, como tinha feito até então? Infelizmente, esses detalhes ninguém sabe. O relato de Antonil, porém, dá algumas pistas a respeito de quem seria o personagem.

A primeira, obviamente, é que nas suas veias corria sangue africano. Mulato era a designação que, já no começo do século XVII, se dava aos muitos filhos da prodigiosa miscigenação racial entre portugueses e africanos. Muitos desses filhos nascidos do relacionamento entre senhores e escravas ganhavam a alforria ainda na pia batismal, fazendo com que um século mais tarde a população de cor livre do Brasil fosse tão numerosa quanto à dos escravos. Assim, é razoável supor que o mulato citado por Antonil fosse um escravo alforriado ou o filho de escrava com senhor branco, livre desde o nascimento.

A segunda pista diz respeito à geografia. Antes de seguir para Minas Gerais em companhia dos bandeirantes paulistas caçadores de índios, o mulato teria trabalhado nas minas de ouro de Paranaguá e Curitiba. Na época, o atual Estado do Paraná ainda não existia. Seria criado, por Dom Pedro II, em 1853, ainda com o nome de Província, como se denominavam as regiões administrativa brasileira no século XIX. A região citada por Antonil era então parte da capitania de São Paulo, mas já conhecida como Paraná. Portanto, o descobridor das fabulosas reservas de ouro de Minas Gerais seria hoje chamado de paranaense.

O Paraná teve participação importante na história da busca pelo ouro no Brasil. Essa era uma antiga obsessão dos portugueses. Algumas décadas após a chegada de Pedro Álvares Cabral à Bahia, expedições já vazaram os sertões à procura do precioso minério. Uma

delas, capitaneada por Gabriel Sortes de Souza, saiu da Bahia em meados do século XVI e subiu a bacia do Rio de São Francisco. Foi um completo fracasso, que incluiu a morte do seu comandante. Outras saíram do atual Estado do Espírito Santo. Todas chegaram perto da Serra do Sabarabussú, no atual município de Sabará, a 24 quilômetros de Belo Horizonte, onde finalmente se acharia grande quantidade de ouro na virada do século XVII para o XVIII, mas nenhuma foi bem-sucedida naquela época.

Em vez disso, as primeiras pepitas de ouro foram encontradas inicialmente na Serra do Jaraguá, hoje dentro da cidade de São Paulo, e, logo em seguida, em Paranaguá e Curitiba. É o que mostra o primeiro mapa cartográfico da Baía de Paranaguá, de 1653, onde são apontadas as localizações das diversas minas existentes nas encostas da Serra do Mar. De lá, subindo por trilhas por onde hoje corre da Estrada da Graciosa, os garimpeiros teriam chegado a Curitiba, onde também havia ouro. Um dos pontos mais importantes de mineração teria sido o morro do atual Parque do Barigui.

André João Antonil se refere às minas de Paranaguá e Curitiba como de “rendimento no catar limitado”. Ou seja, eram relativamente modestas, embora, ainda segundo Antonil, a produção tenha chegado a “alguma arroba”, medida de peso da época equivalente a 14,7 quilos. Mas nada que se comparasse ao que aconteceria em seguida em Minas Gerais graças ao mulato paranaense.

Minas Gerais, a mais antiga formação geológica do território brasileiro, caracteriza-se por um grande planalto cortado ao centro por uma cadeia de montanhas, a Serra do Espinhaço, que delimita as bacias dos rios Doce, a leste, e São Francisco, a oeste. O ouro da Serra do Espinhaço escorreu pelas encostas dessas montanhas, durante milhões de anos, indo se depositar no leito de córregos e rios e áreas alagadas pelas chuvas – os aluviões – de onde seria retirado com grande facilidade a partir do final do século XVII.

Para chegar às regiões auríferas, os paulistas (e paranaenses) partiam do Vale do Paraíba, onde hoje se situa a cidade de Taubaté,

e, depois de cruzar a monumental Serra da Mantiqueira, atingiam os Campos Gerais, que se estendem entre a Mantiqueira e a Serra do Espinhaço. Ali estavam os depósitos de ouro de aluvião. O território era habitado inicialmente pelos índios Cataguazes, dizimados ou escravizados pelos paulistas. Por isso, a região era também chamada de Minas dos Cataguazes.

Entre 1700 e 1750, o Brasil respondeu sozinho pela metade da produção mundial de ouro. Um dos primeiros grandes carregamentos chegou a Lisboa em 1699 levando meia tonelada de minério. A quantidade foi aumentando até chegar a 25 toneladas em 1720. No total, estima-se que entre 1.000 e 3.000 toneladas de ouro foram transportadas do Brasil para a capital do império português.

A corrida para as novas áreas de mineração produziu a primeira grande onda migratória para o interior brasileiro. Só de Portugal, entre meio milhão e 800.000 pessoas mudaram-se para o Brasil de 1700 a 1800. Ao mesmo tempo, o tráfico de escravos se acelerou. Quase dois milhões de negros cativos foram importados para trabalhar nas minas e lavouras do Brasil durante o século 18. “Jamais coisa assim fora vista e jamais coisa assim se tornou a ser vista, até que surgesse a corrida do ouro na Califórnia, em 1849”, escreveu o historiador britânico Charles Boxer.

A descoberta de ouro aconteceu numa altura em que Portugal parecia fadado à ruína. O século XVII tinha sido uma sucessão de tragédias para os portugueses. A guerra contra os holandeses e espanhóis havia depauperado o outrora vasto e próspero império colonial. As rotas de comércio com a Ásia e o extremo oriente foram destroçadas e conquistadas pelos inimigos. Em troca de uma aliança desesperada com a Inglaterra, a coroa portuguesa concordou em ceder aos ingleses a parte mais rica de suas possessões na Índia e no Mediterrâneo. Expulsos do Nordeste brasileiro, os holandeses transferiram-se para o Caribe, onde se tornaram fortes concorrentes na produção do açúcar brasileiro. Devido ao aumento da oferta, o preço do produto despencou na Europa, tornando mais crítica

a arrecadação de impostos da coroa. Uma epidemia de varíola em Angola, por volta de 1680, e outra de febre amarela no Brasil alguns anos mais tarde só agravaram a situação. A mortalidade nos dois surtos foi enorme e afetou profundamente o tráfico de escravos, do qual as lavouras brasileiras dependiam.

A sorte mudou foi o aparecimento de ouro de aluvião em Minas Gerais. Foi nesse clima, de ânimo e prosperidade, que subiu ao trono o rei João V, em 1706. Seu longo reinado, de 44 anos, foi um dos mais prósperos da história portuguesa. Pouco depois da coroação, ao lembrar os tempos de infortúnio de seus antepassados, o jovem monarca teria dito:

"O meu avô temia e devia; o meu pai devia; eu não devo nem temo".

Palácios, conventos, monumentos e obras de arte despontaram na paisagem da metrópole. O luxo da corte rivalizava à das mais ricas monarquias europeias. Situado a cerca de 30 quilômetros de Lisboa, o Palácio de Mafra tornou-se um dos ícones dos tempos de glória e abundância do império colonial português. Mistura de palácio, igreja e convento, tinha 264 metros de fachada, 5.200 portas e janelas e 114 sinos. O refeitório media cem metros de comprimento. Além dos aposentos da Corte e de seus serviços, havia trezentas celas usadas para alojar centenas de frades. Sua construção levou 34 anos e chegou a mobilizar 45.000 homens. O mármore tinha vindo da Itália. A madeira, do Brasil. Ficou pronto em 1750, no auge da produção de ouro e diamantes em Minas Gerais.

A febre do ouro em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso também mudou o eixo da economia brasileira no século XVIII. Do norte para o centro sul do Brasil, o que resultaria na mudança da capital colonial, de Salvador para o Rio de Janeiro, em 1763. O mercador interno se fortaleceu. Até então, Minas Gerais era uma região escassamente habitada. A agricultura era incipiente. Não havia alimentos suficiente

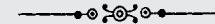
para os milhares de aventureiros que chegaram à região, flagelada por duas grandes epidemias de fome no início do século XVII.

A solução foi abrir novas rotas e fontes de abastecimento de gêneros alimentícios. Uma delas vinha dos Pampas Gaúchos, passando pela capitania de São Paulo. De lá chegavam as mantas de carne seca que, produzidas em gigantescas charqueadas situadas ao redor da atual cidade de Pelotas, se tornariam a principal fonte de proteína animal para os mineiros. Tropas de mula percorriam a região transportando toneladas do produto. No caminho, ajudaram a desenvolver os chamados Campos Gerais, ao redor de Curitiba, onde se estabeleceram numerosas fazendas de criação de gado, cavalo e mulas tocadas por mão-de-obra escrava. Segundo o censo de 1798, vinte por cento dos habitantes dessa região eram escravos. Nos distritos pecuaristas de Castro e Palmeira, havia presença de mão-de-obra cativa em metade de todos os domicílios.

Desse modo, o paranaense mulato e anônimo do livro de Antonil salvou o rei de Portugal. E também deu início à formação do território que, quase dois séculos mais tarde, se tornaria o nosso atual Estado do Paraná.



HUGO SIMAS, NOSSO MAIOR JURISTA



Por RUI CAVALLIN PINTO



Hugo Gutierrez Simas nasceu em Paranaguá em 1883, filho de Francisco Simas, farmacêutico da antiga vila de Gabriel de Lara, editor da folha republicana “Livre Paraná”, e integrante da bancada paranaense da Constituinte de 1889, como um dos subscritores da nossa primeira Carta Republicana. O lar paterno era porém modesto e só com a ajuda do seu ganho como escrivário da Central do Brasil e depois auxiliar do Colégio Pedro II, logrou completar sua educação na capital federal, onde se formou em Direito e em Farmácia, este foi curso que fez para ajudar o pai no comércio.

De volta à terra natal foi primeiramente promotor de Antonina, para depois começar a se impor à admiração dos seus coestaduanos na regência da cadeira de Lógica, no Ginásio Paranaense e de Português e Pedagogia, na Escola Normal, mediante concurso. Em seguida passou a militar na imprensa diária, chegando à direção do “Diário da Tarde” e do “Correio do Paraná.” No foro ganhou renome como profissional do Direito, com rara competência e tino de jurista. Fez defesas de repercussão, como a do crime do Hotel Biella, em Ponta Grossa, cujas razões densas e lúcidas receberam ampla acolhida, com a improúnica da acusada. Incursionou também pelo terreno agreste da política, feito deputado estadual. Faz parte da galeria dos fundadores da Universidade do Paraná, assumindo as disciplinas de Economia Política e depois Direito Constitucional, além de emprestar sua colaboração até como bibliotecário.

Porém, em 1921, decidiu voltar para o Rio de Janeiro, onde, fiel à sua vocação jurídica, inaugurou uma próspera banca de advocacia. Pois foi ai que, em 1932, o interventor Manuel Ribas foi buscá-lo para lhe confiar a chefia do Ministério Público estadual, em substituição ao Desembargador Isaias Beviláqua. Sua permanência no cargo durou, entretanto, menos de 10 meses, diante da sua posterior nomeação, em março do ano seguinte, como desembargador do nosso Superior Tribunal de Justiça. Porém, embora pareça curta sua permanência no *Parquet* paranaense, Hugo Simas deixou, porém, um valioso cabedal para a história da instituição, por força de sua superior personalidade e ampla visão das atribuições que lhe foram conferidas, embora sem a extensão daquelas que o Ministério Público hoje detém.

Atinha-se ainda que, embora o Ministério Público privilegiasse, a esse tempo, o campo da persecução penal, e incluísse nas suas funções as da curadoria cível, falência e proteção do assalariado no contrato de trabalho, bem como a própria infortunística, a Procuradoria-Geral também constituía órgão de consultoria da administração estadual, atividade que, pelos dados que possuímos, absorvia a maior parte dos seus encargos, pois, nesses breves 10 meses de exercício, Hugo Simas emitiu cerca de 500 pareceres, 30% deles correspondentes a consultas dos órgãos do próprio governo, a que se somam as outras quantidades de apelações cíveis e criminais.

Seus pareceres são sempre peças concisas, mas incisivas, que vão ferir diretamente o *nodus* da questão, embora ele sempre acabe pedindo escusas por ter dado “**excessivo desenvolvimento ao parecer**”: e os há, na verdade, longos e eruditos. Entretanto, o estilo em si é sempre *cool*, terso e seguro, como é próprio de quem está afeito a enfrentar os desafios desse “**oceano de dúvidas**”, que é a ciência do Direito.

Entre outras considerações, Hugo Simas também não conteve a queixa de que seu cargo de Procurador-Geral, embora fosse um dos mais árduos, sofria o tratamento injusto de ter seus vencimentos inferiores aos de seus colegas de qualquer dos outros

órgãos ou departamentos superiores do governo. Por sua vez, quanto ao desempenho da instituição e de seus agentes, manteve sempre postura austera, cobrando a atuação responsável de seus representantes, nos limites da Instituição e do desempenho dos seus agentes. Advertiu sobre as restrições do exercício da advocacia, a obrigação da residência na comarca e as distorções comuns do júri, objetivando evitar as “**divagações impertinentes**” e a “**exibição de simples oratória acadêmica**”. Fez propostas de alteração das leis do processo e a adoção de uma codificação única para o país. Enfim, tinha uma receita simples para uma **justiça pronta**: a restrição de prazos e recursos; o bastante para acabar com o mal da chicana.

Enfim, como Procurador-Geral, Hugo Simas deixou um caminho de luz da sua inteligência e operosidade e, como desembargador do nosso Superior Tribunal de Justiça, se manteve como luzeiro e centro de gravitação da justiça estadual, pois, além do primor dos seus acórdãos, e mesmo dos seus votos vencidos, foram todos florões de cultura jurídica.

Hugo Simas igualmente seduzia pela irradiação natural do seu espírito e trato fidalgo que dispensava a todos, advogados e partes. Como ainda pelo rastro de bonomia e graça de espírito que cultivava nas rodas de amigos.

Ao fim, sua consagração nacional se deve, em parte, às obras jurídicas que deixou, atuais e inovadoras. Assim foi seu “Compêndio de Direito Marítimo (1938), saudado por Aguiar Dias como um dos melhores do direito co-mercial marítimo. O “Código Brasileiro do Ar Anotado” (1939), veio contribuir também, não só para dar autonomia de estudo ao transporte aéreo e suas instituições jurídicas, como para construir um inteiro corpo de doutrina. Os comentários do seu “Processos Acessórios” da Forense, foram para Haroldo Valadão uma realização notável, um marco do Direito Processual vigente.

Acrescente-se que antes de morrer Hugo Simas fez entrega ao governo federal de um anteprojeto do Código de Transportes, missão que lhe foi confiada pelo Ministro Francisco Campos.

Porém, seu legado ainda inclui tantos outros trabalhos, como “Agricultura na Escola Primária”, “O Romance de Amor do Poeta” e conferências e discursos

Em arremate, Hugo Simas foi sem dúvida nosso maior jurista. Uma figura epônica da história de nossa vida cultural, digna de merecer inteira admiração e orgulho de sua terra e seus filhos.

MARIO FARACO: MODELO DE DIGNIDADE E JUSTIÇA

Por RUI CAVALLIN PINTO

Mário Faraco morreu em 14 de janeiro de 2011, aos 96 anos. Logo, nos anos seguintes, completaria seu centenário, que passou porem sem merecer qualquer homenagem oficial da instituição do Ministério Público, a que serviu por toda vida, com a mais alta devoção e modelar exemplo de dignidade e visão superior.

Foi menino pobre, filho de imigrantes italianos de Sapri, da província de Salerno e fez à pé descalço o primeiro caminho da escola, a três quilômetros de sua casa na Lagoa Grande, de Araucária.

Com bolsa de estudo chegou à Faculdade de Direito e ainda no 5º ano, em 1937, foi nomeado adjunto de promotor do termo de Reserva do Tibagi, então uma pequena cidade em que o fórum ficava na prefeitura e não havia luz elétrica, serviço regular de correio e até açougue. Morava com a família do escrivão.

Foi daí, então, que iniciou uma longa carreira no Ministério Público como titular de Guarapuava, Campo Largo e Curitiba, até ser eleito o primeiro corregedor do Ministério Público e alcançar sua promoção para 2º sub-procurador geral da instituição estadual..

Porém, com a redemocratização do país e licença do **Parquet**, se elegeu deputado estadual por três legislaturas além de manter participação direta na administração superior do Paraná, embora tanta vezes se confessasse maldotado para a vida política, quando, na verdade, se revelou deputado profícuo e competente secretário de Estado, provido até de natural vocação para a vida pública,

aliado a um forte sentimento paranista, cujo amor à sua terra deu demonstração, não só pela constante vigilância do erário estadual, como pelo esforço de tentar conter os abusos comuns que o exercício do poder geralmente facilita.

Nesse sentido, foi autor de inúmeros projetos legislativos impondo a estrita obediência à classificação dos candidatos aprovados nos concursos do emprego público; como também foi de sua autoria a antecipação do pagamento dos quinquênios da chamada quarta parte ou gratificação por tempo de serviço; proibia ainda, o acúmulo de proventos de aposentadoria com a soma de vantagens indevidas, bem como coibia as despesas públicas com propaganda do governo ou individual, incluindo o pagamento de viagens e de correspondência pessoal.

Foi assim intransigente na fiscalização da lei e no controle dos gastos públicos, como também não sabia conter seu forte sentimento paranista, como aconteceu na posse do general Mario Gomes no governo do Estado, a que deixou de comparecer por se tratar de político natural da Bahia.

Enfim, esse mesmo sentimento de exação funcional e respeito ao patrimônio público, ele já antecipara durante a carreira no Ministério Público, tanto no exercício do ofício como nas instruções que baixou em 1946, como corregedor do MP e que ainda norteiam a conduta e o desempenho dos agentes da instituição.

A propósito, dessa austera e independente consciência funcional, Faraco deixou particular exemplo do seu caráter, no seguinte episódio da carreira.

Durante sua permanência em Campo Largo denunciou um engenheiro do estado por crime culposo, pelo desabamento de uma ponte da Estrada do Cerne. Porém, quando o interventor Manuel Ribas soube disso ficou exasperado: pode um promotor processar um funcionário do seu Estado?... Não conseguia atinar com isso... Diz-se que primeiro ameaçou demiti-lo, depois optou por convocá-lo para que fosse trazido a Palácio. Quando a ordem chegou Faraco pensou: não vou não. Não vou aceitar ser insultado sem reagir com

dignidade. “Seu Ribas” tinha esse vezo de insultar funcionários ao menor propósito. Criado o impasse, Ribas foi então recorrer a seu amigo desembargador Hugo Simas, na presidência do Tribunal de Justiça. Chegando lá, foi logo disparando a pergunta mesmo da porta do gabinete::

- Hugo Simas, pode um promotor processar um funcionário do Estado?

Hugo devolveu a pergunta dali de sua mesa mesmo, tranquilamente:

- Claro que pode, Ribas, até de você pode, se cometer algum crime.

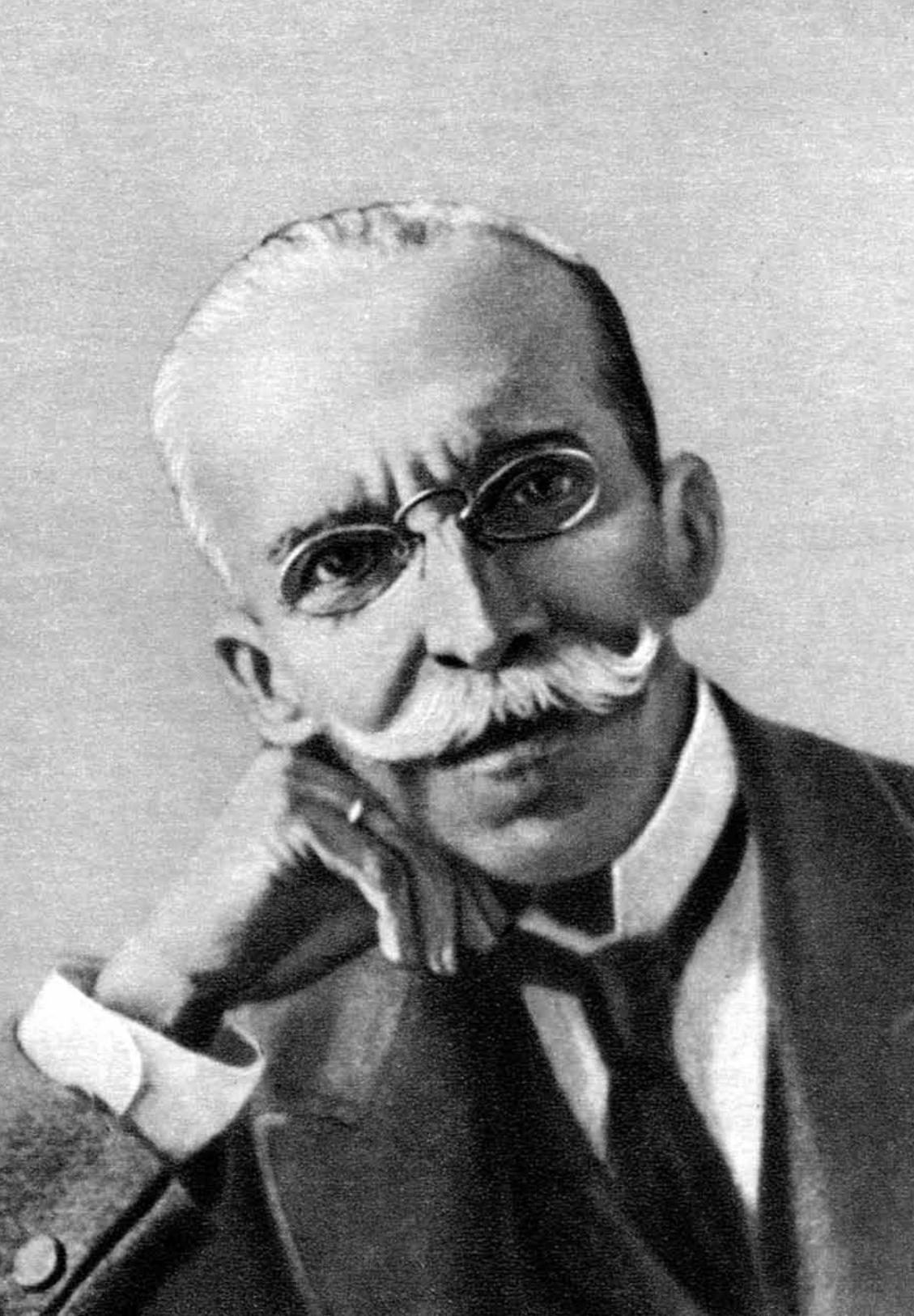
- Era o que eu queria saber.. Disse secamente e rodou no calcanhar. Saiu, com o mesmo ímpeto com que entrou.

E, desde então, nunca mais se falou no assunto.

Enfim, morto, Mário passou a receber toda sorte de homenagem de sua cidade e seu povo, donde é cidadão honorário e nome de escola e instituições culturais. Mereceu livro biográfico do escritor Túlio Vargas, da Academia Paranaense de Letras (“Radiografia da Ética”), e foi louvado em versos pelo poeta Horácio Ferreira Portela, da Academia Paranaense da Poesia e do poeta argentino Miguel Angel Almada, então morador da cidade, onde foi fundador e primeiro presidente da Academia Campo-larguense de Poesia.

Enfim, Mario Faraco deixa lembrança imperecível de sua presença entre nós e de sua devoção ao direito e aos ideais da justiça, aos quais serviu com dignidade, alta nobreza e vocação quase sacerdotal.





O PENSAMENTO VIVO DE RUY

Por JOÃO MANUEL SIMÕES

Ler livros, sobretudo bons livros, pode constituir, muitas vezes, uma espécie de turismo da mente e do espírito através de paisagens e ideias, umas e outras construídas com argila de verbo e espanto.

É por isso que, de tempos em tempos, eu me sinto, de certo modo, compelido a revisitar o universo prosódico de Ruy Barbosa, sobretudo alguns de seus discursos monumentais, que não estão longe de atingir o patamar estético dos sermões do padre António Vieira. Aliás, a propósito, não raro, uma dúvida crucial me invade com seus tentáculos incorpóreos: será Ruy o Vieira brasílico ou, pelo contrário, o gênio da parenética é o Ruy lusitano? Realmente, Ruy, esse monossílabo que, no dizer emblemático de Agripino Grieco, enche o Brasil com a grandeza do seu talento verbal, é uma fonte inesgotável de beleza que fascina e de energia pensante que galvaniza o leitor deslumbrado.

Na verdade, o pensamento do Águia de Haia, do Doutor da Liberdade, não apenas está vivo – aliás, vivíssimo – como se reveste, em certos momentos, de uma impressionante atualidade.

É como se as palavras que escreveu e pronunciou há cerca de um século, fossem escritas e pronunciadas hoje, nos latifúndios da contemporaneidade.

Para demonstrar a veracidade dessa tese – pois de uma tese se trata –, aí vão alguns exemplos, colhidos à *vol d'oiseau*. O que dizia Ruy sobre a crise? Eis o seu pensamento lapidar:

Todas as crises por que o Brasil está passando, a crise política, a crise econômica e a crise social, nada mais são do que sintomas parciais, manifestações reveladoras de um estado mais profundo, uma suprema crise: a crise moral.

Sobre a educação e o ensino, o seu pensamento tem a lucidez do diamante e a concretude do aço:

Todas as leis são ineficazes para gerar a grandeza econômica do país, todos os melhoramentos materiais são incapazes de determinar a riqueza, se não partirem da educação popular, a mais criadora de todas as forças econômicas, a mais fecunda de todas as medidas financeiras, a mais rica de todas as manifestações sociais.

Sobre a matéria, diz mais:

Creio no governo do povo. Porém, creio que o governo do povo, pelo povo, para o povo, tem a base da sua legitimidade na cultura da inteligência nacional pelo desenvolvimento da educação e do ensino, para os quais as maiores liberalidades do tesouro constituirão sempre o mais reproduutivo emprego da riqueza pública.

Em outro discurso, ele proclama:

Uma reforma radical do ensino público, em todos os níveis, é a primeira de todas as necessidades da pátria, amesquinhada pelo desprezo da cultura científica e pela insigne deseducação do povo.

E o que diz ele sobre o jogo?

De todas as desgraças onde naufraga melancolicamente a honra e o dever, em todas as classes sociais, não há origem mais frequente que a do jogo deletério.

Sua concepção da imprensa e do papel que ela desempenha, é simplesmente paradigmática:

A imprensa é a vista da nação. Por ela é que a nação acompanha o que lhe passa ao perto e ao longe, enxerga o que lhe malfazem, devassa o que lhe ocultam e tramam, colhe o que lhe sonega ou roubam, mede o que lhe cerceiam ou destroem, vela pelo que lhe interessa, e se acautela do que a ameaça.

Na mesma linha pensante, o jornalista

[...] é ao mesmo tempo um mestre de primeiras letras e um catedrático da democracia em ação, um advogado e um censor. Bebidas como primeiro pão do dia, as suas lições penetram no fundo das consciências inexpertas, onde vão elaborar a moral usual, os sentimentos e os impulsos, de que depende a sorte dos governos e das nações.

Imenso Ruy. Não apenas Águia de Haia – Águia do Brasil. Lendo e relendo a sua prosa admirável, eu penso às vezes que, se um cataclismo inaudito destruísse tudo o que algumas centenas de grandes escritores portugueses e brasileiros escreveram nos últimos cinco séculos, bastaria, para que a Língua Portuguesa continuasse viva, sobrarem apenas três coisas: a poesia de Camões, Pessoa e Drummond, os sermões de Vieira e os discursos de Ruy.





O ÚLTIMO IMPERADOR BRASILEIRO

Por ERNANI BUCHMANN

Durante bons anos garanti a sobrevivência trabalhando como redator publicitário. Era aquilo que os gringos chamam de “criativo”, o sujeito que pensa, conceitua e redige um anúncio ou comercial. A atividade pagava bem, o suficiente para as papinhas das crianças e o whisky do pai delas. Para ajudar no orçamento, escrevia em jornais e revistas, e comentava em rádios e TVs.

Foi assim que meus parcos neurônios criaram campanhas para grandes clientes e para diversas iniciativas de cunho social. Ponto Frio, Prosdócimo, Banco do Brasil, Ministério da Saúde e Volvo foram alguns dos anunciantes para quem trabalhei. Mas não são as gordas verbas que fazem a rotina de um redator. O dia a dia é dos pequenos clientes.

Em certo momento, a agência em que eu trabalhava passou a atender a rede Galeão de Supermercados, com lojas na região do Uberaba e em São José dos Pinhais. Os donos eram dois irmãos que se tratavam por Seu José e Mestre Antônio. A logomarca era um leãozinho pilotando um avião sem capota. Como se comprova, ‘leão’ compõe a palavra ‘galeão’, que tinha a ver com aeroporto – não o Afonso Pena, localizado nas proximidades, mas o do Rio de Janeiro. Era o que tínhamos.

Certo dia o responsável pelo atendimento da conta, Jorge Cicarello, convoca-me para reunião na sede da empresa, em São José dos Pinhais. O escritório ficava no mezanino de uma das lojas, em meio a pacotes de mantimentos.

Mestre Antônio, sempre conferindo com Seu Pedro se as

instruções estavam corretas, comunicou que haviam desenvolvido um kit para a Semana da Pátria, com ingredientes para churrasco, café, cerveja, macarrão, arroz, feijão e sei mais o que. Uma espécie de cesta básica para o feriadão. Queriam um comercial de TV que vendesse o tal kit. A verba para a produção do material era compatível com o preço da oferta: mínima.

Matutei sobre o pedido e achei uma saída. Um imperador de coroa e cetro na mão, sentado em um trono. Ouvia-se a voz de um locutor:

- Dom Preço I está no Supermercado Galeão com esta oferta...

O imperador socava o assoalho com o cetro e entrava a descrição do kit com o preço. Achei que poderia funcionar.

Quase no fim daquele mês de setembro, Cicarello me avisa que Mestre Antônio pedia nova reunião. Os irmãos tinham vendido tão bem que precisavam manter D. Preço I no ar. Argumentei que a Semana da Pátria já tinha passado, não tinha sentido insistir com o personagem. Mestre Antônio não se sensibilizou:

- Seu Ernani, o senhor tem as artes – e batia com o dedo indicador no cérebro.

Entendi a mensagem, amado mestre. Então, dias depois, os telespectadores viram a imagem de uma sacada, filmada ali na Avenida Batel, quase em frente de onde hoje fica o Shopping Pátio Batel. As portas da sacada eram abertas, ouvia-se um clarim e D. Preço I assomava ao peitoril para proclamar:

- Se é para o bem de todos e felicidade geral da nação, diga ao povo que fico.

O locutor completava:

- D. Preço I fica no Galeão com estas ofertas, etcetera e tal.

Deu certo. Ele protagonizou os comerciais do Galeão por mais uns dois meses. 'Abdicou' antes do Natal.

O mais cretino dos trocadilhos que já perpetrei, e acrescento que sou autor de algumas obras-primas de mau gosto nesse mister, ganhou medalha de ouro naquele ano para publicidade de varejo. Os jurados do Prêmio Colunistas morreram de rir com aquela bobagem.

D. Preço I, o último imperador do Brasil.

PREFÁCIO

Por RENÉ ARIEL DOTTI

A leitura dos originais do livro de Ayrton Baptista, com a coleta e a escavação de personagens e fatos da história política recente de nosso país e o testemunho da vivência diurna na redação de jornal e na peregrinação em busca de notícias, provocou-me a instigante sensação de recuperar imagens, pensamentos, atitudes e palavras que aparentemente estavam mortas. Com a *clareza de sol mediterrâneo* e um estilo sedutor ele devolve ao presente os lugares, as figuras e as emoções que estavam incubadas no passado. Parafraseando às avessas o título do clássico de Marcel Proust (*"A la recherche du temps perdu"*) , pode-se dizer que a reunião de textos vai a procura de um tempo que não se perdeu.

Nas páginas de *Quase só jornal* o leitor pode acompanhar a vida, a paixão, a morte e a ressurreição do *Diário do Paraná*. Eu também estive durante alguns anos naquele *palco iluminado* que era a redação do jornal, cujas notícias surgiam do *boca a boca*, do telefone e do telex. No dia de aniversário de Curitiba, 29 de março de 1955, surgiu a primeira edição daquele órgão local dos diários e emissoras associados, da cadeia de Assis Chateaubriand (Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Mello, 1892-1968) que construiu a imensa geografia de poder com os meios de comunicação cravados em vários pontos do território nacional. Eram jornais diários, revistas, emissoras de rádio e televisão, agências noticiosas e de serviços. O prestígio no Congresso Nacional (duas vezes senador), no campo diplomático

(embaixador na Inglaterra), no mecenato artístico e nas ruidosas campanhas jornalísticas contra idéias, pessoas e grupos marcaram uma das faces visíveis de sua existência terrena. A ele o nosso país e o mundo das artes plásticas deve a fundação (1947) e o notável acervo do Museu de Arte de São Paulo, com telas e esculturas selecionadas pelo casal Pietro Maria Bardi e Lina Bo e adquiridas com recursos da iniciativa privada sensibilizada pelo empenho de Edmundo Monteiro, o brilhante executivo dos *Diários Associados*. Muitas de suas decisões e atitudes eram próprias de um “milionário excêntrico” como observou Fernando Morais na biografia *Chatô, o rei do Brasil*. A vida e a obra de Chateaubriand lembram a saga do magnata americano William Randolph Hearst revivida pelo gênio de Orson Welles (1915-1985) no papel de Charles Foster Kane, imortalizado no antológico *Citizen Kane* (1941).

Os textos que agora são ofertados ao leitor não tem a forma e nem a pretensão de apresentar biografias embora aqui e ali são revelados aspectos da vida e da obra de políticos e jornalistas. O essencial do *Quase só jornal* são as crônicas escritas com a leveza e a sedução de um estilo na restauração de acontecimentos e personagens reais que durante os anos das atividades do Ayrton Baptista como servidor público, assessor de imprensa e jornalista, produziram sensíveis impressões e que não poderiam ficar desconhecidos no escaninhos do tempo.

A tragédia brasileira no inaugurado estádio do Maracanã, naquele 16 de julho de 1950, com a catimba e a garra do diabólico Obdulio Varela e o chute despretencioso de Gighia, decretaram a morte civil do gigante Barbosa e de uma seleção de notáveis craques, como Zizinho (*o imortal*), Ademir (*o queixada*), Bigode (*o culpado*) e Danilo que, ao ouvir o apito final, nos arrancando a *Jules Rimet*, chorava como criança. Mas oito anos depois veio a redenção e a glória na Suécia, com a sacralização de Pelé, Didi, Garrincha, Gilmar e outros que fizeram o caderno especial do *Diário do Paraná*, com a manchete dos “números em formato de madeira”, escancarando o 5 a 2. Eu também

estava acompanhando o *ensaio geral* da impressão, na oficina com o Ayrton, o Edil Boamorte, o irmão deste, Helio e outros amigos.

Quem, como eu, acompanhou o triunfo e a queda de Jânio Quadros, irá lembrar os momentos excitantes da renúncia e da tentativa de golpe militar para impedir a posse do vice-Presidente João Goulart, legitimamente eleito. E também das passeatas no centro de Curitiba em favor da democracia, cuja “*tenra plantinha*”, como disse o imortal Otávio Mangabeira, estava sofrendo o impacto de novos granizos e revitalizados ventos. Ou o atentado contra Carlos Lacerda, na Rua Tonelero, que matou o seu acompanhante, o Major Vaz com a arma de fogo que passou das mãos dos pistoleiros contratados por Gregório Fortunato para os dedos do Presidente Vargas, matando a dor de coração do velho e adorável *pai dos pobres*, silenciando a voz abaritonada que refluía em nossos ouvidos e reencarnava o *Grito da Independência* para as platéias nacionalistas, quando pausadamente iniciava seus discursos populares: “*Trabalhadores do Brasil?*” E o que dizer de Adhemar de Barros e o seu inesquecível bordão “*rouba mas faz*”? Em 1955, em campanha para a presidência da República, ele esteve em Curitiba e recebeu a visita do nosso grupo de teatro amador liderado por Ary Fontoura. Eu exibia o “livro ouro” de minguadas contribuições e lembro como se fosse hoje. Ao concordar com as queixas das dificuldades para a montagem de peças, o bonachão candidato determinou que um dos assessores desse um dinheirinho e lascou: “*Vocês tem problema porque o Getúlio foi o maior artista e concorrente*”.

Mesmo quem não tenha tido qualquer referência com os protagonistas e os cenários do *Quase só jornal* irá acompanhar interessado a sucessão de acontecimentos de grande relevo público e os elos de uma corrente sentimental que o autor transmite ao leitor com a simplicidade na alma vibrante e a *pena molhada na saudade*. Por uma dessas coincidências do chamado *destino* estou escrevendo este prefácio no dia de finados que evoca a memória de pessoas que foram antes. Muitas delas estão no desfile do Ayrton Batista e que subiram e desceram as escadas que davam para a redação e a oficina de máquinas

do *Diário do Paraná*. Outras, muitas outras, estão nas ruas, nas praças, nos corredores da vida e do poder político e nos mais diversos espaços físicos. Elas estão nos acenando, contando histórias, dando notícias, fazendo rir ou quase chorar. Quem garante, afinal, que Accioly Filho, Bento Munhoz da Rocha Neto, Adherbal Stresser, Ney Braga, Samuel Guimarães da Costa, Nuevo José Baby, Emílio Zola Florenzano, José Richa, Walmor Marcelino e Ali Bark morreram mesmo quando o Luiz Geraldo Mazza, Leo de Almeida Neves, Cândido Gomes Chagas, Vinícius Coelho, Mário Maranhão, Léo Kriger, Luiz Renato Ribas, Eduardo Rocha Virmond e o Aroldo Murá estão aí, bem vivos, para provar o contrário? E há, ainda, a dúvida quanto aos *desaparecidos*: Benjamin Steiner, Nereu Maia Toniatti e o Jorge Edil Boamorte, que não sei por onde andam agora.

E o Dino (generoso) de Almeida, com a gargalhada fácil e contagiente a sair de sua boa alma até o último suspiro? O meu colega de ginásio e de redação estava ditando a moda na coluna social com o estilo elegante e o repertório de notícias que aprendera lendo Jacintho de Thormes, do *Jornal do Brasil*. A receita era simples: em lugar da publicação das ditas *efemérides* (batizados, aniversários, casamentos), apareciam os destaques políticos e culturais da cidade, intercalados com os fatos sociais de maior relevo. Houve significativa e visível mudança de protagonistas e eventos nas passarelas da notícia. Num sábado à tarde, eu o Mazza estávamos na redação trabalhando. O Dino saiu por um momento que se alongou muito e deu ensejo para que pudéssemos ler parte de sua prestigiada coluna. Com o título *gossips* ele estava contando ingênuas coisas de figuras destacadas da alta sociedade. A ousadia e certamente uma ponta de inveja do mundo *black tie* nos levou a inserir, nos intervalos do texto contando chás dançantes, doações filantrópicas, sucessos acadêmicos e práticas religiosas, algumas notas muito agudas sobre relações melindrosas no ambiente de trabalho, o bom sucesso de políticos medíocres, a distribuição do *Oscar* da burrice e outras tantas “informações” impublicáveis.

No dia seguinte, 29 de março, comemorava-se mais um aniversário do *Diário do Paraná*, no campo do Bloco Morgenau, na hoje Avenida Souza Naves. O futebol da turma de casa estava rolando, o cheiro do churrasco, a batida de limão, os abraços e os sorrisos. De repente, “eis que de repente”, como diria o Vinícius de Moraes, surge a notícia impactante que não poderia vir de outra fonte senão do Eudes Brandão, policial de carreira e colega de redação. Ele exibia o jornal e comentava, entre censor e gozador: “*Saiu uma matéria escandalosa na coluna do Dino!*” Todos correram para chegar mais perto do exemplar com o box cercado por tarjas que formavam um quadrado em destaque: “*Tomando seu conhaque com leite quente, no hall do Rodoviário's hotel, o conhecido homem de negócios, FERREIRINHA, acompanhado da mulher Arlete de tal, do ballet Estrela da Manhã*”. Assim mesmo, com grifos e versais como o Mazza e eu redigimos. A notícia não dizia mas todo mundo sabia que ele era um notório receptador de automóveis e o Rodoviário uma espelunca de hotel, já funcionando em alta rotatividade, como atentado transparente aos rígidos costumes sexuais da época. Só a Arlete e o balê eram imaginários.

Na segunda-feira o “seu” Adherbal chamava *toda hora* o Ayrton para dizer que não aceitava o boicote e que eu e o Mazza iríamos “prá rua”. E diante das ponderações do Diretor de Redação, as sanções disciplinares iam se atenuando: demissão, suspensão e advertência. O Ayrton, respeitosamente discordava: “*Seo Adherbal, o René não ganha o salário mínimo; só o vale semanal. Isso pode dar um problema na Justiça do Trabalho. E o Mazza, o senhor sabe como é o Mazza ...*”. Pensa daqui, pensa dali, a conclusão do nosso patrão foi multar o Dino com um mês de salário pela negligência na coluna. O Nereu Toniatti, tesoureiro, fez uma reunião comigo e o Mazza. Falou sobre o prejuízo do Dino e propôs a solução – desde logo aceita – de ajudarmos a pagar a multa.

No *Diário do Paraná*, dos gloriosos anos cinquenta, eu mantinha uma coluna de teatro e outra de crônicas. A primeira era publicada diariamente e a outra aos domingos, na página *Letras e Artes*, criada

e mantida por Sylvio Back com a indispensável cumplicidade de Ayrton Batista. A inovação produziu um extraordinário movimento na vida cultural paranaense com ensaios, poemas, crônicas, críticas e ilustrações. Apesar de sua vida efêmera (1959-1961), em suas imagens de diagramação revolucionária e tipos gráficos ousados passaram Celina Luz, Walmor Marcelino, Oscar Milton Volpini, Paulo Gnecco, Helena Wong, Mário Maranhão, Hélio de Freitas Puglielli, Fernando Pessoa Ferreira, Regina Andrade (depois, Benitez), Paulo Garfunkel, Ernani Reichmann, Francisco Bettegra Netto, Edésio Passos, Luiz Geraldo Mazza, Sebastião de França, Nelson Padrella, Roberto Mugiaatti, Glauco Flores Sá Brito e muitos outros. Em depoimento prestado para Carlos Danilo Cortes, em seu livro de memórias *O Diário do Paraná – na Imprensa e na Sociedade Paranaense* (edição do autor, 2000), Sylvio conta que a página recebeu do Ayrton além do apoio funcional a absoluta liberdade de edição dos textos que seguiam caminhos nunca antes percorridos e que afrontavam “irremediavelmente a engessada e banal cultura paranaense”. Mesmo sem freqüentar a página literária, o escritor Ladislau Romanowski (1902-1997) comparecia habitualmente na redação e falava do bom sucesso de seu laureado *E os trigais ondulavam*. A sua nova obra seria uma peça teatral: *A tara*. Antevendo a emoção do público, o autor de *A volta do anãozinho de paletó verde* recitava uma passagem da introdução, com olhar rutilante, a voz grave e a fala pausada: “*Os amantes deitados no chão rolavam seus corpos... Então o vento, esse grande cafetão, fechou a porta!*”.

Como esquecer o *telex*, o instrumento mágico que atravessava continentes para transmitir a notícia enquanto as rádios anunciavam (ou reproduziam?) o *bip-bip* do *Sputnik* (1957) dando voltas na terra? O *telex* era o protagonista de maior suspense na redação, o *oráculo da informação* que representava o mistério e a excitação dos grandes acontecimentos artísticos e esportivos, dos conflitos bélicos, dos incidentes da *guerra fria*, de tudo o quanto estava *rolando* no mundo distante, sem o telefone e a televisão, somente o rádio com as descargas da transmissão que prejudicavam a audição da mensagem.

O Ayrton Baptista contador de pessoas, fatos e histórias, o competente, sensível e amigo Diretor de Redação, dirigente de sua categoria profissional, foi também – e continua sendo – um exímio jornalista, um farejador dos acontecimentos ou situações que mereçam estampa. Ele encarna “*as vicissitudes do texto jornalístico que se comprime entre a véspera o dia seguinte*”, como observa Otávio Frias Filho, em saudosa lembrança dos textos do publicista português Victor Cunha Rego, no artigo “Visões do exílio”, em seus ensaios de Cultura e Política (*Seleção natural*).

O livro que condensa uma parte do valioso legado de uma geração de jornalistas entusiasmados com a revolução operada na história dos meios de comunicação em nosso Estado é, também, um documento de notável valor pra as gerações de profissionais do presente e do futuro ao publicar o notável testemunho prestado por Ayrton Baptista no *Simpósio sobre Censura*, promovido no final dos anos 70, na Câmara dos Deputados, sob a coordenação de Paulo Cruz Pimental. O presidente da sessão, Deputado Israel Dias-Novaes, ao apresentá-lo na abertura dos trabalhos, afirmou que o seu depoimento era obrigatório. “*É o homem que, afinal, preside toda uma classe de profissionais da imprensa. Os jornalistas tem-no como Presidente em todo o território nacional. Sendo a imprensa um dos alvos mais constantes da censura, achamos necessário incluí-lo, não só pela sua condição de Presidente, mas pela sua categoria profissional. O depoente de hoje não tem sido, ao longo de sua vida, a não ser jornalista*”. E prossegue o Deputado Dias-Novaes narrando alguns detalhes da carreira e da experiência do Ayrton que, não obstante seu mérito reconhecido há muitos anos, apresentou-se modestamente como “*um datilógrafo de jornal*”.

A lição que se colhe de suas declarações é extremamente útil para todos os cidadãos que, independentemente de suas atividades, como trabalhadores na imprensa ou simples leitores, precisam ter sempre em conta os valores da liberdade de expressão a salvo de toda e qualquer forma de censura. Ayrton falou sobre o tempo de intervenção nos jornais, rádios e TVs, caracterizado pelo “*império*

do medo" quando o censor, na redação, passava a lista de assuntos proibidos e o funcionário que "passava de redação em redação, de emissora em emissora, colhendo rubricas no comunicado das proibições do dia". O depoimento foi enriquecido não somente pelos conteúdos da vida prática como também pela coragem em desmistificar o estado autoritário com a autoridade moral de quem nunca serviu a ditadura militar embora exercesse posição de realce no meio jornalístico e sofresse a restrição à liberdade e a sugestão para a pusilanimidade. Mas para referir a contribuição de Ayrton Baptista na luta contra a censura e no fortalecimento da categoria profissional dos jornalistas, ninguém melhor que Léo de Almeida Neves. Entre as mais injustas de todas as injustas punições políticas por ato de intolerável prepotência e criminoso abuso de autoridade do regime militar, estão a cassação de mandato parlamentar e a suspensão temporária dos direitos políticos do ex-Deputado pelo Paraná e ex-diretor do Banco do Brasil. No artigo, "Relembrando fato histórico", também divulgado nesta coletânea, ele afirma que as declarações de Ayrton Luiz Baptista "contém narrativa histórica da atuação do presidente Ernesto Geisel para suspender a censura prévia aos órgãos de imprensa, e mostram como se destacou a Federação dos Jornalistas, sob sua inteligente e corajosa presidência, na luta pela revisão da Lei de Imprensa, pela modificação da Lei de Segurança Nacional e pela restauração das liberdades democráticas".

O autor de *Quase só jornal*, com a fecunda experiência profissional e a dedicação permanente no ofício de informar e fiscalizar, como deveres indissociáveis do jornalismo de interesse público, demonstra ser verdadeira a lúcida frase de Thomas Jefferson (1743-1826). Com as qualificações ter sido um dos primeiros presidentes dos Estados Unidos, advogado de notável prestígio e representante da Virgínia à Câmara Colonial, Jefferson afirmou que, se lhe coubesse decidir entre um governo sem jornais ou jornais sem governo, não hesitaria em preferir a última alternativa.

CURITIBA ALÉM DA IMAGINAÇÃO

Por DANTE MENDONÇA

Não é segredo para os curitibanos de quatro costados que essa Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais é provida de uma Máquina do Tempo. Pode parecer que Alice mora aqui, na cidade das maravilhas, ou então que Júlio Verne se esconde no sótão do Ippuc, mas a verdade verdadeira é que, em qualquer paragem de Curitiba, basta estalar o dedo e somos transportados para além da imaginação.

Da Sociedade Garibaldi podemos nos deslocar aos arredores de Milão, no fim do século 19, para um encontro com Giuseppe Verdi. Do Clube Concórdia nos remetemos à Baviera, frente a um copo de chope e um prato de chucrute com eisbein. Na Padaria América da antiga rua que lhe deu o nome, hoje Trajano Reis, voltamos à infância com a broa e as queijadinhas da dona Elsa, matriarca dos Engelhardt. Do alto do Edifício Moreira Garcez, o mais perfeito exemplar da arquitetura Flash Gordon – podemos decolar para as aventuras futuristas de Alex Raymond. E do mesmo edifício construído pelo engenheiro e ex-prefeito de Curitiba João Moreira Garcez, entre 1927 e 1929, também podemos retroceder no tempo para conhecer o projeto de um viaduto inspirado nas histórias em quadrinhos do Flash Gordon, ligando a Praça Tiradentes à Praça Carlos Gomes, área onde a serpente mãe dos congestionamentos depositou o seu primeiro ovo.

Num outro estalar de dedos, o falecido (e insubstituível) jornalista Aramis Millarch pode nos acompanhar ao "Baile dos Enxutos", da Sociedade Beneficente Protetora dos Operários, numa

segunda-feira do Carnaval de 1975. Ao lado do presidente do Ópera-Rio, como o clube era chamado, o presidente “Tatu” (Edgar Antunes da Silva) nos receberia para uma noitada que Aramis iria descrever na coluna Tabloide de O Estado do Paraná.

“Mais de duas mil pessoas enfrentaram o calor, os empurões e a falta de conforto para assistir a 33 travestis, a maioria deles ostentando uma plástica de fazer inveja a muitas mulheres, em sumárias tangas, com muitas plumas e paetês, desfilando num espetáculo entre o folclórico e o “mondo-cane” carnavalesco, aplaudido por muitos nomes conhecidos da alta sociedade. Liderando um grupo ricamente fantasiado, o famoso Ney Azambuja Souza pulou até os últimos acordes, tendo em sua corte maquiadores e costureiros da moda: Carlinhos Nunes, Magôva, Lu, Fred etc. O arquiteto Abrão Aniz Assad, diretor do Centro de Criatividade de Curitiba, democraticamente caiu no samba, enquanto, um pouco desanimado, o elogiado artista plástico Carlos Eduardo Zimmermann limitava-se a apreciar a festa, que classificou de ‘sensacional’. Dona Juril de Plácido e Silva Carnasciali, colunista social da Gazeta do Povo, liderava, no balcão, um familiar grupo de filha, sobrinhas e genros, inclusive o arquiteto Sérgio Todeschini Alves, diretor do Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico da SEC. Aliás, o secretário Cândido Manoel Martins de Oliveira, da Educação e Cultura, também foi assistir à festa. A certa altura da madrugada, alguns homens do numeroso contingente da Polícia Militar que garantia a paz e o amor do baile tiveram que organizar a fila da toilette das senhoras, tal o número de usuários que se formou. E a fila ganhou a entrada dos salões. Os travestis preferiram sumárias tangas, mas alguns ostentavam bonitas fantasias. Foi o caso de uma Carmem Miranda muito colorida, que quase não pôde desfilar tal a altura do adereço de cabeça, com turbantes e plumas, etc. Um desconsolado travesti

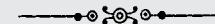
loiro, em longo esvoaçante branco, chamado ao palco três vezes aos gritos de ‘Já ganhou’, não foi classificado no desfile de fantasias, mas ganhou, como Prêmio de Consolação, a faixa de Rainha do Carnaval. Em tudo isso apenas a solitária voz de dom Pedro Fedalto, vigilante arcebispo metropolitano, deu o contra. Escrevendo na Voz do Paraná, domingo de Carnaval, Sua Excelência Reverendíssima deplorou o baile e lamentou a vizinhança do Paço Episcopal, cujos floridos jardins divisam com o alegre clube. Desde 1955, afinal de contas, os nossos arcebispos não podem fazer seus retiros carnavalescos em casa, tal a animação do Ópera-Rio”.

Curitiba, além da imaginação, em alguns aspectos mudou muito. A começar pelo arcebispo.





O ERRO DE FAZER 70 ANOS



Por ANTONIO CARLOS CARNEIRO NETO

A história e a vida mostram todos os dias que certas iniciativas produzem efeitos não desejados muito mais importantes do que os pretendidos.

Saul, por exemplo, pretendia apenas achar as mulas do pai, que tinham fugido. Acabou sendo sagrado primeiro rei de Israel pelo profeta Samuel.

Colombo tinha por objetivo encontrar novo caminho para as Índias. Descobriu a América e morreu sem ter-se dado conta disso.

A Pfizer desenvolvia um medicamento para melhorar a circulação sanguínea. Fez o grande campeão de vendas Viagra.

Os brasileiros continuam votando a cada quatro anos, nas eleições presidenciais, acreditando que um dia vai começar a ser o sonhado país sério, desenvolvido e respeitável para sempre. Ainda não aconteceu. Os governantes estão sempre apresentando novas propostas e começando um novo caminho. Até agora, lamentavelmente, sem sucesso. Muita coisa ainda precisa ser consertada, corrigida, ajustada, aprendida e, enfim, melhorada no DNA do país para que as coisas efetivamente funcionem conforme os sonhos de toda a população.

Quando a pessoa é jovem aceita as novidades e os fatos com naturalidade. Quando a pessoa é jovem tudo parece possível de realizar. Mas quando você fica mais velho, consequentemente mais experiente, mais curtido e, evidentemente, mais desconfiado da própria existência, muda o enfoque. Ou o foco, como se diz modernamente.

Um famoso técnico de beisebol nos Estados Unidos fez 70 anos, ganhou o campeonato nacional e logo em seguida foi mandado embora pelo clube que o matinha sob contrato.

A explicação foi a de que ele estava velho: "Nunca mais cometo o erro de fazer 70 anos", comentou.

Morrer prematuramente, ou envelhecer: não há outra alternativa.

E entretanto, como escreveu Goethe: "A idade apodera-se de nós de surpresa". Cada um é, para si mesmo, o sujeito único, e muitas vezes nos espantamos quando o destino comum se torna o nosso: o fim.

Resta aos velhos contar histórias e dar conselhos.

Mas La Rochefoucauld, há quase 400 anos, já achava que essa história de velho sábio era cascata: "Homens velhos gostam de dar bons conselhos porque não conseguem mais dar maus exemplos".

Sam Goldwyn, sócio da Metro Goldwyn Mayer, sempre dizia que "Estou disposto a admitir que posso nunca estar certo, mas nunca estou errado". Ou: "Dê-me dois anos e farei uma atriz um sucesso da noite para o dia".

Trotsky, que não era de falar bobagens e só vivia para trabalhar e agitar o proletariado, temia envelhecer.

Lembrava-se com ansiedade da definição de Tourgueniev que Lênin citava frequentemente: "Sabem qual é o maior de todos os vícios? Ter mais de 55 anos". Naquele tempo com 55 anos o sujeito já era considerado velho.

No caso de Trotsky, o ditador Stalin resolveu o problema ao mandar matá-lo, a machadadas, no México onde estava exiliado brincando de comunismo com Frida Kahlo e outros menos votados.

O problema do envelhecimento é que surgem lapsos de memória, particularmente com nomes. Quando envelheceu, Mark Twain desesperou-se: "Logo agora que mais preciso começo a esquecer o sobrenome de Jesus".

Saber viver é importante. Saber envelhecer é fundamental.

Alguns, que não alcançaram a melhor idade, sofreram influências de mulheres com força de atleta. Foi preciso que a Princesa Leopoldina pressionasse Dom Pedro para que o grito de "Independência ou Morte" ecoasse tardio na história do Brasil. O poderoso Napoleão Bonaparte sucumbiu a todos os desejos e pressões de Désirée, o seu amor impossível. A truculência de Mussolini desmanchava-se em caprichos ao menor sinal da amante Clara Petacci.

O sequestro de Helena, mulher do apaixonado Menelau, embora não se saiba se lenda ou verdade, desencadeou a Guerra de Tróia.

Mas para quem passa dos 70 anos e segue faceiro é uma graça.

Uma bênção diária de alegria e satisfação. Um privilégio que deve ser curtido com muito carinho. Mesmo que se comece a esquecer de algumas coisas, datas, etc. Bem, aí é o erro de fazer 70 anos. Amém.



O GRANDE, DELICIOSO, SUFOCANTE E CONTROVERTIDO ABRAÇO DA TECNOLOGIA

Por IRIS BIGARELLA*

Quando, em que épocas passadas, a mais extravagante das imaginações, o mais louco dos futurólogos, poderia sequer insinuar esse galopante progresso da tecnologia que nos permite – *em questão de segundos* – contatar um amigo, familiar, profissional, conhecido ou não, e que se encontra... lá, do outro lado do mundo? E que fala outra língua, tem outros hábitos, mas pode – ah, pode, traduzir, inventar, se comunicar? E as milhares e milhões de informações à nossa disposição em todas as línguas, com todos os enfoques e com todas as músicas e comentários... Tudo isso na ponta dos dedos e até na voz... Em frações de segundo, todas as horas do dia, em todos os continentes?

Maravilha das maravilhas. Que se estende ao mundo todo.

Que ferramentas temos em mãos... Poderosas e extraordinárias!

Todos os que lidamos: (os pouco instruídos, os moradores de regiões remotas, os humanos mais improváveis, em números cada vez maiores)... Todos podemos ter acesso à tecnologia cada vez mais fantástica e de inimaginável alcance.

Mas ai, ai, ai, não estaremos às vezes fazendo o papel de *aprendizes de feiticeiro*?

Como naquelas fábulas e contos em torno do tema... De um aprendiz que rouba do mágico seus fantásticos conhecimentos, mas, como é mero aprendiz, não os domina em sua totalidade e daí... O saber incompleto cria momentos e situações confusas e de terríveis consequências. Como os jovens (até os muito jovens de poucos

* Autora convidada

aninhos de vida) e os adolescentes e os namorados e os executivos e a família cujos membros não se comunicam mais verbalmente – mas por vias eletrônicas... Frios, secos, como esqueletos sem emoção.

Só depois que a tecnologia inventou o telefone, o telegrafo, a televisão e a internet, foi que se descobriu que o problema de comunicação mais sério era o de perto."

Millor Fernandes

Tempos modernos, ai.

Tempos terríveis, ai.

Estupendamente maravilhosos também, a seu modo.

Porque... E isto é importante. Somos imperfeitos e vulneráveis, mas livres também dentro das limitações de nossa natureza.

Pois somos donos do poder da boa vontade, independentemente de primitivos instintos de auto conservação como os animais. O poder da mente, na qual longos anos de evolução permitiram despertar a mais magnífica das qualidades humanas: a consciência.

"Até o ponto que podemos compreender, o único propósito da existência humana é acender a luz da consciência na escuridão do mero ser."

Carl G. Jung

"No âmbito da natureza, você e eu somos espécies privilegiadas. Temos um sistema nervoso capaz de nos tornar conscientes do conteúdo energético e informativo desse campo localizado, que dá origem ao nosso campo físico."

Deepak Chopra

CRÔNICAS LUNÁTICAS

Por PAULO VITOLA

I.

Cheguei à Lua um dia antes de Neil Armstrong

Diz a história oficial que o comandante da Apollo 11 pisou na superfície da Lua no dia 16 de julho de 1969. Chegou tarde. Eu já estava lá e apresso-me em dizer que, contra qualquer dúvida, tenho fatos invencíveis.

No dia anterior, Osni Bermudes, talvez o mais brilhante diretor de TV do seu tempo, abriu câmera no estúdio do Canal 4 até encontrar o melhor enquadramento para uma chapa de madeira que havia mandado fazer. A chapa tinha cerca de 4 metros quadrados de área e estava apoiada sobre dois cavaletes a mais ou menos um metro do chão. Sobre ela, uma camada de areia fina. Eu era assistente do Osni e aquilo era o cenário para as chamadas que deveriam ser exibidas nos intervalos comerciais, anunciando a transmissão ao vivo, "diretamente do solo lunar", da chegada do homem à Lua, com trilha sonora épica e locução de cabine.

Embarquei na aventura munido de uma das poucas tecnologias que então eu dominava: a curiosidade. E foi com ela que vi Osni Bermudes inventar colinas, planícies e vales por meio de luzes e sombras projetadas naquela paisagem desértica. E a cereja do bolo: um horizonte curvo a contrastar com a profundidade do espaço, ali sugerida por um painel de feltro preto colocado ao

fundo. Quem olhasse para o monitor, estaria diante de uma imagem inequivocamente lunar.

Naquele tempo, eu não sabia quase nada de televisão. Quase nada de coisa nenhuma. Nem imaginava estar prestes a viver o que hoje poderia ser chamado de um momento *Forrest Gump* da vida. Mas foi exatamente o que aconteceu.

Quando o cenário ficou pronto, Osni permaneceu na câmera e na luz. E, provavelmente na falta de um contrarregra, entregou-me uma miniatura do módulo lunar da Apollo 11. Ele mesmo havia construído aquela pequena maravilha que, mesmo sabendo tratar-se de uma engenhoca moldada em lata, emassada e pintada, eu segurava como se fosse feita de cristal tcheco. Tinha nas mãos nada menos do que a réplica miniaturizada do famoso módulo, com não mais que 30 centímetros de altura.

Meu papel consistia em colocar o módulo em cena. ... “*Um pouco mais para a frente, mais, mais, aí, agora um palmo para a esquerda, isso mesmo, perfeito!*”... Pousei ceremoniosamente, com a concentração digna de um piloto treinado pela NASA. Bastava olhar o monitor para ter certeza: tínhamos chegado à Lua.

No dia seguinte, dei plantão na mesa de corte e, com grande emoção, coloquei no ar a imagem do nosso pouso na Lua muitas vezes, bem antes que a televisão americana começasse a fazer sua transmissão. Chegado o momento, veio aviso pelo interfone, apertei um botão na mesa de corte e – como se estivesse vivendo um *dejà vu* quase sem graça – vi a portinhola do módulo se abrir e o comandante Neil Armstrong descer a escada, pisar a superfície arenosa da Lua e deixar gravada, ali e na retina de bilhões de telespectadores ao redor do mundo, a marca que amanheceria na primeira página de todos os jornais: o desenho da sola de sua bota impresso na areia cinzenta, uma das imagens mais reproduzidas da História. Na minha opinião, sinceramente, nada que pudesse sequer ser comparado à nossa façanha do dia anterior.

2.

Meu Tio Padre chegou à Lua antes de mim

Só duvida quem não conheceu o meu Tio Padre. Eu o conheci muito bem, desde que nasci, pois foi ele quem me batizou.

Muita gente sabe vagamente que, quando jovem, padre Vicente Vitola, o meu Tio Padre, pilotava uma motocicleta. Dito assim, isso até parece uma coisa comum. Ah, mas eu queria saber transportá-lo no tempo para que vocês pudessem ver com olhos de criança o meu Tio Padre vestido de batina preta, com uma capa preta voando ao vento, acelerando sua moto preta pelas ruas da cidade. Era uma figura magnífica! As pessoas paravam para admirar.

Todos os domingos, nós almoçávamos na casa dos nossos avós, onde o Tio Padre também morava. Um dia, em vez de chegar para o almoço pilotando sua moto, ele conseguiu ser mais fascinante: veio guiando o primeiro Volkswagen importado que rodou em Curitiba. Era um carrinho bege, que ele dirigiu por muito tempo, com a ajuda inestimável de todos os anjos da guarda disponíveis no céu. Só quem ocupou o assento do passageiro pode fazer uma ideia da aventura que era viajar com o meu Tio Padre. A certa altura da estrada, quando pegava uma descida, ele tirava as duas mãos do volante, batia palmas e se divertia imensamente com nossa cara de espanto.

Meu Tio Padre nunca deixou de nos encantar com a infatigável curiosidade que o fazia descobrir e revelar coisas assombrosas como o movimento dos pêndulos, a energia das formas, os poderes da mente.

Certa vez, nossa avó se queixava por não saber mais o que fazer para as formigas pararem de entrar em casa. Meu Tio Padre então falou “*pode deixar que eu vou conversar com elas*”. Foi até a porta, mandou as formigas irem embora. E elas obedeceram. Sumiram, nunca mais apareceram.

Em outra ocasião, aproximou-se dos sobrinhos segurando na mão uma pedra esbranquiçada, meio opaca, e perguntou se alguém sabia o que era aquilo. Todos nós, muito sabidos, respondemos que era uma pedra, naturalmente. Então, ele sorriu, ergueu as sobrancelhas

e disse que era, sim, uma pedra. Mas que, diferente de qualquer outra, era uma pedra da Lua! Guardou a pedra no bolso, deu meia volta, saiu sem dizer palavra e nunca mais falou sobre o assunto. Desde aquele momento, para todos os efeitos – onde quer que estivesse, aonde quer que fosse e de onde quer que chegasse – o Tio Padre carregava no bolso uma pedra proveniente da Lua. E, diga-se de passagem, num tempo em que Neil Armstrong sequer sonhava em fazer sua histórica viagem.

De nossa parte, domingo após domingo, ganhamos um tema insuperável para conjecturar – *como, afinal, o nosso Tio Padre havia conseguido aquela pedra*. Ele era capaz de fazer muitas coisas praticamente impossíveis, isso nós sabíamos muito bem. Desse modo, era lícito que cada criasse sua própria teoria mirabolante.

Uma noite, a Lua pegou de raspão no pinheiro do quintal e deixou cair a pedra que o Tio Padre encontrou. Um dia, a Lua chegou perto do mar a ponto de uma onda arrancar-lhe a pedra que veio dar na praia e o Tio Padre catou-a entre as conchinhas. Certa madrugada, para se divertir, a tripulação de um disco voador carregado de pedras da Lua jogou algumas no telhado das casas da rua Coronel Dulcídio, o Tio Padre acordou com o barulho e encontrou uma delas. Etcetera, etcetera e tal.

Entre todas as teorias, no entanto, a mais aceita e, com o passar do tempo, não só imbatível como indubitável, foi a de que o Tio Padre tinha inventado um jeito de ir até a Lua. Cada um que imaginasse à vontade que jeito tinha sido este. Foi assim que vislumbrei a possibilidade de uma cena arrebatadora: numa noite de céu limpo, montado em sua motocicleta preta, vestindo batina preta e com sua capa preta feito asa aberta atrás dos ombros, meu Tio Padre viajou até a Lua. Não adianta eu contar que criei esta imagem décadas antes de Steven Spielberg filmar o menino e o ET pedalando uma bicicleta no ar, tendo uma noite de Lua cheia como cenário de fundo. Se contasse, alguém acreditaria?

3.

O dia em que Leia me levou à Lua

Sempre fui à Lua na companhia de quem sabia muito bem como chegar lá e – mais importante do que isso – como fazer para, de lá, retornar à Terra. Tudo começou quando eu tinha uns treze anos de idade e minha vizinha de cerca, Galileia (que preferia ser chamada de Leia), me fez uma proposta aparentemente bizarra.

Leia tinha cabelos louros, olhos verdes, era dois ou três anos mais velha que eu e, um dia, me confessou: morria de medo de atravessar o quintal à noite para ir até a casinha, nome bonitinho então inventado para designar as latrinas que serviam grande parte das residências nos bairros mais distantes do centro da cidade.

A casinha em questão ficava a uma distância de dez metros da moradia de Leia e, mesmo sem me dizer do que sentia tanto medo, ela me pediu para acompanhá-la todas as noites neste insólito percurso. Em troca, eu poderia usar a luneta (seu bem mais precioso), para me distrair olhando o céu do lado de fora da casinha, enquanto ela fazia o que tinha que fazer lá dentro. E, claro, a qualquer sinal de perigo, cabia-me avisá-la por meio de um assovio.

Ao lado da casinha, um banco de madeira provia meu observatório de algum conforto, status muito melhorado por uma almofada que Leia providenciou para mim. As primeiras noites não tiveram muita graça devido às nuvens que, muito raramente, abriam um buraco por onde era possível enxergar estrelas. O céu de Curitiba deve ser o inferno dos astrônomos, eu pensei. Mas, já imbuído da tenacidade e persistência que devem fazer parte do acervo pessoal de todo o cientista que se preze, em vez de desanimar e entregar os pontos, a cada noite eu seguia ao lado de Leia em direção à casinha com redobrada dose de otimismo. Tal disposição logo se revelou solidamente compensadora.

Era uma noite limpa e, além de estar coalhado da infinidade de estrelas que só a escuridão dos arrabaldes consegue revelar, o céu ostentava uma Lua amanteigada. *Tem Lua, Leia! Tem Lua!* Sentadinha

no trono em que ela acalentava a certeza de um dia tornar-se princesa, enquanto urinava misturando um distante som de cascata à poderosa sinfonia atonal dos sapos e grilos, Leia também podia ver a Lua, entre o alto da porta e os caibros que sustentavam a meia-água do telhado sobre a casinha. *Mire a luneta nela. Consegue ver o cavalo de São Jorge?*

Por mais que procurasse, não via mais do que um deserto crivado de buracos de todos os tamanhos e profundidades, pelos quais viajei detidamente. *A Lua não é lisa, Leia! O cavalo deve estar escondido atrás de alguma montanha...*

Ela abriu a porta, sentou-se ao meu lado e, com a superioridade própria das princesas, ordenou que eu olhasse novamente. *Sim, minha princesa!* Voltei a luneta para a Lua e, para não decepcionar Leia, comecei a mentir. *Ah, agora vejo um dragão! Ele acaba de sair de um grande mar!* Ela estava encantada. *Então, a Lua tem mar? E tem dragão?* Respondi de pronto. *Sim, e agora eu vejo um príncipe a cavalo, protegido por um escudo e armado com uma espada brilhante!* Ela não se conteve. *Como ele é? Me diga!* Os olhos de Leia brilhavam mais que todas as estrelas do céu. Então eu não resisti. *Ele tem a minha cara, Leia! Espetou a espada entre os olhos do dragão! Você nunca mais precisa ter medo dele...*

Mas você é mesmo muito tongo! Não acredito que esteja me dizendo isso. E ainda rindo como só as Leias de quinze anos sabem fazer, ela pegou a minha mão e tascou-me um beijo na boca, meio desajeitado. Não sei por que, nós dois fechamos os olhos e a gente ficou aprendendo a se beijar na boca. *Deixe essa luneta no chão, seu tongo! Venha dançar comigo!* Ela começou a cantarolar e, ao som da canção mais bonita que podia existir, sempre de olhos fechados, giramos imaginando a casinha, o quintal, o quarteirão, o bairro, a cidade, o país, o nosso planeta inteiro, bem longe dali. Estábamos na Lua e, inexplicavelmente, eu podia ouvir a voz de Leia naquele espaço sem ar.

*... I stand at your gate
And I sing you a song in a moonlight.
A love song, my darling, a moonlight serenade... ”*

COLETÂNEA

—••••—
Por MARTA MORAIS DA COSTA

AMOR

Julgava o amor
voraz sentimento tirânico,
avalanche, tsunami,
catástrofe bem-vinda,
êxtase devastador,
raio beta radioativo.

Tropecei e despenhei-me na própria ilusão.

Amor chegou de mansinho,
pouco a pouco, sadio
e melancólico,
inseguro de si e míope.
Não lamentou suas deficiências,
instalou-se em mim
como velho inquilino,
cobrou seus direitos, não pagou suas dívidas,
comeu, bebeu, dormiu
e esqueceu-se de partir.

Até hoje mora comigo,
acomodado e sorumbático.
Por causa dele sobrevivo
a sonhar loucuras impossíveis,
Sancho Pança, algemado
a normas e crenças.
Sem batalhas, sem medalhas,
feliz em minha limitada mediania.

FIPOS

Não guardo nos ossos
a idade vivida.

Não guardo no sangue
a família herdada.

Não guardo do tempo
senão fiapos e vultos.

Sobrevivente,
resguardo-me
do sono sem volta
a inventar buscas
e achados
no que deixei de ser.

Nascem mutilados
versos e imagens,
retratos deste vazio
que em vão
tento preencher.

NON SENSE

vigora, vigia, vaga, vala:
o cérebro palpita em redemoinhos,
destro, desejo, daqui, decola:
o aleatório consolida sentidos
manhã, meleca, moça, molejo:
no caos o ritmo entoa
um verso abracadabra
palavras pernetas provocam
a mão em misteriosas misturas.

A busca da poesia tropeça em *non sense*.





MANTO



Por LUCI COLLIN

Negror
do papel em branco
com seu hábito de dália encruada
e negror da palavra mágica que na hora azada
não funciona foi esquecida
faltou à boca

negror
da fenda na terra
da trinca na louça tida por herança
do corte por descuido
e das frases pronunciadas
só no escuro

negror
da tela quando o rolo engata
da película velada tomada pela luz
negror por dentro quando acaba o filme
quando o olhar derrama

negror
de ir só pra casa
na noite invalidada em que garoa

de ir só pra cama
o aquilo tudo que trucida também
finais felizes

negror de entranha
de espinha de peixe no rugido
de estrada sem acostamento
de unha encardida e indisfarçável
de beco
de porta com trinco vencido
de fêmur exposto rasgando a forma
e
negror de lama e poça
de água parada de olho vazado
de poço em sua máxima secura

negror de choro
equívoco imperativo
de sacralidade de anacruse
do fôlego ímpar de anapesto
de esfoladura e da sede lenta
dos fadários sem serventia
da guelra que não vence o excesso
de se estar vivo

negror do acidente no meio do pentagrama
e das figuras minúsculas e brevíssimas
da partitura borrada
do molde das montanhas no longínquo
de fruto assustadiço em si caroço
de dente que se esqueceu sorrindo

e
negror da rosa dos ventos
no estio na calmaria
da bússola acomodadiça
e da bandeira e seus nuncas

negror
de mão que acaricia
a mão fria

negror do definitivo
das pálpebras cerradas
das estátuas sem pupila
do cardume engolido
do inseto no sob a pedra
e da pedra encantada
na vitrine

negror da ferida
e das cirandas que movem fantasmas
do anjo caído
do sapiens caído em tentação
da vala da viela do degrau solto
da telha trincada
do tempo pesando na pele
do olhar sem tempo

negror de ovo choco
de desatino de bicho no galinheiro
e das geleiras e dos incêndios
negror e desespero da carta não lida
negror dos mundos assustadores

de empecilhos
e dos discursos poluídos
e dos dedos que se desfazem
de vulcões que aguardam anos eras
de manhãs não sobrevindas
da batina que roçou seu rosto no batizado da prima

negror
das palavras doentes e desusadas
ensandecidas pela espera
e das manhãs soterradas
e do vale que não aparece no mapa
nem na palma

negror da neve pisada
das folhas podres
do veneno na língua bífida
do sol desmaiado
da canção em outra língua
da febre que nunca mais cede
da flor que fede
do curso do rio desviado
do cesto largado na porta
do estômago fundo

negror que fora
subtraído alvor da frase
da vida
negror do ponto.

Do livro *Rosa que está* (SP: Iluminuras, 2019)

O CERCO DA LAPA (FEVEREIRO DE 1894):
UMA PRAÇA DE GUERRA NAS VOZES ESPARSAS
DE SEUS TESTEMUNHOS*

Por CARMEN LÚCIA RIGONI*

Passados mais de 120 anos do Cerco da Lapa, não temos respostas definitivas que expliquem sobre este evento militar. Os historiadores e especialistas em suas pesquisas apresentam visões diferentes sobre os fatos ocorridos. No rol das pesquisas mais abrangentes, as reflexões de Romário Martins, David Carneiro, Ruy Wachowickz, Brasil Pinheiro Machado, Nestor Vitor, Valfrido Piloto e Rocha Pombo, compõem abordagens, ora de quem estava muito próximo dos fatos, ou mais tarde. Neste caso, são os pesquisadores contemporâneos, através das releituras e outras fontes que jogam luzes sobre os momentos cruciais dos episódios ocorridos no mês de fevereiro de 1894, vivenciados em muitas memórias.

Além destes, temos os trabalhos acadêmicos, que objetivam tornar o tema menos imbricado. Se pensarmos, o Cerco da Lapa no Paraná, não foi uma guerra contra um outro país vizinho mas, são dois lados opositores, brasileiros, de perfis diferentes, classes sociais, militares e políticos que em seus redutos apontam interesses e reivindicações diferentes e vamos além, o próprio evento é repleto de contradições, com deserções ou troca de posições no campo de batalha.

Vale lembrar que a Revolução Federalista iniciada no sul do Brasil, teve as suas primeiras incursões a partir de 1892, quando figuras proeminentes da política local, giravam em torno de Gaspar da Silveira Martins, Gumercindo Saraiva, Joca Tavares, Pinheiro

* Autora convidada

Machado, Mena Barreto e outros, que aos poucos vão se armando, compondo o quadro para a guerra entre federalistas e republicanos, por ocasião do governo do Presidente Floriano Peixoto e oposições aglutinadas em várias partes do Brasil.

Este artigo, reproduz parte de duas palestras realizadas por ocasião dos 125 anos do Cerco da Lapa em fevereiro de 2019. Vamos privilegiar vozes até então ocultas, de combatentes de ambos os lados, ou seja, pica-paus e maragatos em plena ação nos combates ou nos dias que se sucederam a capitulação da Lapa em fevereiro de 1894. Será uma síntese do relato de alguns personagens, quando os locais e pessoas aparecem nas narrativas e dão vida aos acontecimentos. Tratam-se portanto, de novas fontes, que recorremos após leituras selecionadas, tentando privilegiar os contendores de ambos os lados.

Um assunto pouco abordado na historiografia que aborda a Revolução Federalista no Paraná, diz respeito a participação de imigrantes nesta campanha, falamos então das etnias alemã, italiana e polonesa. Neste artigo vamos nos ater aos acontecimentos ligados aos últimos, ou seja, aos poloneses residentes em São Mateus do Sul no Paraná no momento em que as notícias de uma revolução vinda do sul traziam situações de reivindicações muito próximas às necessidades locais.

Neste episódio, do que aconteceu em São Mateus do Sul, retrata a fragilidade da convivência entre a população de poloneses e a chefia local. Baldziak é o líder local e se coloca como representante dos imigrantes, enquanto Plínio Moro exerce o papel de chefe do governo local e administra a cidade para as autoridades paranaenses, recebendo ordens diretas de Curitiba e da milícia que o apoiava. São conflitos locais de mando e desmandos, que se manifestavam no cotidiano, gerando um clima de instabilidade. Que razões teriam levado esta etnia polonesa e outras a entrar na Campanha Federalista vinda do sul? Teriam sido apenas as condições econômicas? O desamparo, apolítica local? A corrupção a desonestade? Baldziak, em seu relato, com discurso forte descreve as condições miseráveis

dos poloneses na região, que estavam praticamente abandonados pela política nacional, bem como a história registra a mesma situação para os italianos e alemães, dentre outros, cujos ancestrais aqui chegaram em busca de amparo e melhoria de vida.

As notícias que chegavam do Rio Grande do Sul, a oposição ao governo de Floriano Peixoto, mais as desavenças locais iniciara uma revolta que pretendia atingir o governo central, passando pelas províncias do sul do Brasil, acabou chamando a atenção do povo tão sofrido de São Mateus do Sul. Naturalmente, revoltados com a situação local provocada pela péssima administração de Plínio Moro, os poloneses pensaram em aderir ao movimento.

Trabalhando em pequenas propriedades, sem uma orientação econômica, a pobreza imperava entre a maioria dos imigrantes, que mal tinham para atender suas famílias, vidas paupérrimas. No relato da época, preparava-se a terra para o plantio e a notícia correu, a revolução começara e sem ter ideia das complicações que seriam advindas de uma participação direta nos combates, os poloneses vibravam com a ideia de uma guerra que lhes poderia ser muito útil. Nas palavras de Baldziak:

Já haviam abatido um boi, cachaça não faltava, as cozinheiras preparavam as massas. Muitos já estavam bem alegres e em suas cabeças só existia um pensamento: a guerra. Mas levantar-se contra o governo não era brincadeira.
BALDZIAK, in KOKUSCA, Pedro Martim(2003).

Nós estamos desarmados, pois o que significam foices pontudas e fuzis perante metralhadoras modernas apesar de sermos cerca de 500?...Por outro lado o que nos interessa a política brasileira?. Idem (2003).

Mas por outro lado fervilhavam os boatos, que acabavam de incrementar um desafio maior para os poloneses e o desejo de participar da revolução e dos combates.

Diziam que os revolucionários possuíam tamanhas armas que atingem até 3 milhas de distância e os soldados possuem couraças que são a prova de bala.. Diante disso os colonos raciocinavam que sendo assim, logo hão de tomar o Brasil inteiro. Idem (2003).

Os colonos poloneses buscando se organizar em torno dos revolucionários que estavam chegando do sul, sabendo que um dos comandantes (Piragibe) estava em Mafra o procuraram para informar de suas adesões ao grupo.

No relato de Dombrowski , assim aconteceu:

Fomos aceitos, porém Piragibe não mostrou entusiasmo. Disse que não precisava de estrangeiros em seu exército por que tinha forças suficientes. Não se sabe se falava sério. Mais tarde constatamos que não o era, pois possuía apenas ao todo aproximadamente 800 homens. Neste dia chegou a Rio Negro Juca Tigre, trazendo aproximadamente 160 homens sendo lanceiros, pois apenas alguns portavam armas de fogo. Idem.

Os federalistas faziam correr o boato que mais força chegaria e que o grosso da tropa estava se deslocando para a Lapa. Os boatos corriam no sentido de levar pavor à diminuta resistência que se encontrava na cidade. Ao grupamento federalista e aos que aderiram na última hora foram distribuídos carabinas saisepo (chasepot) com cartuchos de papelão, suprimentos de carne seca e farinha e pão. De São Mateus seguiram com os federalistas mais de 150 poloneses.

Na tentativa de organizar a defesa das cidades ameaçadas e a própria Lapa, as forças da união enviaram o ge. Francisco de Paula Argolo (1847-1930), indicado diretamente por Floriano Peixoto, este seria o responsável pela logística em terras do Paraná e Sta. Catarina. Argolo tinha como missão comandar o 5º Distrito Militar do Paraná e organizar os Batalhões da Guarda Nacional. (a 17 de outubro de 1893), que se colocariam em oposição às tropas federalistas que vinham chegando do sul.

Entre os dias 18 a 30 de outubro, o ge. Argolo reuniu as forças de Curitiba e seguiu para a Lapa no dia 31 de outubro de 1893, com 300 praças, quatro canhões de artilharia Krupp e 2 metralhadoras Nordenfell, um número acanhado de pessoas e equipamentos em relação ao que dispunham os federalistas. Em Rio Negro e São Bento do Sul (capital provisória de Santa Catarina) a adesão de outras forças, não chegou fazer frente aos federalistas. No caminho sofreram os primeiros tropeços contra a tropa federalista sob o comando do ge. Antonio Carlos Piragibe. Os boatos persistiam, falavam-se de forças enormes que vinham do sul rumo a São Bento (300 soldados e 2 bocas de fogo - canhões) e a temida presença do ge. Gumercindo Saraiva, com seus 600 soldados para cercar as tropas do governo.

A campanha de Argolo mostrou-se desastrosa, entre avanços e recuos, segue para Rio Negro chegando a 15 de novembro de 1893. Na cidade, monta uma defesa com trincheiras e canhões. As ofensivas pesadas dos dois lados atingem vários prédios da cidade, que fica quase destruída. Argolo deixa a cidade de Rio Negro, pois teme o enfrentamento de tropas tão violentas, é aconselhado pelo coronel Joaquim Lacerda a abandonar a cidade. Lacerda era figura ilustre da Lapa, pois tinha grande experiência por ter feito a guerra do Paraguai, além de proeminente político, pois havia sido senador da República e ter pertencido à Guarda Nacional.

No recuo de Argolo, Piragibe e Juca Tigre (cel. José Serafim de Castilhos) tomam a cidade de Rio Negro, enquanto os soldados da Guarda Nacional, montam um acampamento de guerra na margem direita do rio da Várzea sob o comando do capitão José Maria Sisson. O Q.G do mesmo grupo, sentindo o avanço federalista, monta a defesa da Lapa diante da casa do cel. Joaquim Lacerda. Tal situação, coloca o governo de Floriano Peixoto em alerta, era necessário agir com urgência, o que foi feito. Na troca do comando da Guarda Nacional, a escolha recaiu sobre o coronel Antônio Gomes Carneiro veterano da guerra do Paraguai e oficial de carreira na Guarda Nacional. O efetivo encontrado na Lapa

era modesto e constituído por 122 praças e 60 oficiais, 10 canhões e seis metralhadoras. No início de janeiro, os federalistas ainda dominavam Rio Negro e recebem mais reforços. As tropas republicanas recuam em direção a Lapa, abandonando o Rio da Várzea.

As deficiências dos republicanos no Paraná eram enormes, a defesa não chegava a 2.000 homens e os preparativos caminhavam vagarosamente diante da força combativa que vinha do sul. Até 1893 o 6º Batalhão da Guarda Nacional contava com 400 praças. Há então os episódios marcantes presentes em nossas terras, quando Custódio de Mello em janeiro de 1894 ataca Paranaguá, seguidos do abandono da cidade de Curitiba pelas autoridades principais, como o governador Vicente Machado e Pêgo Junior. Na sequência dos fatos, surge a pessoa admirável do Barão do Serro Azul, que tenta contemporizar com os federalistas de Gumerindo Saraiva, em troca de uma paz e vidas a serem poupadadas, mas ele próprio torna-se vítima das forças republicanas ao ser fuzilado na Estrada de Ferro, Curitiba-Paranaguá. Gumerindo Saraiva nomeia O Dr. João Menezes Doria para assumir o governo.

O diário de Campanha Dr. Wolff

(1893 e 1894, a Lapa no seu final)

(traduzido e comentado por Godofredo Guilherme Lutz Luce)

A história do Dr. Felipe Maria Wolf, medico em São Bento do Sul, é um capítulo a parte nesta pesquisa. Como imigrante alemão incorporou-se as Forças Legalistas do Ge. Argolo e depois do ge. Carneiro. São várias as sequências do seu relato vibrante e realístico, do médico e suas observações sobre o Cerco da Lapa, a partir de 14 de janeiro de 1894, quando das dificuldades uma cidade sitiada, as escaramuças, o atendimento precário aos feridos e enfermos, quando ele destaca:

O tempo ruim, a lama, a comida, as noites sem sono, a imundice domiciliaria da roupa e do corpo". ROCHA, Sedinei Sales,2008.

- A 18 de janeiro de 1894, e relata sobre as trincheiras que estão pela cidade em vários pontos estratégicos. *A cidade é entrincheirada desde o dia 14. Balas isoladas perfuram portas e janelas, os inimigos dispõem de um canhão, o qual, entretanto é muito fraco.* Idem.

- A 21/01 de 1894 um grupo se aproxima para oferecer a chance da capitulação. *Inimigos com uma bandeira branca se aproximam, Carneiro diz que nada tem para parlamentar com eles e manda disparar...As seis e meia horas começa um fogo terrível dos dois lados, primeiro os canhões mais ou de balas, não é possível atrever-se pelas ruas. As balas voavam ao meu encontro, quando eu chispava pela praça em frente à casa do Quinco e pelo pátio antes do hospital. O serviço se acumulava, dez feridos foram trazidos e dois mortos, trabalhei até as nove horas incansavelmente.* Idem.

Continua o Dr.Wolff em seu diário:

-A 28/01. Visitei cedo todas as trincheiras, não tivemos, ainda bem Graças a Deus nenhum ferido ou morto. Carneiro e Lacerda durante toda a noite, estiveram em toda a parte, também estava muitos exaustos.

Acredita-se que o nosso des cerco está chegando, valha-me Deus, porque nós estamos agora cercados, agora durante 13 dias. Quanto tempo poderá a Cidade aguentar isto? Idem.

- A 02/02. De tarde, às 3 horas. Isto é guerra não é luta mais...Carneiro mandou colocar um canhão imediatamente que o inimigo acerte seus projetis para bem por cima do nosso hospital...somente me assustava devido aos meus feridos em número de 35. Idem.

- A 4/02. Ao meio dia o inimigo tenta tomar a cidade de assalto. Foi um fogo formidável, como nunca houve. Podia-se pensar que toda a Cidade fosse uma única boca de vulcão. Idem.

- A 7/02. Já de manhã muito desatou o furor. Este era sim o dito assalto. Nunca, jamais, é possível expressar as lutas nas barricadas. O estrondo era medonho. Carneiro foi ferido as dez horas, Dulcídio talvez uma hora mais cedo. Assisti imediatamente ao Dulcídio que foi levado a casa do Lacerda. Carneiro foi tomado em tratamento pelo Dr. Cândido [...] Muitos feridos e mortos, contei 58 feridos. Idem

-A 8/02. As dez horas faleceu Dulcídio, o combate na rua das Tropas continua. Feridos gravemente e mortos.[...] Carneiro baleado no fígado, sem esperança para o seu restabelecimento. Idem.

-A 11/02. [...] De tarde os oficiais federalistas entram. Encontro o Dr. Dourado, que me dá notícias da minha casa. As crianças estão bem de saúde, que nada foi destruído. Na Cidade, grande agitação de alegria, devido a rendição, em conclusão conseguida. No dia seguinte é feita a entrega definitiva do ato de capitulação. Idem.

O Diário do médico Dr. Felipe Wolff encerra com relatos emotivos a realidade de quem viveu os últimos momentos na cidade da Lapa, cujas tomadas integrais não foram possíveis serem colocadas neste artigo. Denotam a sua atuação como combatente sem arma, do médico responsável pelos seus pacientes, no contexto das barricadas, onde ele próprio diz ser impossível falar de todos os momentos cruciais do cerco que durou 26 dias.

Os últimos dias da Revolução Federalista em terras do Paraná.

A capitulação da Lapa, momentos finais.

Após 26 dias de resistência diante da acirrada frente dos maragatos, em 11 de fevereiro de 1894, a Praça da Lapa capitulou com a entrega das armas, mas com todas as honras. Aos oficiais da Guarda foram oferecidas todas as honras da guerra, sob a condição de não mais tomarem as armas contra a Revolução, que tem por fim a defesa da Constituição e das Leis da República, garantindo a vida e a liberdade de todo o elemento civil que se achava em armas e que não queriam aderir à causa. (parte do documento de Capitulação).

O período, entre os meses de março e abril de 1894 foi marcado pelo declínio da Revolução Federalista, seja pela falta de um comando unificado, das condições políticas e do contexto no decorrer dos

últimos acontecimentos. Considera-se também a perda dos propósitos dos revolucionários e outras questões que podem ser evidenciadas em outras pesquisas. Além de Curitiba, a força federalista cresceu em outras cidades paranaenses e foi além das cidades diretamente ligadas aos confrontos, neste caso destacamos: Porto de Cima, Araucária, Campo Largo, Guarapuava, Bocaiuva e Palmas.

A Revolução Federalista e o Cerco da Lapa, passados 125 anos dos acontecimentos, marcaram profundamente a nossa história, pela força dos contendores, dos mortos e feridos e constituem ainda em nossos dias, uma pesquisa viva, que não se encerra com a capitulação da Lapa em fevereiro de 1894. Muitos vivenciam os momentos cruciais desta batalha, são os escreventes e narradores, sejam eles brasileiros, poloneses, alemães, de outras etnias, sejam republicanos pica-paus ou maragatos que imbuídos dos seus ideais fizeram história. Novas pesquisas, novos atores, eis que a pesquisa ao lançar luzes sobre os fatos se revela apaixonante dentro de uma história recente do nosso passado.



REFERÊNCIAS

- CARNEIRO, David. **O Paraná e a Revolução Federalista.** Curitiba: SEEC, 1982.
- **O Cerco da Lapa e seus heróis:** Antecedentes e Consequências da Revolução Federalista no Paraná. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1991.
- **O Paraná na História Militar do Brasil.** Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.
- KOKUSZKA, Pedro Martins. Os imigrantes poloneses na Revolução Federalista de 1893-1894. **Boletim do IHGPR,** Curitiba, 2003.
- MNEZES, Juliana. Memórias: Transcrições. **Boletim do IHGPR.** Curitiba, 2015.
- RIGONI, Carmen Lúcia. O Cerco da Lapa em 1894. **Tribuna da Lapa,** 6 de fevereiro de 2014.
- **O Cerco da Lapa; vozes esparsas no cenário de guerra.** Palestras proferidas na 5^a D.E Curitiba e no QG de Artilharia da Lapa, 8 de fevereiro de 2019.
- ROCHA, Sedinei Sales. Lapa Mártir da Revolução. **Boletim do IHGPR.** Curitiba: Imprensa Oficial do Estado do Paraná, 2008.
- SOUZA, Cassio Alexandre de Souza. A Repercussão da Guerra Civil Federalista em Rio Negro. **Boletim do IHGPR,** Curitiba, 2018.
- Parte das palestras realizadas no dia 8 de fevereiro de 2109, na 5^a D.E em Curitiba e 15^o GAC AP (Lapa-Pr)

CEMITÉRIO: LOCAL SAGRADO

Por CECÍLIA MARIA VIEIRA HELM

No Estado do Paraná, os indígenas habitam terras delimitadas, demarcadas e regulamentadas. A terra representa a base da organização social e está diretamente ligada ao sistema de crenças. O território evoca a história do grupo, a história do contato com os não índios, a memória de cada sociedade, seus mitos, relações de parentesco, relações com o meio ambiente, sistema de alianças políticas e econômicas entre as aldeias e com os de fora. (HELM, 1996).

Os Kaingang, os Guarani e os Xetá são os grupos étnicos que habitam tradicionalmente terras situadas no Estado do Paraná. Os Xetá sobreviventes do contato com os não índios que formaram fazendas de café em suas terras aguardam a decisão judicial, para que uma terra seja devidamente regulamentada para eles. No Brasil, há 305 etnias e 274 línguas indígenas. O Kaingang é uma das etnias mais numerosas. De acordo com dados publicados pelo IBGE (2010), 896.000 indígenas vivem no Brasil.

Os Kaingang são Jê dentro da classificação dos povos e línguas indígenas do Brasil (RIBEIRO, D. 1957). Vivem em terras indígenas localizadas no Sul do Brasil e no Estado de São Paulo. No passado habitaram uma parte do território de Misiones, na Argentina.

O termo Kaingang foi introduzido na literatura etnológica por Telêmaco Borba (1882) e por Frei Luiz de Cimitille. De acordo com o linguista Aryon Dall'Igna Rodrigues, (1986), “o Kaingang é o ramo mais diferenciado dentro da família Jê.

Os Kaingang são bilíngues, falam o idioma e o português. Eles se comunicam com os Guarani e com outras etnias em português. Em algumas terras deixaram de falar o Kaingang, só usam o português.

O contato entre índios e não índios no Paraná e em outros Estados tem sido marcado por relações de conflito, em que ocorre o confronto entre índios e brancos, na disputa pelas terras indígenas que foram expropriadas e reduzidas, devido às políticas públicas implantadas pelos governos estadual e federal (HELM, C. 1974, 1977).

A organização social Kaingang se caracteriza pela existência de metades (BALDUS, H. 1937, HELM, C. 1971, 77, 96, 98, 2018). Nimuendaju (1913), Egon Schaden (1953), Métraux (1946), Veiga (1994), Crépeau (1994-1995), reconhecem que há um dualismo kaingang visível na organização social, que se caracteriza pela existência de metades exogâmicas, patrilineares e hierarquizadas. Elas são kamé e kainrukré (kré, significa descendência). O kamé tem mais força que o kairu. *Eles são os primeiros e vão na frente para o cemitério*, no ritual do morto, narraram os Kaingang idosos das Terras Indígenas que visitei. O kamé também está ligado ao masculino e ao sol, o kairu à lua.

O dualismo kaingang é observado durante a realização do ritual em homenagem aos mortos, chamam kikikoi, o culto aos mortos.

Pode ser observado atualmente na Terra Indígena Xapécó, S. C. onde existem os rezadores. As metades são exogâmicas e estão relacionadas à nominata.

Em minhas viagens de pesquisa, para observar, ouvir, anotar, gravar, escrever e publicar artigos sobre os povos indígenas localizados em aldeias no estado do Paraná, visitei os cemitérios considerados locais sagrados pelos índios. O traço forte da organização social Kaingang era a cerimônia dedicada aos mortos ou o culto aos mortos. O respeito pelo morto está presente na cultura dos Kaingang e dos Guarani.

Para investigar a antiguidade da ocupação da Terra Indígena Mangueirinha/PR, para elaborar Laudo pericial antropológico, (1995) por solicitação da Fundação Nacional do Índio e Justiça Federal de

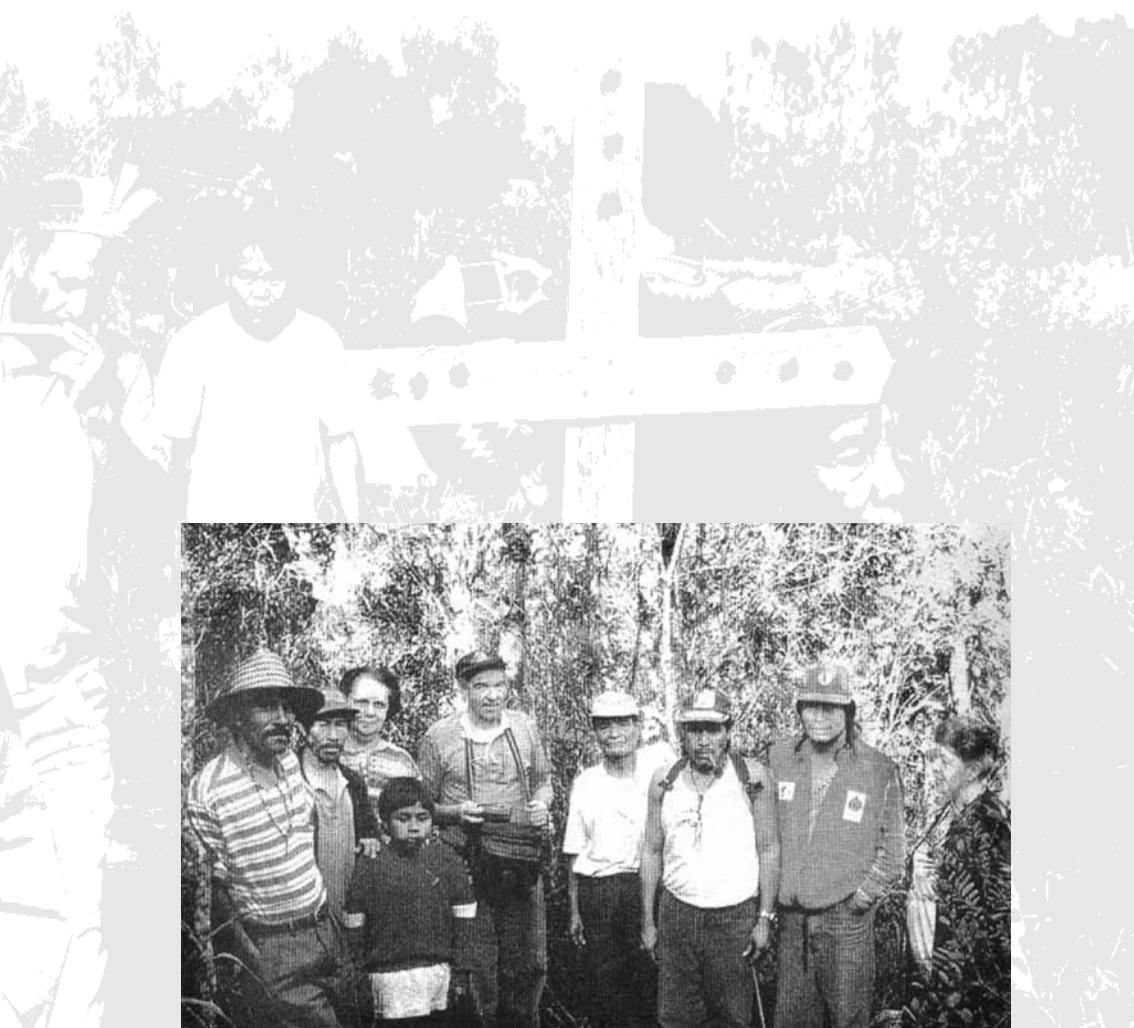
Curitiba, visitei os cemitérios Kaingang e Guarani dessa terra. Devido a uma decisão dos Governos Federal e do Paraná, a Terra foi dividida pelos técnicos da Fundação Paranaense de Imigração e Colonização em três Glebas, A, B e C (HELM, C. 1996). A Gleba B estava em litígio, porque havia sido ocupada por madeireiros, que justificavam a sua presença, porque haviam “comprado” a parte do centro.

Os Guarani vivem em comunidade, chamam de tekoha seu território, o lugar físico onde pisam. Têm suas aldeias, casas, roças, cemitérios. O antigo cemitério dos Guarani não pode mais ser utilizado pelos indígenas, porque os não índios, que estavam ocupando a área do centro, proibiam a entrada nessa parte da Terra Indígena.

A prova de que a terra era de ocupação indígena tradicional apresentei à Justiça Federal, em 1996. Foi possível localizar o antigo cemitério do Butiá, situado nas proximidades do rio Butiá e da antiga aldeia Guarani denominada Butiá, na parte do centro da Terra Indígena. Solicitei ao cacique Guarani, o idoso Aristides Gabriel, licença para penetrar no local do cemitério. Índios Guarani foram informados que deveriam me acompanhar. Foi um percurso difícil, porque haviam troncos de árvores caídos na mata. Indaguei aos informantes Guarani como identificavam os locais onde haviam sido enterrados os seus mortos. O vice cacique, Rivelino Castro, apontou para uma árvore plantada por sua mãe, junto ao lugar em que estava enterrado o seu pai.

Cada Guarani, que visitou o cemitério, considerado local sagrado, fumou o seu cachimbo, petinguá, em sinal de respeito aos parentes ali enterrados. Não permitem que o cemitério seja violado. Disseram que não mexem nos ossos. Não autorizavam a ação de arqueólogos.

Meu companheiro Édison filmou o local, elaborou um vídeo que encaminhei ao Juiz Federal, junto com o Relatório da investigação. O ilustre Juiz Federal, Mauro Spalding, deu sentença favorável aos indígenas.



Identificação do antigo **cemitério Guarani** do Butiá, localizado na parte da área em litígio, durante os trabalhos da perícia antropológica da AIM, 1996.

Escreveu,

"Reconheço a posse indígena dos índios Kaingang e Guarani sobre a Gleba B e, consequentemente, o domínio da União Federal sobre as mesmas", concluindo que *"se as referidas terras eram ocupadas pelos índios, eram constitucionalmente de domínio da União".* (SPALDING, M.2005)

Os Guarani estavam revoltados, devido ao fato de não mais poderem enterrar os seus mortos no cemitério do Butiá. Informaram que seus parentes foram transferidos da parte do centro da área, para outras aldeias, na Palmeirinha. Também os Kaingang que foram obrigados a deixar suas casas, roças localizadas na parte do centro, necessitaram morar com parentes nas aldeias da Campina e Paiol Queimado. Os Kaingang se uniram com os Guarani e criaram um movimento político organizado pelos seus líderes e conseguiram expulsar os não índios de suas terras, em 1985.

Nas representações dos indígenas, o território que ocupam pertence a eles. Dizem que não abandonam a terra onde vivem os seus parentes, estão enterrados os seus mortos, plantam as roças, utilizam as madeiras para confecção de suas casas e paióis, colhem a taquara para fazer as cestarias, apanham peixes nos rios e colhem os frutos, mel e raízes do meio ambiente. Há uma relação estreita entre eles e o território que estão usufruindo que lhes garante a reprodução física e cultural (HELM, 2018).

Para os Kaingang e os Guarani, o território tem valor de uso para práticas agrícolas, de coleta, caça e pesca e tem valor sagrado, com relação aos lugares onde estão enterrados os seus mortos.





VISÕES DO REINO DIVINO

Por ANTONIO CELSO MENDES

O apelo de CRISTO em sua oração ao PAI NOSSO, invocando a vinda de Seu Reino, em cumprimento a Sua Vontade, faz uso de parábolas para explicar a natureza de Seu paraíso (Mt, 13). A intenção é realçar os aspectos milagrosos que circundam a criação, mas principalmente alterar as condições naturais com que estamos acostumados a sentir a eclosão das coisas e dos acontecimentos, antes de uma forma objetiva, natural e independente de nós.

Assim, o REINO é uma vivência virtual, bastando apenas que saibamos acolher as suas características transformadoras e radicais de nossa realidade, cuja obtenção é uma graça eterna em nossas existências. É uma nova visão do céu e da terra, um despertar à magia de uma nova realidade. Dessa forma, convém elencar algumas daquelas características do reino divino, inspiradas no testemunho vivo do Salvador.

Em primeiro lugar, o reino consiste na presença permanente do Pai na vida de cada um, em todos os momentos, a iluminar nossa consciência e nossos atos. Esta presença é real, sentida no mais íntimo de cada coração, evitando sempre qualquer deslize pela presença do mal. A oração permanente mantém viva essa presença.

Em segundo lugar, para sentir a nova realidade, precisamos superar a consciência do tempo, passando a desconhecer os seus momentos, tornando-se então puro fluir de instantes, sem começo nem fim. São nossos sentidos externos que ressaltam o passado,

o presente e o futuro, mas no Reino Divino não há mais sensação temporal, sendo substituído por um fluir constante de algo atual que não se esgota.

Em terceiro lugar, anular a realidade do mal, concebido agora como provação aleatória de consequências históricas ou imprevisíveis que sofremos no corpo físico ou na consciência, passando então a considerá-los não danosos, mesmo que sejam uma hecatombe ou a morte física, como no exemplo de JÓ, no Antigo Testamento.

Em quarto lugar, considerar o ambiente externo como morada de Deus, a manifestação de um Universo que não tem em si mesmo as razões de sua existência, mas que mantém a presença de uma espiritualidade ínsita em todas as suas dimensões, em especial pelo surgimento da energia, a eclosão da vida e de nosso ser, dotado de autonomia e liberdade. Isto não é nenhuma forma de panteísmo, mas sim a percepção mística e espontânea da imanência e transcendência divina.

Em quinto lugar, o reino proposto por Cristo é um reino de amor caridoso, desprendido e humilde, como testemunharam todos os grandes santos que o vivenciaram, bem como as pessoas santas que continuamente rezam e esperam pela sua eclosão: Deus é espírito e amor.

Dessa forma, as transformações propostas pelo novo reino significam uma radical postura diante de tudo, agora centrada exclusivamente na convivência com o sagrado, cujas consequências se darão em todos os sentidos, mas especialmente no campo social, transformando-o radicalmente, pelo império do bem no coração da maioria das pessoas. Participar do reino é manifestar alegria, numa saudável integração com a comunidade, pelo abandono da ganância e da usura, a partir da fé, da esperança e da caridade: Senhor! Que venha a nós o Vosso Reino!!

A HOLÍSTICA DO ESPÍRITO

Por ANTONIO CELSO MENDES

Uma teoria que envolvesse todos os aspectos complexos que abarcam a realidade teria que dar explicações de como tudo se relaciona, desde o *Big Bang* até a formação dos planetas ou da matéria relacionada ao fenômeno da evolução, gerando a eclosão da vida; ou como se relacionam as quatro forças que comandam o Universo da matéria, ou seja, a gravidade, o eletromagnetismo e as forças nucleares forte e fraca. Ora, constata-se que isto dificilmente pode ser alcançado, restando apenas aos cientistas o recurso a perspectivas não ortodoxas, ou seja, uma interpretação holística virtual de como tudo se manifesta.

Pois que a ciência atual atingiu um nível crítico consistente, reconhecendo que o conceito tradicional de pesquisa objetiva, lidando apenas com matéria e energia, não mais se sustenta; depois que os fenômenos quânticos foram descobertos, colocando a realidade muito próxima do surreal, importa tecer considerações a respeito da natureza física que nos cerca, indagando o que estaria de fato dando origem a esta realidade mágica que nos transcende.

Tais maravilhas, portanto, alteram profundamente os conceitos clássicos referentes à matéria, permitindo que nossa ciência passe a reconhecer fenômenos até então vistos como delírios de *bona fide*, agora aceitáveis no ambiente acadêmico dos pesquisadores. Dessa forma, não tem mais cabimento um conceito de ciência que não reconheça o caráter limitado do saber, tecendo abordagens que são apenas a solução de problemas que lhe são propostos, não podendo ser um veículo de compreensão total do que se manifesta.

A palavra holística vem do grego *holos* que significa o fato de que o todo é maior de que suas partes, ou a visão de que o Universo se constitui como uma unidade integrada, envolvendo não só a matéria como também a biologia e os fenômenos psíquicos. Assim, a holística se constitui como um fenômeno transcendental, uma conclusão obtida em nível de puro pensamento conceitual. Foi assim que PLOTINO (c. 205/270) entendeu o UNO, princípio universal que gera todas as coisas.

Ora, considerando a virtualidade e o fato de que tudo se constitui pela ação de nosso espírito, importa reconhecer que ele é o substrato conceitual mais abrangente que se possa conceber, e, em nível transcendente, concebê-lo como realidade ontológica, um Espírito que é único e fonte primordial de tudo que ocorre, abrangendo a totalidade do Universo.

O primeiro grande pensador a reconhecer integralmente o paradigma do Espírito como substrato absoluto da realidade foi GEORGE FREDERICO HEGEL (1770-1831), de origem germânica. Segundo ele, só o Espírito pode dar conta da complexidade dos fenômenos naturais e psicológicos, a partir do conceito de totalidade (*das ganze*), em manifestação dialética entre afirmação, contradição e conciliação, como demonstra a Natureza em seus procedimentos, sendo considerados, em analogia simbólica, não opostos, mas complementares, uma trindade similar àquela formada pelo Pai, o Filho e o Espírito Santo ou criação, redenção e salvação. Como se observa, a concepção de HEGEL desconhece a separação entre pensamento e realidade, entre fenômeno e explicação, numa tentativa de integrar tudo em nível superior, tornando assim a realidade do Espírito o fundamento imprescindível para se compreender a totalidade dos fenômenos cósmicos, materiais ou psicológicos. Fonte de toda a nossa ciência, o Espírito é luz que ilumina nossa consciência, colocando o ser humano como o único depositário de um saber que transcende os limites da materialidade.

LISBETH SALANDER A PRIMEIRA HEROÍNA DO SÉCULO 21

Por ROBERTO MUGGIATI

Ana Karenina, Madame de Bovary, Capitu, no século 19. Daisy Buchanan, Molly Bloom, Cécile (*Bonjour Tristesse*), Lolita, Diadorim, no século 20 – elas fizeram época. Mas nenhuma heroína veio marcar sua época tão cedo e com tanta intensidade como Lisbeth Salander, que entrou em cena já em 2005. Lisbeth quem? – perguntarão surpresos muitos leitores mais protocolares, afeitos à literatura bem comportada. Para apresentar Salander é preciso falar da figura trágica do seu criador, o sueco Stieg Larsson. Jornalista de esquerda combativo, nascido em 1954, Larsson foi membro da Liga dos Trabalhadores Comunistas, editou um jornal trotskista da secção sueca da Quarta Internacional. Em 1977, com a experiência adquirida no serviço militar sueco, foi treinar no uso de morteiros um grupo de guerrilheiras da Frente de Libertação Popular da Eritreia. Uma doença dos rins o fez voltar à Suécia, onde trabalhou como designer gráfico na maior agência de notícias sueca, até 1999. Criou uma fundação para “contra-atacar o crescimento da extrema direita e da cultura do poder branco nas escolas e entre os jovens”, tornando-se editor da revista da fundação, a *Expo*, em 1995. Um dos principais pesquisadores do extremismo de direita na Suécia, resumiu suas investigações num livro impactante, *Extremhögern/A Extrema Direita*.

Em 2004, subindo uma escada, Stieg Larsson teve um infarto e morreu aos 50 anos. Fatalidade hereditária (seu avô também morreu do coração aos 50) e uma dieta pobre e excesso de cafeína enquanto

escrevia romances policiais nas horas vagas para seu próprio prazer. Pouco antes de morrer Larsson havia enviado a uma editora os originais de três romances projetados como uma série, chamada de *Millenium*, nome da revista (inspirada na *Expo*) dirigida pelo protagonista, Mikael Blomkvist, um jornalista investigativo, *alter ego* do próprio Stieg. O primeiro romance, *Os homens que não amavam as mulheres*, saiu em 2005. No ano seguinte foi publicado *A garota que brincava com fogo*; e, em 2007, *A Rainha do castelo de ar*. As edições em língua inglesa padronizaram os títulos: *The Girl With The Dragon Tattoo*, *The Girl Who Played With Fire* e *The Girl Who Kicked the Hornet's Nest*. (*A garota da tatuagem do dragão*, *A garota que brincava com fogo* e *A garota que chutou o ninho de marimbondos*.) Até 2015, os livros de Larsson já tinham vendido mais de 80 milhões de exemplares em várias línguas. Foram transformados em filmes na Suécia e o primeiro da série teve ainda uma versão produzida por EUA, Reino Unido, Suécia e Alemanha, com o James Bond Daniel Craig como Mikael Blomkvist e Rooney Mara como Lisbeth Salander. Mas a encarnação viva de Salander é mesmo a sueca Noomi Rapace, que atua nos três primeiros filmes. Uma produção do quarto livro da série, *A garota na teia de aranha* – escrito por David Lagercrantz – tem o lançamento anunciado para novembro de 2018. Levei dez anos para descobrir *Millenium*, mas, depois de conhecer a garota com a tatuagem do dragão, não parei mais, devorando as 2716 páginas dos cinco volumes.

Larsson vivia maritalmente há vários anos com a arquiteta Eva Gabrielson. Não se casaram porque, segundo a lei sueca, casais legalizados são obrigados a tornar publicamente disponíveis seus endereços, o que seria um grande risco, porque ele vivia sob ameaças permanentes à sua vida por parte de grupos da extrema direita. Assim, os milhões em direitos autorais foram para seu pai e seu irmão. Em entrevistas à imprensa, Eva alegou que Stieg tinha pouquíssimo contato com o pai e o irmão e reivindicava o direito de controlar sua obra, para que fosse apresentada do modo que o autor teria desejado.

Eva encontrou, no laptop de Larsson, cerca de três quartos de um quarto romance e ainda existiam sinopses ou manuscritos do quinto e do sexto da série, que, segundo Stieg, compreenderia dez romances. No livro de 2010, *Existem coisas que eu gostaria que você soubesse sobre Stieg Larsson e eu*, Eva diz que provavelmente completará ela mesma o quarto romance.

Em 2013 a editora Norstedts contratou o escritor e jornalista sueco David Lagercrantz para continuar *Millenium*. O quarto da série, *The Girl in the Spider's Web/A garota na teia de aranha*, saiu em 2015 e o quinto, *The Girl Who Takes an Eye for an Eye/O homem que perseguia sua sombra*, em 2017.

Millenium focaliza uma dupla improvável de protagonistas: o jornalista Mikael Blomkvist e a punk Lisbeth Salander. Em *Os homens que não amavam as mulheres* reina um admirável equilíbrio entre os dois. Já nos dois livros seguintes, é Salander quem toma as rédeas da ação, e sua predominância prossegue nos dois livros franquiados, em que Blomkvist cai para o segundo plano. No primeiro romance, Salander só entra em cena na página 32, trabalhando como pesquisadora na Milton's, uma firma de segurança. Pesquisadora imbatível, vale-se de seus dons de hacker para entrar nos arquivos mais secretos da polícia ou nas contas bancárias mais sigilosas. O dono da firma, Dragan Armansky, a considera sua principal investigadora. Mas vê com reservas a estranha criatura:

“A Milton's tinha uma imagem de estabilidade conservadora. Salander cabia nesse quadro como um búfalo numa exposição de barcos. A pesquisadora-estrela de Armansky era uma jovem pálida e anoréxica com cabelos rentes à cabeça e *piercings* no nariz e na sobrancelha. Tinha uma vespa de dois centímetros tatuada no pescoço, um laço tatuado no bíceps do braço esquerdo e outro ao redor do tornozelo esquerdo. Nas ocasiões em que usava um top, Armansky viu também que ela tinha um dragão tatuado na omoplata esquerda. Era uma ruiva

natural, mas tingia os cabelos de preto-graúna. Parecia ter emergido de uma semana de orgias com uma gangue de roqueiros da pesada. (...) Nascera esguia, com ossos finos que a faziam parecer adolescente, com membros franzinos, mãos pequenas, pulsos estreitos e seios de criança. Tinha vinte e quatro anos, mas às vezes parecia ter quatorze. Tinha a boca larga, um nariz pequeno, maçãs do rosto salientes, o que lhe dava um ar quase asiático. Seus movimentos eram rápidos como os de uma aranha e quando trabalhava no computador seus dedos voavam sobre as teclas. Sua magreza extrema teria tornado uma carreira de manequim impossível, mas, com a maquiagem correta, seu rosto a teria colocado em qualquer outdoor no mundo. Às vezes usava batom preto e, apesar das tatuagens e dos *piercings* no nariz e na sobrancelha, ela era... bem... atraente. Algo inexplicável."

Resumindo, algumas das características que fazem de Lisbeth Salander uma heroína do século 21: bissexual, tatuada, com *piercings*, exímia motociclista, praticante de artes marciais, gênio da matemática e hacker imbatível, que fica bilionária já no primeiro livro da série ao desviar para sua conta bancária todo o dinheiro do arquivilão corrupto, que botou na cadeia seu amigo, o jornalista Mikael Blomkvist num processo de difamação. Rola até um leve romance, com sexo, entre Lisbeth e Mikael, mas o jornalista é ainda guarda resquícios machistas, na ótica feminista radical de Salander.

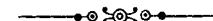
A marca principal de Lisbeth é ser um anjo vingador das mulheres, uma Nêmesis da nova onda feminista. E está coberta de razões para isso. Seu pai, um espião russo, vira agente duplo para a Suécia, é descoberto e foge, acobertado pelo serviço secreto sueco. Zalachenko passa a viver com Agneta Sophia Salander, com quem terá as gêmeas Lisbeth e Camilla. Violento, o ex-espião surra diariamente a mulher, causando-lhe hemorragias cerebrais que a levarão a um asilo e a uma morte precoce. Ainda criança, inconformada com os abusos do pai, Lisbeth joga um litro de gasolina nele e ateia fogo. Zala-

quase morre, mas escapa e continua a infernizar a vida da filha. Presa a um reformatório, ela passará o início da adolescência atada a uma cama e submetida a torturas. Tem, portanto, razões muito concretas para sua raiva e sede de vingança.

Larsson contou a Eva Gabrielsson um incidente que o marcou pelo resto da vida. Aos quinze anos, presenciou três amigos estuprarem uma jovem. Nunca se perdoou por não ter defendido a garota e isso inspirou os temas de violência sexual contra as mulheres em seus livros. Jennie Punter, no *Queen's Quarterly*, escreveu que "a minúscula Lisbeth Salander, sem peito, fumante compulsiva, tatuada, antissocial, bissexual, hacker gênio do computador, se tornou uma das personagens mais atraentes na ficção recente."

O Prêmio Nobel Mário Vargas Llosa, que, como eu, conheceu *Millenium* com um relativo atraso, comentou assim o primeiro livro:

"Passei algumas semanas com todas minhas defesas críticas derrubadas pela força ciclônica de uma história... Excepcional... Bem-vinda à imortalidade da ficção, Lisbeth Salander."





A MINHA ESTRELA

Por CHLORIS CASAGRANDE JUSTEN

Um canto de rouxinol!

Ano novo em minha vida!

Sua voz é a bênção no amanhecer de ano novo! “Parabéns a você” cantado em português repete-se em um canto eslavo, alegria que se espraia em largo sorriso dos meus lábios. O ritual, anos e anos sempre o mesmo, termina em doces e amorosas palavras.

Lágrimas de saudade de sua voz, do seu carinho, são agora preces rumo ao infinito!

Atrás do arco-íris

Um palácio de sábios,

Utopias, esperanças.

Subindo as escadarias do Palácio da Cultura, entre um grupo de alunas de saia azul e blusa branca, meu traje inteiramente preto contava a morte do meu pai. A Escola de Professores, uma nova proposta para transformar a Educação do Paraná, era o desafio dos meus quinze anos. Um corpo docente de Notáveis, Arthur Borges de Macedo – o Diretor, Erasmo Pilotto, Helena Kolody, Zacarias Alves de Souza, Carlos de Brito Pereira, Padre Olímpio de Souza, Sílvia Câmara, Osvaldo Lopes e tantos outros não menos notáveis, nos aguardavam.

Erasmo Pilotto, Educador – filósofo da Educação; Helena Kolody, Educadora – Poetisa. Nunca em toda a História da Educação

do Paraná, o Conhecimento, a Arte, a pesquisa e a experimentação pedagógica tiveram tal força de mudança nos paradigmas educacionais. Foram criados, como parte da atualização curricular, um Centro de Cultura e um Curso de Estudos Superiores de Educação, ambos dirigidos por alunos, que editavam o jornal escolar “A Voz da Escola”, depois premiado no México.

Nesse ambiente, pontificava Helena Kolody. Tão sérios os estudos quanto os grandes ideais educacionais, sonhos como Estrelas, os alunos selecionaram os seus professores preferidos, a totalidade ficou com Helena Kolody. Ela era a Mestra, o Belo, a Proposta.

Seu encanto -
Uma Estrela,
Luz na Jornada!

Em seu primeiro livro, juntas estavam a minha e a sua vida. Chorei com a sua Vigília: “sentada, quieta, a contemplar-te, meu Pai”. Pela mesma dor nos encontramos, os seus versos e a minha saudade: “Teus olhos fitam muito longe, com um olhar imensamente triste”. A minha Mestra e eu, irmanadas pela beleza dos seus versos, por vicissitudes implacáveis. E então, uma emoção escondida e intensa passou a ser um laço a nos unir.

Nasci para a poesia do amor com os seus versos que diziam do cruel e doce sentimento que se espraia do coração dos jovens: “Ó tu por quem eu vivo, e sonho, e sofro tanto! Dono do meu sorriso e causa do meu pranto! ”.

Declamar o poema “Tristeza das Mãos”, a seu pedido, dava-me a alegria de ver lágrimas descendo dos olhos azuis da Mestra, ao ouvir: “Pensar que já foram a alma festiva, / A graça inocente de um berço num lar! E me surpreendia o seu olhar seguindo meus gestos ou quando, num abraço juntando seu rosto ao meu, nossas lágrimas se confundiam e juntas “chorávamos a dor de envelhecer”.

Desdobre uma página que o tempo se incumbiu de amarelar e releio a letra fina e delicada que Helena Kolody escreveu para ser declamada por mim: A dança do fogo, para que as minhas mãos fossem *Bailarina / Leve e fina / De translúcido palor. / Qual Santelmo solitário, / /dança dois ou três compassos/ Ondulando em gestos laços / num bailado sem rumor. /// Lembro-me de seu olhar azul, de seu encantamento, seguindo minhas mãos que dançavam num bailado sem rumor. Ainda menina, eu sorvia a beleza dos seus olhos e de sua face iluminada.*

Dona Helena foi a minha inspiração e esteve sempre em um patamar de respeito e de amor, sem nunca percebermos que “*pelo no penhasco das horas, a vida se precipita*”.

E em *asas de ouro e aço,*
Seguimos lavrando a seara.

Em diferentes momentos, nos encantamos com “*andorinhas no beiral de nossas vidas*”, e, então Diretora Geral, fui buscar a Professora – Minha Estrela - para vivermos mais uma vez “*Graça plena, as lindas rosas do meu horto/ ... Seja embora novo o trigo e seja diversa a messe/ A alegria é sempre igual*”. Além de ela, a minha Mestra, retornar à sua Escola, transformou cada instante de sua presença em uma esteira de luzes. Sua poesia incomparável marcou de belezas e sabedoria as letras do Hino do Instituto de Educação e da comemoração do seu Centenário. Recebi, desde então, e guardo como jóias, poesias àquele tempo inéditas, e, o meu coração ainda vibra com a lembrança do quanto dividimos, do quanto somamos, e volto à “*Vida já passada / já vivida, já sofrida / que brota de novo, / reverdece / e refloresce / para deixar, depois, uma saudade maior.*”

Desafios, esperanças
O pranto na face
O sonho e os meus escritos.

Suas palavras, seus poemas pensaram minhas feridas e, como “uma invisível mão misericordiosa / Que suaviza a queda da folha / e enxuga o pranto da face”//, Dona Helena me envolveu com sua amizade carinhosa, repetindo muitas vezes que eu não poderia nunca deixar de lembrar que eu fora *a mulher mais amada que ela conhecera* e enxugou as lágrimas da minha face. Incentivou-me a publicar os meus escritos e me aconselhou a escrever sempre mais, enfatizando as suas razões e opiniões sobre meus poemas. Não cumpri as promessas que lhe fiz, mas em não as esquecendo, manterei seu olhar sobre meus desafios, sobre meus sonhos, sobre minhas esperanças. E continuamos “caminhando em busca do sol”. A vida mudando os papéis, fomos filha e mãe, mãe e filha, cada vez mais amigas. Lacuna imensa. Benfazeja saudade!

Declamei grande parte de seus poemas, muitas vezes à sua escolha e me alegrava por sentir, não raro sua alma junto à minha. Quando estática e imóvel, os braços caídos e as mãos espalmadas durante o seu Canto Místico, eu e ela vivíamos um só estado de alma: “aqui estou, Senhor, no meio desta nave, / para cantar em teu louvor! “ E eu a sentia genuflexa ao meu lado, irmãs buscando o Infinito....

Meus filhos disseram e escreveram seus poemas. Meus netos musicaram e cantaram sua poesia. E, por certo quando *o sol não mais encontrar /sua sombra em meus caminhos / viverá no sentimento/ dos amigos que a amaram*” // e a nossa história tão sentida, fará parte dos meus versos em minhas lágrimas...

Presença Infinita

Não! Não posso apenas cantar saudades/ A dolorosa finitude da tua vida/ Ainda é a causa maior do meu lamento. / Como posso falar de sua partida/ Quando a sonoridade dos seus versos, É presença infinita e meu viver. ///Ignoro a ausência dos seus olhos// E continuo vivendo o brilho seu olhar profundo ...// E busco a sua voz melodiosa// no ritmo cantante de sua poesia //

Humana e bela. /// Seu porte altivo e sereno// vai se transformando em um Renoir // Nas minhas lembranças. // Quero viver o passado. // Encontrar a Mestra, a Deusa, Atena falando às Andorinhas. /// Não, não posso ainda cantar saudades.../// Quero sofrer a mágoa, a perda, // a Lágrima, o lamento da partida. // Quero gravar a emoção dos seus poemas, // / E então, cantarei minha saudade e sua lira, Estrela e luz no universo infinito!





A BUSCA DA SABEDORIA

Por CHLORIS CASAGRANDE JUSTEN

É da combinação do discernimento amplo com a emoção impessoal que brota a sabedoria.

Bertrand Russel

Em meados do século passado, histórias de sociedades tranqüilas traziam à juventude feminina um panorama onde mulheres bordavam tapeçarias, enfrentando placidamente a passagem do tempo, sem maiores preocupações, sempre distanciadas dos poderes de decisão. Havia as governantas, administrando um pequeno exército de empregados que, entre outras atividades, lustravam pratarias e atendiam jantares. A educação estava freqüentemente nas mãos de preceptoras em casas abastadas, onde os senhores trabalhavam em escritórios bancários ou grandes propriedades rurais.

No começo dos anos cinqüenta, filmes impressionantes e repletos de contradições encenavam romances como *O Morro dos Ventos Uivantes*, *Rebecca*, *a Mulher Inesquecível*, e outros que tais. Essas eram ainda as leituras, que incorporavam o bem preparado ambiente irreal dos romances europeus, movimentando os sonhos das moças.

A Revolução Industrial transferiu para a América do Norte o ideal que povoaria a imaginação das mulheres as quais, concomitantemente ao filme *E o Vento Levou*, comprovavam que a personalidade feminina era capaz de maldades e seduções para

alcançar os seus intentos. Por eles, sinhazinhas quebraram tabus, desvendando às mulheres os comportamentos femininos, dentro de uma sociedade que somente proporcionava aberturas à mulher dominadora. À mulher suave e amorosa, lutas e sofrimentos.

A realidade feminina ia aos poucos tomando novos contornos, quando influenciada pela literatura e pelo cinema. A mulher ainda nem tinha consciência total do universo de seu lar, tão insignificante era seu papel no mundo. Sua grande missão, previamente destinada, era trazer à luz a continuidade da família. As exceções, as mulheres fortes que dirigiam famílias e que logravam vencer fora do lar, só raramente eram apresentadas, assim como era difícil qualquer mudança atingir as mulheres trabalhadoras, que não tinham acesso ao rádio e as bibliotecas. Os romances de amor passavam de mão em mão, patrimônio comunitário entre amigas, partícipes do jogo de emoções proporcionado por esse tipo de folhetim.

No despertar da literatura nacional, nossos romancistas marcaram emocionalmente as meninas-moças da época, com relatos de comportamentos estereotipados de mulheres submissas, que começavam reconhecer e aspirar seus direitos de escolha. A partir de fontes externas, as mulheres incorporaram ao seu imaginário sonhos de independência, iniciando pela escolha do príncipe encantado. Surgiram na bibliografia brasileira romances como *Senhora* e outros do mesmo gênero. Capitu era personagem proibida e, portanto, conhecida em leituras às escondidas.

As obras de Machado de Assis e José de Alencar proporcionaram aberturas que não cabe historiar por terem nos alcançado na contemporaneidade. Basta que recordemos nossas vibrações juvenis, os momentos de ansiedade na espera do instante de conviver com a emoção da leitura. A alma feminina, o amor na sua complexidade, já todo esse conhecimento era descortinado pela literatura, já que eram raras as jovens da época compatibilizarem sua rica vida imaginária com o contexto da restrita e impessoal realidade. Nos livros estava

o seu sonho de amor. Na realidade, a desconhecida concretude do proibido, imerso em tabus e inverdades, povoando novos romances dentro de cada inteligência. As poesias de amor, de Castro Alves, Emiliano Pernetta, Ada Macaggi e tantas outras ainda tão belas, continuaram despertando suaves ou apaixonados sentimentos.

Ah! As emoções nas leituras de poesias, os olhos parados no vazio: - *Ora, direis ouvir estrelas... – Alma minha gentil que te partiste...* Quantas vivemos a dor, a mágoa de Camões. Os textos quanto mais puros, quanto mais belos, mais emocionantes e, portanto mais marcantes.

Talvez nessa época a mulher chorasse a dor de perder sua vida na escuridão da ignorância em que estava envolvida. Ao analisar o passado, brotam no meu pensamento inúmeras considerações: porque não chegava até às mulheres o chamado conhecimento? Ou seria mais vantajoso permanecer na escuridão? Porque será que somente na maturidade renegamos o texto de Vitor Hugo: "*O Homem é o Cérebro e a Mulher, o coração?*"

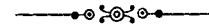
Essa maturidade, no entanto, somente é alcançada em decorrência de um saber mais profundo, permeado pelas múltiplas vivências que, através do tempo, acabavam por distinguir novas compreensões do universo, levando a uma atitude formada de melhores compreensões e de sentimentos apurados. Vivências que exigem discernimento buscam harmonia, promovem sabedoria.

A complexidade das sociedades contemporâneas, no entanto, e a rapidez de suas permanentes mudanças têm interferido na forma de viver dos cidadãos, afastando-os dos questionamentos mais objetivos sobre o valor da vida e a dignidade do ser humano. Para grande maioria, a luta pela subsistência, o acúmulo de responsabilidades, a competição imposta pela globalização, à insegurança econômica, à má administração do tempo de suas atividades, são impedimentos significativos a construção harmoniosa de um processo de melhoria das condições vivenciais do homem.

O prêmio Nobel, filósofo e escritor Bertrand Russel defendeu a administração das horas de trabalho, a fim de proporcionar o direito ao lazer, para que o homem possa se dedicar igualmente à arte, ao estudo, ao conhecimento que o leva à compreensão do seu papel no universo, encaminhando sua dedicação às causas da humanidade. Em seu livro *O Elogio do Ócio*, o filósofo estabeleceu a importância do lazer na busca da alegria, da felicidade, da melhoria, das condições da humanidade e do processo que leva à sabedoria.

'A Filosofia tem como pressupostos valores que promovem a busca de uma vida mais plena e mais feliz para o homem e para a humanidade.'

Todas essas considerações nos levam a concluir que viver *sabientemente consiste na permanente busca pela sabedoria*, onde se incluem as experiências da realidade e da utopia, unindo o passado e futuro pelas teias do conhecimento, firmando esperanças pela emoção das memórias e lembranças, tornando o presente mais coerente e a vida mais feliz.



A PERENIDADE DA ARTE



Por JOÃO MANUEL SIMÕES

1

Ofício lúdico, exercício mágico: arte. Liturgia de assombro do homem precário, contingente, lutando para furtar-se ao império autocrático de Tanatos: arte. Relâmpago, rubrica divina que alguns médiuns eleitos riscam no *in-folio* do mundo: arte. *Weltanschauung* onírica: Cristalografia em flor do indescritível: arte. Projeção de tudo aquilo que, no homem, é ânsia de futuridade, apetência de beleza, fome de transcendência, vocação para o Absoluto, heterônimo de Deus: arte. Palimpsesto do Sumo Artista no mural do universo: arte.

Como ensina Simone de Beauvoir, sempre lúcida e penetrante *c'est dans l'art que l'homme se dépasse définitivement lui-même*. Sim, é na arte que o homem se ultrapassa definitivamente a si mesmo. E ao ultrapassar-se – operação metafísica por excelência e, no caso, estética – o homem de certo modo se reencontra consigo mesmo. *Hic ete nunc*, na plenitude da sua verticalidade intrínseca. Em toda a sua recôndita grandeza.

2

Apesar de tudo, de quando em quando, ciclicamente, surgem algumas vozes mais ou menos conspícuas que, convictas das suas colocações ou apenas *pour épater le bourgeois*, proclamam, pregam,

decretam a morte definitiva da Arte. Ou do romance, da poesia, da pintura, da música e assim por diante. Humanos, demasiado humanos, como diria o mestre de "Assim falou Zaratustra", esses halterofilistas do equívoco, esses prestidigitadores do embuste, enganam-se redondamente. Ou quadradamente, tanto faz. Mentem, às vezes inconscientemente. Outras, cientes e conscientes de que estão mentindo, numa demonstração insofismável do seu *status moral*. Mas a realidade os desmente, incontinenti. Vem os desmentidos há séculos. E continuará a fazê-lo, tranquila e olímpica, *per omnia secula seculorum*.

3

Apesar de todos os oráculos sibilinos, de todos os prognósticos mais ou menos funéreos, a arte continua viva. Mais viva do que nunca, quiçá. E aqueles que lhe passaram o atestado de óbito? Estão mortos. Eles, sim, estão definitivamente mortos. Nomes? Para que nomes? Estão todos enterrados. A arte – imortal – os enterrou na vala comum do esquecimento. Exemplifiquemos. É sempre bom exemplificar. No começo dos séculos, alguns críticos (menores) de todo mundo, franceses e alemães, sobretudo, procuraram demonstrar *ex abundantia* – e *ad nauseam* – a morte do romance e da poesia. Pois bem: depois dos "decretos", viriam a surgir alguns dos maiores poetas e romancistas de todos os tempos. A nominata talvez seja longa, mas está ainda incompleta, aí vão os nomes emblemáticos, demiúrgicos, cujas obras desmentem, em toda a plenitude, a falácia dos que anunciaram a morte prematura dos dois gêneros literários. Entre os romancistas, Romain Rolland e Roger Martin du Gard, Proust e Joyce (os dois himalaias), Kafka e Thomas Mann, Faulkner e Steinbeck, Wassermann e Hesse, Gide e Bernanos, Grass e Boll, Morávia e Pratolini, Maugham e Mishima, Cholocov e Soljenitzin, Scott Fitzgerald e John dos Passos, Sinclair Lewis e Hemingway,

Graciliano Ramos e Érico Veríssimo, Ferreira de Castro e Jorge Amado, Aquilino Ribeiro e Guimarães Rosa, Mauriac e Lagerkvist, Kawabata Iasunari e Simone de Beauvoir, Cortázar e Vargas Llosa, Gallegos e Garcia Marquez, Graham Greene e Margueritte Yourcenar e tantos outros. Entre os poetas, Ezra Pound e W. B. Yats, Pessoa e Drumommond, T. S. Eliot e Valéry, Garcia Lorca e Rilke, Saint-John Perse e Elouard Prévert e Supervielle, Seféris e Kaváfis, Maiakowski e Pasternak, Ungaretti e Montale, Quasímodo e Aragon, Jorge de Lima e José Régio, Machado e Albert, Auden e Archibald Macieish e *tutti quanti*.

4

Tout homme rêve d'être Dieu, escreveu um dia Malraux. É um sonho antigo. Um sonho insano? De modo algum. É um sonho que o homem realiza de maneira singela. Como? Criando, arquitetando, produzindo arte. Como Deus, criador, a criatura cria também. No território virgem das páginas brancas. Nas planícies grávidas de silêncio imemorial. Na transparência do espaço. Palavras. Cores. Formas. Volumes. Sons. Em cujas entradas amadurece o coração da beleza implacável. Pulsante. Vivo.

5

Não, a arte não está morta. Nem morrerá nunca. Por uma razão simples: ela é coexistencial ao espírito do homem, sombra do espírito de Deus. O artista dá forma, vida, substância àquilo que Shakespeare chamou de *the matter of dreams*. No limiar do êxtase, no vórtice da paixão, o artista, ao criar, de certo modo recria-se. E ao recriar-se, *sub specie aeternitatis* da sua arte, perpetua-se. Eterniza-se. Transcede a província do transitório, do efêmero. Para ganhar a imortalidade. Para *ganhar-se*.

Ars longa vita brevis, disse Hipócrates. *Magister dixit*. E disse tudo, nessa colocação lapidar. É por isso que os sinos dobram. E continuarão dobrando. Não pela morte da arte – imperecível – mas pelo passamento de todos quantos se recusam a admitir (felizmente são raros!) a sua perenidade inquestionável. É ela que permite ao homem derrotar a trágica *finitud* a que se referiu Unamuno. Sim, na arte, com a arte, através da arte, o homem transcende o espaço. O tempo. Ganhando uma nova dimensão. Assumindo uma nova perspectiva. Projetando-se para a frente. Para o alto. (Ó pedra viva nas mãos do Fundibulário!).

Não, a arte não pode morrer. É ela que possibilita que o homem reifique os seus sonhos. Tornando-os reais. Dando-lhes concretude. Mais: fazendo-os brilhar. E ao fazê-los brilhar – iluminando o mundo. E só aqueles “cadáveres adiados que procriam” de que falou Pessoa não se dão conta de uma coisa elementar: a irrevogabilidade, a inexorabilidade desse processo radical de iluminação que está no cerne, na raiz de toda a criação artística genuína e autêntica – e não das suas meras contrafações e simulacros. Em síntese, pois a arte não morre nunca. Apenas se limita a oficiar as solenes exequias dos que, pensando atestar a sua morte, apenas se limitam a proclamar a sua vida. Imortal? Mortalmente imortal.

OS TRÊS SÓCRATES (MAIS O DE XANTIPA)

Por JOÃO MANUEL SIMÕES

Confesso que, ao tomar contato pela primeira vez com o retrato de Sócrates, “pintado” pelo seu amigo e discípulo Platão, em alguns dos seus “Diálogos” admiráveis, cheguei a pensar – e sei que não estava sozinho nessa concepção privativa – que se tratava de uma criatura, de um personagem, talvez até mesmo de um heterônimo engendrado pela superior criatividade platônica.

Estava errado. Incidia num equívoco conceitual transparente. Logo depois, ficaria clara a concretude física e a historicidade do filho do escultor Sofrenisco e da parteira Fenarete, cuja existência (refiro-me, naturalmente, à socrática) se desenrolou de 469 a 399 a.C., ou seja, por exatos setenta anos.

Sócrates, que o oráculo de Delfos chegou a considerar o maior sábio dos gregos, e Platão caracterizou como o melhor dos homens, não foi apenas um extraordinário filósofo. Foi, por antonomásia, o Pai da Filosofia. Para não dizer que era a encarnação do próprio espírito filosófico.

Curiosamente, o marido da proverbial Xantipa não escreveu uma só linha, uma única página, um simples folheto, nem mesmo um livro magro, magérrimo. Limitava-se a falar. Discutia, ensinava, dialogava, perorava. Sobretudo, fazia perguntas. Muitas perguntas. Perguntas *ad infinitum* e *ad nauseam*. Quer dizer: exercitava a palavra essencial, o verbo quase demiúrgico, como aconteceu, aliás, com o próprio Cristo, que também nada escreveu. E a sua palavra poderosa

era a projeção de um pensamento maiúsculo, superlativo, na sua essencialidade significante.

Passeando nas ruas da *polis* ateniense, ou sentado nas suas praças, à sombra de figueiras e oliveiras frondosas, Sócrates era uma usina pensante de onde as ideias fluíam límpidas como as águas do mar Egeu.

A rigor, não existe apenas um Sócrates, mas três: o de Platão, discípulo dileto e porta-voz entusiástico do Mestre, o do historiador Xenofonte, e o do teatrólogo, sobretudo, comediógrafo, Aristófanes.

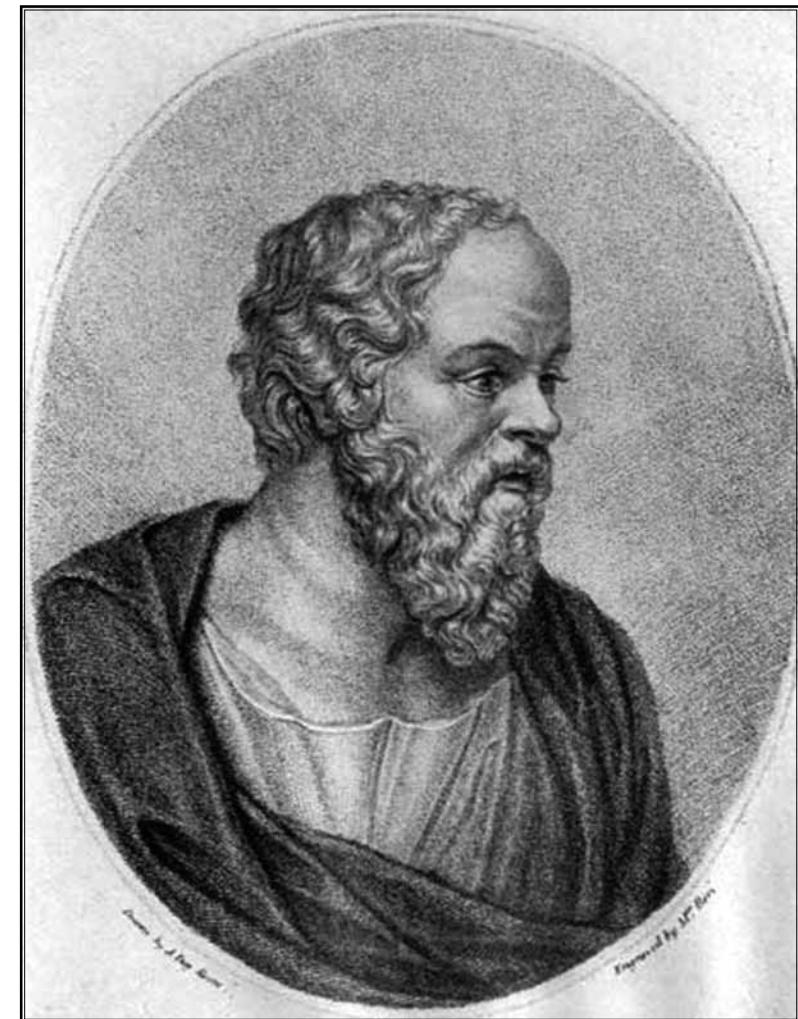
Não há a menor dúvida de que o Sócrates do gênio das estruturas dialogais é, de longe, o mais impressionante, o mais denso e o mais rico. Ele surge em diálogos soberbos como “Ménon”, “Banquete”, “Fédon”, “Críton”, “Cármides”, “Teeteto” e, sobretudo, na aristocrática “Apologia de Sócrates”.

Em todos esses diálogos imortais, o Filósofo da Academia não se limita nem se contenta em fazer o elogio do mestre excuso. Vai mais longe: glorifica-o. Canta-o, na condição de poeta que também foi, em algumas das suas páginas emblemáticas. É bom não esquecer, aliás, que Platão, além de poeta indiscutível, foi certamente o criador da prosa literária propriamente dita, com o uso onipresente daquilo que Proust, muitos séculos mais tarde, considerou essencial para qualquer obra literária – a metáfora.

De fato, o Sócrates platônico tem qualquer coisa de um herói da “Ilíada”, ou de um semideus da “Odisseia” homérica. E chega a tangenciar a própria santidade, pela dimensão ética, pela envergadura moral, pela exemplaridade existencial que ostenta. Tem certamente, na peculiar visão platônica, o perfil exato de um santo pré-cristão, assim como Gandhi foi um santo não cristão.

Mas há outros dois Sócrates que merecem referência: o do historiador Xenofonte e o do teatrólogo Aristófanes.

Xenofonte, o autor de *Anabásis*, no seu livro “Recuperação de Sócrates”, mostra-nos o grande pedagogo sob uma ótica que não corresponde exatamente à de Platão. Ele é mais comedido, menos



entusiasta, mais realista. É mais parcimonioso na adjetivação. Em suma: mostra-nos um Sócrates certamente respeitável, respeitabilíssimo, mas não tão grandiloquente quanto o de Platão. Tem a exata dimensão daquilo que futuramente seria chamado de um “varão de Plutarco”, rico de qualidades intelectuais, prenhe de dotes morais, mas que não chega a extrapolar a escala humana. Humanamente humana.

Já o terceiro Sócrates, destoa radicalmente dos dois anteriores. É inteiramente assimétrico a ambos. Chega a parecer uma espécie de antítese dos dois. Aristófanes pinta Sócrates, na sua hilariante comédia “As nuvens”, como um personagem caricato: misto de charlatão, boquirroto, embusteiro, molambento, tatibitate, bufão.

O que teria levado o colega de Ésquilo, Sófocles e Eurípedes a essa distorção flagrante, premeditada, perversa? Sem dúvida, o espírito de vingança. Aristófanes vinga-se, na sua peça, de algumas críticas socráticas contundentes a suas peças anteriores. Freud explicaria com facilidade o fenômeno. E Nietzsche haveria de considerá-lo humano, demasiado humano.

Seja como for, a tentativa de demolição sistemática do filósofo levada a efeito por Aristófanes, nem de longe ofusca, empana ou minimiza o brilho socrático que é refletido por Platão. Este, falando sobre o mestre, talvez pudesse dizer o que o velho Eça diria de Antero: era um gênio e era um santo.

A esta altura, parecerá ao leitor mais atento que eu esqueci o quarto Sócrates. Não esqueci. Esse seria o Sócrates de Xantipa. Ninguém poderia retratá-lo melhor do que ela. Infelizmente, não nos deixou uma linha ou um traço do marido na sua condição marital. Por uma razão simples: era, provavelmente, analfabeto.

Uma coisa, porém, nós podemos presumir: Sócrates não haveria de “sair” muito bem na “foto” da mulher...

O ESPÍRITO DE EMULAÇÃO (OU RECURSOS PROCESSUAIS INFUNDADOS)

Por ALBINO FREIRE

Houve um tempo em que o litigante de má-fé era severamente punido com pesadas multas pela legislação e explicitamente desdenhado, senão mesmo execrado, pela comunidade jurídica. Hoje, não. Cumprindo-se a profecia do sábio baiano, agiganta-se o poder nas mãos dos maus, estes cada vez mais ousados, enquanto, na mesma proporção, os bons se intimidam e se encolhem, desprotegidos por um Poder Judiciário cada vez mais acovardado e, desgraçadamente, comprometido. Quem, então, dará um basta a essas manobras indefinidamente protelatórias?

Emulação, no sentido comum, não é um sentimento ignobil, podendo até mesmo impulsionar alguém ao progresso. Já no sentido jurídico, significa ato ilegal que leva o litigante a recorrer ao Poder Judiciário sem qualquer fundamento, acionando temerariamente o sistema, visando prejudicar a outra parte ao retardar injustificadamente a solução do processo.

Hoje em dia, eu me escandalizo ao ver certos advogados, regiamente remunerados, especializar-se na interposição de uma gama infindável de recursos processuais, com fundamentos flagrantemente contrários à lei. Dessa forma, vão conseguindo retardar o início do cumprimento da pena, desaguando o processo penal, invariavelmente, no mar da impunidade. Enquanto isso, os criminosos riem da Justiça, zombam do sistema, de um Poder Judiciário leniente com a chicana, e que continua indeciso, demorando demais a dar um basta ao

deboche deles, ao deixar de aplicar imediatamente medidas drásticas, que desencorajariam recursos interpostos por mero espírito de emulação, se indeferisse “in limine” o pedido. Mas têm de ser multas milionárias, proporcionais aos valores surrupiados dos cofres públicos e que agora servem para remunerar os signatários desses recursos sobre recursos de recursos... em ridícula maratona da litigância de má-fé! E quem são eles? Seriam aqueles senhores, uns muito jovens, outros já encanecidos, luxuosamente trajados, portando pastas de grife, transitando pelos corredores do STF com uma desenvoltura principesca? Será que estou sendo corporativista, ou realmente vejo ali a imagem da insolênci a e da petulância? Será mesmo que vi, ou meus olhos me enganaram, quando me pareceu que vi um dedo em riste desafiando a autoridade do juiz e do Tribunal, sem o menor pudor ou senso ético? Por que será? Não quero ser injusto com eles, mas será, talvez, porque fiados na sensação de poder baseada na inesgotável fonte do dinheiro abjeto, roubado do povo e acumulado durante décadas por sua clientela privilegiada e corrupta?

Eu, cá do meu canto modesto e silencioso, me entristeço ao ver que o Poder Judiciário parece ter abdicado totalmente de sua autoridade e autonomia na direção do processo. A propósito, são tantos recursos “contra legem”, tantas manobras protelatórias, que o próprio sistema, reiteradamente fragilizado por atos flagrantemente antiéticos por parte de certos julgadores, já nem sequer consegue identificá-los. A propósito, se um deles tivesse telhado de vidro, como por exemplo, se algum deles, apenas por hipótese, tivesse o cônjuge como sócio de um escritório de advocacia que atua na corte, como poderia aquele juiz arvorar-se em atirar a primeira pedra nos inexauríveis recursos emulatórios?

Estamos, sim, antevedendo o caos, a crise da ética, de um lado, e da autoridade, do outro. Vivenciamos um cenário do absurdo. Assistimos a um teatro do absurdo. Evidencia-se, no dizer de conhecido jurista, uma surpreendente antinomia das convicções. Longe de mim

ser pessimista, mas não consigo disfarçar os arrepios de medo, ao ver desenhar-se no horizonte uma tragédia anunciada. Justamente o que eles, os hipócritas e corruptos, querem, tentando, aos poucos, minar a autoridade da Suprema Corte e, desafortunadamente, estão conseguindo.





MOMENTO

Por NILSON MONTEIRO

Onde, Santo Onofre, padroeiro dos etílicos, a minha inspiração?
Onde se enfiou esta danada a fazer gracinhas?

Bebo o colarinho de todos os copos e tento adivinhar nesta
cidade, onde beber é conjugado em todos os tempos e modos, em que
canto anda a minha musa inspiradora.

Que sereia é esta, esticada a 935 metros das espumas salgadas,
onde o bafo da Serra do Mar chega, úmido e quente, às suas bordas
geladas? Que formas líquidas e concretas com rugas de mais de três
séculos e pose de moderna bailando aos meus olhos de vampiro?

Onde o coração de índia, alma cosmopolita, socando as dobras
de uma mochila de carne e osso, velha e maltratada, balão nas tardes
de junho e estrela em meio aos trilhos do trem?

Tento lamber um pedaço da alma. Jogo mora ou jogo truco. Ou
junto letras, palavras mesmo cariadas. Nos bares, refinados ou rudes,
multiplicados, santuários onde tragamos o último texto do fundo dos
copos, teimo em desenhar minha inspiração.

Sonho. Manhãs, tardes, noites, madrugadas de aprendizado
nos olhos de areia, paixões na garoa.

Encharcado soneto, em que momento vive este lugar? Por
que esta ternura alcândo voo com seus pombos encardidos de cinza?
Inspiração feito a poética paz de um ipê amarelo solitário. Ou da luz
que vaza dos pinheiros. Ou do discurso de dezenas na Boca Maldita,
onde bendito nem o Papa.

Onde, Santo Onofre, padroeiro dos etílicos, a minha inspiração?

Tento destilar os caldos e seus paladares. Ou aprender com a chuva que mancha o espírito. Ou com a chuva de tristeza que vem pelos bueiros daqui e de fora. Ou saber do lugar, em todo lugar, para sempre mais um. Ou coisas da vida com seus espinhos, Coroas de Cristo. Ou coisas com toda sua simplicidade. Quer exemplo, meu amigo?

Tirar, servir e sorver chopp é uma ciência. Está em páginas. Está em livros. Está na experiência. Está nos lábios. Está nos copos ou nas canecas, ora meu santo.

Faróis de poeta nos faróis cardíacos da urbe, Leminski, o Paulo, soletrava: “O Rio é o mar, Curitiba é o bar”. No ponto. Nem mais. Nem menos. Colarinho a gosto do freguês. Ou do amigo. Ou do amor.

Ah, sim, com esta musa inspiradora as meninas dos nossos olhos se alegram em alegres e tristes porres. Brilhantes. Mansas. Devoramos as meninas dos nossos olhos, franciscanos ou encapetados. Elas também nos devoram, meio polacas, meio morenas, meio floridas, meio negras, brancas de neve, loucas de frio, meio iluminadas, meio ensolaradas, meio fogosas, cabelos escorridos, meio dia meio noite.

Ideias tentam saltar para o papel, anjos gritando loucuras e torturas, aqui, minha musa, a cidade é totêmica, a gralha é azul e a vida, muitas cores e almas. Os corações naufragos não pedem cais. Nada de pé na estrada. Nada de trilhos. Nada de porto seguro. Apenas mais um chopp.

CORAGEM NOS DIREITOS

—•••—
Por NILSON MONTEIRO

“Japonês calabrês, foi o diabo que te fez!”. Seus olhos, rasgados e molhados, engoliram o preconceito cantado pela molecada antes e depois da II Guerra Mundial. Ou descarregado, durante o ardor do bombardeio na Ásia, marcadamente no Sul do país, em São Paulo, Maringá, Curitiba, Rolândia e em Londrina, em chutes de adultos contra seu velho rádio Philips.

Japonês, nada. Brasileiro, isto sim. Primeiro nissei do Paraná, nascido em Ribeirão Claro, três dias antes do Natal de 1914, um ano depois de seus pais desembarcarem em Santos, vindos da província de Koshi-Ken, ao Sul do Japão.

Pensava tudo. Nada dizia. Se vê no rosto: filho ou neto de japonês, tudo japonês, raça que pouco se confunde (os asiáticos são parecidos?). Fazer o que? A ironia das cantigas infantis confundia.

Por que o diabo que fez? Nishikawa Massao ri pequeno, quase com o canto dos lábios, ajeita-se na poltrona, as pernas sobram no ar. Masso significa coragem nos direitos. “Massa” significa direitos e “O”, coragem.

Suas mãos são grossas. As unhas estão sempre de luto, cheias de terra, bênção que ele aprendeu a lidar e respeitar desde criança. A testa tem a marca do chapéu, usado desde os primeiros anos para se proteger do sol da roça.

Massao e seus cinco irmãos, filhos de Goichi, que procurou o Brasil para ficar rico, como fizeram há pouco os dekasseguis à busca

da riqueza no Japão, deram duro. Primeiro em Olavo Bilac, no estado de São Paulo, depois em Londrina.

A família de Goichi tinha direito a cada mês a uma lata de arroz para plantar, na fazenda onde trabalhava em Olavo Bilac. Mas queria mais. Pediram para plantar em um lugar onde só dava formigas. O administrador da fazenda não se importou. Goichi e seus filhos plantaram, espantaram as formigas e colheram 25 sacos em cascas. Nunca mais faltou arroz e exemplo na fazenda.

Por que as crianças misturavam japonês com calabreês em suas sátiiras azedas? Confusões e preconceitos de guerra? Rima pobre? Pobreza embutida nas pessoas?

Rica era a grudenta lama de Londrina, para onde a família de Massao se mudou, depois de ter vendido, por 120 contos, 40 alqueires em Olavo Bilac.

Massao aperta os olhos miúdos para falar do mar de perobas, dos bichos e do trabalho. “Minha vida é o café. Eu e meus irmãos, todo mundo trabalhava com café. A geada mata, a geada matou, mas sou teimoso. Até morrer, vou continuar plantando café. Sou teimoso”.

Goichi, que teimava em assinar cheques com a grafia japonesa, para não perder os costumes e tradições de seu país, foi enterrado em Londrina. Permanece vivo em uma aquarela pendurada na sala da casa de Massao. Seus olhos pacíficos endossam o depoimento do filho e de seus filhos.

Por que o diabo que fez? Massao espreme as mãos, os olhos rasos e não consegue explicar. Nem entender. A Guerra, isto ele sabe, semeou e apimentou o preconceito. Antes dela, não se exigia que descendentes de japoneses tivessem nomes brasileiros. Durante e depois, virou obrigação. Tanto que os dois primeiros filhos do casal Massao e Tieko chamam-se Hiroshi e Siduka. Os outros seis têm nomes “brasileiros”: Luiza, Maria, Tereza, Amélia, Arthur e Irene.

O que interessa, ele repete, é que esta terra roxa, vulcânica, visquenta e rica, é a sua terra. Onde ele plantou suas raízes. E café.

Atravessou todas as histórias de geadas, cotações, quebras, falências, replantios, pragas, queimas, até à geada fatídica, a que torrou a planta em suas raízes.

Traga fundo duas vezes o cheiro da bebida e, entre risadinhas quebradiças, a sorve em goles assoprados, vagarosos. “Gosto muito de café. Japonês toma mais chá. Mas, eu sou mesmo é brasileiro. E gosto muito mais de café”.

Por quais terras estarão as mãos grossas e de unhas enlutadas de Massao?





RELAÇÃO DAS CADEIRAS

PATRONOS
FUNDADORES
OCUPANTES

CADEIRA N.^o 1

PATRONO

Antônio Vieira dos Santos (1784-1854)

FUNDADOR

José Francisco da Rocha Pombo (1857-1933)

1.^º OCUPANTE

Valfrido Pilotto (1903-2006)

2.^º OCUPANTE

Dante José Mendonça (1951)

CADEIRA N.^o 2

PATRONO

Cândido Martins Lopes (1803-1871)

FUNDADOR

Sebastião Paraná de Sá Sotto Maior (1864-1938)

1.^º OCUPANTE

Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo (1872-1955)

2.^º OCUPANTE

Osvaldo Pilotto (1901-1993)

3.^º OCUPANTE

Luiz Romaguera Netto (1935-2004)

4.^º OCUPANTE

Ernani Buchmann (1948)

CADEIRA N.^o 3

PATRONO

Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá (1827-1903)

FUNDADOR

Moysés Araújo Marcondes de Oliveira e Sá (1859-1928)

1.^º OCUPANTE

Flávio Carvalho Guimarães (1891-1968)

2.^º OCUPANTE

Newton Isaac da Silva Carneiro (1914-1987)

3.^º OCUPANTE

René Ariel Dotti (1934)

CADEIRA N.^o 4

PATRONO

Dr. José Cândido da Silva Murici (1827-1879)

FUNDADOR

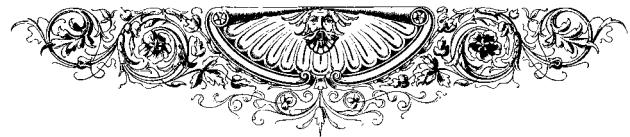
José Cândido da Silva Muricy (1863-1943)

1.^º OCUPANTE

José Cândido de Andrade Muricy (1895-1984)

2.^º OCUPANTE

Eduardo Rocha Virmond (1929)



CADEIRA N.º 5

PATRONO
Fernando Amaro de Miranda (1831-1857)
FUNDADOR
Manoel de Azevedo da Silveira Neto (1872-1942)
1.º OCUPANTE
Tasso Azevedo da Silveira (1895-1968)
2.º OCUPANTE
Leopoldo Scherner (1919-2011)
3º OCUPANTE
Paulo Venturelli (1950)

CADEIRA N.º 6

PATRONO
Senador Manoel Francisco Correia Neto (1831-1905)
FUNDADOR
Nestor Víctor dos Santos (1868-1932)
1.º OCUPANTE
Ulysses Falcão Vieira (1885-1942)
2.º OCUPANTE
Ernani Guarita Cartaxo (1900-1967)
3.º OCUPANTE
Francisco Raitani (1897-1971)
4.º OCUPANTE
Felício Raitani Neto (1917 - 2000)
5º OCUPANTE
Harley Clóvis Stocchero (1926-2005)
6º OCUPANTE
Oriovisto Guimarães (1945)

CADEIRA N.º 7

PATRONO
Bento Fernandes de Barros (1834-1903)
FUNDADOR
João Pamphilo d'Assumpção (1865-1945)
1.º OCUPANTE
Oscar Martins Gomes (1893-1977)
2.º OCUPANTE
Marino Bueno Brandão Braga (1920-2010)
3º OCUPANTE
Ney José de Freitas (1953)

CADEIRA N.º 8

PATRONO
Francisco Antônio Monteiro Tourinho (1837-1885)
FUNDADOR
Jaime Ballão (1869-1930)
1.º OCUPANTE
Ildefonso Serro Azul (1888-1949)
(Ildefonso Pereira Correia)
2.º OCUPANTE
Jaime Ballão Júnior (1891-1968)
3.º OCUPANTE
Elias Karam (1902-1975)
4.º OCUPANTE
Luiz Carlos Pereira Tourinho (1913-1998)
5º OCUPANTE
Rafael Valdomiro Greca de Macedo (1956)

CADEIRA N.º 9

PATRONO
Manoel Euphrasio Correia (1839-1888)
FUNDADOR
Leônico Correia (1865-1950)
1.º OCUPANTE
Vasco José Taborda Ribas (1909-1997)
2.º OCUPANTE
Ário Taborda Dergint de Rawicz (1931)

CADEIRA N.º 10

PATRONO
Telêmaco Augusto Enéas Morocines Borba (1840-1919)
FUNDADOR
Ermelino Agostinho de Leão (1871-1932)
1.º OCUPANTE
Francisco de Paula Dias Negrão (1871-1937)
2.º OCUPANTE
Arthur Martins Franco (1876-1979)
3.º OCUPANTE
Ruy Christovam Wachowicz (1939-2000)
4º OCUPANTE
Raymundo Maximiano Negrão Torres (1925-2006)
5º OCUPANTE
Flora Camargo Munhoz da Rocha (1911-2014)
6º OCUPANTE
Flávio Arns (1950)

CADEIRA N° 11

PATRONO

Alfredo Caetano Munhoz (1845-1921)

FUNDADOR

Alcides Munhoz (1873-1930)

1.º OCUPANTE

Laertes de Macedo Munhoz (1900-1967)

2.º OCUPANTE

João Manuel Simões (1939)

CADEIRA N° 12

PATRONO

Ubaldo do Amaral Fontoura (1842-1920)

FUNDADOR

Euclides da Motta Bandeira e Silva (1877-1947)

1.º OCUPANTE

José de Sá Nunes (1893-1954)

2.º OCUPANTE

Faris Antônio Salomão Michaele (1911-1977)

3.º OCUPANTE

Ernani Costa Straube (1929)

CADEIRA N° 13

PATRONO

Generoso Marques dos Santos (1844-1928)

FUNDADOR

Enéas Marques dos Santos (1883-1961)

1.º OCUPANTE

Manoel de Oliveira Franco Sobrinho (1916-2002)

2º OCUPANTE

Rui Cavallin Pinto (1928)

CADEIRA N° 14

PATRONO

José Bernardino Bormann (1844-1919)

FUNDADOR

Dídio Iratim Affonso da Costa (1881-1953)

1.º OCUPANTE

Júlio Estrella Moreira (1899-1975)

2.º OCUPANTE

José Carlos Veiga Lopes (1939-2010)

4.º OCUPANTE

Guido Viaro (1968)

CADEIRA N.º 15

PATRONO

Dr. João José Pedrosa (1844-1882)

FUNDADOR

Clemente Ritz (1888-1935)

1.º OCUPANTE

Virgílio Moreira (1900-1973)

2.º OCUPANTE

Christovam Colombo de Souza (1920-1991)

3.º OCUPANTE

Adélia Maria Woellner (1940)

CADEIRA N.º 16

PATRONO

Brasílio Itiberê da Cunha (1846-1913)

FUNDADOR

Paulo Ildephonso d'Assumpção (1868-1928)

1.º OCUPANTE

Benedito Nicolau dos Santos (1878-1957)

2.º OCUPANTE

Bento João d'Albuquerque Mossurunga (1879-1970)

3.º OCUPANTE

Benedito Nicolau dos Santos Filho (1914-1987)

4.º OCUPANTE

Alceo Ariosto Bocchino (1918 - 2013)

5.º OCUPANTE

Paulo Sérgio da Graça Torres Pereira (1954)

CADEIRA N.º 17

PATRONO

Eusébio Silveira da Motta (1847-1909)

FUNDADOR

Dário Persiano de Castro Vellozo (1869-1937)

1.º OCUPANTE

Dicesar Plaisant (1894-1969)

2.º OCUPANTE

Flávio Suplicy de Lacerda (1903-1983)

3.º OCUPANTE

Euro Brandão (1924-2000)

4º OCUPANTE

Clemente Ivo Juliatto (1940)

CADEIRA N.º 18

PATRONO
Joaquim de Almeida Faria Sobrinho (1847-1909)
FUNDADOR
Hipólito Pacheco Alves de Araújo (1969-1946)
1.º OCUPANTE
Manoel de Lacerda Pinto (1893-1974)
2.º OCUPANTE
Francisco da Cunha Pereira Filho (1926-2009)
3º OCUPANTE
José Laurentino Gomes (1956)

CADEIRA N.º 19

PATRONO
José Gonçalves de Moraes (1849-1909)
FUNDADOR
José Gelbecke (1879-1960)
1.º OCUPANTE
Arildo José de Albuquerque (1914-1974)
2.º OCUPANTE
Joaquim Carvalho (1910-1974)
3.º OCUPANTE
Carlos Alberto Sanches (1941)

CADEIRA N.º 20

PATRONO
Albino José Silva (1845-1905)
FUNDADOR
José Niepce da Silva (1876-1935)
1.º OCUPANTE
Ciro Silva (1883-1968)
2.º OCUPANTE
Francisco Pereira da Silva (1909-1974)
3.º OCUPANTE
Samuel Guimarães da Costa (1917-1997)
4.º OCUPANTE
Luiz Geraldo Mazza (1931)

CADEIRA N.º 21

PATRONO
João Evangelista Braga (1850-1913)
FUNDADOR
Leônidas Moura de Loyola (1892-1938)
1.º OCUPANTE
Milton Erickson Carneiro (1902-1975)
2.º OCUPANTE
Ernani Simas Alves (1914-2000)
3º OCUPANTE
Albino de Brito Freire (1941)

CADEIRA N.º 22

PATRONO
Monsenhor Manoel Vicente Montepoliciano da Silva (1851-1909)
FUNDADOR
Bispo Dom Alberto José Gonçalves (1859-1945)
1.º OCUPANTE
Carlos Stellfeld (1900-1970)
2.º OCUPANTE
Metry Bacila (1922 - 2012)
3.º OCUPANTE
João José Bigarella (1923 - 2016)
4.º OCUPANTE
Etel Frota (1952)

CADEIRA N.º 23

PATRONO
Fernando Machado Simas (1851-1916)
FUNDADOR
Ernesto Luiz de Oliveira (1874-1938)
1.º OCUPANTE
Hugo Gutierrez Simas (1883-1941)
2.º OCUPANTE
Arthur Ferreira dos Santos (1894-1972)
3.º OCUPANTE
Odilon Túlio Vargas (1929-2008)
4º OCUPANTE
Jeorling Joely Cordeiro Cleve (1932)

CADEIRA.º 24

PATRONO
Luiz Ferreira França (1853-1921)
FUNDADOR
Serafim França (1888-1967)
1.º OCUPANTE
Assad Amadeu Yassim (1935-1985)
2.º OCUPANTE
Chloris Casagrande Justen (1923)

CADEIRA N.º 25

PATRONO
Vicente Machado da Silva Lima (1860-1907)
FUNDADOR
João Cândido Ferreira (1864-1948)
1.º OCUPANTE
Bento Munhoz da Rocha Neto (1905-1973)
2.º OCUPANTE
Ruy Noronha Miranda (1914-2010)
3º OCUPANTE
Paulo Vítola (1947)

CADEIRA N.º 26

PATRONO

Joaquim Dias da Rocha Filho (1862-1895)

FUNDADOR

Francisco Heráclito Ferreira Leite (1889-1982)

1.º OCUPANTE

Wilson da Silva Bóia (1927-2005)

2.º OCUPANTE

Leo de Almeida Neves (1932)

CADEIRA N.º 27

PATRONO

Domingos Virgílio do Nascimento (1862-1915)

FUNDADOR

Omar Gonçalves da Motta (1910-1972)

1.º OCUPANTE

Noel Nascimento (1925-2013)

2.º OCUPANTE

Marta Morais da Costa (1945)

CADEIRA N.º 28

PATRONO

Francisco Carvalho de Oliveira (1863-1927)

FUNDADOR

Rodrigo Júnior (1887-1964)

(João Baptista Carvalho de Oliveira)

1.º OCUPANTE

Leonardo Henke (1906-1986)

2.º OCUPANTE

Helena Kolody (1912-2004)

3º OCUPANTE

Belmiro Valverde Jobim Castor (1942-2014)

4º OCUPANTE

Nilson Monteiro (1951)

CADEIRA N.º 29

PATRONO

Leônidas Fernandes de Barros (1865-1926)

FUNDADOR

Adolpho Jansen Werneck de Capistrano (1879-1932)

1.º OCUPANTE

Alcindo Lima (1902-1935)

2.º OCUPANTE

Carlos Alberto Teixeira Coelho Júnior (1894-1969)

3.º OCUPANTE

Ladislau Romanowski (1902-1997)

4.º OCUPANTE

Leonilda Justus (1923-2012)

5º OCUPANTE

Darci Piana (1941)

CADEIRA N.º 30

PATRONO

Emiliano David Perneta (1866-1921)

FUNDADOR

José Henrique de Santa Rita (1872-1944)

1.º OCUPANTE

Octávio De Sá Barreto (1906-1986)

2.º OCUPANTE

Oldemar Justus (1922-2006)

3º OCUPANTE

Adherbal Fortes de Sá Júnior (1938)

CADEIRA N.º 31

PATRONO

Emílio Correia de Menezes (1866-1918)

FUNDADOR

Helvídio da Silva Pereira (1883-19?)

1.º OCUPANTE

Lauro Grein Filho (1921 - 2015)

2.º OCUPANTE

Roberto Gomes (1944)

CADEIRA N.º 32

PATRONO

Joaquim Procópio Pinto Chichorro Júnior (1866-1926)

FUNDADOR

Alceu Chichorro (1896-1977)

1.º OCUPANTE

Emílio Leão de Mattos Sounis (1913-1999)

2º OCUPANTE

José Wanderlei Miranda de Resende (1938 - 2016)

3º OCUPANTE

Luci Collin (1964)

CADEIRA N.º 33

PATRONO

Nestor Pereira de Castro (1867-1906)

FUNDADOR

Samuel César de Oliveira (1895-1934)

1.º OCUPANTE

Alfredo Romário Martins (1874-1948)

2.º OCUPANTE

José Loureiro Ascenção Fernandes (1903-1977)

3.º OCUPANTE

Edwino Donato Tempski (1913-1995)

4.º OCUPANTE

Edilberto Trevisan (1923-2010)

5º OCUPANTE

Roberto Mugiaatti (1937)

CADEIRA N.º 34

PATRONO
Júlio David Perneta (1869-1921)
FUNDADOR
João David Perneta (1874-1933)
1.º OCUPANTE
Raul Rodrigues Gomes (1889-1975)
2.º OCUPANTE
Antônio Celso Mendes (1934)

CADEIRA N.º 35

PATRONO
Nilo Cairo da Silva (1874-1928)
FUNDADOR
José Pereira de Macedo (1883-1965)
1.º OCUPANTE
Mario Braga de Abreu (1906-1981)
2.º OCUPANTE
Moysés Goldstein Paciornik (1914-2008)
3º OCUPANTE
Ricardo Pasquini (1938)

CADEIRA N.º 36

PATRONO
Ricardo Pereira de Lemos (1871-1932)
FUNDADOR
Heitor Stockler de França (1888-1975)
1.º OCUPANTE
Apollo Taborda França (1926-2017)
2.º OCUPANTE
Marcio Renato dos Santos (1974)

CADEIRA N.º 37

PATRONO
Ismael Alves Pereira Martins (1876-1926)
FUNDADOR
Vicente Montepoliciano Nascimento Júnior (1880-1958)
1.º OCUPANTE
José Augusto Gumy (1889-1971)
2.º OCUPANTE
Dario Nogueira dos Santos (1899-1980)
3.º OCUPANTE
Pompília Lopes dos Santos (1900-1993)
4.º OCUPANTE
Hellê Vellozo Fernandes (1925-2008)
5º OCUPANTE
Clotilde de Lourdes Branco Germiniani (1938-2018)
6º OCUPANTE
José Pio Martins (1951)

CADEIRA N.º 38

PATRONO
Reinaldino Antônio Scharffenberg de Quadros (1878-1929)
FUNDADOR
Durval Borges de Macedo (1895-1984)
1.º OCUPANTE
Mário Marcondes de Albuquerque (1915-1998)
2.º OCUPANTE
Carlos Roberto Antunes dos Santos (1945-2013)
3.º OCUPANTE
Maria José Justino (1949)

CADEIRA N.º 39

PATRONO
Aristides de Paula França (1879-1910)
FUNDADOR
José Antônio Fernandes Cadilhe (1881-1942)
1.º OCUPANTE
José Farani Mansur Guérios (1906-1943)
2.º OCUPANTE
Rosário Farani Mansur Guérios (1907-1984)
3.º OCUPANTE
Francisco Filipak (1924-2010)
4º OCUPANTE
Cecília Helm (1937)

CADEIRA N.º 40

PATRONO
Cícero Marcondes França (1884-1908)
FUNDADOR
Generoso Borges de Macedo (1875-1945)
1.º OCUPANTE
Ângelo Guarinello (1876-1959)
2.º OCUPANTE
Alvir Riesemberg (1907-1975)
3.º OCUPANTE
Valério Hoerner Júnior (1943-2015)
4.º OCUPANTE
Antonio Carlos Carneiro Neto (1948)

BENEMÉRITOS

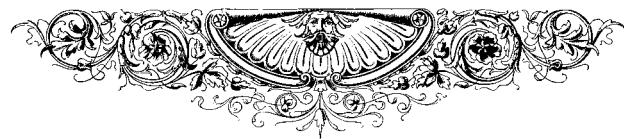
LUÍS RENATO PEDROSO
CAÍQUE FERRANTE

HONORÁRIOS

ENNIO MARQUES FERREIRA
HENRIQUETA P. MONTEIRO GARCEZ DUARTE
ORLANDO SOARES CARBONAR
ERNANI REICHMANN



ENDEREÇOS DOS ACADÊMICOS



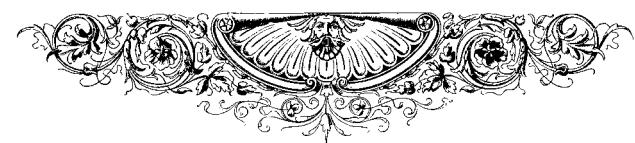
Adélia Maria Woellner adeliamaria@hotmail.com	Rodovia Delegado João Leopoldo Jacomel, 5020, casa 659 Piraquara – PR 83310-170	(41) 3673-2384
Adherbal Fortes de Sá Júnior afortesjr@uol.com.br	Rua Ivo Leão, 702, ap.103 Curitiba – PR 80030-180	(41) 3252-2035
Albino de Brito Freire abfreire2007@onda.com.br	Al. Júlia da Costa, 941, ap.902 Curitiba – PR 80430-110	(41) 3015-7214
Antônio Carlos Carneiro Neto carneiro.neto@terra.com.br	Rua Padre Agostinho, 1835, ap. 2302 - Bigorrilho Curitiba – PR 80710-000	(41) 3339-7909
Antônio Celso Mendes antcmendes@gmail.com	Av.Anita Garibaldi, 31, ap.1102 Curitiba – PR 80540-180	(41) 3253-2645
Ário Taborda Dergint ligiadergint@gmail.com.br	Rua Des. Otávio Amaral 770, ap.3 Curitiba – PR 80730-400	(41) 3335-9727
Carlos Alberto Sanches carlosasanches2@yahoo.com.br	Av. Iguaçu, 3000/ 501 Curitiba – PR 80240-031	(41) 3359-3853
Cecília Maria Vieira Helm helmcecilia@gmail.com	Rua Camões, 1790 - ap.101 Curitiba – PR 80040-180	(41) 3254-1914
Chloris Casagrande Justen cjusten@onda.com.br	Rua Des.OtávioAmaral,557 ap.142 Curitiba – PR 80730-400	(41) 3018-1127
Clemente Ivo Julianotto cijpucpr@yahoo.com.br	Rua Justo Azambuja,365 São Paulo – SP 01518-000	(11) 3209 0977

Dante Mendonça dantejmendonca@gmail.com	Rua Augusto Stelfelld, 873 ap. 203, Centro Curitiba – PR 80430-140	(41) 3233-2346
Darci Piana presidencia@fecomerciopr.com.br	Rua Visconde do Rio Branco 931, 6º andar Curitiba – PR 80410-001	(41) 3883-4512
Eduardo Rocha Virmond erv@ervirmond.com.br	Rua Lamenha Lins,940 Curitiba – PR 80020-917	(41) 3222-0348
Ernani Costa Straube ihgpr1900@hotmail.com	Av. Paraná, 775, ap.06 Curitiba – PR 80035-130	(41) 3252-4767
Ernani Buchmann ernanibuchmann@gmail.com	Rua Dep. Heitor Alencar Furtado, 1720 ap. 2303 Curitiba – PR 81200-110	(41) 3279-1270
Etel Frota etel.frota.01@gmail.com	Rua Padre Anchieta, 1251 ap.901, Bigorrilho Curitiba – PR 80730-000	(41) 3013-3981
Flávio Arns flavioarns.parana@gmail.com	Rua Nunes Machado,2035 Rebouças Curitiba – PR 80220-070	(41) 3332-9161
Guido Viaro guidoviaro@outlook.com	Rua Rafael Papa , 109 Jardim Social Curitiba – PR 82530-190	(41) 3262-2747
Jeorling Cordeiro Clève dircecleve@onda.com.br	Rua Deputado Mário de Barros, 944 Curitiba – PR 80530-280	(41) 3253-4539
João Manoel Simões	Rua Tibagi, 137/ 142 Curitiba – PR 80060-110	(41) 3222-9988

José Pio Martins pio@up.edu.br	Avenida João Gualberto, 2000 ap. 701, Juvevê Curitiba – PR 80030-001	(41) 3253-5166
Laurentino Gomes laurentinogomes@me.com	Rua Vinte e Um, 51 Condomínio Vila Real de Itu Itu–SP 13312-393	(11) 99626-7252
Léo de Almeida Neves leoalmeidanunes@hotmail.com	Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3900 1º andar, cj 101 São Paulo – SP 04538-132	(11) 2175-2707
Luci Collin collinluci@gmail.com	Rua Treze de Maio, 1083, ap.41 São Francisco Curitiba – PR 80510-030	(41) 3077- 6079
Luiz Geraldo Mazza cbn@cbncuritiba.com.br	Av. Paraná, 775/01 Curitiba – PR 80035-130	(41) 3252-8504
Marcio Renato dos Santos marcio.renatodossantos@gmail.com	Rua Marechal Hermes, 297, ap.41 Curitiba – PR 80530-230	(41) 3352-9107
Maria José Justino mjjustino@gmail.com	Rua Alfredo Schwartz,37 Santo Inácio, Curitiba – PR 82010-410	(41) 3272-1069
Marta Moraes da Costa mcosta45@yahoo.com.br	Avenida Nossa Senhora da Luz, 340 ap.602 - Bacacheri Curitiba – PR 80510-020	(41) 3606-2240
Ney José de Freitas gabneyfreitas@gmail.com	Rua Terra Boa, 36 Pinhais – PR 83324-040	(41) 3310-7000

Nilson Monteiro nilson_monteiro51@hotmail.com	Rua Mauá, 1251, ap.301B Alto da Glória, Curitiba – PR 80030-200	(41) 3267-1112
Oriovisto Guimarães eladir@ogdm.com.br	Alameda Dr. Carlos de Carvalho 417, 25º andar, sala 2501 Curitiba – PR 80410-180	(41) 3335-1441
Paulo Torres drpaulotorres@gmail.com	7 LLOVERA PL' Palm Cost USA 32164	
Paulo Venturelli paventur@uol.com.br	Rua Nicarágua, 888, ap.103 Curitiba – PR CEP 82510 170	(41) 3356-8010
Paulo Vítola paulovitola@paulovitola.com.br	Rua Padre Agostinho, 1415 Mercês , Curitiba – PR 80710-000	(41) 3405- 3642
Rafael Greca de Macedo rafaelgreca@pmc.curitiba.pr.gov.br	Rua Ébano Pereira,11-14º andar Curitiba – PR 80410-901	(41) 3350-8006 3350-8168
René Ariel Dotti rene.dotti@adv.br	Av. Nossa Senhora da Luz, 2625 Jardim Social, Curitiba – PR 82510-010	(41) 3263-3843

Ricardo Pasquini rpasquini@uol.com.br	Rua Mendelssohn, 50 Vista Alegre, Curitiba – PR 80820-120	(41) 3338-6312
Roberto Gomes roberto.o.gomes@gmail.com	Rua Eça de Queiroz 1102, ap.302 Ahú Curitiba – PR 80540-140	(41) 99855-8052
Roberto Fernando Muggiati muggiati@infolink.com.br	Rua Real Grandeza, 82, casa 3 Rio de Janeiro – RJ 22281-034	(21) 2537-4900 (41) 97174-5088
Rui Cavallin Pinto rpullus@turbo.com.br	Av. Vicente Machado 1171, ap.402 Curitiba – PR 80420-011	(41) 3232-8767



SUMÁRIO

PREÂMBULO **5**

Editor | Eduardo Rocha Virmond

NOSSA MAL-AMADA REPÚBLICA **9**

Laurentino Gomes

EM TORNO DA CONSTITUIÇÃO DE 1891

VARIANTES SOBRE A REPÚBLICA

19

Eduardo Rocha Virmond

OS 120 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1891: TEMPO E APRENDIZADO **27**

Rogéria Dotti

A PRÁTICA DA LEITURA **49**

Clemente Ivo Juliatto

O PROFESSOR, O LÍDER E OS DEGRAUS DO CONHECIMENTO **57**

José Pio Martins

A LEITURA: MULTICOLORIDA E EM MOSAICO **61**

Marta Morais da Costa

ESCREVER COMO O CÓDIGO CIVIL **71**

Eduardo Rocha Virmond

O MÁRTIR DA INDEPENDÊNCIA **77**

René Ariel Dotti

UM GIGANTESCO PASSO **81**

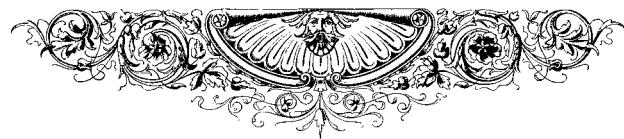
Edward Louis Schmitz e Maria Sandra Teixeira Gonçalves

O ALIENISTA: LOUCURA, PODER E CIÊNCIA **89**

Roberto Gomes

AINDA MACHADO DE ASSIS **111**

José Paulo Paes



A EXTENSA PRODUÇÃO TÉCNICA DE ÁRIO DERGINT **117**
Ernani Buchmann

A ESPLendorosa CURITIBA **121**
Chloris Casagrande Justen

CONTRASTES **123**
Chloris Casagrande Justen

ODE AO RITMO, EM VERSOS
PREDOMINANTEMENTE ARRÍTMICOS **125**
João Manuel Simões

BREVE NOTAS À RELAÇÃO ENTRE CORTÁZAR E KAFKA **131**
Carlyle Popp

ANALFABETISMO POLÍTICO **143**
René Ariel Dotti

CEM ANOS DA GAZETA DO POVO **145**
Antonio Carlos Carneiro Neto

NA ESCOLA, BRINCANDO COM LETRAS E RIMAS **149**
Adélia Maria Woellner

NELSON GONÇALVES: O ETERNO RETORNO DO BOÊMIO **155**
Etel Frotta

O HOMEM INVISÍVEL DOS ANOS DE CHUMBO **165**
Roberto Muggiati

LÉO, UM VENCEDOR **171**
Marta Morais da Costa

LEONARDO E A NOVA EDUCAÇÃO **179**
Guido Viaro

CEM ANOS DE OUSADIA E LIBERDADE: VIVA FERLINGHETTI! **185**
Luci Collin

O PARANAENSE QUE SALVOU O REI DE PORTUGAL **193**
Laurentino Gomes

HUGO SIMAS, NOSSO MAIOR JURISTA **201**
Rui Cavallin Pinto

MARIO FARACO: MODELO DE DIGNIDADE E JUSTIÇA **205**
Rui Cavallin Pinto

O PENSAMENTO VIVO DE RUY **209**
João Manuel Simões

O ÚLTIMO IMPERADOR BRASILEIRO **213**
Ernani Buchmann

PREFÁCIO **215**
René Ariel Dotti

CURITIBA ALÉM DA IMAGINAÇÃO **223**
Dante Mendonça

O ERRO DE FAZER 70 ANOS **227**
Antonio Carlos Carneiro Neto

O GRANDE, DELICIOSO, SUFOCANTE E CONTROVERTIDO
ABRAÇO DA TECNOLOGIA **231**
Íris Bigarella

CRÔNICAS LUNÁTICAS **233**
Paulo Vitola

COLETÂNEA **239**
Marta Morais da Costa

MANTO **243**
Luci Collin

O CERCÔ DA LAPA (FEVEREIRO DE 1894): UMA PRAÇA
DE GUERRA NAS VOZES ESPARSAS DE SEUS TESTEMUNHOS **247**
Carmen Lúcia Rigoni

CEMITÉRIO:LOCAL SAGRADO 257

Cecília Maria Vieira Helm

VISÕES DO REINO DIVINO 263

Antonio Celso Mendes

A HOLÍSTICA DO ESPÍRITO 265

Antonio Celso Mendes

LISBETH SALANDER: A PRIMEIRA HEROÍNA DO SÉCULO 21 267

Roberto Muggiati

A MINHA ESTRELA 273

Chloris Casagrande Justen

A BUSCA DA SABEDORIA 279

Chloris Casagrande Justen

A PERENIDADE DA ARTE 283

João Manuel Simões

OS TRÊS SÓCRATES (MAIS O DE XANTIPA) 287

João Manuel Simões

O ESPÍRITO DE EMULAÇÃO

(OU RECURSOS PROCESSUAIS INFUNDADOS) 291

Albino Freire

MOMENTO 295

Nilson Monteiro

CORAGEM NOS DIREITOS 297

Nilson Monteiro

RELAÇÃO DAS CADEIRAS 301

Patronos | Fundadores | Ocupantes

ENDEREÇOS DOS ACADÊMICOS 315



